

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA

ENTRE LESTE E OESTE:
A POLÍTICA EXTERNA TURCA NA ERA DE ERDOĞAN (2002-2023)

RIO DE JANEIRO
2024

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA

ENTRE LESTE E OESTE:
A POLÍTICA EXTERNA TURCA NA ERA DE ERDOĞAN (2002-2023)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Economia Política Internacional.

Orientador: Raphael Padula

Co-orientador: Thauan dos Santos

RIO DE JANEIRO

2024

S729e Souza, Dominique Marques de.
Entre leste e oeste: a política externa turca na era de Erdoğan (2002-2023) /
Dominique Marques de Souza. – 2024.
227 f.

Orientador: Raphael Padula.
Coorientador: Thauan dos Santos.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia,
Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.
Bibliografia: f. 221 - 227.

1. Geopolítica. 2. Turquia. 3. Erdoğan, Recep Tayyip. 4. Organização do Tratado
do Atlântico Norte. 5. Ocidente. I. Padula, Raphael, orient. II. Santos, Thauan, coorient.
III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. IV. Título.

CDD 327.101

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudim/CCJE/UFRJ

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA

ENTRE LESTE E OESTE:
A POLÍTICA EXTERNA TURCA NA ERA DE ERDOĞAN (2002-2023)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 12 de agosto de 2024

Prof. Dr. Raphael Padula (Orientador – PEPI – UFRJ)

Prof. Dr. Thauan dos Santos (Co-orientador – PPGEM – EGN)

Professor Dr. Maurício Metri (PEPI – UFRJ)

Professor Dr. Numa Mazat (IE – UFRJ)

Professora Dra. Paula Sandrin (IRI – PUC-Rio)

Professor Dr. André Luiz Varella Neves (INEST – UFF)

RIO DE JANEIRO
2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, acima de tudo, a Deus, à espiritualidade, ao destino, à toda a movimentação do universo, o que quer que exista além de nós, espíritos carnis nessa Terra, para que tudo isto pudesse acontecer. Realizar uma pesquisa com duração de cinco anos, passando por tantos desafios naturais à própria caminhada solitária de estudos e escrita, somado ao fator de pandemia que vivemos nos anos de 2020 e 2021, não foi fácil.

São inúmeros os desafios e superações pessoais os quais tive que passar para conseguir finalizar esta tese. Somos todos aprendizes e não existem verdades absolutas. Principalmente na área de pesquisa em Ciências Humanas, onde não há certezas sobre nada, mas sim, interpretações.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Raphael Padula, por ter caminhado ao meu lado nesta pesquisa durante estes últimos cinco anos. Seus conhecimentos em Geopolítica foram essenciais para a elaboração do pensamento acerca do tema da Turquia. Obrigada.

Gostaria de agradecer, igualmente, ao meu co-orientador, Thauan dos Santos, por ter aceitado prontamente meu convite para participar de minha pesquisa, contribuindo antecipadamente comigo em uma publicação neste tema, antes mesmo do início da escrita desta tese. Sua trajetória e conhecimento são inspiradores, sobretudo pela sua humildade em tratar todos com respeito e generosidade, independente do nível acadêmico que esteja em questão. Sempre disposto a colaborar e a ensinar. Obrigada.

Gostaria de agradecer à Alana Camoça, por toda a ajuda não somente com minha tese, como em tantos outros âmbitos acadêmicos, sendo com certeza uma participação indiscutível para que hoje eu tenha me tornado professora substituta de Relações Internacionais e do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI), minha área de formação. Igualmente, gostaria de agradecer ao Pablo Fontes por todo o tempo e disponibilidade em me ajudar a crescer em tantos sentidos. Graças ao estímulo recebido por estes dois grandes queridos nos meus momentos mais esgotados, na minha mais alta fadiga, eu fui em frente, e seguindo seus passos, fui aprovada no concurso. Com certeza isso é algo inesquecível em minha vida, pois fez parte da minha maior realização profissional até hoje. Me tornei a primeira professora de DGEI formada exatamente em DGEI. Da mesma forma, hoje tenho a honra de substituir meu orientador nas disciplinas que estou ministrando. A vida, por vezes, se faz poética. E eu nunca

tive dificuldade em interpretar a poesia por trás da realidade nua e crua. Com certeza estarei sempre ao lado de vocês, os ajudando e vibrando pelas suas conquistas e vitórias. Obrigada!

Igualmente não posso deixar de relembrar de todos que me apoiaram desde o início da minha carreira acadêmica: Larissa Rosevics, Eduardo Alberto Crespo, Daniel Kozinski, Maurício Metri, Numa Mazat, Melissa Rossi, Murilo Quintão e Tiago Appel. Obrigada!

Obrigada ao Comandante Leonardo Mattos, professor de geopolítica da Escola de Guerra Naval, por ter me dado a oportunidade de evoluir por sete anos na Marinha do Brasil, participando do Boletim Geocorrente, me incumbindo a responsabilidade de ser a pesquisadora da Turquia. Somente diante de todas as pesquisas feitas sobre este país ao longo de tantos anos, fui capaz de realizar esta pesquisa. Obrigada pela oportunidade e pelo estímulo.

Obrigada à Professora Paula Sandrin por ter contribuído de forma positiva com a minha pesquisa em minha qualificação de tese e na Defesa de minha tese.

Obrigada ao Professor André Luiz Varella Neves por ter participado de minha banca e ter contribuído com a minha pesquisa de forma decisiva para que esta atingisse um padrão de excelência após suas revisões e contribuições. Conhecê-lo foi uma honra e um verdadeiro presente. Desejo que possamos atuar juntos nas discussões sobre geopolítica um dia.

Obrigada aos meus amigos com fortes conhecimentos em Oriente Médio e Turquia, por terem me ajudado com conhecimento de campo e em momentos de dificuldade, Lohanna Reis e Adel Bakkour.

Obrigada ao meu professor de turco, Mustafa, por ter nos introduzido um pouco da cultura turca em suas aulas tão agradáveis.

Obrigada aos meus pais, Lucia Helena e Luiz Antônio, amigos e familiares por terem contribuído me dando suporte durante toda a minha pesquisa. Especial agradecimento para Bárbara Ávila, Karen Sarmiento e Fernanda Giffoni. Obrigada por organizarem a minha vida em momentos que pensei que não daria conta.

Obrigada à UFRJ por ter contribuído com a minha formação, obrigada à universidade pública por nos proporcionar um acesso tão amplo ao conhecimento. Obrigada a cada um daqueles que fazem essa universidade funcionar, desde os que trabalham na limpeza, na cantina, na organização até os professores com os quais lido diretamente.

Obrigada à CAPES por ter financiado a minha pesquisa não somente no Mestrado como também no Doutorado. Sem dúvidas, todo o conhecimento que eu tenho hoje sobre a Turquia, só foi possível porque eu tive acesso ao financiamento das bolsas de pesquisa. Manter a trajetória acadêmica em um país como o Brasil é um desafio e tanto, ainda mais quando passamos por um governo que desincentivou tanto a educação e a pesquisa, como nos anos de 2019 a 2022. O financiamento é essencial para que possamos nos sustentar enquanto nos dedicamos aos estudos na vida adulta, que nos exige tantas responsabilidades e obrigações financeiras.

Por fim, um reconhecimento ao meu esforço, por ter conseguido chegar até aqui. Sem dúvidas, fazer parte de uma parcela tão pequena da população com o nível de Doutorado, nos coloca em uma posição privilegiada, visto que tão poucos conseguem a oportunidade de chegar até aqui. Isto nos coloca igualmente em uma posição de grande responsabilidade em passar adiante qualquer forma de ajuda ou contribuição para que mais pessoas possam atingir níveis tão elevados de estudo e de especialização. Nosso papel vai desde cidadãos até professores e formadores de opinião, ao contribuir para os sonhos e chances daqueles que aqui um dia almejam estar.

Que o Brasil possa evoluir cada vez mais, que a educação seja acessível a todos e que nosso país se desenvolva cada vez mais.

Um obrigado à Turquia, por toda a sua beleza e história fascinantes e pela inspiração para a minha especialização hoje.

Teşekkür ederim. Bir gün buluşmak dileğiyle Türkiye.

“Peace at home, peace in the world”

Mustafa Kemal Atatürk, 1931

“I have no religion, and at times I wish all religions at the bottom of the sea”

Mustafa Kemal Atatürk, 1944

“The next century will be a Turkish century”

Turgut Özal, 1992

“The Turks living in this territory for a thousand years, have inherited some part of culture of every civilization which flourished here since prehistory. They have evolved a synthesis derived from the cultural legacy of Anatolia, from the culture they brought with them from Central Asia, and from the Muslim religion. Their talent for synthesis and their ecumenical character have enabled them to blend these three strands together”.

Turgut Özal, 1991

“Islam means peace. Naming it alongside terror hurts Muslims. Don’t use phrases like “islamist terror” due to Daesh. As a Muslim president I can never accept that”.

Recep Tayyip Erdoğan, 1997

“There is no moderate or immoderate Islam. Islam is Islam and that’s it”.

Recep Tayyip Erdoğan, 2017

RESUMO

Esta Tese de Doutorado se dedica a compreender a atuação do Presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan junto ao AKP (Partido criado por si mesmo, em 2001) e sua postura na Política Externa frente às Grandes Potências do “Ocidente” (OTAN e UE) e do “Leste” (especialmente Rússia), dentro dos contextos geopolítico, político (de distribuição de poder) e ideológico global. O argumento central é de que a Política Externa de Erdoğan, desde 2002 – quando foi eleito Primeiro-Ministro – até 2023, apresenta rupturas na forma como a Turquia atuou durante o século XX e início do XXI (1923-2002) entre Leste e Oeste, após influências de fatores histórico-estruturais (como sua geografia) e conjunturais (como mudanças na geopolítica internacional), nos âmbitos externo e interno. Este estudo busca trazer para o Brasil, mais conhecimento sobre a Turquia e sua importância na geopolítica global, visto que nosso país carece de bibliografia que trate de maneira ampla e clara sobre a Política Externa turca. Assim, buscamos reunir em um único estudo, análise de Política Externa e Geopolítica Internacional, ao longo de todos os governos republicanos turcos até Erdoğan, passando por questões ideológicas domésticas, como a influência ou não da religião na política e como isso pode ter influenciado o AKP, além de uma busca pelo retorno da relevância geoestratégica que esta região já desfrutou no passado, enquanto Império Otomano, o qual representou uma grande força militar e islâmica, que se expandiu entre África, Eurásia e Europa. Para atingir este objetivo, este estudo faz o uso de teorias Geopolíticas e Realistas das Relações Internacionais, de modo a sustentar os argumentos aqui apresentados. A pesquisa também contará com ferramentas como a análise de discursos, de acordos, com fontes oficiais do governo turco, bem como episódios históricos relevantes, através de bibliografia acadêmica e, quando necessário, de materiais jornalísticos. Por fim, conclui-se que Erdoğan representa uma ruptura com relação aos governos anteriores turcos, uma vez que foi o primeiro presidente a se colocar de maneira transparente a favor dos interesses nacionais, ainda que isso representasse entrar em impasses diretos com o Ocidente. O tom mais assertivo de Erdoğan se mostra presente em discursos feitos em Assembleias da ONU e em entrevistas, revelando um caráter revisionista não apresentado anteriormente por nenhum outro presidente turco, refletindo em ações como a compra de materiais bélicos russos ou rupturas diplomáticas com a Grécia, ambos os casos, simbolizando desgastes dentro da OTAN. Além de assumir posturas de liderança em conflitos do Oriente Médio, como a Guerra na Síria ou questões entre Israel e Palestina.

Palavras-chave: Turquia, Erdoğan, Geopolítica, OTAN, Ocidente

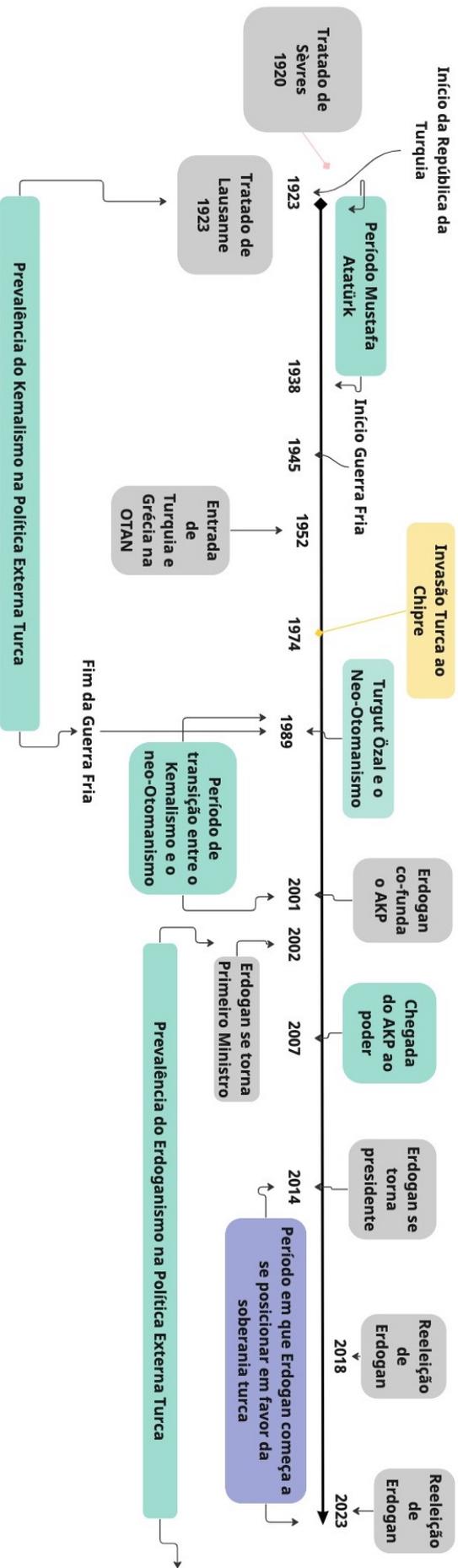
ABSTRACT

This doctoral thesis aims to understand the actions of Turkish President Recep Tayyip Erdoğan along with his political party, the AKP (Party founded by himself) and his foreign policy stance towards the Great Powers of the “West” (NATO and the EU) and the “East” (especially Russia), within the geopolitical, political (distribution of power) and global ideological contexts. The central argument is that Erdoğan’s Foreign Policy since 2002 – when he was elected Prime-Minister – to 2023 presents ruptures in the way Turkey acted during the 20th and early 21st centuries (1923-2002) between East and West and that this change is influenced by both historic-structural (like its Geography) and conjunctural factors (like changes in international geopolitics), in the external and internal spheres. This study seeks to bring more knowledge to Brazil about Turkey and its importance in global geopolitics, since our country lacks a bibliography that deals broadly and clearly with Turkish Foreign Policy. Thus, it seeks to bring together an analysis of foreign policy and international geopolitics, throughout all Turkish republican governments up to Erdoğan, covering internal ideological issues, such as the influence or lack thereof of religion in politics and how this may have influenced the AKP, in addition to a search for the return of the geostrategic relevance that this region once enjoyed in an imperial past as the Ottoman Empire, which represented a great military and Islamic force, which expanded between Africa, Eurasia and Europe. To achieve this objective, this study uses Geopolitical and Realist theories of International Relations to support its arguments. Moreover, it relies on tools such as the analysis of speeches, agreements, official sources of the Turkish government, as well as relevant historical episodes, through academic bibliography and, when necessary, journalistic materials. Finally, it concludes that Erdoğan represents a break from previous Turkish governments, since he was the first president to transparently position himself in favor of national interests, even if this meant entering into direct impasses with the West. Erdoğan's more assertive tone is evident in speeches made at UN General Assembly meetings and in interviews, revealing a revisionist character, not previously displayed by any other Turkish president, reverberated in actions such as the purchase of Russian war materials or diplomatic ruptures with Greece, both cases symbolizing attrition within NATO. In addition to taking leadership positions in conflicts in the Middle East, such as the War in Syria or issues between Israel and Palestine.

Keywords: Turkey, Erdoğan, Geopolitics, NATO, West

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – A geografia da Turquia.....	25
Mapa 2 – O antigo Império Otomano e suas anexações ao longo dos anos.....	27
Mapa 3 – Sobreposição: território otomano e os Estados atuais.....	31
Mapa 4 – Evolução dos domínios territoriais do Império Otomano entre 1300 e seu auge, em 1683.....	32
Mapa 5 – Retrocesso territorial do Império Otomano entre 1657 e 1918.....	32
Mapa 6 – O Tratado de Sèvres (1920).....	33
Mapa 7 – O Tratado de Lausanne (1923).....	36
Mapa 8 – Kilometragem do Canal de Suez (11.600km).....	38
Mapa 9 – Rota da Ferrovia Berlim-Bagdá no Império Otomano (1600km).....	38
Mapa 10 – As pan-regiões de Karl Hauschofer.....	43
Mapa 11 – As divisões geopolíticas segundo Mackinder.....	47
Mapa 12 – Teoria do Rimland (Nicholas Spykman - 1938).....	51
Mapa 13 - Os Estreitos turcos.....	60
Mapa 14 – Expansão da OTAN antes e depois de 1997.....	138
Mapa 15 – Entorno Estratégico turco.....	186
Mapa 16 – Campos de gás na região do Chipre e países participantes na exploração dos recursos.....	187
Mapa 17 – Acordo Marítimo entre Líbia e Turquia.....	189
Mapa 18 – Áreas pleiteadas pela Turquia para fins de exploração de recursos.....	190
Mapa 19 – Áreas pleiteadas pela Turquia (1972-2002).....	191
Mapa 20 – Gasoduto Turkstream passando pela Turquia até a Europa.....	194
Mapa 21 – Principais gasodutos que passam pela Turquia e pelo Mar Negro em direção à Europa.....	195



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	22
A GEOPOLÍTICA E O REALISMO NEOCLÁSSICO: FERRAMENTAS DE ANÁLISE.....	22
1.1 – A geopolítica turca: A geografia e um breve retorno ao seu passado	24
1.2 – A formação da República da Turquia (1923) e suas delimitações territoriais	29
1.2.1 – O Tratado de Sèvres (1920)	33
1.2.2 – O Tratado de Lausanne (1923)	35
1.3 – A Turquia na Geopolítica Clássica.....	39
1.3.1 – O conceito de Buffer State e a condição geográfica da Turquia	52
1.3.2 – Os Estreitos de Bósforo e Dardanelos: Chokepoints e Gateways	56
1.3.3 – A Turquia como parte de um Shatterbelt	61
1.4 – Teorias de Relações Internacionais: Realismo	63
1.4.1– O Realismo Clássico	66
1.4.2 – Neorealismo (Realismo Estrutural).....	70
1.4.3 – Realismo Neoclássico.....	77
1.5 – Considerações Parciais	83
CAPÍTULO 2	87
TURQUIA: PROCESSO DE FORMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE (1923-1990)	87
2.1 – Interpretações do Nacionalismo turco: do Kemalismo ao Erdoganismo.....	90
2.2 – Antes de Erdoğan: Uma visão panorâmica sobre os governos turcos entre 1923 e 1993.....	99
2.2.1 – O período em que o líder era o fator determinante principal: Mustafa Kemal Atatürk (1923-1938) e İsmet İnönü (1938-1950)	99
2.2.2 – O período em que o Ministério das Relações Exteriores se tornou crescentemente influente (1950-1960): Celâl Bayar e o golpe de 1960	104
2.2.3 – O período em que a opinião pública, os partidos de oposição e os intelectuais se tornaram influentes (1960-1980): Cemal Gürsel (1961-1966), Cevdet Sunay (1966-1973), e Fahri Korutürk (1973-1980).....	107
2.2.4 – O período de 12 de setembro (1980-1983): O Comitê de Segurança Nacional	112
2.2.5 – O período em que a Comunidade Empresarial veio à tona (1983-1991): Kenan Evren (1982-1989) e Turgut Özal (1989-1993).....	120
2.3 – Considerações Parciais	125
CAPÍTULO 3	127

POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA: RAZÕES E EVIDÊNCIAS DAS MUDANÇAS NO PÓS-GUERRA FRIA.....	127
3.1 – O cenário pós-Guerra Fria: A mudança na distribuição de poder na balança global	131
3.2 – A geopolítica dos EUA no pós-Guerra Fria para a defesa de seu <i>Status Quo</i> e a reação euroasiática	136
3.2.1 – <i>O combate ao terror e as guerras irregulares como estratégia dos EUA de se manter na Eurásia: A busca pela Segurança Energética</i>	<i>146</i>
3.3 – A Turquia no início dos anos 1990: O período em que as Forças Armadas ganharam influência.....	151
3.3.1 – <i>Süleyman Demirel (1993-2000)</i>	<i>154</i>
3.4 – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO ENTRE O KEMALISMO E O ERDOGANISMO	157
3.4.1 – <i>Ahmet Necdet Sezer (2000-2007)</i>	<i>157</i>
3.4.2 – <i>Abdullah Gül (2007-2014): A chegada do AKP ao poder</i>	<i>161</i>
3.5 – Considerações Parciais	165
CAPÍTULO 4	168
O GOVERNO DE RECEP TAYYIP ERDOGAN (2014-2023).....	168
4.1 – A conjuntura geopolítica no momento de início do período Erdoğan	170
4.2 – O governo de Erdoğan: <i>Turkish Gaullism</i>	175
4.3 – Os interesses geopolíticos turcos e a presença de outros poderes em seu Entorno Estratégico.....	183
4.3.1 – <i>Disputas marítimas com o Chipre e a Grécia por acesso a recursos energéticos</i>	<i>184</i>
4.3.2 – <i>A aproximação entre Turquia e Rússia: mais uma questão energética.....</i>	<i>192</i>
4.3.3 – <i>As demais relações geopolíticas entre a Turquia e seus vizinhos.....</i>	<i>197</i>
4.4 – Considerações Parciais	200
CONCLUSÃO	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209

INTRODUÇÃO

Desde que assumiu o poder como Primeiro-Ministro em 2002 e, posteriormente como Presidente da Turquia, em 2014, Recep Tayyip Erdoğan segue presente de forma recorrente nos noticiários internacionais, chamando atenção pela forma como a Turquia vem atuando em sua Política Externa. Os anos entre 2015 e 2022¹, particularmente, foram marcados por grande atuação da Turquia no cenário geopolítico internacional.

Anteriormente, não se notava a dimensão do protagonismo turco nos noticiários. O país, composto em sua República no ano de 1923, é herdeiro de um dos maiores impérios de todos os tempos, o Império Otomano. Este representou o maior império militar e islâmico (Palmer, 2013), que se iniciou em 1299 e durou até a Primeira Guerra Mundial, sendo esfacelado e dividido entre as potências vencedoras, ao final do conflito, em 1919.

Após conseguir sua independência, em 1923, após disputar guerras com seus vizinhos, a Turquia deixou sua neutralidade e acabou por se alinhar ao Ocidente², a partir do momento em que se desenhou o que viria a se tornar a Guerra Fria, na década de 1940. Este alinhamento se manteve até o final do conflito quando, gradativamente, os governos turcos buscaram retomar seu protagonismo, atuando de maneira mais independente no âmbito internacional. Essa busca pela retomada de sua soberania se tornou cada vez mais evidente, especialmente depois que o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP, em turco) assumiu o poder, em 2002. Com a figura de Recep Tayyip Erdoğan ganhando cada vez mais notoriedade, muitas mudanças na Política Externa turca ocorreram, as quais serão destrinchadas nesta tese. Pequenas e constantes modificações ganharam força até o momento em que se pôde observar uma capacidade de posicionamento turco cada vez mais sólido perante as Grandes Potências, que até então limitavam a atuação internacional da Turquia. Assim, nossa pesquisa se dará desde 1923, ano de formação da República da Turquia, até Erdoğan, no ano de 2023.

Alexander Murinson, falecido em 2018, foi um pesquisador estadunidense ativo na região de pesquisa em Eurásia e que, também se debruçou sobre as mudanças na Política Externa turca. Duas de suas obras são: *“Turkish Foreign Policy in the Twenty-First Century”* e

¹O ano de 2022 foi escolhido como data final por ser o último ano de pesquisa para este trabalho. Em 2023 a Turquia passará por eleições presidenciais em junho, podendo alterar sua Política Externa pelos próximos anos.

²Trataremos enquanto Ocidente aqui, as potências do Atlântico Norte, como EUA, Europa Ocidental e, também, OTAN.

“The Strategic Depth Doctrine of Turkish Foreign Policy”. Em suas pesquisas, o autor buscou compreender os motivos filosóficos, institucionais e ideológicos, bem como as raízes sociais, políticas e ideológicas sobre as alterações na Política Externa turca e composição de uma “nova” Turquia³. Esta pesquisa se propõe a desenvolver e aprofundar, além dos aspectos considerados por Murinson, a questão geopolítica, a qual não foi debatida de forma central em suas pesquisas, com o auxílio das lentes da visão Realista das Relações Internacionais. Assim, esta pesquisa debaterá em diversos momentos com este autor, acrescentando estas questões, embasando-se na visão histórico-estrutural, com as lentes e conceitos das teorias que serão apresentados e desenvolvidos no primeiro capítulo. Desta forma, este estudo se propõe a ampliar as lentes de análise para a compreensão da situação conjuntural da Turquia, buscando correlacionar teorias do Realismo em RI, evidências históricas, geográficas, geopolíticas, além de reunir evidências sobre o governo de Erdoğan, como forma de tornar o conhecimento sobre este país mais acessível aos pesquisadores no Brasil, onde há uma forte escassez de estudos aprofundados sobre a Turquia e sua importância no cenário internacional⁴.

Assim, como método de pesquisa, iremos correlacionar a história e a geopolítica, considerada necessária para as análises propostas. Mais uma vez, consideramos impossível a compreensão de um momento contemporâneo, sem adentrar em questões do passado. Estas, influenciam até hoje como os países se comportam, uma vez que estes também estão inseridos em contextos que se desenvolveram há séculos, como por exemplo, a Divisão Internacional do Trabalho, consequência da Revolução Industrial, por exemplo. A partir deste fenômeno, os Estados passaram a se posicionar dentro deste tabuleiro de jogos de acúmulo e disputas de poder. Como veremos mais adiante, houve um momento em que a Ásia deixou de ser o grande centro de desenvolvimento do mundo, dando lugar à Europa, num processo que Pomeranz (2000) chamou de “A Grande Divergência”. Tudo isto influencia na nossa análise nesta tese, que buscará correlacionar estes diversos fatores a fim de esclarecer as interpretações sobre a Turquia do século XXI. Como supracitado, para um embasamento mais aprofundado para as

³ *“What are the ideological, social, and political roots of the new “Islamic” Republic of Turkey? How was the new thinking of the ascending political anti-Kemalist elite translated into a precipitous change in Turkey’s foreign policy?”* (Murinson, 2012, p.2); *“Firstly, this article will outline the institutional, philosophical and ideological sources of this new foreign policy conception, and then it will focus on its specific prescriptions. In the third part this article will reflect on the new practical aspects of the new Turkish foreign policy conducted by the AK party leadership”* (Murinson, 2007, p.946).

⁴ Quando pesquisamos dados booleanos em “Política Externa e Turquia” ou “Política Internacional e Turquia” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, encontramos os seguintes dados: Política Externa, entre 2012 e 2015 – 11 resultados, sendo 8 Dissertações de Mestrado e 3 Teses de Doutorado. Em Política Internacional, entre 2006 e 2012, 5 resultados, sendo 3 Dissertações de Mestrado e 2 Teses de Doutorado. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

hipóteses apresentadas, será utilizado a corrente teórica do Realismo como lente de análise, a fim de entender a nova Política Externa turca, a qual adota hoje, uma postura de tentativa de renascimento euroasiático.

Realismo e Geopolítica se encontram no momento em que o Estado precisa sobreviver dentro de um cenário anárquico internacional e onde buscará todas as ferramentas estratégicas necessárias à sua sobrevivência e acúmulo relativo de poder, o que fica muito claro nas teorias geopolíticas. A necessidade deste acúmulo relativo de poder está cada vez mais acirrada com as transformações constantes na Economia Política Internacional.

A seguir, será apresentada brevemente, um pouco da história turca, a fim de contextualizar esta pesquisa.

A história do povo que um dia foi chamado de “turco” é muito antiga. Sua origem está antes de Cristo. Esse povo ocupava as regiões centrais da Eurásia e norte da África e, com o passar dos séculos, foram se organizando e ocupando mais territórios e formando o que ficou conhecido como o Império Otomano, que se fortaleceu ao ponto de tomar Constantinopla, em 1453 (Kia, 2008). A partir dali o império, que havia se formado em 1299, foi se expandindo para o sul da Europa e norte da África, chegando bem ao Oeste da Ásia, englobando diversas culturas e religiões sob seu domínio. Os otomanos eram temidos por sua força e táticas de dominação. Durante pouco mais de quatro séculos, estavam acostumados com uma posição de grande poder.

Entretanto, uma mudança nesta configuração de poder veio de forma muito rápida ao longo do século XIX, quando o mundo passou pelo processo que Pomeranz (2000) chamou de “A Grande Divergência”, onde a Europa inverteu a sua situação com a Ásia, se tornando o principal ponto de modernização e desenvolvimento, retirando este título do continente asiático, que até então era o continente protagonista da história humana. Na Ásia, a civilização se sedentarizou, com as condições propícias para que a agricultura se estabelecesse e, a partir dali se desenvolvessem sociedades e vilarejos (Diamond, 2013). Posteriormente, veio a Europa, sem tais condições disponíveis, tomando o cenário de desenvolvimento. A escassez obrigou a Europa a se recriar. Sob forte pressão natural, a Europa acabou por desenvolver caminhos de sobrevivência, que trouxeram consigo, o desenvolvimento, tal qual conhecemos hoje (Fiori, 2007).

Durante todo este processo, os otomanos se tornaram presas do movimento expansionista europeu, gerando forte sentimento de recusa e oposição às intervenções e influências que hoje temos como “Ocidentais”. Enquanto a Europa se desenvolvia, buscava nos territórios vizinhos ou ultramarinos, matérias-primas para sustentar seu rápido processo de crescimento, do qual o Império Otomano foi um dos principais alvos. Ingleses e franceses, especialmente, buscavam formas de se relacionar com os Sultões e conseguir acordos. Os alemães foram ousados com a tentativa de construção da Ferrovia Berlim-Bagdá, corroborando para a possibilidade de desequilíbrio na balança de poder europeia, que viria culminar com a Primeira Guerra Mundial, buscando resgatar e assegurar o *Status Quo* das Grandes Potências.

Como vimos, após este conflito, a República da Turquia foi formada, o país se alinhou ao Ocidente durante 50 anos e, agora, vem retomando seu papel de protagonista no Oriente Médio e no Mediterrâneo. Dentro deste contexto, nasce um sentimento de retomar as raízes otomanas, com início no governo de Turgut Özal, o presidente em exercício no fim da Guerra Fria, no final da década de 1980 e início de 1990. Este sentimento nasce como uma reação a tudo que a Turquia deixou de priorizar em termos soberanos, em prol de seu alinhamento com os EUA e Europa.

Durante a década de 1970, a Turquia teve de se posicionar perante seus parceiros na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aliança militar da qual faz parte desde 1952, para proteger seus interesses no Chipre. Entretanto, por fazer parte de um grupo de países Ocidentais, não pôde agir de forma mais imperativa, tal como os EUA o fazem unilateralmente quando algo é do seu interesse, ultrapassando inclusive, resoluções das Nações Unidas. A isto se deve o fato não somente de a Turquia fazer parte desta aliança, tendo que aceitar seus limites, como também, ao fato de que o país não possui uma forte capacidade de exercer sua soberania e projetar-se externamente para fazer valer seus interesses. A política da jovem república turca ainda está se organizando. Seus governos sofreram muitas instabilidades no último século, com deposições, guerras civis e instabilidades internas. Hoje, o país passa por uma forte crise financeira e divisões internas.

O que se pode notar, portanto, durante o governo de Erdoğan, é que existe uma busca pela retomada desta capacidade de assumir o controle sobre o próprio destino. Controle o qual a Turquia possuiu um dia no passado. Esta busca está sustentada, conforme será apresentado ao longo desta pesquisa, no fato de que há um consenso sobre sua importância estratégica para a defesa do Ocidente. Representante de tamanha capacidade estratégica, a Turquia deveria ser

mais do que uma ferramenta de poder a ser utilizada pelos grandes atores internacionais, assumindo o controle do seu próprio destino, utilizando-se da capacidade de barganha para isso. Analisando a Política Externa de Erdoğan e seu partido, o AKP, parece que estes buscam modificar a posição que a Turquia ocupa no tabuleiro geopolítico Euroasiático, de modo a “tornar a Turquia grande novamente”⁵.

Entre Leste e Oeste, a Turquia de Erdoğan busca se emancipar e agir de forma soberana para atingir seus objetivos nacionais. Centralizada entre Ásia e Europa, o país sofre pressões por todos os lados – vindas de culturas diferentes – lidando com diversos tipos de instabilidades. Assim, para entendermos os desafios que estão por trás deste projeto de resgatar uma Turquia forte e autônoma, precisaremos das teorias referentes ao estudo da Geopolítica e do Realismo, em Relações Internacionais. Como já apresentado, retomaremos ao passado republicano, para que ali sejam encontrados os aspectos estruturais que influenciam o posicionamento do governo turco, hoje. Sendo assim, embora o título e tema central desta pesquisa seja o Presidente Erdoğan, sua política aparecerá somente no último capítulo, uma vez que esta pesquisa considera que seja impossível fazer uma análise completa do governo Erdoğan de forma isolada na história turca. Portanto, esta tese buscará no passado (1923-2001) as ferramentas e aspectos necessários à análise do seu governo (2002-2023).

Assim, algumas perguntas de reflexão dão direcionamento a esta pesquisa. São elas:

- A política externa turca de Erdoğan representa uma exceção ou uma mudança em relação ao padrão histórico de alinhamento ou submissão ao Ocidente?
- Quais os indícios de tais mudanças ou exceção e quais seriam as razões externas por trás disso?

Como perguntas secundárias ou *Brainstorming* a respeito destas razões, temos: **1)** geopolíticas e, portanto, estruturais, permitindo à Turquia pendular entre o Ocidente e o Oriente, ou seja, entre Estados Unidos (EUA) + União Europeia (UE) e Rússia, por conta de sua posição geográfica e/ou valor estratégico? **2)** Seriam estas razões conjunturais, tais como as mudanças na balança e distribuição de poder mais multipolar ou menos unipolar, ou na geopolítica da energia? **3)** Poderiam estas, ser razões estruturais e conjunturais combinadas? **4)** As mudanças na balança e na distribuição de poder global no século XXI afetaram ou podem afetar a Política

⁵Ver mais em: <https://ahvalnews.com/eu-turkey/erdogan-moving-closer-making-turkey-big-again>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

Externa turca e suas possibilidades de atuação? **5)** Considerando a geografia turca, as mudanças na geopolítica da energia podem ter influenciado ou ainda influenciam a Política Externa turca? **6)** A geografia de importância econômica e estratégica da Turquia (que são um fator que atrai assédio ou insegurança) está por trás das alterações? **7)** há algum fator ideológico por trás dessa alteração? Qual? Há um revanchismo? **8)** Há uma ideia de retomada do projeto imperial otomano? **9)** Se trata de uma política que busca a retomada de um império milenar com posição estratégica?

A partir destas perguntas e destas informações, temos as seguintes hipóteses: **1)** A Política Externa turca de Erdoğan representa uma exceção (e talvez uma mudança) na política externa turca, baseada na sua aproximação com a Rússia, revisionismo e posições contrárias ao Ocidente; **2)** As razões são externas e domésticas. Como razões externas, em termos conjunturais, temos a mudança na distribuição de poder global e da geopolítica da energia e, em termos estruturais, temos a geopolítica turca, que comanda uma Política Externa mais pendular ou em direção a maior autonomia. Já como razões domésticas, temos o fator ideológico e político interno, que influenciaram na forma como este governo respondeu às próprias razões internacionais.

Para contribuir com a leitura, a autora realizou a composição de uma linha do tempo, disposta na página que precede a introdução.

Assim, esta pesquisa se organiza da seguinte forma:

O primeiro capítulo contará com um breve retorno histórico. Assim, será apresentada a formação geográfica da Turquia; as delimitações fronteiriças definidas no momento de sua independência; os tratados então assinados internacionalmente – questionados pelo atual governo. Nele, será também apresentado todo o arcabouço teórico sobre os quais serão sustentados os argumentos a respeito da mudança na forma como a Turquia de Erdoğan se relaciona com os Estados-Nações em seu entorno. Para isto, inicialmente são apresentadas as teorias geopolíticas e, em seguida, os debates sobre o Realismo. Devido ao detalhamento das teorias e aos mapas aqui utilizados, a fim de sustentar as análises geopolíticas, este capítulo será um pouco maior que os demais. As teorias aqui apresentadas aparecerão dispersas diversas vezes ao longo dos capítulos desta tese.

No segundo capítulo será apresentado o entendimento sobre nacionalismo, de acordo com seu líder fundador, Mustafa Kemal Atatürk, exercendo forte influência sobre a sociedade

turca e a forma como este país se relacionaria com o seu entorno ao longo dos seus primeiros 60 anos de história e, conseqüentemente, o movimento contrário, desenvolvido durante este período, que viria a dar vida ao “neo-Otomanismo”, trazendo outra noção de nacionalismo, com um resgate pelas raízes otomanas, se materializando na busca por “tornar a Turquia grande novamente”, tal como supracitado. Para isto, este capítulo apresenta a sequência de governos até o fim da Guerra Fria e suas relações com o ambiente internacional, como forma de sustentar a transformação na Política Externa da ideologia Kemalista sobre nacionalismo, à ideologia neo-Otomanista, desenvolvida pelo presidente então em exercício, Turgut Özal.

No terceiro capítulo, serão apresentadas as razões e evidências para as mudanças na Política Externa turca. Inicialmente será reconstruído o contexto no qual a Turquia e os demais países estavam inseridos após o fim da Guerra Fria. Será apresentada a estratégia dos EUA, de se proteger e se expandir para a Europa e para a Eurásia, mesmo após o colapso da URSS. Assim, serão abordadas as intervenções dos EUA em regiões do Oriente Médio e Eurásia, com ambições de preservação de sua segurança energética, bem como a reação à esta presença, a qual ficou conhecida como Euroasianismo, em termos geopolíticos. Em seguida, serão apresentados brevemente os governos após Turgut Özal e anteriores a Erdoğan, passando pela chegada do AKP ao poder, evidenciando a transição de ideologias e de prioridades na Política Externa, dentro de um contexto de breve unipolaridade dos EUA, de forma a fim de apresentar o contexto entre a década de 1990 e de 2000.

No quarto capítulo chegaremos ao governo de Erdoğan, buscando entender como os acontecimentos evidenciados no terceiro capítulo influenciaram a atuação do então presidente e de seu partido, bem como compreender quais foram os focos da nova Política Externa turca, analisando geopoliticamente os fatos que ocorreram entre 2014 e 2023, tais como a aproximação com Putin, na Rússia e as disputas com a Grécia acerca das concessões sobre os direitos de exploração de gás no Chipre, ou sobre as contestações sobre os direitos marítimos em regiões compartilhadas por ambas, levando ao maior embate militar entre os dois países desde a década de 1970, quando houve a ocupação do norte da ilha do Chipre pela Turquia. Estes fatos evidenciam que a Turquia vem agindo de maneira cada vez mais soberana e independente da sua presença na OTAN, ao lado de seus parceiros ocidentais, o que evidencia uma considerável mudança com relação ao passado turco, com seus governos entre o pós-Segunda Guerra Mundial e o pós-Guerra Fria.

Por fim, serão apresentadas a conclusão e as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 1

A GEOPOLÍTICA E O REALISMO NEOCLÁSSICO: FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Esta pesquisa parte da argumentação de que houve uma mudança na Política Externa da Turquia nos últimos anos. Com finalidade de proporcionar o embasamento teórico necessário a esta argumentação, além de contribuir para a compreensão de quais foram estas mudanças, suas possíveis razões e como ocorreram, este primeiro capítulo buscará, inicialmente, uma análise geopolítica do território da Turquia, sua posição relativa e valor estratégico. De forma coadunada, será retomada de forma muito breve a sua história. E, por fim, o capítulo irá se debruçar sobre a visão Realista e suas vertentes, olhando para o comportamento dos Estados dentro da estrutura do Sistema Internacional, levando em conta a importância da anarquia presente no Sistema Internacional, da balança e distribuição de poder, e da busca por acúmulo de poder por parte dos Estados, tendo como objetivo central a busca por segurança. Tudo isto, considerando-se as influências das instituições e das ideologias nacionais na composição das Políticas Externas de diferentes governos ao longo do tempo, tal como abordam os neoclássicos.

Para nossa pesquisa, partimos do pressuposto de que não seria possível compreender as movimentações do atual governo turco e de sua política externa, sem retomar questões muito estruturais, como sua geografia, seu passado de longo prazo e todo o arcabouço histórico que moldou a Turquia moderna.

Assim, voltaremos somente até o Império Otomano, uma vez que as raízes dos processos de transformação contemporâneos na Política Externa turca se encontram no movimento que se criou junto com a decadência do império, como uma resposta ao fracasso, levando ao nascimento do movimento dos Jovens Turcos, onde se encontra a origem da figura de Mustafa Kemal.

Durante a existência imperial otomana, a Inglaterra passou por seu processo industrial revolucionário, influenciando na distribuição de poder regional, atraindo a França para atuar junto a si sobre o decadente império, que se recusava a modernizar-se, acostumado com sua posição de liderança e aversão a culturas estrangeiras (Quataert, 1994; McMeekin, 2011; Souza, 2019), entrando em um processo chamado por Pomeranz (2000) de “A Grande Divergência”,

onde a Ásia, que costumava liderar o mundo, passou a representar o lado mais fraco na balança quando comparado à uma Europa com economia pujante, como fruto da Revolução Industrial.

Dado isto, nossa primeira seção fará um breve estudo da geografia e da história pertinentes ao contexto da atual Turquia; a segunda seção retomará suas formações fronteiriças logo após sua independência, abordando os tratados que a delimitaram e que influenciam em seu território até a atualidade; a terceira seção fará uma análise deste país no pensamento geopolítico clássico, passando pelos conceitos geopolíticos relativos à posição estratégica da Turquia, como: *buffer-state*; *chokepoints*; e *shatterbelts*. Por último serão abordadas as teorias Realistas. Tais análises e conceitos ajudarão a compreender as forças estruturais de longo prazo da Turquia, presentes em sua geografia e história, e que contribuem para a análise de Média Duração, buscando-se compreender a conjuntura e as razões para as mudanças no governo turco ao longo dos primeiros vinte anos do século XXI.

Nesta tese, buscamos identificar os aspectos estruturais, ou seja, aqueles que não se alteram significativamente com o tempo, e aqueles que sim, se modificam em maior intensidade. A exemplo temos que, apesar de o território turco ter sido alterado a partir de tratados após a Primeira Guerra Mundial, isso não altera a presença geográfica central da Turquia entre atores do Leste e do Oeste, que possuem focos diversos e que pressionam a Turquia. Já fatores que se alternam com o tempo, podemos citar a forma como o governo turco se relacionou com estas pressões.

Em se tratando das teorias Realistas, abordadas na última seção, estas serão importantes para entender a postura dos Estados, tendo como a balança e a distribuição de poder no Sistema Internacional, ao longo da história e na conjuntura, como elementos influenciadores das estratégias e políticas estatais na busca pelo poder, segurança e autonomia. A Geopolítica Clássica e o Realismo se aproximam ao encarar o sistema interestatal como anárquico e competitivo, para pensar a política de poder e as estratégias dos Estados.

Dada esta breve apresentação, este capítulo tem por objetivo realizar uma análise geopolítica sobre o território da Turquia e sua relevância em termos de posição geográfica estratégica para atingir os objetivos finais de Segurança não somente nacionais, como também, servir de apoio à Segurança Ocidental. Cabe destacar que a Turquia é estratégica para a Rússia em termos de acesso aos mares quentes e, portanto, para a articulação entre Europa e Ásia, por meios dos Estreitos turcos. Posteriormente, o capítulo seguirá com a parte teórica de Relações Internacionais, onde abordaremos o Realismo, o Neorealismo e o Realismo Neoclássico, e suas

aplicabilidades para nossa análise. Por fim, o capítulo é encerrado com uma seção de considerações parciais.

1.1 – A geopolítica turca: A geografia e um breve retorno ao seu passado

A Geografia está no cerne das mudanças dramáticas da distribuição de poder. A Geoestratégia dá a direção geográfica da Política Externa. Nesta direção, Rudolph Kjellen (1905) cunhou o termo Geopolítica, que é o estudo do Estado-Nação como organismo geográfico. A Geopolítica, então, aborda a relação entre a geografia, acontecimentos históricos e políticos, com o objetivo de interpretar fenômenos globais. Neste capítulo iremos abordar estas questões, como embasamento para o desenvolvimento de nossas argumentações ao longo da tese.

O território da Turquia situa-se ao norte do Oriente Médio, sendo, ao mesmo tempo, europeu e asiático, com posição transcontinental interconectando a Europa e a Ásia, a oeste e a leste, e o Oriente Médio, ao sul. Além dessa posição geográfica ímpar, é banhado por dois mares, o Mar Negro ao Norte e o Mar Mediterrâneo ao sul, o que lhe confere uma localização ímpar, tanto em termos de interconexões e fluxos comerciais, demográficos e culturais, quanto em termos de possibilidade de sofrer pressões e capacidade de projetar poder.

Os mares ao redor da Turquia são estratégicos para o país, que possui acesso ao Mar Mediterrâneo, que se conecta com os mares abertos através de Estreitos, de forma geral, como com o Atlântico Norte, por meio do Estreito de Gibraltar; com o Mar Vermelho, através do Canal de Suez; e com o Mar Negro, através dos Estreitos turcos, sendo este último, um mar “interno” entre a Europa e a Ásia. A Turquia, ao Sul, possui o maior litoral do Mar Negro, o qual banha a Ucrânia, ao Norte; a Rússia, a Nordeste; a Geórgia, a Leste; e, por fim, a Bulgária e a Romênia, a Oeste.

Portanto, o território turco e os Estreitos geográficos que controla podem desempenhar o papel de interconexão entre a Europa Ocidental e a Ásia e o Oriente Médio, assim como entre os países do Mar Negro e os mares abertos, via articulação pelos estreitos e pelo Mar Mediterrâneo, conectando-se com os mercados europeu e ocidentais.

Mapa 1 – A geografia da Turquia



Fonte: Maps Turkey⁶

O Mar Negro é de extrema importância não somente para o comércio marítimo internacional como também por questões de segurança, sendo a Turquia de grande importância para aqueles que desejam o acesso a este mar⁷, especialmente para a chegada de recursos energéticos até a Europa. Mesmo um navio saindo de Shanghai precisa passar por Istambul para entrar no Rio Danúbio para chegar à Europa. Assim, temos a importante centralidade turca, ao dominar os Estreitos de Bósforo e Dardanelos.

Diversas rotas do comércio marítimo global precisam do acesso ao Mar Negro. A exemplo, temos o Porto Piraeu, na Grécia, adquirido pela China; o Canal Don-Volga, ligando Ásia e Europa, construído pela Rússia; o Corredor *Vicking*, expandido pelos países do Báltico; e a passagem *Rhine-Main-Danube*. Todos estes canais de transportes comerciais marítimos

⁶Disponível em: <https://pt.maps-turkey.com/mapas-da-turquia-no-mundo/mapa-da-turquia-e-pa%C3%ADses-vizinhos>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

⁷Ver mais em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32552>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

precisam da Turquia para chegar a este mar. Além disso, a Turquia também conecta os corredores de comércio, o *Middle Corridor* e o *North-South Corridor*.

Assim, dotada de uma posição geográfica ímpar, o território da Turquia situa-se ao norte do Oriente Médio, na interconexão entre o Oriente e o Ocidente, entre a Ásia e a Europa, incluindo o Oriente Próximo ou Médio. O país pode controlar, assim, o acesso de todos os países com costa no Mar Negro, especialmente a Rússia, ao Mar Egeu, posteriormente ao Mediterrâneo e, finalmente, ao Atlântico. Isso lhe confere grande capacidade estratégica, algo que provoca ambições sobre seu território vindas de seus vizinhos Ocidentais, os quais chamaremos aqui de Estados Unidos da América (EUA), União Europeia (UE) e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Ao mesmo tempo em que faz fronteira com países como Síria, Iraque e Irã, no Oriente Médio, também faz fronteiras com países do Cáucaso, como Armênia, Azerbaijão e Geórgia, os quais foram Estados-satélites da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), além de ter também como vizinhos Grécia e Bulgária, a Noroeste, já adentrando à Europa Ocidental.

Esta grande variedade de culturas diferentes em sua vizinhança é um reflexo do que um dia representou o antigo Império Otomano, um império multiétnico e multicultural, representante do maior império militar e islâmico da história, dominando boa parte dos territórios que hoje são o norte da África e o sul da Europa, se estendendo até a Ásia.

fronteiras foram definidas em 1923, após um grande número de batalhas, pela independência da República da Turquia, lideradas por Mustafá Kemal Atatürk⁹.

Buscando sobreviver às pressões e ambições ocidentais sobre seu território e garantir um espaço digno ao povo turco, Atatürk, ao mesmo tempo em que lutou contra estes, também realizou algumas modificações¹⁰ na estrutura social da Turquia, adaptando características Ocidentais que buscassem esconder ou levar ao esquecimento o passado otomano, naquele momento, relacionado ao atraso e à derrota, tirando dos turcos a dignidade perante os Estados vizinhos.

Esta ideia de Kemal levou a divisões dentro da sociedade turca, entre aqueles que concordavam com esta estratégia e entre aqueles que negavam as mudanças impostas pelo novo líder. Estas divisões seguem até hoje, onde o presidente Recep Tayyip Erdoğan e seu partido político chamado Partido da Justiça e Desenvolvimento, em turco, AKP, representa a principal oposição ao partido criado por Atatürk, chamado Partido Republicano do Povo, em turco CHP (Çevic, 2020)¹¹. Contudo, cabe salientar que, no início de sua república, a Turquia não tinha muita opção ao tentar se inserir no tabuleiro regional. Neste momento de pós-guerra, era crucial que a Turquia não representasse nenhuma ameaça ao Ocidente, caso contrário, seu território poderia ser novamente invadido e tomado pelas potências europeias.

Assim, a ideologia de Atatürk foi o principal expoente das relações turcas com o Ocidente até a chegada de Erdoğan no poder, no ano de 2002, ainda como Primeiro-Ministro. Ao longo dos vinte anos de seu governo, inicialmente como Primeiro-Ministro e, posteriormente como Presidente, a forma como a Turquia vem se relacionando com o mundo Ocidental, conforme veremos ao longo desta pesquisa, obteve mudanças significativas, especialmente no que se trata das relações com o Ocidente. Mas o que ocorreu após o fim da Guerra Fria, que possa ter gerado essa mudança de posicionamento nos governantes turcos?

Admitimos que, após uma série de transformações no contexto internacional e na própria condução da política interna turca, houve uma mudança em favor de um resgate do papel geopolítico e central da Turquia. Uma vez representante da maior costa do Mediterrâneo

⁹Atatürk, em turco significa “pai dos turcos”. Este nome foi escolhido pelo próprio, com vista a se posicionar enquanto líder e protetor da república turca desde a sua criação até o momento de seu falecimento, em 1938. Atatürk realizou uma série de mudanças na sociedade turca, separando-a de seu passado otomano, considerado atrasado e fraco, devido ao sistema de governo antecedente, ligado à religião e à forma como os Sultões otomanos administravam o território e as forças armadas.

¹⁰Estas mudanças serão melhor abordadas no capítulo dois.

¹¹Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/10.18449/2020C22/>. Acesso em: 02 de março de 2022.

e de uma ponte entre a Europa e a Ásia (somada ao Oriente Médio), a Turquia possui uma grande importância estratégica para o Ocidente e suas alianças, especialmente em termos de Segurança e Defesa, que buscam tê-la como aliado, tal como ocorreu ao longo da Guerra Fria.

Contudo, após o fim do conflito, o país ganhou uma maior autonomia de ação, se utilizando, especialmente, de sua importância geográfica e do domínio dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos e toda a sua representatividade para o equilíbrio de poder regional, como uma ferramenta de barganha para tentar se posicionar enquanto um ator de peso na geopolítica do Mediterrâneo.

1.2 - A formação da República da Turquia (1923) e suas delimitações territoriais

Esta subseção se faz importante para o conhecimento prévio sobre as condições às quais a Turquia foi submetida logo no início de sua existência enquanto República. Durante o momento de sua criação e os períodos seguintes, o novo Estado, fruto do fim do seu império antecessor, tornou-se seu principal representante. Assim, poderemos entender os antecedentes que hoje são alvo de críticas e de políticas revisionistas do Presidente Erdoğan e de seu Partido, o AKP.

As condições às quais a Turquia foi submetida para que sua independência fosse reconhecida pelas potências vencedoras da Primeira Guerra, assim como pelos próprios europeus como um todo, lhe custaram muito daquilo que o Império Otomano, um dia, fora capaz de disfrutar. À Turquia, foi retirado o direito soberano sobre os Estreitos de Bósforo e Dardanelos, porções geográficas de extrema importância geopolítica não somente para a própria Turquia, como também para os interesses europeus na região, em especial, o acesso aos países do Mar Negro, atingindo esferas de influência da Rússia, assim como limitar a saída russa para o Mar Mediterrâneo, além do controle sobre todos os navios que por ali passassem.

A questão dos Estreitos é um assunto recorrente na geopolítica turca, desde o seu passado otomano, passando pelo momento de sua independência, pela Guerra Fria, pela sua adesão à OTAN e, chegando até os dias de hoje, sob a presidência de Erdoğan, sendo um tema de relevância na Política Externa turca.

Desta forma, retomaremos os tratados que fizeram parte da composição da Turquia no início do século passado, tais como o Tratado de Sèvres (1920), o Tratado de Lausanne (1923), e a Convenção de Montreux, que influenciaram sua existência desde o princípio até a

atualidade. Anteriormente, antes do fim da guerra, já havia também, o Tratado de Sykes-Picot, ocorrido em 1916 entre as potências França e Inglaterra, já visando a partilha do Império Otomano.

É igualmente importante ressaltar que, em 1921, a Turquia realizou um tratado com a ex-URSS, chamado de Tratado de Cars, assinado em Moscou, no qual foram estabelecidas as fronteiras entre a Turquia e as três repúblicas transcaucásias da URSS (Armênia, Azerbaijão e Geórgia)¹².

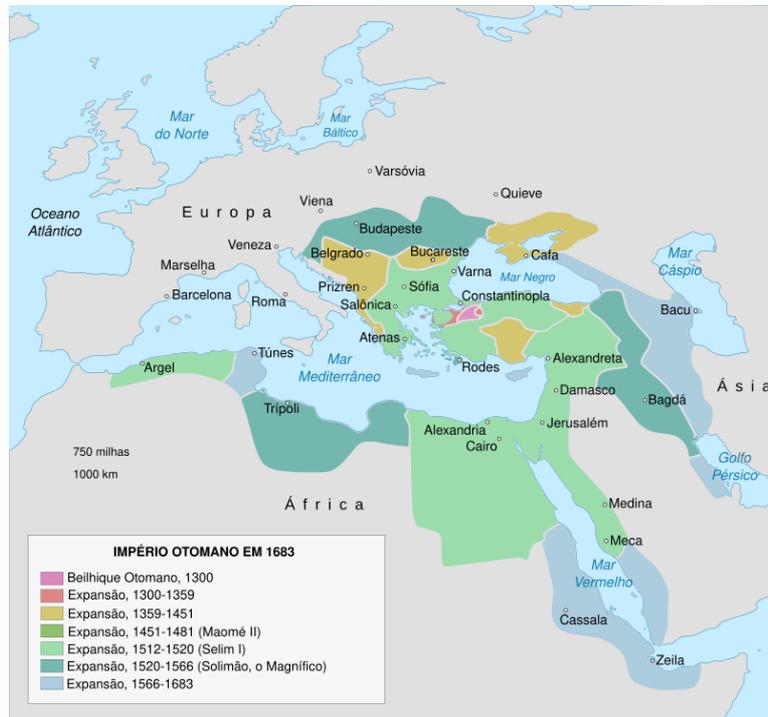
Tão logo a República da Turquia foi declarada no ano de 1923, o novo país teve de criar alternativas em seus governos para poder sobreviver perante o cenário internacional. O antigo império havia passado por um processo de defasagem militar em relação à Europa, que vinha se desenvolvendo rapidamente, ao passar pelas transformações da Revolução Industrial. Assim, através do processo conhecido como A Grande Divergência (Pomeranz, 2000), a Europa se sobressaiu perante a Ásia, que costumava liderar os caminhos de desenvolvimento e de dominação até então.

Neste contexto, se faz importante ter uma visão da porção territorial a qual os otomanos tinham poder a fim de facilitar a compreensão sobre os interesses internacionais sobre quais eram os interesses das Grandes Potências em conseguir esfacelar este território e assim, poder dividir em porções administradas por estas.

O mapa abaixo mostra a mancha de domínio territorial do Império Otomano sobre os países atuais, nos dando uma dimensão e melhor contextualização do que este império representou um dia.

¹²O fato de este tratado ter sido assinado após o Tratado de Sèvres, que é reconhecido, tal como veremos adiante, como um tratado humilhante para a Turquia, nos coloca a refletir se o Tratado de Lausanne, que viria dois anos depois com condições um pouco melhores para o país, não seria uma tentativa do Ocidente em já se precaver de qualquer futura aproximação turca com a então URSS. Como vimos, o Tratado de Sèvres impôs condições muito severas à Turquia. Um ano depois, esta assina um acordo com a URSS que viria a desempenhar importante papel diplomático na época. Esse tratado permitiu que a Turquia e a URSS normalizassem suas relações e cooperassem economicamente e militarmente. O tratado foi importante para a Turquia, pois a cooperação com a URSS proporcionou à Turquia um suporte militar e político valioso durante a Guerra de Independência Turca e ajudou a estabilizar a situação interna do país. Temos, portanto, que a cooperação com a URSS e o reconhecimento das fronteiras turcas pela URSS viriam a ajudar na consolidação de uma posição turca nas negociações do Tratado de Lausanne, pois os soviéticos eram um importante jogador na política internacional da época e sua influência ajudou a pressionar as potências ocidentais a reconhecerem a nova ordem. Assim, concluímos que o tratado assinado com a URSS ajudou a Turquia indiretamente, diante das potências Ocidentais, na época da definição de suas fronteiras.

Mapa 4: Evolução dos domínios territoriais do Império Otomano entre 1300 e seu auge, em 1683



Fonte: Wikipedia¹⁵

Mapa 5: Retrocesso Imperial do Império Otomano entre 1657 e 1918



Fonte: Enciclopédia Humanidades¹⁶

¹⁵Disponível

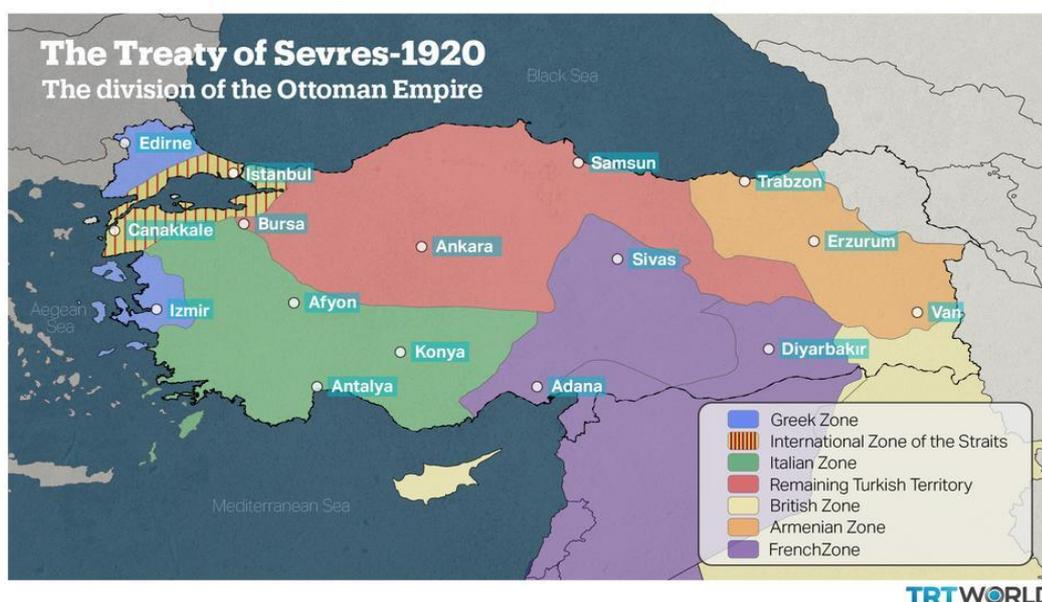
em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_territorial_do_Imp%C3%A9rio_Otomano. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

¹⁶Disponível em: <https://humanidades.com/br/imperio-otomano/>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

1.2.1 – O Tratado de Sèvres (1920)

Com o Tratado de Sèvres, os Aliados e o Império Otomano estabeleciam a paz após o fim da Primeira Guerra Mundial. Mas esta paz era somente para os europeus, imposta pelos vencedores, pois os otomanos tiveram que aceitar a divisão de seu território entre os Reinos da Itália, da Grécia, a República Francesa e o Império Britânico, tal como se pode ver no mapa abaixo. Também houve uma parte reservada aos armênios, que haviam sido assassinados em massa, configurando o que ficou conhecido como o Genocídio Armênio¹⁷.

Mapa 6: O Tratado de Sèvres (1920)



Fonte: TRT World¹⁸

Conforme aponta Gelvin (2005), em 1920, o Sultanato turco assinou o Tratado de Sèvres, o qual iria dividir as regiões turcas e não turcas. Os Aliados dividiram a Anatólia Ocidental entre Grécia, Itália e França. Para assegurar essas divisões, os europeus prontamente

¹⁷Em 1915 iniciou-se um período de massacres realizados pelo governo turco, contra os armênios. Estima-se que as mortes foram entre 800 mil e 1,8 milhão. O motivo teria sido, a já reconhecida insubmissão dos armênios aos otomanos, que teria se agravado durante a Primeira Guerra, já que estes se recusavam a servir ao exército otomano. Anteriormente, em 1909, cerca de 20 mil armênios já haviam sido mortos pelo governo de *Abdulhamid II*, pois estes lutavam pela independência do império (Göçek, 2015).

¹⁸Disponível em: <https://www.trtworld.com/magazine/turkey-still-debates-whether-treaty-of-lausanne-was-a-fair-peace-deal-14632>. Acesso em: 19 de outubro de 2021.

enviaram suas Forças Armadas. Isto levaria futuramente, a problemas de insurreições nacionalistas dos povos turcos (Gelvin, 2005, *apud* Sullivan, 2018, p.6).

Assim, esta situação semeou o surgimento do Movimento Nacional Turco, criado em 1919 sob a liderança de Mustafa Kemal, que é, desde então visto como o “pai da República Turca” uma vez que, contrário aos processos de ocupação da Turquia, garantiu o processo de independência da República da Turquia. Desde o oficial fim do Império Otomano, em 1 de novembro de 1920, até a proclamação de independência turca em 29 de outubro de 1923, houve muitas guerras, dentre elas, guerras contra os armênios, contra os franceses e contra a Grécia.

À frente do movimento nacionalista turco, Kemal vinha lutando desde o fim da Primeira Guerra na frente síria, demonstrando forte defesa contra o Império Britânico, tornando-se, então, um importante líder para o movimento nacionalista turco. Devido às ambições internacionais sobre o território otomano ao final do conflito, Kemal teve de limitar suas ambições territoriais a fim de manter e preservar a independência do Estado turco (Helmreich, 1974, p. 230-231). Ou seja, a distribuição de poder relativo desfavorável constrangeu suas escolhas diante das Grandes Potências e seus interesses de influenciar o estratégico território turco e controlar as possibilidades de ascensão do Estado que o domina, conforme preveem as visões Geopolíticas e Realistas apresentadas no Capítulo 1. Na condição de *buffer-state* localizado em um *chokepoint* e em uma área *shatterbelt*, a Turquia sofre pressões desde seu nascimento.

Segundo Dural (2014), apesar de humilhante, o Tratado de Sèvres acabou sendo bom para a existência da República da Turquia, uma vez que tirou o foco dos europeus sobre uma independência otomana (Dural, 2014, p.186). Neste momento, portanto, era mais importante para os turcos, conseguir manter sua porção territorial para sua população, do que contestar as divisões as quais o novo país estava sendo imposto. Devido a isto, alguns tratados impostos durante estes momentos iniciais da história turca enquanto república, marcam até hoje suas relações com seus vizinhos, o que gera insatisfação e tentativas de revisão destes tratados por parte do Presidente Erdoğan.

Logo após a assinatura do Tratado de Sèvres, a Grécia prontamente assumiu vantagens sobre o tratado, invadindo a Anatólia logo no início do ano de 1921, sob tácita aprovação dos Aliados. Mesmo abatidos, os gregos conseguiram vantagem ainda assim, ao fazer com que as Forças Nacionais Turcas recuassem para mais longe, ao sul de Sakarya, rio que desemboca no mar de Mármara, conseguindo assim, aumentar sua zona de influência sobre o território

otomano. Mustafa Kemal conseguiu combater os gregos ao sul de Sakarya e, no ano seguinte, em 1922, conseguiu expulsá-los de Smyrna, cidade turca ocupada até então pelos gregos. A cidade foi incendiada (Gawrich, 1988).

Como afirma Helmreich (1974), “o Tratado de Sèvres foi uma solução imperialista do século XIX para problemas imperialistas do século XIX, que culminaram nos conflitos do século XX”. Tudo o que os europeus queriam ao longo do século XIX era dividir e ocupar o Oriente Médio, acabando assim, com a Questão Oriental:

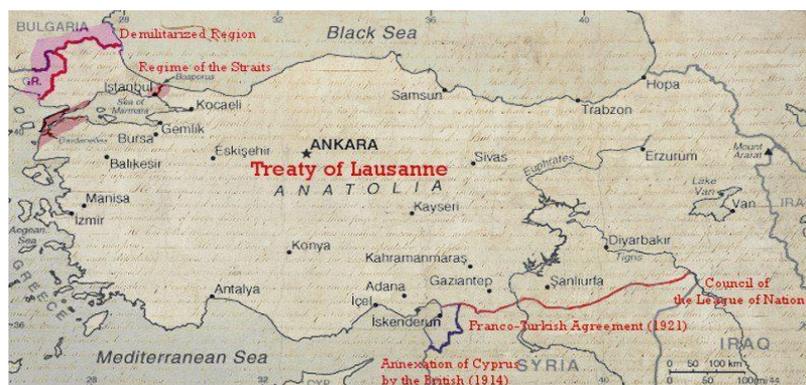
The Sevres treaty constituted the final resolution of the Eastern Question as it had been interpreted by the European powers during the nineteenth century. It was a nineteenth-century imperialistic solution to a nineteenth-century imperial problem, a problem that had the misfortune of culminating in a new twentieth-century environment, the full ramifications of which were not fully understood by any of the statesmen involved (Helmreich, 1974, p.321).

A ocasião de expulsão dos gregos de Smyrna deu a Kemal a oportunidade de pressionar os Aliados a estabelecer um novo tratado, que viria a substituir o Tratado de Sèvres, que retornava à Turquia o controle sobre os Estreitos de Bósforo e de Dardanelos, sobre Istambul e seu território europeu. Também foi retomado o controle turco sobre o Curdistão Ocidental, sobre a Armênia Ocidental e sobre a costa oriental do mar Egeu, onde ficam as cidades como Smyrna e Éfeso. Ademais, foi estabelecida a fronteira com o Iraque. Três anos depois, ficou estabelecido que Mosul pertenceria definitivamente ao território iraquiano (Gawrich, 1988). Podemos ver as definições do novo tratado no mapa abaixo da próxima subseção.

1.2.2 – O Tratado de Lausanne (1923)

Diante do exposto na subseção anterior, já em 1922, os próprios Aliados buscavam uma revisão do Tratado de Sèvres em favor da Turquia, após ver a força da luta nacionalista turca, liderada por Mustafa Kemal Atatürk. Isto fez com que o Tratado de Lausanne de 1923 fosse o único tratado de guerra, após o fim da Primeira Guerra Mundial, que foi realmente negociado entre vencedor e perdedor. Ou seja, a balança pendeu para o lado turco, que aproveitou a oportunidade, aumentando seu poder de barganha.

Mapa 7 – Tratado de Lausanne (1923)



Fonte: United World (2019)¹⁹

Seguindo essa linha, aponta Helmreich (1974, p.321):

By the spring of 1922, the Allies were voluntarily seeking to revise the treaty in favor of the Turks, and a total Nationalist military victory in the summer of 1922 resulted in the negotiation of a virtually new treaty at Lausanne in 1923. This later treaty, though retaining the portions of the Sevres settlement that dealt with Arab mandated territories, constituted an overwhelming diplomatic victory for the Nationalist movement of Mustapha Kemal in all matters relating to the Turkish state. The Treaty of Lausanne was the only World War I peace treaty that was truly negotiated between victor and vanquished, although by that time such designations had been pretty well obliterated by the turn of events.

Temos, assim, uma breve comparação entre as resoluções territoriais dos dois tratados se faz importante. De acordo com Brown (1924, p.113, tradução nossa), o Tratado de Sèvres era “frágil como porcelana”. No tratado de 1920, os turcos ficaram somente com a porção europeia de Constantinopla somada à uma pequena porção territorial que protegeria esta capital. Em 1923, os turcos receberam de volta, basicamente, suas fronteiras antigas com a Bulgária e com a Trácia Oriental, que permaneceram com a Grécia, inclusive a cidade sagrada de Adrianópolis, com muitos resquícios dos passados dos antigos Sultões turcos. Igualmente, em 1920, os turcos tinham concordado de ceder boa parte de Smyrna aos gregos, mesmo com uma soberania fictícia sobre a região, amparada pela Liga das Nações. Já em 1923, esse território voltou aos turcos, sem nenhuma restrição. Em 1920, os turcos haviam concordado em ceder um território aos armênios e aos curdos. Já o acordo de 1923 não fez nenhuma menção a estas questões. Sobre os Estreitos, o Tratado de Sèvres, dava à Grécia o controle sobre a porção

¹⁹Disponível em: <https://uwidata.com/12690-the-birth-certificate-of-turkey-treaty-of-lausanne/>. Acesso em: 08 de março de 2022.

européia de Dardanelos, enquanto o Tratado de Lausanne devolvia à Turquia o controle absoluto sobre os Estreitos, desde o Mar Egeu, até o Mar Negro (Brown, 1924).

O Tratado de Lausanne tratou de outros assuntos como as multas por reparação de guerra, como as existentes no Tratado de Versalhes, tratou também de algumas questões da forma organizacional da sociedade turca até 1914, como o regime de capitulações²⁰ do antigo Império Otomano. Contudo, para fins de nossa pesquisa, nos ateremos somente nas questões territoriais, que são objeto de análise quando se trata das mudanças na Política Externa turca de Erdoğan, mesmo um século depois da assinatura destes tratados.

Até o momento foram abordados os principais tratados que moldaram as fronteiras turcas no momento inicial de sua República. Bem como observaram Brown (1924) e Heilmreich (1974), o Tratado de Sèvres foi fruto do próprio imperialismo europeu, especialmente britânico, tal como recomendava Mackinder enquanto conselheiro do governo inglês. A Grã-Bretanha, somada à França, temia a ascensão da Alemanha no centro do tabuleiro europeu, em parceria com os otomanos. Caso a parceria entre ambos não tivesse tido a força contrária franco-britânica, a Alemanha, mesmo unificada tardiamente, teria conseguido criar um caminho de acesso ao Golfo Pérsico muito mais rápido do que a própria Grã-Bretanha, que precisava ir por mar.

²⁰O Sistema de Capitulações eram contratos assinados entre o Império Otomano e as potências europeias. Também chamados de *ahdnames*, os contratos feitos, especialmente com a França, representavam ações bilaterais representando concessões feitas pelos Sultões turcos a estas nações cristãs europeias, conferindo aos cidadãos otomanos direitos e privilégios em território europeu, em troca de que os cidadãos europeus pudessem residir e comercializar em território otomano. Esta prática também era utilizada pelo Império Bizantino (Van den Boogert, 2020).

Mapa 8: Kilometragem do Canal de Suez (11.600km)²¹



Fonte: Placesbook.org

Já a Alemanha, com a Ferrovia Berlim-Bagdá, caso esta desse certo, faria um percurso muito menor, conforme mostra o mapa abaixo.

Mapa 9: Rota da Ferrovia Berlim-Bagdá no Império Otomano (1600km)²²



Fonte: Wordpress

²¹Disponível em: <https://planetagarve.com/2013/07/08/portugal-pode-beneficiar-com-a-crise-no-egito/>. Acesso em: 29 de dezembro de 2018.

²²Disponível em: <https://iakal.wordpress.com/2014/10/10/the-first-world-war-for-oil-1914-1918-similarities-with-the-2014-oil-wars-100-years-later/>. Acesso em: 29 de dezembro de 2018.

Desta forma, temos que, assim como ressaltado no primeiro capítulo, o estudo das teorias geopolíticas se faz extremamente necessário a esta pesquisa. Através do entendimento do contexto anterior à eclosão da Primeira Guerra Mundial, podemos ver que Alemanha e Império Otomano estavam do mesmo lado do conflito, compartilhando interesses em comum de crescimento e colaboração. Como bem ressaltaram Kissinger (2013) e Mackinder (1904), a Alemanha representa um grande potencial de expansão de poder no centro da Europa. O país, dotado de capacidade anfíbia, ou seja, de projeção de poder tanto por terra, como por mar, representava neste momento uma forte ameaça aos interesses britânicos e franceses de expansão e dominação imperialista. Mackinder (1919) ressaltava que a Ferrovia Berlim-Bagdá desafiava a ordem geopolítica daquele tempo tanto para a Inglaterra, ao representar uma outra via para o acesso pelo Canal de Suez, como aos próprios russos, com relação ao bloqueio dos Estreitos.

Assim, junto com o Tratado de Versalhes, que puniu a Alemanha, a nova Turquia viria a ser moldada pelo Tratado de Sèvres e, posteriormente, pelo Tratado de Lausanne. Assim, em 1923 a República da Turquia se constituía, após as vitórias de Kemal Atatürk em favor dos interesses nacionalistas turcos, ficando com a posse sobre a Anatólia e sobre os Estreitos de Bósforo e Dardanelos. Contudo, os otomanos perdiam suas posses árabes. Enquanto Palestina e Mesopotâmia ficam sob mandato da Inglaterra, Síria e Líbano ficaram sob domínio francês. O fim do Império Otomano gerou um enorme movimento migratório. Cerca de 1,3 milhão de gregos abandonaram a Ásia Menor, e cerca de 500 mil turcos deixaram Grécia (Brown, 1924).

A questão do Chipre também é importante para a geopolítica turca, conforme será abordado nos próximos capítulos, quando será analisado mais profundamente, a política do governo Erdoğan. Em se tratando de migrações, a Ilha do Chipre continuou sendo ocupada tanto por gregos, como por turcos, o que vai gerar um conflito entre ambos os países na década de 1970, e que dará relevância à questão até a contemporaneidade.

Neste sentido, seguiremos para o próximo tópico, traçando todo o contexto geopolítico que cercou a história turca desde 1923 até o ano de chegada da figura de Erdoğan como Primeiro-Ministro, em 2002, quando começou a moldar a nova Política Externa turca.

1.3 – A Turquia na Geopolítica Clássica

Conforme mencionado anteriormente, esta tese parte da hipótese de que o governo Erdoğan representa uma mudança no padrão histórico de relações entre a Turquia e o Ocidente,

referido nesta pesquisa como EUA, OTAN e UE. Para tanto, serão apresentados indícios e evidências de que houve uma mudança em seu governo com relação aos anteriores.

Para compreender as razões por detrás dessas mudanças, busca-se um estudo que conta com uma análise de Longo Prazo, considerando questões históricas; a formação territorial turca e suas conseqüentes perdas territoriais; sua formação social; cultural; antropológica; religiosa e estatal; além da formação do seu pensamento político, inclusive do pensamento político eurasiático.

Assim, apesar de existirem fatores diversos que possam ter influenciado nas alterações dentro da Política Externa turca com relação ao Ocidente, iniciaremos com uma análise geopolítica, uma vez que os fatores geográficos possuem, predominantemente, um caráter permanente e que influenciam as políticas e estratégias dos Estados. Assim, partimos do princípio de que, antes de qualquer fator conjuntural, fatores estruturais são influentes na forma como um país se relaciona com o meio externo. Para tanto, retomaremos brevemente os autores da geopolítica e suas análises sobre como a geografia pode influenciar nas estratégias dos Estados, focando nas suas visões particulares sobre o território da Turquia.

Assim, retomamos Friedrich Ratzel (1897), que se tornou reconhecido como “o pai da Geografia Política”, ao produzir em sua obra de mesmo nome (1897), estudos sobre o “espaço vital” ou *Lebensraum*, em alemão. A Geografia Política, aqui, está vinculada ao processo de unificação nacional e organização do Reich alemão; à sua marginalização na partilha colonial e ao agravamento das rivalidades imperialistas. Neste sentido, portanto, o “Espaço Vital” foi um termo necessário para compreender as ferramentas para que a Alemanha pudesse sustentar seu crescimento e aumento de poder relativo com relação aos Estados vizinhos, a fim de se tornar uma potência na Europa. Para conseguir conquistar este espaço, a prática de políticas colonialistas era necessária. Isto foi muito comum na estratégia alemã entre os anos de 1890 e 1940 e o Império Otomano fez parte desta tentativa de expansão das áreas de dominação alemãs neste período imperialista.

Ratzel foi influenciado pela teoria de Charles Darwin sobre a sobrevivência dos mais aptos. Assim, o conceito de “Espaço Vital” giraria em torno das condições existentes no espaço e na natureza necessárias para a manutenção ou mesmo, consolidação, do poder que um Estado pode exercer sobre o seu território. Estas seriam, então, as condições naturais que estariam disponíveis em um determinado espaço geográfico e que serviriam para o fortalecimento de uma sociedade pertencente a este local. Assim, as populações que pudessem disfrutar de melhor

“espaço vital” seriam as mais aptas a se desenvolver da melhor forma e, portanto, conquistar novos territórios. Assim, “Por si mesmos, os dons da natureza não mudam com o tempo nem em espécie e nem em quantidade, mesmo se o abastecimento de bens úteis, que varia de ano em ano, for imprevisível. Esses dons dependem de certas circunstâncias externas; são restritos a certas zonas, a altitudes particulares e a diferentes tipos de solos. Inicialmente, o poder do Homem sobre esses dons está sujeito a limites estreitos — que podem ser repelidos pelo desenvolvimento de sua força intelectual e por sua vontade, embora tais limites jamais possam ser abolidos completamente. Por outro lado, as forças do Homem não pertencem senão a ele mesmo; ele pode não somente utilizá-las, mas também multiplicá-las e reforçá-las sem que se possa — pelo menos até hoje — colocar-lhe limites” (Ratzel, 1894).

Como vimos, Rudolf Kjellén cunhou o termo Geopolítica com base nos estudos sobre Geografia Política na Suécia. A primeira vez que o autor utilizou este termo foi em 1899 em seu artigo *Studier öfver Sveriges politiska Gränser* (Estudos sobre os limites políticos da Suécia, em português). Depois, Kjellén desenvolve melhor este termo no seu livro, de 1916, 1916 no seu livro *Staten som livsform* (Estado como forma de vida, em português). O autor definiu a geopolítica como “o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra – logo, do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como domínio político (reich)” (Kjellén 1924 *apud* Couto e Silva 1967, 160)²³. Assim, o termo tem nascimento neste país, ganhando mais notoriedade, portanto, em outros países os quais estavam em disputas territoriais que ganharam proporções mundiais. Após a Primeira Guerra Mundial, o termo Geopolítica passou a ficar conhecido internacionalmente e passou a ser utilizada na Academia e pelos estadistas para designar relações de poder dos Estados, partindo de uma definição territorial e características geográficas que faziam parte das estratégias políticas desses Estados.

Kjellén (1916) irá renovar a Ciência Política e a Geografia ao abordar uma visão estadocêntrica nesses dois campos. Ao trazer esta lente de análise, o autor buscava tentar compreender os rumos da política mundial. Assim, Kjellén tentou sistematizar a Ciência Política a partir do ponto de vista de que os Estados são como organismos vivos, onde seu corpo seria o seu território e sua alma, a sua nação. Assim, para fundamentar seus estudos, Kjellén criou conceitos para se estudar o comportamento dos Estados. O primeiro será, portanto, a Geopolítica, que seria o estudo do território do Estado e de sua organização política. Esta,

²³Referenciamos aqui através da fonte secundária, devido ao idioma sueco não ser muito acessível.

estaria dividida em três áreas: i) morfopolítica, direcionada à política do território, ou seja, o espaço deste Estado; ii) a Fisiopolítica, destinada a entender a política do domínio, mais direcionada aos recursos naturais e iii) a Topopolítica, oriunda da situação geográfica. O segundo conceito seria, então, a Ecopolítica, buscando compreender as atividades econômicas dos Estados. Em terceiro, a Sociopolítica, estudando a sociedade deste Estado. Em quarto, a Demopolítica, visando estudar o povo e suas relações políticas com o Estado e, em quinto, a Cratopolítica, com os estudos sobre o governo deste Estado.

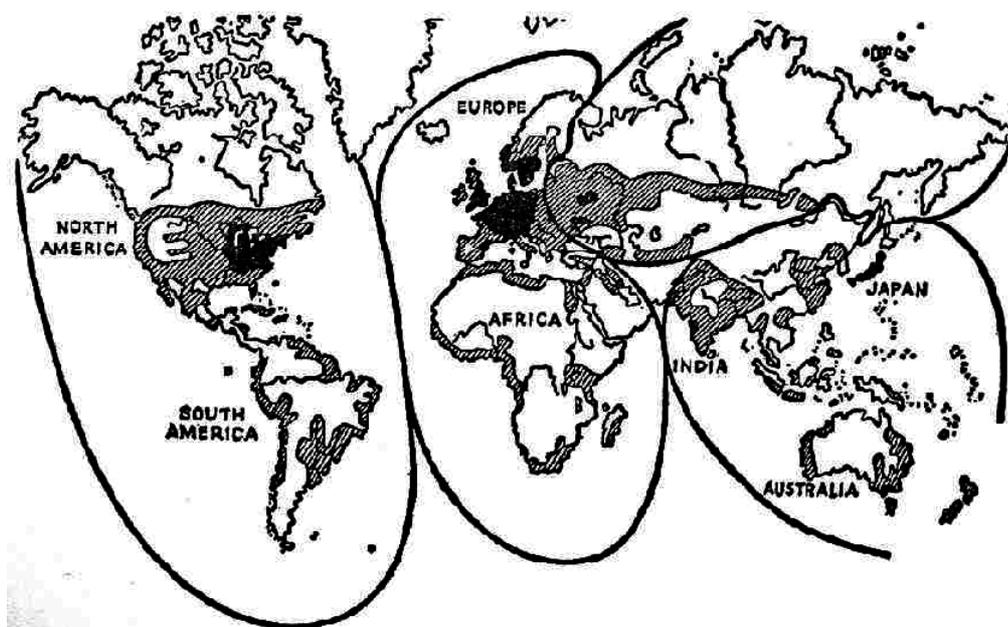
Partindo dessas cinco categorias, o autor sueco aprofundou suas análises sobre o escopo espacial do Estado, partindo de sua dimensão nacional. Porém, cabe ressaltar que a condição vital do Estado é a sua preservação perante os demais Estados, ou seja, suas relações com estes e sua sobrevivência dentro deste jogo internacional de poder. Assim, temos que Kjellén representou um grande avanço para este ramo de estudos, que viria a se desenvolver posteriormente e se aprofundar cada vez mais após os grandes conflitos mundiais, influenciando análises, tais como esta pesquisa, até os dias de hoje.

Pouco depois, em 1919, Karl Haushofer viria com seus estudos geopolíticos a respeito das disputas de poder entre os Estados. O contexto em que o autor desenvolveu seus estudos era o tratado de Versalhes, o qual privava a Alemanha de parte essencial do seu território, ou seja, algo que dificultaria os caminhos para a sua sobrevivência enquanto uma potência na Europa. Assim, dado que Ratzel era amigo pessoal de seu pai, Haushofer retomou fortemente a importância do debate a respeito do “espaço vital” e, assim, a geopolítica começou a ganhar importante destaque em suas análises.

Haushofer, então, retoma através da história um debate sobre a recorrência das disputas de poder entre potências marítimas e terrestres. Além das potências com capacidade de disputar estes poderes, estariam aquelas que vivem nas suas bordas, adjacências e que estariam fadadas a uma eterna instabilidade a não ser que se organizassem em “pan-ideias”, ou seja, através do “pan-asiatismo”, “pan-islamismo”, “pan-americanismo”, “pan-europeísmo”, “pan-eslavismo”. Dentro ainda deste contexto, podemos ressaltar que tanto Ratzel, como Haushofer já haviam tratado deste tema, ao pregar a reunião dos povos alemães sob o Estado alemão. Posteriormente, em 1941, quando a França foi ocupada pela Alemanha na Segunda Guerra Mundial, Haushofer lançou em sua Revista de Geopolítica “*Zeitschrift für Geopolitik*”, publicada entre 1924 e 1944, uma proposta de divisão do espaço geopolítico mundial em quatro zonas de influência, as quais foram denominadas “Pan-regiões”. Como princípio para essa proposta, estariam as “Pan-

Ideias”. O conceito de *Pan-Ideen*, onde “pan” expressaria (em grego) a ideia de um todo. O “*Panism*” ou “*pan-idea*” seria, portanto, uma representação geopolítica baseada em uma comunidade étnica, religiosa, regional ou continental, que seriam baseadas em três elementos geográficos, tais como: a língua, a religião e o pertencimento a um continente em comum. Dentre estas Pan-Regiões estabelecidas por Haushofer, estariam: a Eurásia, que seria controlada pela Alemanha; a Pan-Ásia, que estaria sob o comando japonês; a Pan-Rússia, controlada evidentemente pela Rússia (URSS); e a Pan-América, liderada pelos Estados Unidos (Haushofer, 1931).

Mapa 10 – As pan-regiões de Karl Haushofer



Fonte: Research Gate²⁴

Trazendo este conceito ao nosso objeto de estudo, temos o “pan-turquismo”, que viria como um desdobramento do fim do Império-Otomano, buscando reunir todos os povos turcos dentro do contexto euroasiático, buscando conectar as repúblicas de língua turca da Ásia Central a fim de se beneficiarem da passagem de oleodutos e gasodutos na região. Também há o pan-arabismo, que viria por as rivalidades entre os nacionalismos árabes e, além disso, o pan-

²⁴Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-As-Pan-Regioes-de-Karl-Haushofer_fig1_261301541. Acesso em: 11 de setembro de 2024.

islamismo, que pode não ser árabe, visto que há também os turcos. Este arabismo se basearia na língua, na cultura, na história e na busca, dentro desta esfera de “panismo árabe”, de unificar os países desde o Atlântico até o Golfo Pérsico. O contexto que envolve o nacionalismo árabe também pode ser entendido por uma oposição ao domínio otomano ou, dos turcos. Atualmente o próprio presidente turco, Erdoğan, busca reunir os povos árabes dentro deste contexto, buscando se apresentar como um amigo e não, como um inimigo dos povos árabes.

Já o “panismo” religioso, é mais dinâmico e, neste caso, se apresenta como o pan-islamismo, tendo por objetivo a unificação do mundo muçulmano. Diferente do arabismo, voltado ao etnismo, o islamismo é fundamentado em uma comunidade religiosa, a *Umma*. Há, inclusive, o pan-asiatismo, que estaria sendo encabeçado por Vladimir Putin, buscando estimular um movimento destes países euroasiáticos contra a influência ocidental em suas esferas de poder regional (Akçali; Perinçek, 2009).

Alfred Mahan (1840-1914) foi um oficial da marinha dos Estados Unidos e é considerado um dos maiores estrategistas do poder marítimo. Mahan se destacou por estudar, portanto, não somente o poder marítimo, como especialmente, sua aplicação na geopolítica. Dado que o momento imperialista dos EUA coincidiu com seu *boom* econômico, Mahan (1987) então afirmou: “*Control of the sea by maritime commerce and naval supremacy means predominant influence in the world ... (and) is the chief among the merely material elements in the power and prosperity of nations*”. O geopolítico também era um estrategista Realista, que acreditava que a política internacional era uma disputa sobre quem poderia conseguir o quê, de que forma e quando. A disputa poderia ser por um território, por recursos, por influência política, por vantagens econômicas ou por valores. Quem disputava estas questões eram os chefes de Estado, os militares e, neste caso, as forças navais seriam os instrumentos utilizados para se atingir estes objetivos (Iliopoulos, 2009, p.1, tradução nossa). O momento de expansão territorial dos EUA no final do século XIX não somente se deu como a “Marcha para o Oeste”, dentro da Doutrina do Destino Manifesto, como também, a consolidação da sua supremacia para o Oriente, a fim de superar a Inglaterra.

As teorias de Mahan influenciaram muito a política do governo de Theodore Roosevelt, presidente dos EUA entre 1901 e 1909, pois suas ideias foram adotadas no processo de construção da Marinha de Guerra dos EUA. Assim, Roosevelt implementou em seu governo uma política de supremacia do poder marítimo como estratégia de seu governo, aplicando também a política do “Big Stick”, que seria uma reação (o grande porrete) dos EUA a tentativas

de intervenção europeias, especialmente britânicas, em áreas de seu interesse, como Golfo do México e o Mar do Caribe, além do Oceano Pacífico.

Temos assim, que os principais autores da Geopolítica Clássica tratam das estratégias para a Europa e das formas como os países europeus, especialmente as Grandes Potências, poderiam aumentar seus poderes. Assim, podemos utilizar suas teorias para tratar da parte territorial que hoje cabe à Turquia ao analisarmos o seu passado ainda como o Império Otomano, realizando assim, uma análise de longo prazo.

Mahan será um dos principais opositores do autor Halford Mackinder, a ser apresentado em seguida. Mackinder é o autor da Teoria do *Heartland*, onde a Eurásia seria o coração do mundo e aqueles que conseguissem dominá-la, estariam mais perto de um domínio dos rumos da geopolítica global. Para Mahan (1987), isso não era verdade e sim, o controle naval seria a resposta para isso. Mahan, então, desenvolveu o conceito de “*Great Common*”, se referindo à supremacia naval e o domínio dos mares, conseqüentemente. Esse domínio representaria as artérias do comércio internacional e os meios de projeção de poder, portanto. O termo “*Great Common*” se refere, então, aos oceanos e mares do mundo e, assim, o controle sobre esses “bens comuns” seriam cruciais para o poder e prosperidade de uma nação. Assim, o termo simbolizaria esses espaços abertos, como os oceanos e mares, como essenciais para a supremacia naval e para a projeção de poder geopolítico de um país. Assim, a capacidade de uma nação de controlar suas rotas marítimas, através de uma poderosa marinha, seria de fundamental importância para a soberania desta nação²⁵.

Assim, temos que na grande maioria das teorias da Geopolítica, tal como as apresentadas, como as que virão a seguir, a região que ocupa a Turquia hoje foi e ainda é, muito estratégica, especialmente no momento de expansão da Alemanha Imperial, dentro do projeto mencionado anteriormente, de uma busca por um “espaço vital” para que a Alemanha pudesse atingir o nível das potências já sedimentadas no tabuleiro europeu, tal como França e Grã-Bretanha.

Ao unificar-se tardiamente, somente na década de 1870, a Alemanha buscou conquistar justamente o território do Império Otomano que ocupava o sul e parte do leste da Europa, além do norte da África e parte da Ásia, onde a Inglaterra já iniciava suas explorações de petróleo no

²⁵Exemplo dessa busca por domínio dos mares, foi a criação do Canal do Panamá, pelos EUA, em 1914. Com este canal, o trânsito marítimo fica mais fácil e, ainda, os EUA podem passar a tributar a passagem de navios, que desejam encurtar suas viagens e conseguir mais lucros no comércio internacional.

Golfo Pérsico. Desta forma, para impedir que a Alemanha Industrial obtivesse influência sobre a Eurásia – junto aos EUA, que estavam ao seu lado na liderança da Segunda Revolução Industrial –, a Inglaterra chegou a influenciar os nacionalismos nos Balcãs e mesmo, se unir à França a fim de impedir o fortalecimento alemão e, assim, disputar poder sobre o Império Otomano, impedindo, portanto, que este projeto de dominação sobre uma área de influência aos pés da Europa, pudesse ser atingido pelo Kaiser Guilherme II (McMeekin, 2011).

E por que, então, este território o qual a Turquia ocupa era de tamanha importância para as estratégias europeias de aumento relativo de poder? Quais são os potenciais da região da Turquia?

Assim como retomamos os pensamentos de alguns geopolíticos clássicos, como Ratzel, Haushofer e Alfred Mahan, destacaremos agora, o geógrafo britânico Halford Mackinder, defensor da teoria geopolítica do poder terrestre, dedicando boa parte de seus estudos a entender a importância da Eurásia como uma parcela territorial de suma importância para o equilíbrio ou controle do poder global entre as Grandes Potências.

Consideramos, portanto, que Mackinder seja um autor indispensável à esta pesquisa para fins de sustentação de nossos argumentos, uma vez que suas teorias consideram a região onde se encontra a Turquia atualmente e, também, o cenário geopolítico no qual esta está inserida.

Na visão de Mackinder (1904), quando a Inglaterra emergiu como um poder naval, os Estreitos turcos se mostraram uma chave de poder para poder conter a Rússia, uma vez que o autor destaca que, enquanto a Inglaterra é um forte poder naval, a Rússia seria “o grande urso”, ou seja, um grande poder terrestre, o qual representaria o outro polo de poder global, na visão dos autores que analisaram o poder terrestre. Assim, conter a Rússia de acessar o mar, seria de suma importância para que o país não se tornasse uma superpotência anfíbia, garantindo assim, a supremacia naval inglesa. Daí o interesse britânico em proteger a integridade do Império Otomano naquele momento e, também, buscar a sua “europeização” ou “ocidentalização” como uma estratégia de Estado.

Considerando os avanços tecnológicos na capacidade de mobilidade terrestre ferroviária, Mackinder (1904) destaca a possibilidade de expansão de poder estatal por terra, buscando definir em suas teorias porções territoriais às quais, quando conquistadas, representariam uma maior capacidade de projeção de poder pelos países que as dominassem.

Assim, o autor analisa a capacidade de potências terrestres se expandirem e influenciarem territórios, como a Alemanha e a Rússia, dentro de um arcabouço de disputa secular entre o poder terrestre e o poder marítimo²⁶, tendo o equilíbrio ou disputa de poder na Eurásia como elemento chave para a supremacia de Poder Global²⁷, algo que era de grande interesse britânico.

Mackinder (1904; 1942), então, define a Eurásia como o continente basilar, na qual há uma área central e estratégica para aquelas potências que desejassem expandir e garantir seus poderes, a Área Pivô, posteriormente chamada de *Heartland*. Esta área seria circundada por dois arcos chamados de Crescente Interno e Crescente Externo, conforme se pode observar na figura abaixo.

Mapa 11 – As divisões geopolíticas segundo Mackinder



Fonte: Cohen, 2014, p.16

No Crescente Interno, estaria a primeira defesa marítima dos poderes terrestres, e em especial do Estado que domina a Área Pivô, e, ao mesmo tempo, a região em que as potências terrestres viriam a tentar projetar seus poderes, almejando conquistar um poder anfíbio. O poder terrestre se expandiria do centro para as bordas, e as potências marítimas se expandiriam pelos mares e do litoral para dentro, sendo o Crescente Interior uma área de choque.

²⁶Para sustentar seus argumentos, o autor recupera da história antiga europeia, as guerras greco-pérsicas, que colocavam em xeque o poder naval dos gregos e o poder terrestre dos persas; posteriormente, na Era Moderna, a Guerra dos Sete Anos confrontada por Inglaterra, em seu poder marítimo com colônias na América e a França, em seu poder terrestre, com colônias no Oriente (Mackinder, 2004).

²⁷Termo utilizado por José Luís Fiori em sua obra “O Poder Global”, 2007.

Nesta região estariam concentrados os antigos impérios, tais como os impérios Alemão, o Áustro-Húngaro, além da própria Índia, que então era uma colônia inglesa, somada à China e seus fragmentos na época e, aquele que aqui nos interessa, o império Turco-Otomano, dentro do arcabouço de possibilidades de expansão do Poder Terrestre, junto com a possibilidade de expansão anfíbia, ao lado dos Impérios Alemão e Áustro-Húngaro. Temos que o Império Otomano representava um dos impérios centrais pelo fato de possuir sua extensão territorial baseada em um grande domínio terrestre contínuo, muito similar ao caso dos impérios Alemão, Áustro-Húngaro e Russo, diferentemente da Inglaterra, que era um império ultramarino. Ressaltando que o Império Otomano estava localizado no Crescente Interno ou Marginal.

Já o Crescente Externo, corresponderia às áreas de poder marítimo como Inglaterra, EUA e Japão, que já representavam à época, potências econômicas e militares. Neste segundo arco também estariam as posses destas potências, como o Canadá, Austrália e África do Sul.

Como vimos, os otomanos, que já estavam enfraquecidos ao final do século XIX, acabaram se tornando o foco de tentativa de expansão territorial pela Alemanha, em busca de seu “espaço vital”, pela Rússia, em busca dos “mares quentes”, e pela Inglaterra, projetando-se pelo mar para o Oriente Médio, embasando as hipóteses de Mackinder. Assim, segundo o autor, Potências com posição geográfica terrestre e central, como a Rússia e a Alemanha, em busca de se tornar uma potência anfíbia, buscavam o controle de áreas que lhe dessem maior capacidade de expansão.

Assim, a Rússia teria o poder sobre o *Heartland*²⁸, ou Área Pivô da Eurásia, como o autor a denominou em um primeiro momento, e a Alemanha possuiria uma posição similar na Europa. O *Heartland* representa a porção central da Eurásia e seria fundamental para o domínio do continente basilar, a Eurásia. Segundo o autor, quem dominasse esta área, teria condições de dominar o restante do mundo, devido ao enorme poder acumulado por dominar esta região, daí o nome de “coração do mundo”.

Thus far we have been thinking of the rivalry of Empires from the point of view of strategical opportunities, and we have come to the conclusion that the World-Island and the Heartland are the final Geographical Realities in regard to sea-power and land-power, and that East Europe is essentially a part of the Heartland. [...] The test of the League will be in the Heartland of the Continent. Nature there offers all the prerequisites of ultimate dominance in the world; it must be for man by his foresight

²⁸Nesta época, Mackinder também cunhou sua máxima de que: "quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a *World Island*; quem domina a *World Island* controla o mundo". Aqui ainda ressaltamos que a Ilha Mundial (*World Island*) era a denominação dada pelo autor ao duplo continente formado pela Eurásia-África, onde está a localização da Turquia (Mackinder, [1904] 2004).

and by the taking of solid guarantees to prevent its attainment (Mackinder, 1942, p.94-95; p.120, Edição versão Kindle).

Assim, para impedir que impérios centrais pudessem crescer através da ocupação destas áreas, tidas como essenciais para o domínio do poder global, alguns anos depois, Mackinder (1942) desenvolveu a ideia daquilo que viria a ser chamado de “cordão sanitário”, em sua obra *Democratic Ideals and Reality* (1919) onde, ao assessorar potências vencedoras nas conferências de paz após a Primeira Guerra Mundial, especialmente a Inglaterra, propôs a criação de um cordão de países que pudessem separar a Alemanha a Rússia²⁹, impedindo a união dessas duas grandes potências.

Desta forma, é importante notar que, para Mackinder, diante da vantagem do poder terrestre, os Estados denominados Impérios Centrais ameaçariam o equilíbrio de poder na Eurásia, tanto por sua dimensão e caráter territorial contíguo, quanto pelas suas posições geográficas centrais. Portanto, do ponto de vista de uma política de equilíbrio de poder que interessava à Inglaterra, baseado em seu realismo geográfico, seria conveniente o esfacelamento destes impérios territoriais centrais, como era o caso dos Impérios Alemão, Russo, Áustro-Húngaro e Otomano.

The condition of stability in the territorial rearrangement of East Europe is that the division should be into three and not into two State-systems. It is a vital necessity that there should be a tier of independent States between Germany and Russia. [...] By some means the new Poland must be given access to the Baltic Sea, not only because that is essential to her economic independence, but also because it is desirable to have Polish ships on the Baltic, which strategically is a closed sea of the Heartland, and, further, there must be a complete territorial buffer between Germany and Russia. [...] Therefore, let the idealists who, now that the nations are locked into a single world system, rightly see in the League of Nations the only alternative to Hell on Earth, concentrate their attention on the adequate subdivision of East Europe. With a Middle Tier of really independent States between Germany and Russia they will achieve their end, and without it they will not. Any mere trench-line between the German Powers and Russia, such as was contemplated by Naumann in his Central Europe (Mackinder, 1942, p.120, Edição versão Kindle).

²⁹Atualmente podemos ver essa aproximação entre ambos Alemanha e Rússia no setor energético, o que poderia ocasionar que a UE, especialmente países como França, com o apoio dos EUA relute contra a aproximação entre estes dois países, especialmente no que se trata das tentativas de impedimento à construção do Gasoduto Nord Stream 2, que liga diretamente os dois países. Da mesma forma, a EU luta para reduzir este impacto através de um maior controle sobre o gás do Chipre, uma vez que este país possui grandes reservas de gás e faz parte da união. Tudo isto corrobora a tese de Mackinder sobre o aspecto estratégico do Cordão Sanitário e, também, da importância da Eurásia para os países que desejam se tornar potência.

Assim, como podemos ver na passagem acima, o autor propõe a estratégia para os Estados centrais de criar pequenos Estados, mais enfraquecidos que os até então existentes impérios, para que assim fosse mais fácil de as Grandes Potências – as quais o autor ali denomina como “Liga” – projetarem e manterem seu poder e influência sobre a região. Estes Estados menores, os quais enfraqueceriam a capacidade de projeção de poder dos antigos impérios e que poderiam dominar o *Heartland*, são chamados de Estados-tampões ou *Buffer States*, em inglês, termo que será esclarecido na próxima seção.

Concluindo, a geografia da Turquia e o pensamento geopolítico clássico revelam condições permanentes e estruturais – de longo prazo ou duração – que podem influenciar a estratégia e a política do país, a saber, sua capacidade de projetar poder, de exercer papel relevante sobre fluxos econômicos e demográficos, e de sofrer pressões de Grandes Potências por todos os lados, seja do Ocidente e ou vindas do Leste. A análise do conceito de *Buffer-State* ajudará a reforçar as implicações da posição geográfica do território da Turquia, tratado na subseção a seguir.

Por fim, apresentamos a teoria de Nicholas Spykman (1938). O geógrafo foi um grande influente na geoestratégia dos EUA no início do século XX, ao criar a Teoria do *Rimland*, que seria uma área de contenção do *Heartland*. De acordo com Spykman, “*Quem controla o Rimland governa a Eurásia, quem governa a Eurásia controla os destinos do mundo*”.

O autor trabalhou em duas obras principais, sendo a primeira “*America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*”, de 1942, onde sua discussão foi baseada no papel dos EUA no mundo dentro dos debates isolacionistas versus realistas. E a segunda obra póstuma, a de maior destaque, foi “*Geography of the Peace*”, de 1944, onde o autor discute o conceito de *Rimland*. Sua Teoria do *Rimland* influenciou diretamente a Doutrina Truman, posteriormente, como estratégia de contenção do comunismo, a partir da ex-URSS, no contexto da Guerra Fria.

Debatendo com Mackinder e o conceito de *Heartland*, o conceito de *Rimland* visa trazer atenção para uma área com capacidades anfíbias, localizadas em torno do *Heartland*, como podemos verificar no mapa a seguir. Essas áreas anfíbias, como a Alemanha ou a França, disfrutariam de capacidades terrestres e marítimas possuindo, portanto, uma dupla frente de expansão para os Estados, ao mesmo tempo em que também sofreriam inseguranças por terra e por mar.

Neste sentido, de acordo com o autor, o *Rimland* representa uma área bastante estratégica devido à sua capacidade de contenção do poder terrestre que se expande a partir de regiões centrais ou do *Heartland* (ao mesmo tempo em que pode sofrer com estas expansões, igualmente) e, também, por ser uma área de foco para as ambições dos poderes marítimos na Eurásia, em se projetar e se expandir a partir do litoral em direção a dominações terrestres, indo em direção ao *Heartland*.

Mapa 12 – Teoria do Rimland (Nicholas Spykman - 1938)



Fonte: Geopolitical Futures (2019)³⁰

É neste contexto que Kissinger, em seu discurso em 1969, irá se referir à Alemanha: “Pobre e velha Alemanha. Grande demais para a Europa, pequena demais para o mundo.” (tradução nossa)³¹, ao definir seu antigo país. Quando Kissinger faz esta reflexão, podemos analisá-la sob as lentes de Spykman. A Alemanha tem uma forte capacidade de se expandir para regiões da Europa, visto que representa uma porção estratégica de terra, na região central do continente europeu. Bem como pode se expandir por mar, ao ter acesso ao Mar do Norte e ao Mar Báltico. No momento logo após sua unificação, em 1871, a estratégia alemã foi se

³⁰Disponível em: <https://geopoliticalfutures.com/geopolitical-theories/>. Acesso em: 11 de setembro de 2024.

³¹Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-alema-tranquila/>. Acesso em: 28 de setembro de 2024.

expandir para a Eurásia, na região em que hoje está a Turquia, a fim de conquistar suas colônias, tal como fizeram Inglaterra e França durante a fase do Imperialismo. A aproximação e parceria na construção da Ferrovia Berlim-Bagdá entre o Kaiser Guilherme II e o Sultão otomano, Abdulhamid II, se tornaria uma das razões para a formação de alianças que culminaria na Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, esta região em que se localiza a Alemanha sofreu no passado, tentativas de expansão e dominação, como quando os otomanos chegaram na região da Áustria, buscando conquistá-la, levando ao Cerco de Viena, em 1529 (Souza, 2019).

Neste sentido, os Estados do *Rimland* se confrontam com um duplo problema de segurança, uma vez que sofrem com assédio dos poderes terrestres, que buscam se expandir a partir de áreas centrais para as bordas, ao mesmo tempo em que sofrem com o assédio de poderes marítimos, os quais buscam se expandir, partindo da margem para dentro da Eurásia. Ao mesmo tempo, como vimos com o exemplo supracitado sobre a Alemanha, os Estados do *Rimland* possuem uma dupla frente de expansão, anfíbia.

Desta forma, analisando a história, Spykman conclui que as principais ameaças ao equilíbrio de poder na Eurásia não vieram dos poderes terrestres do *Heartland* (tal como defendia Mackinder) ou de poderes marítimos. Na verdade, as ameaças e instabilidades vieram de potências do *Rimland*, tal como as atuações de França e Alemanha, onde estas disputaram poder sobre a Eurásia, nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, podendo se aliar com outros poderes (terrestre ou marítimos).

É sobre estes aspectos que Spykman irá argumentar a favor do intervencionismo estadunidense no *Rimland*, devido ao fato de esta área ser fundamental para o equilíbrio e supremacia de poder na Eurásia – o continente basilar que cerca os EUA pelo Atlântico e Pacífico. Neste contexto, foi durante a Doutrina Truman que Turquia e Grécia foram convocadas a fazer parte da OTAN, em 1952, durante o seu governo, como parte da estratégia dos EUA de contenção da expansão do comunismo e evitar que a ex-URSS dominasse estes países, especialmente, os Estreitos turcos, conforme será discutido adiante.

1.3.1– O conceito de *Buffer State* e a condição geográfica da Turquia

O cientista político Lawrence Ziring (1987) define o que são e discorre sobre a situação dos chamados Estados-tampões:

States do not choose to become buffers. It is a role thrust upon them by a hostile international environment over which they have no control. Buffer states are lesser actors sandwiched between more powerfully endowed, ambitious, and often aggressive entities. The purpose of the buffer state is established by these external competitors. They become sacrificial elements in a larger contest. Their particular interests are ignored, often treated with indifference or disdain by the greater actors who set the dimensions and lay down the guidelines of confrontation. To be designated a buffer state therefore is to witness the diminishing of a state's sovereignty, to acknowledge that its national destiny is influenced from without, and that its territorial integrity is neither fully respected nor legally protected from alien intruders. Buffer states are extensions of balances of power, not international law. As such, they are protected by military political conditions, not moral-legal procedures. Where their status as buffer states is respected, their precarious existence is sustainable. However, in circumstances where the pattern of regional relationships undergoes significant change, buffer states are usually the first victims. Buffer states pay the price for temporary larger power equilibrium, a cost which oscillates between a loss of national pride on the one side and extinction on the other (Ziring, 1987, p.90).

Assim, Ziring (1987) destaca que os Estados-tampões não possuem muitas alternativas de escolha. Nem mesmo estes escolhem se tornar este tipo de ator no cenário regional, uma vez que seu papel é escolhido pelas potências rivais com maior capacidade de desempenhar papéis fortes em termos de poder relativo. Seu papel é caracterizado pelo autor como um papel de “sacrifício”, desempenhando um papel de “extensões de uma balança de poder”, onde seu território não é protegido, nem mesmo suas vontades. E quando existe uma mudança significativa nas relações de poder ao seu redor, estes são os primeiros a serem vitimizados, perdendo seu orgulho nacional, de um lado, e extinção, de outro (Ziring, 1987, p.90-91).

Segundo o geopolítico estadunidense Philipp Kelly, autor do livro “*Checkerboards and Shatterbelts*” (1997), uma das características dos Estados-tampões é que, para sobreviver e ter alguma (pequena) margem de autonomia, eles buscam pendular se alinhando alternativamente entre as Grande Potências que o cercam ou pressionam.

O diretor do Centro Político de Istambul e Professor de Relações Internacionais na Universidade de Sambaci, E. Fuat Keyman (2016) trata em seu artigo “*Turkish foreign policy in the post-Arab Spring era: from proactive to buffer state*” do papel geopolítico da Turquia em meio às crises das guerras na Síria e na Líbia, após a Primavera Árabe, iniciada em 2011, ao combate ao Estado Islâmico, à crise dos refugiados, e ao próprio contexto iniciado no século XXI, ao qual o autor chama de “crise da globalização”.

Keyman (2016) não faz somente um estudo sobre a importância e centralidade da Turquia para todas estas questões atuais. O autor também analisa o papel histórico da Turquia enquanto um *Buffer State*:

The idea of Turkey as a buffer state is nothing new. It constituted the main foreign policy identity and behaviour of Turkey in the Cold War era. Turkey was a buffer between the two superpowers in a system defined by bipolarity and balance of power. In this respect, the idea of a buffer was mainly based on security concerns and the geopolitical location of Turkey between these powers. At the time, Turkey–West relations were also security-driven and sought to defend and anchor Turkey against Soviet expansion. The present conception of Turkey as a buffer state is also similar in that it is security-driven and based on the idea of containment. Yet, it should be underlined that this constitutes a retreat from Turkey’s successful and effective proactive foreign policy in the post-9/11 era. The first decade of Turkey’s twenty-first century foreign policy was proactive and multidimensional, and its choice of proactivism was rational in light of strengthening Turkey’s response to security and discursive risks (reducing the clash of civilization thesis that equated terror with Islam) in the post-9/11 world (Keyman, 2016, p.7).

Temos assim que, enquanto Mackinder (1942) avaliava uma estratégia de criar Estados-tampões para os possíveis conflitos ou uniões de impérios que pudessem desequilibrar a força inglesa no centro da Europa ao longo das décadas de 1940 e 1950, Keyman (2016) ressalta que a Turquia seguiu sendo parte das estratégias de Grandes Potências europeias até o momento atual, onde serve de possível equilíbrio para os conflitos, por si, supracitados.³²

Enquanto o Império Otomano fazia parte de uma região que era muito importante para aquelas potências que desejassem aumentar e garantir suas posições, admitimos aqui, para fins de pesquisa sobre a relação entre a Turquia e as potências europeias, que a situação e a estratégia europeias com relação a garantir seu *Status Quo*, não se mostram muito diferentes da situação desta época estudada por Halford Mackinder.

Partindo dos territórios que compunham a faixa de terra do “Cordão Sanitário”, tal como visto anteriormente, os quais eram os grandes impérios que foram desmembrados com a Primeira Guerra Mundial: o Império Russo; o Alemão; o Áustro-Húngaro; e o Turco-Otomano,

³²Cabe ressaltar, neste momento, que o conceito de “*Buffer States*” não surgiu somente quando Mackinder decidiu propor estratégias para o poder britânico. Existem na história, diversos momentos em que os *Buffer Estates* foram utilizados enquanto estratégicos para guerras antigas: “*The concept of buffer states surfaced in the 17th Century, when the then major European powers of England, France, Spain and Portugal started exploring and exploiting vast tracts of land on foreign continents and establishing their own empires in such areas. Since the colonial empires of these powers often approached each other at close quarters, thereby increasing the chances of conflict, the powers decided on leaving certain areas in between the empires unconquered to act as a "buffer". These areas, or buffer states, were left to local governance by the natives, and helped maintain the balance of power. Often, these historic buffer states were created as a result of the presence of natural barriers along imperial extensions, such as tall mountains or dense, dangerous forests, or even exceptionally violent-natured native inhabitants. For example, Afghanistan acted as the buffer state between the Russian Empire to the north and the British Colonial Empire (in what are now India and Pakistan) to the south. Siam (between the British Colonial Empire in south Asia and French Indochina) and the colony of Georgia (separating Spanish-controlled Florida from the British-controlled American colonies), were other notable examples of buffer states during the colonial era*” (Nag, 2017).

temos a Turquia enquanto representante do antigo Império-Otomano, está inserida nesta faixa territorial.

Assim, dentro dessa lógica, os *Buffer States*, ou Estados-tampões são Estados menores, entre grandes Estados, que serviriam de escudo para impedir conflitos entre grandes potências. Portanto, estes Estados sofreriam pressões de ambos os lados e, assim, por serem menos potentes, acabam pendulando em suas associações estratégicas, ou se associam a potências externas para se protegerem de Estados vizinhos³³. Desta forma, esta estratégia impediria uma expansão, ou da Alemanha ou da Rússia onde, havendo a possibilidade de tomarem territórios umas das outras, poderiam se consolidar enquanto uma grande potência na Eurásia que, como visto anteriormente, era uma questão importante para que a Inglaterra conseguisse triunfar em garantir seu poder na região euroasiática.

Temos, portanto, que a Turquia, e outras partes desmembradas do antigo Império Otomano, fazem parte desta região de Estados-tampões, junto com outros impérios que foram desmembrados com a Primeira Guerra Mundial³⁴. A estratégia então, era que esses Estados se tornassem aliados da Inglaterra ou da França para, assim, se protegerem dos assédios da Alemanha ou da Rússia.

Partindo, portanto, da questão de *Buffer State*, ou seja, da condição da Turquia entre partes potencialmente conflituosas, como na Guerra Fria, entre EUA e ex-URSS, entre Oriente Médio e Europa, entre o Islã e os não-islâmicos, entre Oriente e Ocidente, vamos discorrer sobre as questões estratégicas que se acercam de sua posição geográfica e sua possível condição como um *Buffer State*.

Conforme apresentado, a posição central da Turquia é estratégica para a UE, daí as discussões sobre o possível pertencimento turco ao bloco europeu, iniciadas em 1987. No entanto, diferenças culturais, religiosas e mesmo, de tamanho populacional, sendo a Turquia

³³ “A small neutral country situated between two larger hostile countries and serving to prevent the outbreak of regional conflict” (Lexico Dictionary, 2022).

³⁴ “[...] the creation of a cordon sanitaire in the form of a belt of newly formed nation-states across Eastern Europe from the Baltic to the Adriatic. Nominally these states were independent entities; in reality they were friendly to the West and hostile to Russia. This buffer zone then served a dual purpose: it prevented the coalescence of a “continental block” between Russia and Germany, and at the same time directly menaced the national spaces of the Russian Heartland. This hostility, to repeat, derived not from ideological difference or the political opposition of Western capitalism to Soviet communism, but rather from an objective geopolitical imperative, which meant that it is not merely deeply embedded in this particular network of interstate relations but effectively permanent.” (Bassin; Aksenov, 2006, p.103).

um país que teria grande peso e influência no Parlamento Europeu, geram alguma inquietação aos europeus, congelando as negociações.

Entretanto, não são apenas estes aspectos que dificultam a relação da Turquia com o Ocidente. Conforme trataremos ao longo desta tese, o Presidente Erdoğan iniciou um processo de mudanças na Política Externa turca, que destoam dos governos anteriores, especialmente em relação ao Ocidente, reivindicando o reconhecimento da importância estratégica do país para o equilíbrio de poder regional. Assim, Erdoğan vem questionando e pedindo a revisão dos tratados que definiram as fronteiras turcas em 1923, questionando a falta de apoio do Ocidente na Questão do Chipre e, se aproximando da Rússia, como uma demonstração de retomada do pensamento Euroasianista nas políticas de seu governo.

Temos como evidências desta aproximação, a construção de um gasoduto em comum, o *Turkstream* e a compra de materiais bélicos russos, como o S-400³⁵, em desacordo com a OTAN, aliança militar ocidental da qual a Turquia faz parte junto a demais países da UE. A Turquia também vem desafiando suas relações com o bloco europeu através de fortes disputas no Mediterrâneo com a Grécia e com o Chipre (Erşem; Köstem, 2019).

Portanto, dada a sua localização geográfica, a Turquia sofre pressões por todos os lados. Assim, analisaremos nos próximos capítulos estas pressões e as formas que Erdoğan e o governo turco vêm atuando de forma a não aceitar a condição turca de ser apenas um *Buffer State* para os europeus, considerando suas rotas de passagem e de conexão entre a Ásia e a Europa; os gasodutos que passam pelo seu território e os recursos energéticos que se encontram em seu entorno estratégico, especialmente no Chipre e no Mar Negro, os quais se tornam grandes alvos de exercício deste poder influenciando, assim, suas relações não só com a EU e com os EUA, bem como com a OTAN e com a Rússia.

1.3.2– Os Estreitos de Bósforo e Dardanelos: *Chokepoints e Gateways*

De acordo com Athanassopoulou (1999), havia quase um senso comum na Turquia a respeito de se alinhar ao bloco Ocidental na Guerra Fria, afinal, naturalmente havia uma ambição sobre a proteção dos seus Estreitos do domínio ou influência da Rússia e, para isto, precisariam do apoio do Ocidente, que se deu sob a forma de adesão à OTAN. Isto colocou os EUA com

³⁵Ver mais em: <https://www.cnn.com/2020/12/14/us-sanctions-turkey-over-russian-s400.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

poder de influenciar suas Políticas Externas pelas décadas que se seguiriam adiante, tal como será apresentado no capítulo dois (Athanassopoulou, 1999, p.ix).

A adesão da Turquia à OTAN, em 1952, era vista como um pacote no qual deveria conter a Grécia, ao mesmo tempo. Ou seja, ambas deveriam aderir à aliança juntas, compondo como que um escudo para a OTAN no Mediterrâneo. Cabe ressaltar que houve, em 1947, uma tentativa de tomada comunista em ambas. Esta adesão também serviria para equilibrar as disputas entre ambas, que possuíam neste momento, relações instáveis devido à troca populacional entre turcos e gregos após a guerra greco-turca de 1922. As disputas entre Grécia e Turquia iriam se tornar cada vez mais claras devido às questões territoriais que ficaram mal resolvidas por parte da Turquia, que saiu deficitária no domínio de suas porções sobre as Ilhas no Mar Egeu, especialmente, e sobre o Chipre, que tem predominância de população grega.

Após a percepção de uma polarização entre EUA e URSS, uma vez que a Guerra Fria não foi declarada, a Política Externa de Truman passou a incluir a Turquia em seu foco de ação, para criar um escudo de defesa para a OTAN composto por Turquia e Grécia, devido à aproximação entre a Turquia e URSS, somado à sua posição estratégica no Oriente Médio, que poderia evitar a expansão da URSS para esta região. Segundo Atcama: “[...] *the US perceived Turkey as a barrier against the Soviet Union, a guardian of NATO’s southern flank, and an important military base in the Middle East and eastern Mediterranean.*” (Atcama, 2014, p.20).

Prontamente, os Estreitos turcos voltaram a ser alvo das políticas de segurança tanto ocidentais como russas, como quando a ex-URSS buscou aproximação com a Turquia. Assim, em 1945 a URSS aumentou a pressão sobre a Turquia exigindo o controle sobre as províncias de *Kars* e *Ardahan*, regiões historicamente contestadas, bem como uma base nos Estreitos. A resposta de Truman foi prontamente contrária a estes pedidos: Segundo Howard: “[...] *President Truman described Turkish defense of the Straits as a “selfish control of the waterways of Europe” and “one of the persistent causes of wars in Europe in the last two centuries*³⁶” (Howard, 1947, p.143 *apud* Atcama, 2014, p.21).

Atcama complementa que a Doutrina Truman foi uma adaptação na geoestratégia estadunidense após o entendimento de que a Grécia e a Turquia seriam instrumentos indispensáveis, ou seja, nações-chave na segurança do Oriente Médio. Isso representava um aspecto crucial para a estratégia de defesa dos EUA em se tratando dos seus interesses no

³⁶Citado em Harry Howard, “*Some Recent Developments in the Problem of the Turkish Straits, 1945-1946,*” Boletim do Departamento de Estado 395, No. 26, 1947, p. 143.

Oriente Médio. Esse entendimento geopolítico aproveitado pela Doutrina Truman acabou por dividir o mundo em dois lados, não somente geográficos, como também, “o bom contra o mau”, o “capitalismo versus o comunismo”, dentro da lógica de defesa de um mundo mais livre e democrático. Ao tratar o regime da URSS neste momento como contrário a liberdades, essa doutrina acabou por dividir o mundo também, entre livre, seguindo a proposta capitalista, e não-livre, dentro da perspectiva soviética. Para Truman, se o Ocidente falhasse em prevenir uma dominação comunista na Grécia e na Turquia, isso fortaleceria a URSS, causando um efeito dominó na região, o que seria devastador para a estratégia de segurança dos EUA (Atcama, 2014, p.23).

Assim, após aderir à OTAN, a Turquia teria o que precisava, mas não podia exercer: a defesa do seu território perante a Rússia, seu inimigo histórico. Afinal, como vimos, a Turquia era alvo de expansão dos russos no momento do Império Otomano e, agora, alvo de expansão da URSS.

As relações entre a Turquia e a ex-URSS datam logo do momento de sua criação, quando se tentava reduzir a ambição Ocidental sobre o seu território. É importante ressaltar que, entre 1919 e 1922, Kemal Atatürk havia contado com o suporte soviético em munições e ajuda financeira. Até 1926, como supracitado, a maior preocupação turca era proteger a integridade do seu território contra os desejos imperialistas do Ocidente. Suas relações com a Grécia ainda estavam abaladas devido à troca populacional entre gregos e turcos após a guerra entre ambos em 1922. Como sua fronteira com o Iraque ainda não havia sido definida, os turcos temiam que os britânicos pudessem se aproximar e tirar mais uma fatia do seu território, sobretudo após a desmilitarização dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos com a assinatura do Tratado de Sèvres. Isto definitivamente limitou sua capacidade de defesa (Athanasopoulou, 1999, p.2-3).

Neste sentido, o próprio tratado de amizade entre a URSS e a Turquia, de 1921, havia sido uma reação ao Tratado de Sèvres, que a limitou geograficamente³⁷. É importante salientar que, hoje, Erdoğan segue questionando esses tratados que definiram as fronteiras turcas, ao mesmo tempo em que se aproxima da Rússia, tal como ocorreu cem anos antes.

³⁷Moscou, em sua parte, estava interessada em garantir sua posição, evidentemente frágil, no Mar Negro e obter acesso para as águas mediterrâneas. Contudo, esta aproximação entre Turquia e URSS nunca foi no sentido amplo de amizade. Não havia interesses ingênuos nesta parceria. Dessa forma, a Turquia ainda dependia da aproximação com a Grã-Bretanha que, por ser uma potência naval, poderia contrapor a qualquer tentativa de expansão da URSS.

Em 1926 um tratado entre Turquia, Iraque e Grã-Bretanha foi assinado. Dez anos após foi assinada a Convenção de Montreux, que devolveu à Turquia os direitos sobre os seus Estreitos e permitiu a remilitarização destes. Cabe ressaltar que as políticas de Atatürk para a República da Turquia eram, desde o início, voltadas para a aproximação com o Ocidente. Neste caso, os tratados com Moscou simbolizavam apenas uma tentativa de equilibrar os poderes e ambições sobre seu território (Athanassopoulou, 1999, p.4-6).

E por que estes Estreitos são tão importantes para a balança de poder regional?

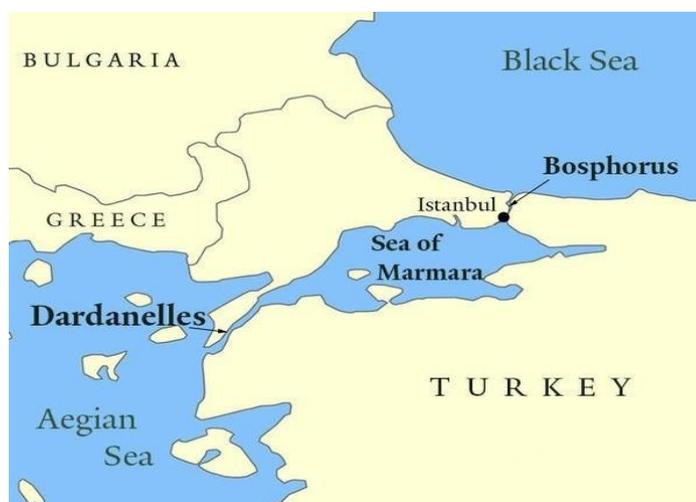
Iniciamos aqui, portanto, o debate sobre o conceito de *Chokepoints*. A própria tradução já contribui para a compreensão deste conceito geopolítico. Em português, *Chokepoint* significa ponto de estrangulamento. Estes pontos interferem em fluxos comerciais, incluindo recursos estratégicos como petróleo.

Estas características geográficas podem ser em terra, como em um vale, desfiladeiro ou ponte, ou em mares ou rios, tais como uma passagem marítima através de uma via fluvial crítica, como um estreito. Assim, essas passagens dificultam o fluxo, por exemplo, de uma força armada, diminuindo muito sua eficácia de combate afetando, também, a capacidade de mobilidade para quem a controla ou tem acesso, tal como Alfred Mahan refletia no caso inglês, ou seja, dominar passagens estratégicas pelos mares e oceanos para dominar as rotas comerciais estratégicas. Estrategicamente, um ponto de estrangulamento ou *Chokepoint*, como iremos chamar aqui, pode permitir que uma força de defesa numericamente inferior utilize o terreno como um multiplicador de força com a finalidade de frustrar ou emboscar um oponente muito maior, pois o atacante não pode avançar mais sem primeiro garantir a passagem pelo ponto de estrangulamento.

Os *Chokepoints* possuem alguns fatores que os tornam estratégicos, como características físicas, uso destes e acesso. Jean-Paul Rodrigue (2004) define a importância destes pontos de estrangulamento dadas as suas características físicas, porque forçam o tráfego à uma convergência e limita a movimentação. Já sobre os usos destas passagens, o Rodrigue (2004) caracteriza o valor de um *Chokepoint* de acordo com o grau de uso deste e suas rotas alternativas viáveis. Ou seja, se não há outras opções, o valor de determinado *Chokepoint* aumenta. E, por fim, o autor resalta a importância de que haja uma regulamentação e acordos entre os países para que haja um bom aproveitamento destas rotas.

Este caso é muito importante para a Turquia e seus vizinhos do Mar Negro que possuem nela um importante fator estratégico para suas defesas. A seguir podemos ver os Estreitos turcos de Bósforo e de Dardanelos.

Mapa 13: Os Estreitos turcos



Fonte: International Institute for law of the sea studies³⁸

Assim, temos os Estreitos de Bósforo e Dardanelos como importantes pontos de estrangulamento para aqueles que desejam cruzar do Mar Mediterrâneo e Mar Egeu para o Mar Negro, ou a rota inversa. Neste caso, a Rússia e os demais países com costa no Mar Negro ficam restritos aos Estreitos turcos para conseguirem acesso às águas quentes uma vez que por outras rotas o caminho seria mais longo. Dado isto, como supracitado, os estreitos turcos proporcionam à Turquia, um grande valor geoestratégico para que o Ocidente, tal como a OTAN, a queira como parceiro.

Além disso, estas rotas se apresentam como importantes fatores para passagens de recursos energéticos e abastecimentos. Desenvolveremos melhor esta questão nos próximos capítulos, onde exploraremos as rotas de passagem energética de recursos provenientes do Oriente Médio e da Rússia, as quais passam pela Turquia, transformando seu papel geopolítico regional.

O geopolítico Saul Cohen (2003) buscava entender o sistema da Guerra Fria e desenvolver e articular teorias e conceitos para a geopolítica do século XXI. Dentre eles, temos o desenvolvimento do debate acerca do termo “*Gateways*”.

³⁸Disponível em: <http://iilss.net/tag/turkish-straits/>. Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

Gateways são Estados ou regiões que gozam de excelentes acessos por infraestrutura marítima ou terrestre – daí o termo traduzido como portão de entrada – desempenhando um novo papel na ligação das diferentes partes do mundo, facilitando a circulação de pessoas, bens e ideias. Certas partes do famoso coração da Eurásia (Europa Oriental, Transcaucásia, Ásia Central) poderiam, assim, mudar para uma categoria ou outra, dependendo das opções políticas de cooperação ou competição das grandes potências, afetando assim o mundo da estabilidade (Douzet; Kaplan, 2012, tradução nossa)³⁹.

Naturalmente, por ser uma ponte entre Oriente e Ocidente, entre o mundo islâmico e o não-islâmico, além de possuir o domínio sobre os estreitos turcos, tal como discutido acima, a Turquia representa um *Gateway*. Esta função estratégica designada por sua própria geografia, faz com que este país seja do interesse de potências e alianças internacionais.

A seguir exploraremos um conceito que trata justamente disso, da influência de potências estrangeiras sobre uma região e/ou território, somados aos conflitos regionais e internos que ocorrem nestes países e regiões.

1.3.3– A Turquia como parte de um *Shatterbelt*

Por fazer parte do Oriente Médio, a Turquia sofre diretamente com as instabilidades políticas que ocorrem nos países desta região. É importante ressaltar que, como todos os demais países, também irá sofrer as influências e instabilidades advindas das disputas entre atores de fora do Oriente Médio. Assim, é conveniente neste momento, recuperar o conceito de *Shatterbelt* ou, em português, no seu sentido interpretativo e não, de tradução literal, “cinturão de perturbação”.

De acordo com Phillip Kelly (1997), *Shatterbelts* representam regiões onde rivalidades militares entre as Grandes Potências de fora dessa região estão ligadas a disputas locais, trazendo a possibilidade da escalação de conflitos: “*Shatterbelts are regions Where military*

³⁹Passagem original do artigo: « *Les Gateways ou Gateway States, d’après Cohen, ont acquis une grande importance au cours du XXI^e siècle. Ces États ou régions, qui bénéficient d’excellents accès par la mer ou les infrastructures terrestres – d’où le terme port d’entrée –, jouent un nouveau rôle de mise en lien des différentes parties du monde, en facilitant la circulation des personnes, des biens et des idées. Certaines parties du célèbre heartland de l’Eurasie (Europe de l’Est, Transcaucasie, Asie centrale) pourraient ainsi basculer dans une catégorie ou dans l’autre en fonction des choix politiques de coopération ou de compétition des grandes puissances, affectant ainsi la stabilité mondiale* » (Douzet; Kaplan, 2012).

rivalries between outside great powers tie into local contentions and bring the possibility of conflict escalation” (Kelly, 1997, p.1).

Cohen define que *Shatterbelts* representam regiões que são estratégicas para as Grandes Potências. Estas, por sua vez, irão tentar tomar vantagens sobre divisões internas dos países localizados nestas regiões (Cohen, 2014), como oportunidade de aumentarem seus poderes relativos.

Cabe destacar aqui, que estas condições são mutáveis, uma vez que podem ir se transformando com o passar do tempo, a depender da dinâmica de poder em questão. Pode ocorrer de uma potência regional emergir e conseguir controlar as demais, como podemos observar na estratégia atual do governo turco, de que a Turquia reassuma sua liderança sobre os demais países islâmicos, ou de uma potência de fora assumir o controle desta região. Cohen (2014) destaca: “*Shatterbelts and their boundaries are fluid*”.

Assim, de acordo com o autor, para que uma região seja considerada um *Shatterbelt*, seu poder deve estar efetivamente ameaçado por Grandes Potências extra-regionais, tais como os EUA ou a Rússia, e o país deve estar vulnerável às influências externas regionais:

Not all areas in turmoil are shatterbelts. Despite the conflicts in South Asia, it is not a shatterbelt because India’s dominance within the region is not seriously threatened by the United States, Russia, or China, let alone by Pakistan. Similarly, the Caribbean did not become a shatterbelt despite Communist regimes in Cuba, Nicaragua, and Grenada, socialista rule in Venezuela, and leftist uprisings elsewhere because the Soviet Union could not threaten US dominance there (Cohen, 2014, p.48).

Cohen (2014) também retoma a origem do termo, que foi motivo de atenção de muitos geógrafos, como Alfred Mahan, James Fairgrieve e Richard Hartshorne, que também chamavam estas regiões de “*Crush Zone*” ou “*Shatter Zone*”.

As early as 1900, Mahan referred to the instability of the zone between the thirty- and forty-degree parallels in Asia as being caught between Britain and Russia. Fifteen years later, Fairgrieve used “crush zone” to describe small buffer states between the sea powers and the Eurasian heartland, from Northern and Eastern Europe to the Balkans, Turkey, Iran, Afghanistan, Siam, and Korea. During World War II, Hartshorne analyzed the “shatter zone” of Eastern Europe from the Baltic to the Adriatic, advocating a post-World War II federation for this region (Cohen, 2014, p.48).

Portanto, segundo esta referência, a Turquia faz parte desta região a qual Fairgrieve chamou de “*crush zone*”. Este nome seria dado, portanto, aos pequenos Estados-tampão entre

as potências marítimas e o *Heartland* euroasiático. Já Hartshorne, analisou a “*shatter zone*” como uma região que estava entre a Europa Oriental, partindo do Báltico até o Adriático.

Situada no norte do Oriente Médio, e, portanto, entre os países do Oriente Médio e a Europa, com as crises ocorridas a partir da Primavera Árabe, a Turquia acabou por assumir um papel de verdadeiro amortecedor para que os conflitos desta região não extrapolassem sobremaneira os limites geográficos e atingissem a Europa. Assim foi com a eclosão da Guerra na Síria, onde a Turquia atuou na contenção do Estado Islâmico (ISIS) e, portanto, impediu seu avanço para os países vizinhos, e assim foi com a “crise dos refugiados”, onde a Europa buscou conter a chegada de imigrantes islâmicos.

A Turquia possui características que a destacam dos demais Estados, por possuir um território de tamanho razoável, ter uma posição geográfica estratégica, além de seu passado e memória histórica de império-cultura-civilização, o qual influenciou toda a região ao seu redor. Estes são aspectos que ainda podem ser recuperados, modificando toda a dinâmica de poder na região, incluindo a ideia de domínio político ou articulação da integração de um grande espaço geográfico perdido, como faz o atual presidente, Erdoğan.

Dado isto, seguiremos para a segunda parte deste capítulo onde serão apresentadas teorias de Relações Internacionais que tratam justamente desta questão, ou seja, de Estados que buscam uma maior autonomia com relação às potências centrais, buscando restabelecer suas posições relevantes em seus entornos estratégicos.

1.4 – Teorias de Relações Internacionais: Realismo

A utilização de teorias de Relações Internacionais se faz de grande importância neste momento. Keohane (1986) levanta o questionamento sobre a importância do estudo das teorias quando se analisa a Política Mundial. Por mais de 2000 anos, a humanidade vem buscando compreender, “mais ou menos sistematicamente”, as principais questões da Política Mundial. Para o autor, não há como escaparmos das teorias, quando se busca interpretar o mundo. A questão relevante para os governantes não seria ser ou não influenciados pelas teorias, mas sim, estarem cientes ou não das bases teóricas para avaliarem e interpretarem práticas e ações. Ao mesmo tempo, não se pode esperar que as teorias que analisam o funcionamento do mundo sejam tão exatas como as teorias da física, de Newton, contudo, as teorias realistas e neorealistas são aquelas que, ao longo da história do último século, obtiveram maior grau de

visibilidade e aceitação entre os estudiosos de Relações Internacionais, especialmente após as guerras mundiais (Keohane, 1986, p.5-7).

Assim, para compreender as razões mais conjunturais a respeito das mudanças na Política Externa turca nos últimos anos sob a influência do Partido AKP e, portanto, as ações do Estado turco durante o governo de Erdoğan diante de pressões interestatais, partimos de pressupostos contidos na teoria Realista das Relações Internacionais e suas ramificações, especialmente o Realismo Neoclássico.

O Realismo coloca foco no Estado e seu comportamento em busca de segurança e sobrevivência em um ambiente internacional anárquico e competitivo. No entanto, nessa visão, a estrutura (distribuição de poder) do Sistema Internacional impõe limites à ação dos Estados. Ou seja, os Estados buscam ampliar seus poderes para sobreviver no sistema internacional anárquico. Da mesma forma, juntamente com o entendimento das influências de longo prazo (tratados na seção anterior), as razões e motivações conjunturais do contexto geopolítico e da balança de poder mostram-se importantes para o desenho do cenário no qual a Turquia e seus vizinhos estão inseridos.

Para tal, nos utilizaremos de autores que contribuíram para esta visão. Começando pelas contribuições de autores do Realismo Clássico, destacando as reflexões de Edward Carr (1989) sobre esta corrente de pensamento, onde traz em suas análises a reflexão sobre a complexidade histórica nas relações de poder interestatais (e mesmo intraestatais) em um ambiente anárquico e competitivo caracterizado pelo conflito de interesses, no qual os Estados buscam maior poder e segurança.

Esta corrente ajudará a compreender a Política Externa turca entre os anos de 2002-2021, uma vez que interpretamos que os interesses do Estado em busca de poder, riqueza e autonomia voltam a ter papel principal, onde a cooperação com a UE é reduzida e onde nem mesmo a participação na OTAN impediu que Erdoğan confrontasse sua vizinha, Grécia, quanto à questão do Chipre no ano de 2020⁴⁰. Portanto, questões relevantes nesta tese, como a composição da UE e a adesão, ou não, da Turquia a este grupo de Estados europeu, além das recentes relações turcas com seus membros, requerem que os temas relacionados à segurança e à percepção de ameaças sejam melhor explorados, uma vez que a Turquia retoma seus próprios

⁴⁰Ver mais em: <https://worldview.stratfor.com/article/whats-driving-turkish-aggression-mediterranean-sea>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

objetivos nacionais diante do perfil de cooperação que vinha adotando com o Ocidente durante os governos passados.

Desde que Recep Tayyip Erdoğan assumiu o governo da Turquia, ainda como Primeiro-Ministro, em 2002, a relação deste país com o Ocidente se transformou, de forma que conflitos com a UE e com os EUA se tornaram mais recorrentes, seja em termos de pressão competitiva, com sanções econômicas, ou mesmo, através de importantes controvérsias que levaram a diplomacia entre Turquia e EUA ou com a UE, ao limite. Determinados movimentos na Política Externa turca demonstraram que Erdoğan busca retomar uma postura internacional mais assertiva, mais nacionalista e menos disposta a ceder aos seus vizinhos e parceiros militares na OTAN, assumindo o risco de deteriorar suas relações diplomáticas, sob o objetivo de fortalecer a economia turca e retomar o papel central e histórico que o país representa não somente para a Europa, como também, para o Oriente Médio. Assim, a Turquia retoma aquilo que os pensadores da teoria Realista assumem como primordial para compreender o Sistema Internacional: o papel central dos Estados, que atuam de forma egoísta a fim de buscar seus interesses próprios quando se trata de segurança e desenvolvimento. Temos como evidência disto, a busca pelos governantes do AKP de trazer à Turquia o papel que um dia foi representado pelo seu Estado antecessor, o Império Otomano (Sariibrahimoglu, 2019).

Enquanto há diferentes interpretações sobre a anarquia internacional e o comportamento dos Estados dentro deste sistema, Jeffrey Taliaferro, Stephen Lobell e Norrin Rispman (2009) destacam na introdução do seu livro “*Neoclassical Realism, the State and Foreign Policy*”, que a anarquia internacional dá aos Estados uma “latitude considerável” na definição de seus interesses de segurança. A distribuição relativa de poder apenas estabelece parâmetros para uma grande estratégia sendo a tarefa de avaliar o poder e as intenções de outros Estados, repleta de dificuldades.

Assim, os líderes enfrentam pressões e, por vezes, colaboram uns com os outros, tal como a Turquia fez e ainda faz até os dias de hoje. Entretanto, é importante ressaltar que, na visão Realista, esta colaboração implica sempre em ganhos para o Estado e não, uma vontade nata de ajudar aos demais, uma vez que consideram que existe um jogo de soma zero no Sistema Internacional. Para Mearsheimer (2001), os Estados tendem a colaborar uns com os outros até o momento em que surgir a oportunidade de questionarem a ordem vigente almejando, assim, perseguir sempre um aumento de seus poderes relativos. Nos últimos anos, Erdoğan enxergou a possibilidade de questionar a respeito da posição turca e sua representatividade no Sistema

Internacional, ainda que de forma não muito incisiva, mas demonstrando forte insatisfação com as condições às quais o país se encontra no tabuleiro internacional. Este é o objetivo desta tese. Entender este movimento, suas razões, suas origens e, com base nas teorias, buscar uma compreensão clara das mudanças na Política Externa turca.

Até aqui, nos utilizamos de autores das três correntes do Realismo: Clássico, Neorealismo e Realismo Neoclássico. Isto porque cada uma destas visões possui algo a agregar nesta tese. A seguir, serão apresentadas brevemente, as correntes Realistas e suas diversas perspectivas.

1.4.1– O Realismo Clássico

Abordando o Realismo Clássico, conforme apontado por Carr (1939), temos que suas origens estão em pensadores da antiguidade como Tucídides (460-395 a. C.) e Sun Tzu (544-496 a. C.), passando por Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Thomas Hobbes (1588-1679) na Era Moderna. Além do objeto central de suas análises, tal como o Estado, os temas abordados giram em torno de duas de suas funções ou objetivos interconectados: sua busca pelo *poder* e pela *sobrevivência*, ou seja, prover segurança para a sociedade. Para os Realistas Clássicos, a característica definidora do sistema internacional é a *Anarquia Internacional*.

Sarfati (2005) explica que, na ausência de um poder soberano e absoluto que tenha o monopólio do uso da força, no Sistema Internacional, todos os Estados passam a ter a possibilidade e a disposição do uso legítimo da força. Assim, somente o equilíbrio de poder poderia proporcionar a segurança internacional. Uma vez que o “estado de natureza” do Sistema Internacional é o da guerra, os Estados deveriam buscar limitar o poder uns dos outros para inibir a tendência “natural” à vontade de expansão territorial.

Tal como Hobbes ressalta em *O Leviatã*, o “estado de natureza” do homem é retomado, compondo um debate muito recorrente nas Relações Internacionais quando se trata de abordar a competição ou não entre os Estados Nacionais.

Partindo do pressuposto, portanto, de que o homem não é suscetível à cooperação, uma vez que é um ser competitivo e inseguro por natureza, e transferindo essa racionalidade para o Estado, a paz poderia existir somente dentro dos Estados Nacionais, que possuem o monopólio do uso legítimo da força. Os Realistas Clássicos partem, portanto, da ideia de que a guerra é uma condição inerente às Relações Internacionais. Dado isto e, transferindo analogamente a

ideia sobre o estado de guerra permanente entre os Estados Nacionais, é possível relacionar a questão turca entre os anos de 2002 e 2021, como uma preparação para uma disputa de interesses, os quais seriam extremamente importantes para a retomada da soberania turca no cenário o qual está inserida, entre Ásia e Europa.

Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. Portanto, a noção de tempo deve ser levada em conta tanto a natureza da guerra quanto a natureza do clima. Porque tal como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência de chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário (Hobbes, 1983, p.75).

Ao sofrer pressões geopolíticas vindas tanto do Oriente como do Ocidente, acumular poder torna-se um objetivo, um fim máximo o qual seria fundamental para que, em algum momento, a Turquia possa ter um acúmulo de força e plenas capacidades de disputar com aqueles que impuseram limites à sua atuação. Assim, podendo retomar seu papel central na região, quando representava um forte poder e uma maior ameaça para a Europa e para o Oriente Médio, através de seu passado otomano.

Maquiavel diz: “O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados” (Maquiavel, 1532, p.23). A partir desta observação, Fiori ressalta a necessidade de os Estados de investirem em aparatos militares a fim de consolidar seus poderes e se expandirem no Sistema Internacional.

Tal como Norbert Elias, que resume a ação dos Estados na máxima de que “quem não sobre, cai”⁴¹, acumular poder torna-se o fim máximo para a sobrevivência Estatal. Assim, Fiori destaca que, para um Estado se manter no poder, é preciso que esteja sempre investindo na tecnologia militar, que o assegure de estar sempre preparado da melhor forma para as guerras que poderão vir a ocorrer (Fiori, 2007).

A partir do século XX, com as guerras mundiais, a balança de poder característica do século XIX chegou ao seu fim. Portanto, para compreender a centralização dos interesses dos Estados em torno de seus próprios interesses novamente, alguns autores retomaram os pensamentos Clássicos Realistas. Assim, o Realismo voltou a ganhar maior visibilidade nas Relações Internacionais. Temos, assim, Edward Carr (1981 [1946]), Hans Morgenthau (2003

⁴¹ “A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe, cai. E a expansão significa o domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência. [...] o que temos é um mecanismo social muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio” (Elias, [1939] 1993, p.129).

[1948]), Raymond Aron (2002), Henry Kissinger (2012 [1957]) reforçando o pensamento do Estado como principal ator no Sistema Internacional, assim como suas atuações e operações neste sistema.

Edward Carr (1981), em sua obra “Vinte anos de crise”, parte da visão dos pensadores liberais, que chamou de utópicos, que ganharam visibilidade no período entre guerras, para criticá-los e impulsionar o Realismo. Assim, Carr (1981, p.86) parte da visão de Maquiavel e de sua própria crítica de que “a prática cria a teoria”, e não o inverso, e justifica que o Realismo vem para fugir das perspectivas da utopia, da imaginação e da argumentação de que ideais ou uma moral superior regem a prática política dos Estados. Assim, através de uma análise histórica, de causa e efeito, o autor observa que costuma haver uma repetição dos fatos.

Através da perspectiva de Carr (1981), podemos partir do ponto de análise do Realismo onde potências que um dia foram enfraquecidas buscarão, quando possível, retomar seus papéis relevantes, pois o poder relativo limita as escolhas dos Estados na política internacional. Assim, apesar da complexidade histórica, o autor conclui que, a partir de repetições presentes na história como, por exemplo, o comportamento dos Estados ou Grandes Potências, é possível se auferir uma teoria.

Morgenthau publicou a sua obra “Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz”, em 1948 e, então, se tornou um dos mais importantes teóricos desta geração. Nesta obra, o autor reuniu conteúdos de Relações Internacionais, Direito Internacional Público e Diplomacia Multilateral, se propondo, assim, a formular uma teoria realista da política internacional. Morgenthau busca ir atualizando esta obra, com reedições com contemplam a sua teoria com questões da realidade e, mesmo se tratando de uma obra do período da Guerra Fria, sua filosofia pode continuar sendo aplicada em outros contextos. Assim como Maquiavel, Morgenthau irá concordar que a sobrevivência é o interesse final de um Estado e essa sobrevivência virá através de uma busca por poder, como algo natural dos homens.

Para Morgenthau, portanto, a política seria governada por leis criadas pela própria natureza humana. Seu estudo representaria, portanto, o desenvolvimento de uma teoria racional para entender o comportamento dos Estados. Essa constatação passa a ser a primeira de seus princípios do Realismo Político, que iria vir a ser discutidos no primeiro capítulo de sua obra. Posteriormente, ao longo de sua obra, o autor irá buscar estabelecer outros parâmetros, que irão definir a Teoria Realista das Relações Internacionais. O segundo princípio, se trata do poder, o qual é definido pelo autor como “a capacidade de alguém controlar as ações e as mentes de

outro homem” e esse poder viria pelo interesse natural do homem em exercer esse poder a fim de garantir a sua sobrevivência. A busca permanente dos seres humanos e dos Estados por poder seria baseado, portanto, na necessidade fisiológica dos seres humanos. E esse poder não pode ser exercido em um ambiente sem outros seres ou Estados para serem dominados, mas sim, em relação uns aos outros. Portanto, poder é um conceito relativo e vai variando ao longo da história. Este constitui o terceiro princípio de sua Teoria Realista. O Realismo considera que seria incompatível a aspiração dos desejos de um Estado-Nação com os princípios morais e universais. Nesse caso, Morgenthau, inclusive, cita que a ideia de “Deus está conosco” não é compatível com a guerra e, assim, sua contribuição é de que a política seria, portanto, independente das outras esferas que compõem a vida das sociedades e dos seus indivíduos. Sendo assim, a política e os imperativos morais estariam sempre em tensão. Posteriormente, Morgenthau irá concluir que não há identificação entre as aspirações morais dos indivíduos e moralidades universais. Como exemplo, temos: existiria uma moralidade justificável quando um Estado-Nação entrar em guerra por legítima defesa ou dentro de um contexto de prestar apoio aos seus aliados, configurando o que seria uma “guerra justa” ou mesmo, aquelas aprovadas pelas Nações Unidas. Isso seria, portanto, já incompatível com as moralidades individuais, configurando seu quinto princípio, assim. Por fim, portanto, existe uma autonomia da esfera política, constituindo seu sexto princípio.

Por fim, para complementar seus argumentos sobre a luta pelo poder, Morgenthau irá comparar política doméstica e política internacional como manifestações do fenômeno comum da busca pelo poder e assim, divide essa luta em três tipos: i) Política de *Status Quo*; ii) Política de Expansão de Poder e iii) Política de Demonstração de Poder, como a Diplomacia ou a exibição de força militar. Assim como Carr, Morgenthau também irá argumentar que o Realismo possui os remédios para o Idealismo Liberal.

Em 1962, Raymond Aron foi um sociólogo, filósofo, historiador e pesquisador francês e publicou “Paz e Guerra entre as Nações”, onde expõe suas contribuições basilares para a Teoria Realista. Nesta obra, inspirada em Hobbes e Clausewitz, o autor irá expor as diferenças entre o ambiente doméstico e internacional. Aron foi o autor do termo “Guerra Fria” e, também, foi o autor da célebre frase “Guerra improvável, Paz impossível”, se referindo a este mesmo conflito. O autor defende a ideia de que a guerra é muito mais um ato racional do que um instinto do homem. A guerra seria um ato de violência, obrigando o adversário a se submeter às nossas escolhas, seguindo a lógica de Clausewitz em sua obra “*Vom Kriege*”, de 1832, de que “a guerra seria a continuação da política por outros meios”. O elemento passional, seria de

interesse, acima de tudo, do povo. Já os demais elementos, ao exército e ao seu comandante e o elemento intelectual, ao governo, sendo este último decisivo. O governo, dessa forma, seria o responsável por ordenar todo o conjunto. Aron vai chamar atenção para o fato de que, em Teorias Realistas, devemos separar aquilo que é doméstico daquilo que é internacional. Dessa forma, devem ser consideradas as unidades políticas apenas, quando se trata de Relações Internacionais e suas relações, sempre pautadas em questões de Guerra ou de Paz, tema central e recorrente na Teoria Realista.

A seguir, partiremos das teorias e autores apresentados abordando, especialmente, a análise de uma balança de poder mais competitiva para uma análise mais estrutural, vinda do Neorealismo, de como os contextos em que os Estados estão inseridos reforçam atitudes voltadas para a soberania nacional e seus interesses particulares, onde assim, poderemos compreender as alterações na Política Externa turca e sua relação com seus vizinhos.

1.4.2 – Neorealismo (Realismo Estrutural)

Teóricos do Realismo Estrutural, ou Neorealismo, bem como os Realistas Clássicos, consideram a característica de *anarquia internacional*, bem como a distribuição de poder ou de capacidades entre as grandes potências internacionais. Esta visão nos ajuda com a contribuição sobre a estrutura do sistema⁴², bem como as limitações que esta impõe sobre o comportamento dos Estados (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016).

Enquanto os Realistas Clássicos, como Morgenthau, enfatizam o comportamento egoísta e inseguro dos Estados, sendo um reflexo da natureza humana, como causa profunda dos conflitos, da busca pela maximização de poder e da competição pela segurança no sistema interestatal, pensadores Neorealistas buscam entender a estrutura do Sistema Internacional e como esta estrutura influencia o comportamento dos Estados e dos conflitos.

O momento em que se deu a formação da corrente Neorrealista foi um período em que os olhares do Realismo sobre as compreensões acerca do comportamento dos Estados vinham perdendo credibilidade. Na década de 1970, o crescimento de parcerias entre os Estados, com um maior diálogo entre EUA e URSS; o movimento da globalização evidenciando uma

⁴²A despeito das necessidades semelhantes entre os Estados a respeito do tema da segurança, a distribuição de recursos para atingir este fim são diferentes. Estados mais ricos possuem mais recursos e isto cria uma estrutura no sistema onde a cooperação se torna pouco provável uma vez que existe um temor sobre os ganhos relativos entre estes.

interdependência econômica entre os Estados, especialmente com as crises do petróleo e crise financeira advindas da ruptura dos EUA com o sistema de Bretton Woods em 1971, colocaram em evidência as interpretações de que os Estados não seriam mais os pilares das decisões políticas no Sistema Internacional.

Foi neste contexto em que Kenneth Waltz elaborou sua obra, em 1979, chamada por “Teoria das Relações Internacionais”, onde o autor propôs entender as estruturas do Sistema Internacional, propondo uma teoria sistêmica que viria a ser chamada de Neorealismo. Assim, Waltz (1979) busca entender a formação destas e como teorias anteriores foram compostas para, assim, compreender as estruturas e formular teorias que expliquem o comportamento da Política Internacional.

Kenneth Waltz ([1979] 2004) analisa o sistema onde os Estados estão inseridos. Para ele, os Estados se comportam constrangidos e influenciados pela estrutura e agem ou não de acordo com as dinâmicas deste próprio sistema. Waltz amplia a lógica de que o primeiro objetivo dos Estados é garantir a sua sobrevivência e passa a considerar que também existem outros objetivos que podem ser almejados pelos Estados de acordo com as dinâmicas do sistema. Considerando que a capacidade de recursos dos Estados é limitada e que estes podem depender de alianças com outros Estados para ampliar os seus recursos materiais, sob o objetivo da sobrevivência e/ou o aumento da sua capacidade de poder (Waltz, 1979; Mearsheimer, 2001), temos que: “Conseqüentemente, as pressões internacionais são a causa primária para determinar o comportamento dos países” (Oliveira, 2019, p.37). Assim, o pensamento Neorealista traz, portanto, a contribuição de que os Estados atuam na esfera internacional dentro de limitações impostas pela própria estrutura na qual estão inseridos, ainda que estejam buscando satisfazer aos seus interesses.

Desta forma, Waltz (1979) enfatiza o fato de haver uma anarquia e uma determinada estrutura de distribuição das capacidades no Sistema Internacional, que faz com que os Estados se comportem de forma competitiva e emulativa, exercendo pressões uns contra os outros, mas dentro de estruturas que limitam e constrangem suas escolhas, e a recorrência de conflitos e guerras. O autor justifica as formações de alianças e a busca pelo acúmulo de poder das Grandes Potências do ponto de vista defensivo, para equilibrar a balança ou distribuição de capacidades.

Com este pensamento, Waltz (1979) muda o foco do comportamento individual, presente nas teorias do Realismo Clássico, e busca analisar a própria estrutura em que os Estados e, conseqüentemente, seus indivíduos, estão inseridos. O autor considera que estas

teorias que focam no indivíduo são reducionistas (Waltz, 1979, p.19). De acordo com sua teoria, fenômenos tidos como independentes, na verdade, compõem resultados de uma ontologia comum. Ao mesmo tempo, o autor faz paráfrases com estas teorias, onde cita que “Entre Estados, o Estado de Natureza é a guerra” (Waltz, 1979, tradução nossa, p.102). Assim, através das análises sobre as estruturas políticas em que os Estados estão inseridos. Waltz analisa como estas influenciam nas economias destes Estados, em seus aspectos militares e, também, na forma como estes lidam com assuntos internacionais. Assim, as assimetrias de poder entre os Estados, geraria a própria natureza anárquica do Sistema Internacional. Segundo Corrêa, interpretando Waltz:

Questões de mercado, demografia, território, recursos naturais, estabilidade política, indústria, tecnologia, recursos, cultura, ideologia, instituições, capacidade militar, entre outros, são fatores que destacam a relevância de um Estado no seio de uma estrutura [...] A estrutura cria um padrão de comportamento que molda os processos decisórios políticos, produz efeitos similares e especifica as funções das unidades (Corrêa, 2016, p.45).

Resumidamente, não seria a natureza humana quem define o comportamento dos Estados, mas sim, a estrutura em que estes estão inseridos (Jackson; Sorensen, 2007, p.83).

Partindo, portanto, da ideia de que os Estados estão inseridos em um sistema internacional caracterizado por uma estrutura de distribuição de poder e que, aqueles Estados que não buscarem ampliar seus recursos, estarão sujeitos à anarquia do sistema e, portanto, expostos aos desejos dos Estados mais fortes, podemos inferir que os argumentos de autores como José Luis Fiori e Norbert Elias, são coerentes com estas visões. Norbert Elias diz “Quem não sobe, cai” (Elias, 1993, p.134) enquanto Fiori argumenta que a preparação para a guerra deve ser constante para que o Estado esteja sempre preparado para conflitos com aqueles que tentarem controlá-lo e submetê-lo (Fiori, 2008). Diante destes argumentos, podemos estudar o contexto em que a Turquia está inserida neste momento, buscando retomar uma maior capacidade de questionamento de seu papel perante seus vizinhos e perante o Sistema Internacional.

Resumindo as ideias de Waltz, temos que, assim como os princípios básicos da teoria Realista, o autor considera o ambiente internacional como anárquico. Porém, diferentemente dos autores do Realismo Clássico, os Estados não se utilizam de uma inclinação inata para expandir suas potências ou territórios de forma agressiva, em busca de garantir suas sobrevivências e segurança. Waltz acredita que os Estados são vistos como atores racionais e,

portanto, buscam evitar conflitos desnecessários para manter seus *Status Quo*. Em suma, o Realismo Defensivo enfatiza que o equilíbrio de poder é uma característica estável do Sistema Internacional e que, quando um Estado busca maximizar seu poder, isto poderia desencadear uma reação dos outros Estados, levando a um equilíbrio que seria, portanto, benéfico para a Segurança geral do Sistema. Reforçando, Waltz acredita que a principal motivação dos Estados é a segurança, e não a conquista. A expansão territorial ou a busca por maior poder é vista como uma medida extrema, não uma tendência constante. Assim, suas ideias defendem que os Estados seriam mais propensos a entrar em alianças e manter um equilíbrio de poder para garantir sua sobrevivência do que lutarem para conquistar mais territórios, podendo causar um caos e uma guerra no Sistema. A visão do Realismo Defensivo, portanto, entende que a cooperação entre Estados pode ocorrer quando estes percebem que a manutenção do *Status Quo* é mais vantajosa do que a competição constante. Assim, entendem que a anarquia pode sim gerar constrangimentos, mas ainda assim, há espaço para a segurança e a estabilidade no Sistema Internacional.

A seguir, veremos o Realismo Ofensivo, tendo como seu principal autor, John Mearsheimer. O autor também compartilha da ideia de que o Sistema Internacional é anárquico, porém, possui uma ideia diferente acerca do comportamento dos Estados. Mearsheimer defende em sua teoria que os Estados buscam maximizar seu poder e influência e que a expansão é uma estratégia comum para garantir segurança e alcançar a supremacia regional ou global. Nesta teoria, os Estados são naturalmente agressivos e, portanto, possuem um ímpeto natural em expandir sua influência. A busca por poder não é apenas uma reação à insegurança, mas uma estratégia ativa para dominar o Sistema Internacional, inclinando-se para a competição e o confronto, ao invés de se contentar com seus *Status Quo*. Para Mearsheimer, o equilíbrio de poder seria menos estável, pois a busca por hegemonia pode levar a uma competição constante entre os atores mais fortes no Sistema Internacional, reforçando a ideia de que os Estados sempre tentariam maximizar seu poder absoluto, o que poderia resultar em conflitos e rivalidades prolongadas. Assim, diferentemente do Realismo Defensivo, Mearsheimer defende que a cooperação entre Estados é vista como menos provável, pois cada ator estaria mais focado em aumentar seu próprio poder relativo em detrimento dos outros. Resumidamente, sua teoria sugere que os Estados frequentemente estariam dispostos a entrar em conflitos a fim de alcançar uma posição dominante e que a competição seria uma característica persistente das Relações Internacionais.

Feita esta breve comparação entre ambas as teorias principais do Neorealismo, iremos apresentar a seguir a visão do autor em suas obras:

Como vimos, Mearsheimer, em “*The Tragedy of Great Power Politics*” (2001) lança as bases para sua teoria chamada de “Realismo Ofensivo”, que parte da ideia de que o próprio Sistema Internacional cria as razões para que as Grandes Potências ajam de forma ofensiva para obter sempre uma vantagem relativa de poder, pois, só assim se sentem seguros, guiando suas formações de alianças e busca pelo acúmulo de poder. Em suma, os Estados vivem à sombra da guerra, dentro do contexto das incertezas inerentes ao próprio sistema anárquico internacional. O autor considera como variáveis importantes a serem analisadas, a distribuição de poder e a localização geográfica de cada Estado. Estas variáveis são independentes e distintas.

O autor parte, então, de pensadores Realistas como Edward Carr, Hans Morgenthau e Kenneth Waltz para fundamentar seu ponto de vista acerca do funcionamento do Sistema Internacional. A base de sua teoria seria a contestação da ideia de que “as Grandes Potências se entendem como membros de uma família de nações, as quais são chamadas de Comunidade Internacional” (Mearsheimer, 2001, p.1, tradução nossa) e que, portanto, não lutariam entre si. Contudo, o autor entende que estas potências estão sim lutando entre si para adquirirem mais poder.

Segundo Mearsheimer, não existem potências que querem manter o *Status Quo*, exceto por aquela que realmente representa o *hegemon*. Quase sempre, estas teriam intenções de potências revisionistas e usarão, portanto, de suas forças para contestar e tentar alterar a balança de poder onde estão inseridas, mas claro, dentro daquilo que estão dispostas a pagar como consequência por estes atos de tentativas de mudanças.

This unrelenting pursuit of power means that great powers are inclined to look for opportunities to alter the distribution of world power in their favor. They will seize these opportunities if they have the necessary capability. Simply put, great powers are primed for offense. But not only does a great power seek to gain power at the expense of other states, it also tries to thwart rivals bent on gaining power at its expense. Thus, a great power will defend the balance of power when looming change favors another state, and it will try to undermine the balance when the direction of change is in its own favor (Mearsheimer, 2001, p.3).

Considerando a citação acima, temos que as Grandes Potências, portanto, buscam alterar a balança de poder em seu favor por meio do acúmulo de poder relativo e/ou alianças. Uma vez que a distribuição se torna favorável estas aproveitam as oportunidades, ou a redução do constrangimento/limite externo. Assim, temos que as Grandes Potências vivem analisando as

melhores oportunidades em busca de expandir seus poderes. Ainda, desta busca, também tentam impedir que outros Estados ganhem poder às suas custas, o que faz com que se possa considerar que as Grandes Potências estejam sempre prontas para serem ofensivas. A resposta do autor para este tipo de comportamento por estas potências é de que a estrutura do próprio Sistema Internacional impulsiona os Estados a agir uns contra os outros sempre de forma agressiva para que atinjam um certo grau de segurança (Mearsheimer, 2001, p.3).

Assim, a visão Neorrealista recupera e reforça o Dilema de Segurança, presente na obra de John Herz (1950), *“Idealist Internationalism and the Security Dilemma”*, onde os Estados partem da questão da sobrevivência para atuar no Sistema Internacional, gerando um ciclo vicioso em busca de uma vantagem relativa de poder. A lógica aqui, portanto, seria que, a partir de uma anarquia, todos lutariam por maior segurança, levados a adquirir mais poder. Isso geraria um ciclo vicioso de uma busca por segurança e acúmulo de poder. O Dilema de Segurança trata das ações dos Estados, inseridos dentro um Sistema Internacional Anárquico⁴³, onde priorizam sua própria segurança. Assim, focados em se proteger, podem tomar ações como o aumento de sua força militar ou a estratégia de uma política de alianças, o que influencia que outros Estados respondam com medidas semelhantes. Isto leva a um aumento de tensões, que pode levar até a deflagração de conflitos. (Herz, 1950).

A luta pela própria sobrevivência influenciaria, então, que os Estados continuassem a investir em armamentos militares como forma de garantir suas seguranças e, assim, aumentarem seus poderes relativos.

Dentro das propostas Realistas e Neorrealistas, buscamos entender a redução de cooperação entre Turquia e UE nos últimos anos. Considerando a lógica de “soma zero”, conforme anteriormente citada, com Norbert Elias, parte do poder que um Estado cede ao outro a partir da cooperação, implicaria na capacidade de uso deste mesmo poder contra si no futuro. Ou seja, a cooperação só é conveniente quando representa ganhos para os dois lados, sem envolver ganhos relativos em temas estratégicos para um dos lados, que poderão ser utilizados futuramente contra o lado que teve perdas relativas de poder, tornando-se ou ampliando uma vulnerabilidade. Trazendo para a análise de nosso objeto de estudo, caso a UE retroceda em

⁴³É importante ressaltar que a questão da anarquia aqui, abordada pelo autor, não se refere à uma condição biológica do homem, de ser pacífica ou cooperativa ou não ser, mas sim, uma questão de constrangimento social. Para Herz, a anarquia internacional não impede uma cooperação. O autor, que se reconhece, portanto, como um “Realista Liberal”, reconhece as limitações empíricas da Teoria Liberal e conclui que é preciso buscar a superação destas limitações, colocando em prática uma Política Externa que seria guiada por uma “Ética transformadora” (Herz, 1951).

determinados posicionamentos diplomáticos, tais como o reconhecimento da população turca no norte da Ilha de Chipre, ou ceda à Turquia direitos sobre a exploração de gás nesta região, este poder poderia ser utilizado posteriormente pela Turquia que, da mesma forma, busca retomar parte do poder perdido para a UE no pós-Primeira Guerra Mundial.

Assim como Mearsheimer (2001) o faz em sua obra, buscamos nesta tese entender os porquês de certas situações ao longo da história sob a ótica do Realismo Ofensivo. Uma de nossas perguntas aqui é entender o que levou a Turquia a colaborar com o Ocidente, ou seja, Europa e EUA, até o momento em que percebeu que existia alguma oportunidade de transformar esta balança de poder na qual estava inserida, a seu favor. Quais foram os fatores que permitiram esta mudança de perspectiva por parte dos governantes turcos?

Temos, portanto, que a partir do momento que seus governantes perceberam quaisquer possibilidades de explorar um pouco sua capacidade de disputa com seus vizinhos, este posicionamento começou a se alternar para uma política menos colaborativa e mais nacionalista, em busca de fortalecimento de seus próprios interesses.

Desta forma, foram apresentados aqui, dois autores, que estudam o Neorealismo, e que entendem o comportamento dos Estados de formas distintas. Waltz interpreta que os Estados precisam se desenvolver e criar capacidades de se defender, evoluindo não somente em termos de defesa como também em termos econômicos para, assim, criar as capacidades de se defenderem e, portanto, protegerem-se da anarquia internacional. Isto levaria a um equilíbrio entre as maiores potências do sistema internacional. Diferentemente desta característica defensiva de Waltz, temos como um contraponto, Mearsheimer, trazendo a versão mais ofensiva no Neorealismo, ou seja, para este autor, os Estados devem buscar se fortalecer já esperando que, quando houver oportunidade, as maiores potências do sistema, buscarão aumentar seus poderes relativos, criando assim, um conflito. Para Mearsheimer, nenhuma das Grandes Potências está satisfeita com o *Status Quo* e, assim, buscarão ampliar seus poderes sempre que possível. Ou seja, a guerra sempre é uma ameaça e os Estados devem fazê-la antes que alguém a faça.

Ainda dentro da Teoria Realista e, retomando um pouco da Economia Política Internacional, Gilpin (1981) busca entender que existem múltiplas possibilidades de comportamento dos Estados dentro do Sistema Internacional. A partir desta consideração, temos que o Sistema Internacional possui, portanto, um caráter temporário e sujeito a sofrer alterações dadas as possibilidades de mudança nos papéis desempenhados pelos atores. Desta

forma, a ideia de equilíbrio de poder não se configura como uma suposição automática, estando muito mais baseada nos ganhos que um Estado poderia obter. O autor, então, inverte a lógica de que seria o famoso *Status Quo* que governaria o Sistema Internacional, mas sim, o ímpeto pela mudança quando considera que os Estados estariam dispostos a questionar a ordem, quando percebem que os ganhos futuros seriam maiores do que os custos, caracterizando o comportamento dos Estados revisionistas.

Assim, para Gilpin (1981), existem outros fatores que podem contribuir para que uma hegemonia não se baseie sobre uma estrutura de “equilíbrio de poder”, considerando inclusive, barreiras naturais, daí, fazendo-se importante para esta tese, o estudo sobre a geografia e a geopolítica advinda dela. Há também que se considerar questões econômicas e limitações tecnológicas ou mesmo instituições internas, que poderiam limitar esta capacidade de expansão.

1.4.3– Realismo Neoclássico

Esta vertente do Realismo surgiu como uma resposta à Interdependência Complexa, teoria desenvolvida por Nye e Keohane (1973), que se contrapôs ao Realismo, justificando que a interdependência entre os Estados reduziria o foco nos Estados como únicos atores de relevância no Sistema Internacional, sugerindo que corporações, instituições e influências seriam igualmente importantes nas relações entre os Estados.

O Realismo Neoclássico, portanto, se propõe como uma combinação entre as duas correntes anteriores, com o objetivo de preencher uma lacuna deixada por estas: uma melhor compreensão do que é o Estado. Os Realistas Neoclássicos concordam com a visão de que o Sistema Internacional é anárquico e que a distribuição de poder influencia o comportamento dos Estados. No entanto, eles acreditam que fatores internos, como a política interna e a liderança doméstica também desempenham um papel crucial no poder destes Estados. Assim, seus autores argumentam que os interesses e comportamentos dos Estados são moldados, não apenas pela estrutura do sistema, mas também por seus fatores internos como sua cultura, sua estrutura política, a psicologia dos líderes e as características internas da sua sociedade. Tudo isto, portanto, influenciaria na forma como os Estados se comportam uns com relação aos outros. Assim, a política doméstica também influencia na forma como os Estados agem internacionalmente, não sendo apenas uma resposta direta à estrutura internacional.

Esta já seria uma primeira diferença entre esta corrente de pensamento e a corrente apresentada anteriormente, o Realismo Estrutural. Outro ponto de divergência seria que, enquanto os Neorrealistas entendem que os Estados reagem de maneira racional às pressões internacionais, buscando sempre aumentar seu poder relativo em busca de segurança, os Realistas Neoclássicos reconhecem que esta racionalidade dos Estados poderia, também, ser afetada por fatores subjetivos e internos, como percepções distorcidas, ideologias e interesses pessoais dos líderes. Portanto, a Política Externa poderia ser moldada por essas influências internas, tornando o comportamento dos Estados menos previsível e mais complexo. Por fim, enquanto os Neorrealistas tendem a adotar uma abordagem mais sistemática e teórica para analisar a política internacional, com foco na estrutura e nas leis gerais que regem o sistema, os Neoclássicos focam mais na análise detalhada e contextual dos casos individuais, levando em conta como fatores internos e percepções específicas moldam o comportamento dos Estados. Em suma, a principal diferença entre estas duas correntes, estaria na percepção sobre o tamanho da importância da estrutura internacional na forma como os Estados se comportam. Enquanto os Neorrealistas colocam o foco nesta estrutura, os Neoclássicos entendem que existem outros fatores que irão influenciar nestes comportamentos estatais no jogo de poder e disputas internacionais. Vejamos a seguir:

Segundo Ripsman; Taliaferro e Lobell (2009), existe um subdesenvolvimento na literatura dos estudos de segurança acerca do Estado, seja como entidade política, seja como estrutura analítica. Os autores consideram este problema como algo endêmico ao Realismo. O Realismo Neoclássico, portanto, se baseia na complexa relação entre o Estado e a sociedade, algo que é encontrado no Realismo Clássico e, porém, sem sacrificar a visão central do Neorrealismo sobre as restrições impostas pelo Sistema Internacional. O Realismo Neoclássico, assim, se apresenta como uma tentativa de complementar estas teorias.

O Realismo Clássico está majoritariamente preocupado com as fontes e os usos do poder nacional na política internacional, junto aos problemas que os líderes encontram em conduzir a Política Externa. Isto faz com que os estudiosos acadêmicos foquem na distribuição de poder entre os Estados, bem como o caráter destes Estados e suas relações com suas sociedades domésticas. Desta forma, os teóricos desta corrente oferecem reflexões filosóficas sobre os princípios duradouros dos estadistas, criando teorias indutivas de Política Externa extraídas, em grande parte, das experiências das Grandes Potências europeias desde o século XVI até meados do século XX. Os clássicos, como Morgenthau, Kissinger e Wolfers falam muito pouco sobre as restrições do Sistema Internacional e muito sobre o Estado em si. Já os Neorrealistas possuem

como foco, explicar os padrões comuns no comportamento internacional ao longo do tempo. Perguntas como “Por que as guerras ocorrem ou por que a cooperação é difícil?” são objetos de análise desta corrente. Esses questionamentos são feitos de forma científica e autoconsciente, em busca de se aproximar do rigor metodológico positivista, algo que os Clássicos não fizeram. Assim, os Neorrealistas tentam entender os padrões recorrentes na estrutura política internacional e interpretam que a anarquia faz com que os Estados persigam estratégias semelhantes para se protegerem. Os Neorrealistas, assim, se utilizam da distribuição relativa das capacidades (sua variável mais importante) ou da balança de poder para explicar a vasta gama dos comportamentos das Grandes Potências e seus resultados sistêmicos (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2009, p.16, tradução nossa).

Para os Realistas Neoclássicos, segundo os autores supracitados, o Realismo Clássico não representa um programa coerente, uma vez que juntou diversos autores e diversas obras, por mais de 2500 anos. Muitos destes autores não eram cientistas sociais. Já o Neorrealismo e sua teoria da balança de poder, assume que os Estados possuem uma habilidade ilimitada para extrair e mobilizar recursos domésticos.

Neste momento, uma questão se torna importante para entender o foco dos Neorrealistas: a sociedade doméstica. Stephen Krasner, em “*Power, the State, and Sovereignty: Essays on international relations*” (2009) ressalta que todos os Estados do Sistema Internacional que possuem alguma capacidade significativa de exercer poder, possuem estruturas institucionalizadas. Como exemplo, o autor destaca que, na sociedade norte-americana, não é sua raça ou etnicidade, mas sim, sua crença nos valores liberais Lockianos, os quais entendem o indivíduo como a unidade básica de construção de uma sociedade, que os moldam. Já o ambiente internacional, ao contrário das estruturas domésticas, é fracamente institucionalizado. Após analisar outras teorias, considerando mesmo o Marxismo ou o Construtivismo, Krasner (2009) conclui que a institucionalização foi essencial para o entendimento da Política Externa dos Estados, mas esta não explica a interação entre estes, uma vez que na política internacional a institucionalização é fraca e, em última instância, o poder é o que realmente importa. O autor então, retoma Tucídides quando faz esta reflexão, citando o Diálogo de Melian: “Os fortes fazem o que querem. Os fracos, o que devem”. Assim, o autor critica que muitos pesquisadores deixaram o conceito de soberania Estatal de lado quando tentaram abordar as instituições. O erro se encontra na própria “hipocrisia organizada”, que existe nas regras de funcionamento destas instituições. Para o autor, existem sim, atores que desejam infringir as regras e que possuem o poder para quebrá-las. Situações nas quais um

Estado tenta influenciar a autoridade das estruturas domésticas de outros Estados, chamado de “*State-Building*”, violam o princípio de não-intervenção nos assuntos internacionais dos Estados (Krasner, 2009, p.18-68, tradução nossa).

A Política Externa, portanto, examina a forma pela qual instituições políticas domésticas, interesses e valores de um Estado afetam os objetivos que este Estado persegue e o nível de recursos que ele emprega para atingi-los. Já a Política Internacional olha a forma na qual as interações entre Estados determinam os resultados no Sistema Internacional, ou seja, como as questões internacionais, especialmente a distribuição de poder, influenciam nas estruturas domésticas destes Estados.

A grande marca que distingue o Sistema Internacional do doméstico é a hierarquia, uma vez que no ambiente internacional não existe hierarquia, mas sim, anarquia. Assim, há que se considerar que existe uma diferença na distribuição das capacidades materiais em âmbito doméstico e em âmbito internacional. Isto leva a um desenvolvimento de assimetrias de poder e de interesses dentro dos Estados. Entretanto, estas questões relativas ao poder e aos interesses não é considerada pelos neorealistas, os quais consideram que os Estados, desta forma, atuariam de maneira sempre racional, visando obter sempre os melhores resultados.

Randall Schweller (1998) também irá tecer algumas críticas aos Neorealistas, especialmente à Kenneth Waltz, durante a década de 1990. Para o autor, Waltz erra ao preconizar que os Estados reagiriam todos de forma semelhante no Sistema Internacional. Para ele, Waltz deveria ter considerado a diversidade de comportamentos estatais e a influência de fatores internos e variáveis contextuais. Ao não considerar estes fatores, os Neorealistas não conseguiram explicar por que alguns Estados se comportam de maneira mais expansiva e agressiva e outros, de maneira mais cautelosa e defensiva. Além disso, Schweller (1998) destaca que Waltz não considera adequadamente o papel das expectativas e percepções dos líderes sobre o Sistema Internacional. Enquanto Waltz estaria focado, portanto, na estrutura do sistema e na busca por segurança, Schweller (1998) argumenta que as percepções dos líderes e suas expectativas sobre o comportamento dos outros estados seriam cruciais para entender sua Política Externa. Por fim, o autor também sugere que diferentes tipos de regimes, como democracias ou regimes autoritários, somados às suas diferentes configurações internas, como divisões políticas e econômicas, poderiam também, influenciar como os Estados percebem e reagem às pressões internacionais.

Desta forma, o Realismo Neoclássico, desta forma, busca estudar como os Estados reagem de forma diferente quando são expostos a pressões semelhantes, considerando suas

estruturas domésticas e suas limitações materiais, abrindo assim, a “caixa preta” da visão neorrealista. Ou seja, não há constrangimento às ações dos Estados somente em nível internacional, tal como observam os Neorrealistas, mas também, dentro das suas próprias capacidades e estruturas domésticas. Os Realistas Neoclássicos percebem que, mesmo que os líderes de um Estado entendam sobre suas capacidades de poder relativo, estes estão sempre sujeitos a barganhar com sua população e estão, portanto, sujeitos às restrições domésticas. Por isso, os incentivos a ideologias e ao nacionalismo se tornam importantes, pois facilitam a troca entre o Estado e sua sociedade.

Para os teóricos Neoclássicos, as restrições internacionais moldam sim o comportamento dos Estados, contudo, não é um apelo normativo das práticas dos outros ou de suas instituições domésticas que são responsáveis por isto, mas sim, o desejo de conseguir vantagem competitiva e a possibilidade de sobrevivência. Para isso, os Estados poderiam escolher entre continuar as suas práticas estratégicas já existentes, competir com os demais Estados – neste caso, somente os Estados fortes teriam essa possibilidade –, ou inovar suas capacidades militares e domésticas para que estejam aptos a disputar com outros Estados. Assim, os teóricos do Realismo Neoclássico buscam entender como os Estados mobilizam os recursos necessários para perseguir suas políticas de segurança escolhidas e quanto poder os atores domésticos possuem quando os Estados buscam mobilizar recursos de diferentes setores da sociedade. O questionamento vai além: Sob quais circunstâncias os Estados vão criar instituições militares inteiramente novas, práticas e tecnologias em um esforço de conseguir vantagens de Estados rivais? Por que há Estados que buscam criar ou extrair recursos maiores das suas sociedades e outros não, ou não conseguem? A resposta, segundo esta teoria sugere que o poder do Estado, ou seja, a habilidade relativa do Estado em extrair ou mobilizar recursos da sociedade, seja pelas suas instituições, pelo nacionalismo ou pelas suas ideologias, moldam os tipos de estratégia de balanceamento interno que um Estado é suscetível a perseguir (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2009).

Assim, os autores dissertam sobre os quatro cenários possíveis sobre como os Estados podem reagir, de acordo com suas capacidades:

States that initially enjoy higher extraction and mobilization capacity, but also face high external vulnerability, are more likely to emulate the military, governing, and technological practices of the system's most successful states, at least in the short run. In contrast, states with low extraction and mobilization capacity, but confronting high external vulnerability, will have greater difficulty in pursuing emulation, at least in the short run. States with higher extraction and mobilization capacity but low external vulnerability have the luxury of engaging in innovation to enhance their long-term security and power. Conversely, states with constrained mobilization and extraction

capacity, but facing low external vulnerability, are less likely to pursue emulation or innovation. In the long term, states can try to increase their extractive and mobilization capabilities, and consequently their ability to pursue emulation or innovation, by propagating nationalist or statist ideologies. Lack of nationalist sentiment or an anti-statist ideology, however, can limit the state's ability to emulate or innovate. In these circumstances, vulnerable states will likely persist in existing strategies (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2009, p.197).

Conforme os autores acima afirmam, no longo prazo qualquer Estado pode buscar acumular poder e segurança (buscar emulação e inovação), alterando suas limitações/capacidades internas (relação Estado-Sociedade) por meio do nacionalismo e estatismo. Esse pode ser o caso da Turquia atual, considerando sua trajetória histórica, dentro de um processo de recuperação do discurso nacionalista e, especialmente após a chegada de Erdoğan ao poder que, junto com Putin, vem recriando esse discurso euroasianista, o qual será abordado mais adiante. Esses novos movimentos acabam por influenciar e alterar as limitações internas.

Ao mesmo tempo, a Turquia é um Estado com limitações internas e externas, mas que vem buscando alterar isso tanto no jogo interno quanto no jogo de alianças externo, buscando acumular poder e ter uma política mais assertiva e autônoma. Podemos perceber isso, com a sua relação com a OTAN. Como vimos, o país passou a fazer parte dessa aliança em 1952, dentro do contexto da Guerra Fria, tornando-se então, um dos países mais relevantes da aliança em termos de posição estratégica. Para tanto, a OTAN armou a Turquia a ponto de torna-la uma das mais fortes potências da aliança e, também, mobilizou grande quantidade de pessoal. A partir destas condições, a Turquia hoje possui a capacidade de barganha necessária para se posicionar diante dos seus próprios parceiros da aliança, em termos de questionar a falta de suporte com relação às investidas gregas em áreas próximas à Turquia, como ocorreu em 2020⁴⁴.

Esta breve análise final, incluindo a Turquia em sua política internacional, chama atenção para uma discussão que deve ser levada em consideração a respeito dos pontos de contato e de tensão entre esta teoria do Realismo Neoclássico, a qual será utilizada como ferramenta de análise em nosso estudo, e as Teorias da Geopolítica Clássica, que também serão úteis para a nossa análise. Sendo assim, iremos destacar brevemente quais seriam estes pontos.

⁴⁴Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/grecia-turquia-reacendem-disputa-maritima-elevam-tensoes-no-mediterraneo-24587349>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

Enquanto os geopolíticos clássicos colocam muito peso na geografia como parte fundamental da elaboração de uma Política Externa forte, os Realistas Neoclássicos não colocam tanta atenção na geografia, reconhecendo outros fatores, tais como os citados acima, como influentes nessa tomada de decisão. Enquanto os Geopolíticos Clássicos entendem a competição por recursos e a posição estratégica são vistas como forças motrizes do comportamento dos Estados, colocando a luta pelo poder e a busca por dominação territorial como centrais para a política internacional, os Realistas Neoclássicos buscam acrescentar fatores domésticos como forças relevantes no comportamento dos Estados no Sistema Internacional. Embora os Realistas Neoclássicos considerem a rivalidade e a competição no Sistema Internacional, assim como os Geopolíticos Clássicos, eles também consideram que as percepções e os interesses internos dos Estados influenciariam a intensidade e a natureza desses conflitos.

1.5 – Considerações Parciais

Este capítulo buscou apresentar as bases sobre as quais esta tese irá se fundamentar. Foram apresentadas inicialmente, a história e as características da geografia da Turquia, bem como sua composição territorial após a dissolução do Império Otomano, passando pelos tratados fronteiriços estabelecidos com as potências vitoriosas da Primeira Guerra Mundial, já correlacionando os interesses destas com as teorias geopolíticas que foram apresentadas em seguida.

Neste sentido, foram apresentados alguns conceitos geopolíticos da escola alemã, como Ratzel, Kjéllen e Haushoffer (a qual trabalha o espaço e a geografia, que determinam a Política Externa de um Estado) e da escola anglo-saxã, como Mahan, Mackinder e Spykman (que trabalham a estratégia da Política Externa dos países).

tais como o *Buffer State* ou Estado-tampão, onde Philipp Kelly ressaltou o papel histórico da Turquia dentro desta condição, especialmente durante a Guerra Fria. Mackinder também já havia ressaltado esta questão ao ressaltar a importância de se criar Estados-tampões para proteger a Europa, dentro do seu conceito de Cordão Sanitário. Da mesma forma, Keyman concluiu que a Turquia acabou representando um Estado-tampão em sua trajetória. Como veremos no desenvolvimento da Tese, Erdoğan vem questionando este papel turco, buscando trazer uma maior capacidade estratégica para o país, e uma maior autonomia em relação aos seus vizinhos e parceiros de aliança.

Também foram apresentados os conceitos de *Chokepoints* e *Gateways*, ao analisarmos a geografia da Turquia e a importância dos seus Estreitos. De acordo com Mahan, os *Chokepoints* seriam passagens estratégicas importantes para o controle de rotas comerciais e quem detiver o domínio destas, acumulará vantagem competitiva em relação aos demais. Da mesma forma, o conceito de Gateway contribuiu para a compreensão do papel da Turquia como uma ponte entre o Ocidente e o Oriente, entre o mundo islâmico e o não-islâmico, fazendo com que seu domínio seja objeto de desejo das Grandes Potências, uma vez que o controle desta região representaria uma vantagem estratégica àquele que a possuir. Não coincidentemente, Grécia e Turquia representaram a primeira expansão da OTAN após a sua criação.

O conceito *Shatterbelt* veio para ajudar no entendimento sobre as condições temporárias às quais a Turquia está submetida. Os *Shatterbelts* representam regiões estrategicamente orientadas e divididas internamente, ou seja, presas de conflitos entre as Grandes Potências em regiões geoestratégicas. Conforme será apresentado mais adiante, veremos os momentos em que a Turquia foi alvo destas disputas internacionais, especialmente pelas suas questões políticas e geopolíticas.

Também foram destacadas teorias Geopolíticas Clássicas que justificam a importância geográfica da posição a qual a Turquia ocupa no globo terrestre. Mahan iria destacar a instabilidade da região compreendida entre os paralelos 30 e 40 na Ásia e Fairgrieve definiria como “*Crush Zone*” os Estados-tampão localizados entre os poderes marítimos e o *Heartland* euroasiático, onde se encontrava a Turquia.

Apresentados estes conceitos-chave que serviriam para a interpretação da importância geográfica e estratégica da Turquia, partimos para a elaboração das teorias Realistas e suas vertentes. Conforme mencionado neste capítulo, julgamos que esta teoria de Relações Internacionais nos serve como base para a análise do papel da Turquia historicamente e contemporaneamente. Foram apresentadas, assim, as bases do Realismo Clássico, que considera o Estado como o ator central do Sistema Internacional; a concepção hobbesiana de que o homem não é suscetível à colaboração, onde assim, inferências indutivas seriam adaptadas ao comportamento dos Estados neste Sistema Internacional e a concepção da guerra como algo inerente das Relações Internacionais, não sendo apenas uma batalha entre atores. Assim, neste contexto, temos que os Estados devem sempre estar prontos para uma possível guerra, se antecipando e se preparando constantemente. Isto se justificaria pelas análises de Fiori e Elias onde o primeiro defende que o desejo de conquistar é natural dos homens e onde

o segundo defende que “quem não sobe, cai”, ou seja, ambos direcionados ao argumento de que, quem deseja sobreviver, precisa estar se preparando para dominar e evitar ser dominado.

Seguimos com a elaboração do pensamento Neorrealista, que viria com contribuições sobre o Realismo Defensivo, onde Waltz viria com a análise do sistema o qual os Estados estão inseridos, onde estão constrangidos e influenciados pelas estruturas, agindo de acordo ou não com as dinâmicas deste próprio sistema. Waltz, diferentemente dos Realistas Clássicos, considera que há outros objetivos além da sobrevivência, almejados pelos Estados. Assim, a possibilidade de alianças se torna possível aqui, uma vez que os Estados reconhecem que seus recursos são limitados.

Podemos perceber isso na participação da Turquia na OTAN e no seu alinhamento com o bloco Ocidental durante a Guerra Fria. Waltz percebe que a composição dessas alianças possui um caráter defensivo em busca de equilibrar a balança de poder e a distribuição das capacidades. Assim, não seria a natureza – tal como pensam os Clássicos – mas sim, a estrutura que viria ditando o comportamento dos Estados. A busca pelo poder, portanto, seria uma saída para que um Estado não precise se sujeitar à anarquia internacional, tendo que se submeter aos interesses dos mais fortes. Isto é algo que a Turquia de Erdoğan bem tentando atingir, ou seja, formas de acumular poder para assim não se sujeitar aos demais Estados.

Também foi apresentada dentro desta visão Neorrealista, a percepção de Mearsheimer, que viria com a contribuição do Realismo Ofensivo, entendendo que não há uma defesa pelo Status Quo entre as Grandes Potências. O autor entende que somente o hegemom buscaria manter essa condição e que os demais, buscariam sempre aumentar suas capacidades relativas de poder, competindo entre si, buscando sempre oportunidades onde poderiam acumular mais poder e tentar obter então, a hegemonia do Sistema Internacional para si. Assim, as Grandes Potências se comportariam de forma revisionista, buscando contestar e alterar a balança de poder. A luta pela sobrevivência, portanto, causaria um investimento constante em armamentos militares como forma de garantir suas seguranças e, conseqüentemente, seus poderes relativos.

Vemos, neste sentido, que a Turquia também se enquadra nesta questão, uma vez que vem questionando seu papel dentro da aliança com o Ocidente, colocando em xeque sua relação com a Grécia, a partir do momento em que questiona domínios lá no passado estabelecidos nos tratados pós-guerra e disputa influência com esta nas regiões de seu entorno estratégico. Estas disputas serão apresentadas no Capítulo 4.

Por fim, o Realismo Neoclássico, que será nossa principal e mais recorrente lente de análise, o qual considera aspectos do Realismo Clássico, o qual está majoritariamente preocupado com as fontes e os usos do poder nacional na política internacional, junto aos desafios que os líderes encontram ao conduzir essa política, juntamente ao Neorealismo, que busca explicar o comportamento, muitas vezes diferentes mesmo sob circunstâncias semelhantes, dos Estados no Sistema Internacional ao longo do tempo, constrangido pela estrutura desse próprio sistema. Assim, o Realismo Neoclássico, traria como contribuição, a consideração de aspectos do poder nacional e as relações com a própria sociedade como formas de agregar às análises realistas.

Nesta tese, consideraremos também os aspectos internos da Turquia como ferramentas que ajudem a contribuir para a análise completa da mudança de comportamento de Erdoğan na forma de conduzir a Política Externa, com relação aos governos anteriores.

CAPÍTULO 2

TURQUIA: PROCESSO DE FORMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE (1923-1990)

Até aqui vimos uma apresentação das teorias e conceitos que serão utilizados como base para as análises que se darão de agora em diante. A fim de compreender o fenômeno da Era de Erdoğan (2002 – atualidade) e as razões para as mudanças que vieram na Política Externa turca a partir do momento em que o partido AKP entrou no poder do governo turco, temos que retornar ao início da história da República da Turquia, no ano de 1923. E, além disso, para entender o início da República e a forma como a sociedade foi se moldando, temos que retomar ao fim do Império Otomano.

Veremos neste capítulo que o surgimento da figura de Mustafa Kemal Atatürk é fruto de uma própria reação ocorrida ao final do Império Otomano, com o movimento dos Jovens Turcos, jovens que questionavam o despotismo do sultanato e as amarras que este sistema impunha ao desenvolvimento do império. O fim do Império Otomano é marcado pelo processo de Grande Divergência (Pomeranz, 2000; Souza, 2019). Este império, que já havia representado a maior ameaça para a Europa, acabava seus últimos anos, sendo dividido pelas potências que haviam passado pela Revolução Industrial, Revolução Cultural e Revolução Comercial (Hobsbawm, 1990).

Hobsbawm (1990, p.101) vai destacar que, uma vez que certo grau de desenvolvimento tenha sido atingido pela sociedade europeia, as sociedades e os diferentes povos, inseridos dentro de comunidades linguísticas e culturais, iniciaram um processo silencioso de maturação através dos séculos, algo que ele chama de “*passiver volkheit*”. Esses povos passaram a se tornar autoconscientes, direcionados ao pensamento de que um destino deveria ser cumprido por eles, através das razões históricas. A partir de então, passaram a requerer o controle estatal como a ferramenta de poder a ser utilizada para assumir esse papel de liderança. Nascia então, a ideia do que era político, do que seria a nação: “*The birthday of the political idea of the nation and the birth-year of this new consciousness, is 1789, the year of the French Revolution*” (Renner, p.89 *apud* Hobsbawm, 1990, p.101).

Dentre os diversos motivos que fazem parte deste atraso do Império Otomano perante as transformações pelas quais passava a Europa, estava a forma como a sociedade otomana se organizava, o regime de governo, a forma como esta sociedade encarava o comércio e a modernidade. Outros fatores seriam o receio de influências externas que pudessem interferir na cultura islâmica, o comodismo de uma autopercepção enquanto potência militar e o consequente descaso com a modernização das forças armadas e das técnicas de guerra. Além disso, havia também interferências externas vindas das potências estrangeiras interessadas em adquirir benefícios, como matérias-primas e recursos energéticos do território otomano, dadas as necessidades do processo de industrialização. Posteriormente estas mesmas potências viriam a disputar fatias territoriais do império, influenciando processos de independência que culminariam para o seu enfraquecimento, tal como a independência da Grécia, apoiada pela Inglaterra, em 1830 (Souza, 2019).

Todo este processo corroborou para que um grupo de jovens otomanos, os quais tiveram a oportunidade de estudar na Europa e que voltaram ao Império com críticas ao modelo do sultanato, ganhasse força na política naquele momento. Desse grupo, algumas figuras, como a de Mustafa Kemal, surgiram. Kemal viria a ser o líder das guerras de independência pela Turquia, após a queda do império.

Assim, compreender o fenômeno de Kemal, é preciso ter em conta todo este contexto do fim do Império Otomano e, para interpretar a figura de Erdoğan, é preciso entender o que foi o Kemalismo, ou ideologia proveniente da forma como Kemal administrou o governo e influenciou a sociedade turca nos primeiros anos de sua história. Kemal foi a representação de um grupo, uma fatia da sociedade otomana que estava farta de algumas características que simbolizavam o atraso perante o mundo europeu e moderno. A tentativa de enquadrar a Turquia nestes “tempos modernos”, viria a gerar a reação, algumas décadas mais tarde, do processo neo-Otomanista, que viria com o fim da Guerra Fria e que seria mais aprofundada, algum tempo depois, com Erdoğan e o AKP.

Será apresentado neste capítulo, portanto, o processo que levou ao momento em que uma busca pelo retorno das características otomanas, tomou forma com a figura do líder, Erdoğan. Para isto, este capítulo será dividido em duas partes.

Na primeira parte, será apresentada a ideologia que foi criada a partir da visão que Kemal, enquanto líder do processo de independência, para o processo de formação de uma identidade da sociedade turca, a qual trazia em si aspectos culturais que representavam o fruto

de uma mistura dos diferentes povos que habitavam o império. Dentro deste processo, estava o que muitos reconheceram como uma “europeização” da Turquia, descaracterizando a essência desta sociedade islâmica, algo que virou fonte de críticas de uma parcela da sociedade, com o passar do tempo. Assim, iniciaremos esta etapa com a discussão sobre as diferentes interpretações sobre o nacionalismo turco, passando desde Kemal até Erdoğan.

Além deste debate mais teórico sobre a forma como se deu o processo de transformação entre o pensamento Kemalista e neo-Otomanista, na segunda parte, será reconstruído o contexto internacional, as pressões sob as quais a Turquia esteve exposta ao longo das décadas e seus governos, divididos em períodos de acordo com a tese de Aksin (2010). Neste período houve uma balança que pendia ora ao Kemalismo, ora ao “não-Kemalismo”, havendo mudanças constantes na política doméstica e externa da Turquia com o passar dos anos e governos.

Desta forma, admitimos que todo este processo esteve submetido às condições internacionais, uma vez que entendemos que, dada a sua posição geográfica, entre diversos países e culturas, a Turquia sofre constantes pressões do Oriente Médio, da Europa, África e da Ásia, além de pressões Ocidentais e Orientais. Há de se considerar também, que estas últimas estão inseridas dentro de um contexto de bipolaridade que perdurou durante quase toda a sua história enquanto República. E isto claramente, conforme buscaremos demonstrar, exerceu forte pressão sobre o alinhamento turco como estratégia de sobrevivência e de barganha internacional. Não coincidentemente, a Turquia passou a assumir uma postura internacional mais independente após o fim da Guerra Fria. E a evolução desta postura, que se tornou menos colaborativa com seus parceiros até então, foi se desenvolvendo na medida em que novas outras potências, além dos EUA, foram surgindo, desconcentrando ou tendendo/buscando a reequilibrar assim, a balança de poder internacional. Ou seja, com a redução da influência estadunidense, a Turquia passou a assumir mais protagonismo nas suas áreas de interesse estratégico.

Em resumo, neste capítulo será desenvolvida uma breve passagem pela apresentação das ideologias desde o pensamento Kemalista até o neo-Otomanista e, posteriormente, se fará uma apresentação do contexto internacional, que corroborou para a transformação entre estes pensamentos com o passar do tempo e, conseqüentemente, as influências sobre os governos turcos.

2.1 – Interpretações do Nacionalismo turco: do Kemalismo ao Erdoganismo

Vimos até o momento, a formação territorial da República da Turquia. Devido à sua geografia, com uma parcela de seu território na Europa, a Turquia sofre influências europeias (aqui tratadas como Ocidentais), sobre sua cultura, majoritariamente muçulmana (tratado aqui como “não-Ocidental”). O processo de independência turca teve como líder, Mustafa Kemal Atatürk. Relacionado a este líder, temos algo muito importante para a sociedade turca e que, até hoje, é uma questão relevante para a forma como a Turquia se relaciona com os países ao seu redor: o Kemalismo e sua relação com a soberania turca uma vez que, enquanto Atatürk buscou modernizar a sociedade turca em uma direção mais “europeia”, outra parcela da sociedade julgou tais modificações como distantes das raízes turcas.

Vamos retomar agora um pouco da história para entender o caminho que levou Kemal à liderança do processo de independência da Turquia e como sua figura influenciou a sociedade turca a partir de então.

Para entender Kemal, temos que retornar ao movimento dos Jovens Turcos, um grupo formado por jovens intelectuais turcos, que haviam ido estudar na Europa, aprender novos idiomas, conectar o império à modernidade e que se posicionavam de forma contrária ao poder do Sultão, o qual consideravam tirânico. Enquanto se posicionavam contra a aliança com a Alemanha, já que questionavam o apoio deste país ao Sultão, além de também questionar os acordos entre ambos os líderes. Em uma busca para reerguer e modernizar o império, o Sultão *Abdulhamid II* realizava associações com os alemães, franceses e britânicos, para, assim, tentar superar os atrasos perante seus vizinhos. Assim, contrários a isto, os Jovens Turcos representavam o início de um movimento nacionalista, que viria a moldar o pensamento futuro de Kemal Atatürk. O objetivo do movimento também era reduzir as diferenças entre as minorias, para que estas não tentassem criar movimentos emancipatórios, que poderiam contribuir para o esfacelamento do império (Kia, 2008; Souza, 2019).

Para impedir isto, a recém-nascida República da Turquia precisava da criação do mito sobre o que seria o cidadão turco. Neste momento, o islamismo estava associado à característica de um império fracassado. A questão que viria futuramente, portanto, de criação de um Estado laico por parte de Kemal, além de ocidentalizações em vários aspectos, como no alfabeto e, até mesmo, de conduzir a Turquia ao reconhecimento dos Aliados parecia ser, naquele momento, uma boa jogada política para inserir a sociedade turca e o país recém independente, no tabuleiro

geopolítico regional. Kemal foi o responsável, então, por transformar a política turca em secularista, algo muito distante das culturas dos seus vizinhos árabes.

Assim, Atatürk expôs a sociedade turca à muitas alterações, modificando sua cultura, a fim de levar o país em direção à tão almejada modernidade, com a ambição de romper com o passado imperial da sociedade turca. Boa parte dos intelectuais da sociedade otomana, entendiam que o atraso do império seria culpa das amarras do sultanato, que tentava perpetuar seus privilégios, deixando a população turca em último plano. Kemal, portanto, buscou trazer a sociedade para o primeiro plano.

Pouco após liderar a independência da República da Turquia, em 1923, Kemal começou a adotar mudanças como declarar nulos alguns processos legais muçulmanos, uma vez que considerava as antigas leis do império, juntamente com suas raízes profundas nas tradições religiosas, algo incompatível com a modernidade. No lugar disso, Kemal adotou leis inspiradas nas leis suíças, italianas e francesas, alterando Códigos Civis, Penais, Leis de Dívidas e Códigos Comerciais. Houve a abolição de escolas religiosas e abolição de roupas eclesiásticas fora das Mesquitas. O alfabeto e as vestimentas ocidentais foram adotados. Houve também uma alteração no papel das mulheres na sociedade. Seus papéis foram liberalizados na República. Kemal entendia que, em direção à modernidade, as mulheres precisavam ter igualdade de direitos, algo que não ocorria na sociedade otomana. Para isso, criou, portanto, uma Comissão, garantindo os Direitos Civis das Mulheres. Posteriormente, estas adquiriram direitos iguais no casamento e direito à propriedade. Em 1930, Kemal dava às mulheres o direito de votar e até se tornarem membros de Conselhos Municipais. Isto colocava a Turquia em um patamar de desenvolvimento de sua democracia e de sua República de forma que fosse incomparável com o passado otomano. Em 1934, Kemal determinou que alguns nomes turcos, como de cidades, deveriam ser ocidentalizados. Até a forma como os nomes próprios turcos eram apresentados foi alterada. No Império Otomano, era comum que as pessoas fossem reconhecidas somente por seus primeiros nomes ou títulos. (Sullivan, 2018).

Assim nascia o que viria a ser conhecido por “Kemalismo”. Aqueles que seguiam as ideias de Kemal buscavam uma espécie de missão civilizatória, onde houvesse uma homogeneidade na sociedade turca. Isto implicava em, praticamente, construir uma nova sociedade, de forma anacrônica, negando o seu passado otomano de organização tribal, rural e de pluralidade étnico-religiosa, quase que negando o seu “orientalismo”, numa busca por negação destas características. Era como que uma “performance” para a plateia ocidental,

representando muito mais do que uma tentativa de modernização da sociedade turca com as tecnologias e modernidades vindas do mundo ocidental (Zeydanlioğlu, 2008, p.5).

Retomando os autores do Realismo Neoclássico, Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) apresentados no primeiro capítulo, essas transformações vindas com Kemal podem ser interpretadas como um processo que, no longo prazo veio a alterar as limitações e as capacidades internas da Turquia, ou seja, a relação Estado-Sociedade, por meio do nacionalismo e do estatismo, em busca de acumular poder. Como veremos mais adiante, posteriormente vieram os movimentos do neo-Otomanismo e do Euroasianismo. Além disso, devemos considerar as variáveis externas como a distribuição de poder, as alianças e o comportamento pendular da Turquia (Kelly, 1997), influenciando suas possibilidades de atuação no cenário internacional.

Kemal pode ser compreendido, portanto, como um político que tirou do povo turco suas características originais, abdicou da própria cultura para fazer parte das expectativas do mundo Ocidental e, assim, inserir a Turquia na sociedade moderna (Kaplan, 2013; Yiallourides; Langides, 2012; Laçiner, 2009). Já Yilmaz (2015) descreve o Kemalismo como uma tentativa de construir uma sociedade livre do regime do sultanato, que oprimia seus cidadãos e os destruía. Kemal buscava levantar a tocha de “missão civilizatória” com o objetivo de construir uma nação⁴⁵. Murinson (2012) acrescenta que o regime Kemalista via os regimes árabes com suspeita, como se estes pudessem “apunhalar a Turquia pelas costas”. Segundo Kemal, os árabes deram suporte aos britânicos para o desmembramento do Império Otomano durante a Primeira Guerra e isto impactou a forma como a elite da República da Turquia passou a perceber o seu entorno.

Kemalist Turkey viewed the neighboring Arab regimes with suspicion. The republican governments adhered to the view of a permanent threat of an Arab “knife in the back.” This haunting image which describes Arab support of the British goal of dismembering the Ottoman Empire during World War I, had a profound effect on shaping the Republic’s perception of its immediate environment. The Kemalist elite, the bureaucratic and political class in Turkey for than more than seventy years, viewed the period of Ottoman expansion into the area of the modern Middle East and the Balkans as disastrous policy that nearly ended in the demise of the Turkish state (Murinson, 2012, p.2-3).

⁴⁵Retirado da citação original em turco: “*Tarihsel olarak öncelik elbette Kemalist anlatıdadır. Türkiye, 20. yüzyılı, makbul vatandaş inşa etmeye çalışırken toplumun büyük çoğunluğuna gadreden bir rejim ile heba etmiştir. Türkiye’de “medenileştirme misyonu” meşalesini taşıma iddiasındaki hegemonik Kemalist iktidar seçkinleri, 1920’lerin ortalarından itibaren, bir çeşit Gramscici “rızanın üretimi” modelini kullanarak milliyetçi ve laikçi statükoyu pekiştirmeye çalışmış ve sonuçta monolitik bir laik Türk milleti inşa etmeyi hedeflemişlerdir. Bunun için de gerekli sosyal mühendislik işini ellerinde tuttıkları devlet aygıtlarının omuzuna yüklemişlerdir*” (Yilmaz, 2015, p.9).

Como vimos, Kemal considerava que a religião era um empecilho ao desenvolvimento do Estado turco. Entretanto, Aytürk (2014) destaca que o Islamismo esteve sempre presente no nacionalismo turco, até o momento de criação de sua República, quando Kemal introduziu a ideia – nas palavras do autor – “equivocada”, de que todo nacionalista turco havia perdido contato com o Islamismo.

Por um lado, Kemal pode ser visto como um nacionalista por ter contribuído para a composição de uma identidade turca após o fim do Império Otomano e, também, por ter defendido a independência turca e lutado pela sua definição territorial. Cabe ressaltar aqui, a dificuldade em se criar uma identidade nacional já que império era composto por muitas culturas, nacionalidades, etnias e mesmo, religiões.

Por outro lado, o então líder pode também ser visto como aquele que desintegrou características desta sociedade em prol de ocidentalizá-la, a fim de atingir o seu objetivo daquele momento, ou seja, de mostrar ao mundo que a Turquia era moderna e diferentemente do esfacelado império, marcado pelo atraso e pelo fracasso.

Nas palavras de Kaplan (2013):

Mustafa Kemal Atatürk (“O Pai dos Turcos”), o único general otomano invicto, que forjou um Estado moderno na Anatólia após as perdas imperiais nos Balcãs e no Oriente Médio, foi um autêntico revolucionário, no sentido de que transformou o sistema de valores de seu povo. Intuiu que as potências europeias haviam derrotado o Império Otomano não em virtude dos exércitos maiores, mas por conta de sua maior civilização, que, esta sim, havia engendrado a superioridade militar. A Turquia, dali por diante, seria ocidental, decidiu ele, dirigindo-se, em termos culturais e políticos, para a Europa. Assim, aboliu os tribunais religiosos muçulmanos, proibiu os homens de usarem o fez, desencorajou as mulheres de usarem o véu e substituiu o alfabeto arábico pelo latino. Por mais revolucionárias que tenham sido, entretanto, tais iniciativas foram também o ápice dos séculos de obsessão turca pela Europa. Embora o país tenha permanecido neutro durante a maior parte da Segunda Guerra Mundial, o kemalismo – a doutrina secularista pró-ocidental de Kemal Atatürk – orientou a cultura e, sobretudo, a política externa turcas até o fim da primeira década após a Guerra Fria (Kaplan, 2013, p.295).

Tal como observa Kaplan (2013) a respeito da inclinação turca à Europa, deixando de lado suas raízes otomanas, temos que esta ideologia kemalista é um fator chave para a compreensão do movimento oposto, o “neo-Otomanismo”, trazido, inicialmente, por Turgut Özal e, posteriormente, explorado por Erdoğan alguns anos depois, quando assumiu o governo turco. Temos, portanto, que uma parcela da sociedade turca se opôs a essa aproximação com o

perfil de sociedade europeia, questionando se, de fato, isto representaria um nacionalismo, ou uma perda dos valores da sociedade turca, para pertencer ao que se via por “moderno” e que marcou o fim do império otomano.

Kaplan (2013) continua:

Com efeito, por anos, a Turquia acalentou a esperança de ingressar na União Europeia, uma fixação que as autoridades turcas deixaram patente para mim em minhas muitas visitas ao país nos anos 1980 e 1990. Todavia, na primeira década do século XXI, ficou claro que a Turquia talvez nunca se torne um membro efetivo da UE, por uma razão obtusa e recendente a determinismo geográfico e cultural: mesmo sendo uma democracia e membro da OTAN, o país é também muçulmano, o que o torna indesejado. A rejeição foi um choque para o corpo político turco, mas, sobretudo, veio fundir-se a outras tendências já em andamento na sociedade, no sentido de efetuar uma fundamental correção na história e na geografia turcas (Kaplan, 2013, p.295-296).

As pressões internacionais moldaram a forma como Kemal lidaria com a condução deste processo inicial da Turquia enquanto um país independente e nas suas relações com os demais países. Dada a posição desfavorável na balança de poder internacional, com a qual o Império Otomano terminou sua existência, não existia a possibilidade, naquele momento, de a Turquia atuar de forma incisiva no tabuleiro geopolítico. Tudo isto, portanto, foi gerando um contramovimento dentro da sociedade turca que foi amadurecendo até o final da Guerra Fria.

Desta forma, temos que, com o passar dos anos, a aproximação com o Ocidente passou a trazer consequências para a Turquia, que se viu cada vez mais enquadrada aos padrões estabelecidos pelos EUA, pela OTAN e pela manutenção de boas relações com a Europa, conforme veremos na seção sobre políticas externas.

A exemplo temos que, quando, na década de 1970, a Turquia agiu em prol dos seus interesses no Chipre, o país não obteve o mesmo apoio que vinha prestando aos seus aliados. Este foi um momento chave para a Política Externa turca, pois se tornou claro ali que, apesar de todas as relações diplomáticas, das aproximações geopolíticas, ainda havia interesses conflitantes com seus parceiros, especialmente, dentro da OTAN, como a Grécia, neste caso em particular.

Dadas estas diferenças que se tornam cada vez mais claras nos tempos recentes e, dadas as dificuldades diplomáticas que ocorreram neste momento entre a Turquia e seus parceiros Ocidentais, pouco tempo depois, nasceria o movimento neo-Otomanista, iniciado por Turgut Özal, que foi o primeiro presidente a desafiar esta ideologia ao tentar realizar transformações

na Política Externa turca e, posteriormente, posto em prática por Erdoğan e o AKP. Özal não pôde dar prosseguimento a esta tentativa devido à sua morte repentina. Assim, as mudanças na Política Externa turca tornaram-se mais claras durante o governo de Erdoğan, que segue por cerca de vinte anos.

Para entender este pensamento, consideraremos o livro de Ahmed Davutoğlu, *Strategic Depth*, lançado no ano de 2001, e que se tornaria a base para o pensamento do Partido AKP, que viria a ficar conhecido também pelo nome de “Erdoganismo”. Davutoğlu foi um Professor, Cientista Político e Doutor em Filosofia, com conhecimento em diversas áreas do ramo de Ciências Humanas e, também seria Conselheiro do governo de Erdoğan. O professor viria a ser, posteriormente, o Primeiro-Ministro da Turquia, entre 2014 e 2016⁴⁶. Sobre seu livro, Murinson (2006) cita a seguinte passagem:

Since the end of the Cold War, Turkish foreign policy, which had been firmly anchored upon the verities of Kemalism for 70 years, has also undergone a transformation. This transformation hinges upon a growing embrace of the philosophy of neo-Ottomanism [...] Turgut Özal, the first president of Turkey in the post-cold war era laid the foundations of this new foreign policy concept. However, a new doctrine took its more mature and comprehensive shape under the Adalet ve Kalkinma (AK – ‘Justice and Development’) Party government lead by Recep Tayyip Erdogan. This doctrine, known as the Strategic Depth doctrine, found particular resonance among the AK party leadership and its core electorate. The acceptance of such a dramatic shift in foreign policy vision is also due to the changed perceptions of the foreign policy establishment and the military of external circumstances (Syria and Iran ceased to be viewed as enemies after the resolution of the Turkish–Syrian crisis in 1999) and heightened domestic empathy with Muslim causes such as the Palestinian cause and the opposition to the American occupation of Iraq. According to Graham Fuller, ‘Strategically, Turkey has become part of the Middle East’. Ahmet Davutoğlu, who occupies a position of chief foreign policy advisor to the Prime Minister Erdogan, has become the architect of the new Turkish foreign policy concept. His thinking was compared with the strategic vision of American neo-conservatives”. (Murinson, 2006, p.946)

A passagem acima evidencia que a Turquia vinha sofrendo influências do Kemalismo em sua Política Externa por 70 anos e, assim, com a mudança que Davutoğlu propunha contrariamente ao modelo Kemalista, mudanças começaram a acontecer, especialmente a partir de Özal. Para Murinson (2006), o conhecimento e teoria de Davutoğlu influenciaram

⁴⁶ “Davutoğlu can be said to have constructed the theoretical and intellectual background of Turkish foreign policy in the AK Party era. We do not assume that the conceptual language emanating from this period is completely Davutoğlu’s own production; the language established by him has been moulded by the AK Party government”. (Yeşiltaş; Balci, 2013, p.6).

fortemente a forma como o AKP viria a se moldar no futuro e, também, serviria de base para o neo-Otomanismo.

De acordo com Yeşiltaş (2013), para além da figura de Davutoğlu, existem outros três eventos interconectados que foram importantes para compreender as mudanças na Política Externa turca. Primeiramente, a perda da influência Kemalista como visão de mundo por parte da sociedade como um todo. Essa perda de expressão tem como característica o enfraquecimento do *stablishment* militar como principal produtor da cultura geopolítica da Turquia. Diante da crescente influência dos valores liberais-democráticos vindos do Ocidente, a identidade secular e nacionalista turca promovida pelas elites militares-burocráticas falhou em cumprir a formação de uma identidade ocidental. Ou seja, o tradicional discurso defensivo de que a segurança da Turquia estava centrada em questões militares não estava mais se encaixando com a nova visão de mundo, ou dos novos desafios internacionais. Um exemplo disto foi a aproximação com a UE, que mostrava que a Turquia, neste momento, não precisava mais aplicar uma postura tão defensiva.

Como segundo evento, houve uma mudança na estrutura doméstica de poder, resultando em uma transformação ideológica sobre os assuntos internos da Turquia. O AKP passou a abordar uma democracia mais conservadora e uma nova política para o islamismo e estes dois aspectos serviram como novas interpretações para o nacionalismo, afastando da ideia de nacionalismo voltada para o conceito de Estado-Nação e segurança. Em sua visão, Yeşiltaş (2013), entende que este discurso geopolítico conservador também pode ser interpretado como uma estratégia para reduzir a influência dos militares no mercado interno e externo diante das pressões mais liberais em termos econômicos. Articulada desta forma, a mudança da tradição burocrático-autoritária para um processo de tomada de decisão civil e social na Política Externa também desempenhou um papel importante na construção de um novo discurso.

O Estado-Nação está no centro do discurso geopolítico revisionista do AKP, o qual buscava criar uma nova forma de modernidade conservadora. Os líderes do AKP promoveram, assim, uma síntese do Estado-nação com valores universais sem abdicar dos valores tradicionais e conservadores da cultura turco-islâmica. No entanto, quando comparado com o antigo imaginário geopolítico, houve também, forte “narrativa de excepcionalidade” no discurso geopolítico do AKP. Isso fica muito claro no enquadramento de Erdoğan sobre o papel da Turquia. Assim, mudanças no imaginário doméstico sobre o real papel da Turquia para o

cenário internacional, influenciaram a política do AKP. Essas mudanças vinham até mesmo em livros escolares (Yeşiltaş, 2013).

Como terceiro evento, Yeşiltaş (2013) destaca que, para além das mudanças domésticas, também existiram as transformações regionais e internacionais e estas também influenciaram as mudanças no discurso sobre Política Externa vindos com o AKP. As novas realidades geopolíticas que começaram a surgir no início dos anos 2000, tais como o 11 de setembro e a invasão do Afeganistão, somados à Guerra do Iraque, foram fatos importantes. Estes transformaram a estrutura política e a economia mundiais, além da ordem sociocultural não somente regional como também global, afetando a posição geopolítica da Turquia. Embora o caráter multipolar da estrutura política global fosse um ambiente adequado para a Política Externa da Turquia, a mudança no eixo da economia mundial ajudou a estabelecer uma nova zona econômica para o país e para seus vizinhos. Consequentemente, graças ao crescimento do poder econômico turco, o novo discurso geopolítico ganhou mais flexibilidade para efetivar a política. E as grandes transformações da ordem sociocultural, tais como o renascimento de outras civilizações em todo o mundo e debates globais sobre o “choque de civilizações” forneceu um novo espaço discursivo para a Turquia reiterar sua própria identidade civilizacional dentro das instituições ocidentais. Retrospectivamente, o novo discurso geopolítico da Turquia atendeu a quase todas essas três condições no cenário pós-2002. Resumindo, o novo discurso geopolítico emergiu como resultado de uma luta hegemônica sobre a identidade do estado da Turquia e seu papel no sistema internacional, remodelado pela nova estrutura de poder e redefinido pelos desenvolvimentos político-econômicos regionais e globais (Yeşiltaş, 2013, p.670-672).

De forma ampla, desde então, as principais oposições ideológicas na Turquia colocam em evidência o Partido Kemalista CHP e o Partido Erdoganista, AKP. Ou seja, ambos representariam as duas opções às quais a população turca se opõe sobre qual seria a melhor forma de governo para o país (Sullivan, 2018, p.3). Contudo, há semelhanças na forma como o Kemalismo se organizava e na forma como o governo de Erdoğan vem se apresentando. Como, por exemplo, como se relacionam com os Curdos. Ambos, de forma mais ampla, possuem péssimas relações com o povo Curdo e, em ambos os casos, isto se configuraria como uma proteção ao nacionalismo turco (Yilmaz, 2015; Zeydanlioğlu, 2008).

É importante, nesse sentido, destacar que a grande diferença que costuma ser ressaltada entre ambos os regimes políticos na Turquia é a forma como os valores tradicionais turcos são abordados em cada versão político-ideológica:

In recent years, several observers of Turkey have recognised a novel development in Turkish politics: the rise of Erdoganism. In his newspaper column right after the July 15 coup attempt in 2016, Hayrettin Karaman, a religious ideologue and Islamic law professor close to President Recep Tayyip Erdoğan, claimed ‘the members of our heroic nation are those who love President Erdoğan and who have not lost their traditional values (Yilmaz; Bashirov, 2018, p.1).

Esta passagem faz uma referência às críticas que estão em evidência dentro da sociedade turca, sobre uma espécie de disputa que surgiu no pensamento cultural turco que colocou em antagonismo as ideologias “kemalistas” e “erdoganistas”, causando uma grande polarização civil.

Como representação de uma crítica a isto, Yilmaz (2015) levanta o papel do cidadão turco “de Lausanne”, ou seja, a personalidade cultural turca criada para agradar aos olhares do Ocidente. Seriam padrões culturais, religiosos e de Estado “aceitáveis” ao mundo externo ao qual a Turquia buscava se inserir. Esta referência vem aos tratados que foram assinados com a Turquia no momento de sua emancipação, em 1923.

Partindo, assim, desta comparação geográfica com os aspectos culturais da nova sociedade turca, vamos na próxima seção, elaborar como se deu a relação entre a Turquia e as pressões internacionais sobre suas fronteiras e sua Política Externa, a fim de compreender em que medida, o perfil de ocidentalização adotado por Kemal, interferiu na autonomia turca perante o Ocidente, reduzindo sua soberania. Embora o foco desta pesquisa não seja a Política Doméstica turca, se faz necessária uma breve retrospectiva destas instabilidades na história dos governos turcos. O contexto internacional, e a forma como a Turquia vinha se relacionando com o Ocidente, ou seja, adotando o modelo Kemalista, são aspectos que contribuíram para a evolução de seus governos e suas Políticas Externas, até a chegada do AKP, que buscou romper com todo este modelo que vinha sendo adotado no país até então.

2.2 – Antes de Erdoğan: Uma visão panorâmica sobre os governos turcos entre 1923 e 1993

Mustafa Akşin (2010), autor do livro “*Turkish Foreign Policy, 1919-2006*”, dividiu o processo de tomada de decisão na Política Externa turca de acordo com os seguintes períodos (Akşin, 2010, p.36, tradução nossa):

- 1- O período em que o líder era o fator determinante principal (1919-1950)
- 2- O período em que o Ministério das Relações Exteriores se tornou crescentemente influente (1950-1960)
- 3- O período em que a opinião pública, os partidos de oposição e os intelectuais se tornaram influentes (1960-1980)
- 4- O período de 12 de setembro (1980-1983)
- 5- O período em que a Comunidade Empresarial veio à tona (1983-1991)

Assim, seguindo a proposta do autor, vamos dividir os governos anteriores a Erdoğan de acordo com esta divisão a fim de facilitar nossa análise, uma vez que julgamos como facilitadora e coerente para a organização deste capítulo.

2.2.1 – O período em que o líder era o fator determinante principal: Mustafa Kemal Atatürk (1923-1938) e İsmet İnönü (1938-1950)

O Kemalismo veio como pano de fundo para a identidade da sociedade turca logo após a formação de sua República. Isto fatalmente viria a influenciar, também, na forma como a Turquia viria a se relacionar com o ambiente externo. Este Estado recém-formado não poderia chamar a atenção das potências internacionais, uma vez que teve de lutar por sua independência e por suas definições fronteiriças e, assim, não houve nenhum forte posicionamento internacional por parte da Turquia que pudesse demonstrar qualquer interesse expansionista. O lema da Turquia recém unificada é utilizado até hoje e está como emblema da República da Turquia no site do Ministério das Relações Exteriores: "*Yurtta sulh, cihanda sulh*", em português, “Paz em casa, paz no mundo”. Este lema indica que a paz estava ligada à forma como a Turquia atuaria a partir dali em diante, ou seja, para se modernizar e para o projeto de sua civilização, deveria haver paz. Assim, a última vez em que Kemal havia lutado com armas, fora nas guerras de independência da Turquia.

Em termos geopolíticos, esta frase poderia ganhar outra conotação. A Turquia é central e estratégica para a Política Externa de potências dominantes, como apontam Mackinder e Brzezinski (1997), ao buscarem orientar as estratégias britânica e estadunidense, respectivamente. Ambos os autores focam na Eurásia como um elemento chave para o equilíbrio da balança de poder que garantia o *Status Quo* tanto da Inglaterra como dos EUA. Partindo desta visão, podemos interpretar a citação "*Yurtta sulh, cihanda sulh*" (Paz em casa, paz no mundo) de forma a entender que, se não houver paz na Turquia, não haverá paz no mundo.

Segundo Akşin (2010), quando se tratava de Política Externa, Kemal tinha a última palavra, ou seja, as visões particulares do líder eram um fator determinante.

A primeira questão interna que a Turquia teve que lidar após sua independência foi a “Questão de Mossul”, que foi uma tentativa britânica de manter o controle sobre esta província, após a assinatura, no ano de 1920, do “Pacto Nacional”, em turco “*Misak-ı Milli*”. O Pacto consolidava as terras turcas a partir de raízes em comum em se tratando da história e cultura dos povos turcos em diferentes localidades. Isto colocou em xeque os interesses britânicos, que buscaram atuar em seu favor. A reação de Kemal foi não chamar atenção do exterior neste momento, reconhecendo que a Turquia precisava reunir mais forças antes de tentar retomar Mossul. Assim, Kemal aceitou o Tratado de Lausanne (Aydin, 2004).

Pouco anos depois isto geraria uma crescente oposição a Kemal dentro da Turquia. Em 1926, a população começou a questionar suas reformas políticas, associado à uma forte crise econômica pela qual o país passava e à Questão de Mossul. Parte da população curda se manifestou junto aos turco-otomanos do Iraque, evidenciando que a Turquia estava em precárias condições naquele momento e que precisava se reestabelecer (Mango, 1999).

Em se tratando das relações com a Rússia, neste momento como URSS, Kemal manteve boas relações. A cordialidade não representava, no entanto, simpatia ao comunismo. Neste momento, também fora assinado o pacto de não-agressão com a URSS, que fora mantido até 1945, quando a própria URSS o rompeu unilateralmente. Este caso, agravado pela questão de Mossul, onde colocava a Turquia em lado oposto aos britânicos, bem como estava a URSS neste momento, levou o problema para a Liga das Nações.

Nos anos seguintes, durante a década de 30, houve uma tentativa de reaproximação com a Inglaterra, buscando melhorar as relações com o Ocidente. Também houve uma tentativa de

boas relações com a Grécia, onde fora assinado no ano de 1930 um tratado de amizade, onde a Grécia abdicava de todas os seus questionamentos sobre as definições fronteiriças turcas. Questões sobre imigrantes muçulmanos também foram tratadas entre ambos os países. Este fato foi um importante passo do mandato de Elefthérios Venizélos, neste momento atuando como o Primeiro-Ministro grego (Clogg, 2021).

Em se tratando das relações entre a Turquia e seus vizinhos da fronteira oriental, Kemal tinha total consciência da influência britânica na região, atuando junto com estes na assinatura do Pacto de Saadabad, em 1937. Este foi um pacto de não-agressão entre Turquia, Iraque e Afeganistão, de modo a estes se preservarem perante as pressões que já se iniciavam entre os britânicos e estadunidenses, reagindo às possíveis influências soviéticas nestes países da Ásia Central e, também, das tentativas expansionistas dos governos fascistas da Europa, especialmente a Itália de Mussolini (Mango, 1999). Dentro deste contexto de fascismo, a ocupação da Renânia por Hitler, no ano de 1936, criou as oportunidades para que Kemal buscasse retomar o controle sobre os Estreitos Turcos. Este controle havia sido perdido devido ao Tratado de Lausanne, assinado em 1923, que permitia que todas as embarcações comerciais passassem por ali, deixando a Turquia limitada quando se tratava do controle da passagem de navios de guerra em tempos de paz e, em tempos de guerra, como um país neutro, não podia interferir a passagem de embarcações militares. A desmilitarização dos Estreitos restringiu a soberania turca sobre seu próprio território, tornando Istambul completamente vulnerável a ataques estrangeiros. A busca de Kemal por reverter isto, ganhou ocasião em 1936, levando à assinatura da Convenção de Montreux, que devolvia à Turquia, o controle sobre as passagens de navios pelos Estreitos Turcos (Kurumahmut, 2006).

De maneira geral, podemos dizer que o governo de Kemal se aproximou do modelo cauteloso de se relacionar com potências estrangeiras que Bismarck adotou para a Alemanha no século anterior. Ambos notaram que havia um grande interesse de potências internacionais sobre estes territórios. Assim, buscaram de todas as formas não demonstrar interesses expansionistas ou grandes movimentações voltadas aos interesses nacionais, realizando pactos estratégicos com seus vizinhos para o caso de conflitos iminentes. Apesar das aproximações com o Ocidente e das mudanças adotadas para com a civilização da nova Turquia, Kemal buscava as melhores oportunidades para reaver questões de extrema importância para a soberania turca. Podemos dizer, assim, que Kemal era um nacionalista estratégico, que reconhecia as limitações da Turquia perante os olhos e ganâncias dos países dominantes, e que buscava inserir a Turquia dentro da modernização que faltou ao Império Otomano e que o levou

à falência não só econômica como política. Este modelo de governo cauteloso viria a ser questionado no futuro.

Após Kemal, assumiu İnönü, conhecido como “o segundo homem”. O General também havia lutado nas guerras de independência da Turquia, na frente Ocidental. İnönü governou a Turquia durante o período da Segunda Guerra Mundial, que se iniciou no ano seguinte.

No início do conflito, İnönü já demonstrou interesse em se aliar aos EUA, que representavam, neste momento, uma grande potência econômica. Em 1939, a Turquia também assinou acordos com a Inglaterra e com a França. Entretanto, o presidente se recusou a entrar em guerra para proteger a Grécia, em caso de que fosse atacada e, também, recusou armamentos dos britânicos, neste momento comandados por Winston Churchill. Neste mesmo sentido, considerando o passado comum entre otomanos e alemães, İnönü assinou um acordo de não-agressão com Hitler, em 18 de junho de 1941. Apesar de se posicionar de forma a não entrar na guerra, EUA e Inglaterra se reuniram em 1943 para discutir a importância da Turquia para suas estratégias, mesmo sem a participação turca nesta ocasião. Enquanto a Inglaterra estava interessada em manter a Turquia como uma importante base para ataques, os americanos concordaram com a ideia de envolvê-la ativamente no conflito (Altinörs, 2017).

Por fim, a Turquia acabou por manter-se neutra durante a Segunda Guerra Mundial, representando o primeiro grande conflito que veio a ocorrer após sua independência. Contudo, acabou por lutar ao lado dos Aliados em 1945, ao sofrer pressões internacionais para isto, tal como visto acima. Como ressalta o pesquisador Senem Üstün (1997), a Turquia buscou, desde o início de sua República, manter relações amigáveis com seus parceiros. Desde a URSS até a França, ou Grã-Bretanha, países com os quais lutou no seu passado otomano.

Turkish foreign policy from the creation of the Republic in 1923, up until the end of the Second World War, aimed to preserve friendly relations with the Soviet Union, to restore normal relations with France and Great Britain (which culminated in a defensive alliance with the United Kingdom and France in 1939) and to resume friendly relations with Germany. Diplomatic and economic relations between the United States and Turkey were negligible throughout this period (Üstün, 1997, p.31).

Dentro do contexto internacional que se moldava, com a gradativa polarização do mundo entre capitalistas e socialistas, a Turquia acabou por se tornar membro das Nações Unidas. O contexto desta ocasião foi a evidência de que, na Grécia, um governo comunista poderia vir a se instalar caso os EUA não assumissem a responsabilidade de impedir isto. Assim, temos que o momento inicial da Guerra Fria não se deu com uma declaração formal de

um conflito, mas sim, com a influência de um lado ou de outro sobre as sociedades e os governos. A partir daí, os lados vencedores da Segunda Guerra Mundial começaram a criar suas doutrinas a fim de impedirem influências opostas e estimularem dentro daqueles países que considerassem estratégicos para si, governos que lhes fossem estrategicamente interessantes.

Tal como apresentado no primeiro capítulo, a posição geográfica da Turquia é de extrema importância, por conectar a Europa, o Oriente Médio e a Ásia, além de conter a liberdade russa para acessar o Mediterrâneo, algo de grande valor para o lado capitalista neste momento. Esta característica também é conferida, em menor proporção, mas com grande importância, para a Grécia.

Assim, em 1947, líderes da Inglaterra e dos EUA discutiam como evitar que a Grécia fosse tomada pelo governo de influência comunista apoiado pela Iugoslávia e pela Bulgária. A Inglaterra, que já havia ajudado economicamente a Turquia durante o conflito, já não podia mais assumir estes gastos, repassando-os aos EUA. Em um primeiro momento, a preocupação maior era com a Grécia e a Turquia era apenas marginalmente citada. Entretanto, caso a Grécia se tornasse socialista, isto poderia influenciar todo o Mediterrâneo, que poderia vir a ser tomado pela esfera de poder soviético (Üstün, 1997). Assim, sobre a Turquia dentro deste contexto, Henry Truman, Presidente dos EUA, declarou:

The Turkish government encouraged by the American attitude, rejected the soviet demands and showed admirable determination to resist if Russia should resort to open violence. But Turkey's army, though sizable, was poorly equipped and would have been no match for the battle-tested divisions of the Kremlin. More serious still was the drain which this continuous exertion made on the nation's economy. Toward the close of 1946 our Ambassador reported from Ankara: "Turkey will not be able to maintain indefinitely a defensive posture against the Soviet Union. The burden is too great for the nation's economy to carry much longer" (Truman apud Satterthwaite, 1972, p.77).

Dentro deste contexto de ajuda econômica, sob a bandeira de ajudar na reconstrução dos países destruídos com a Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall fora então lançado, no contexto da Doutrina Truman. Dentro deste arcabouço também estavam propagandas em massa contra a URSS, a estabilização da situação política e social na Alemanha e a contenção do avanço do poder de partidos comunistas na Itália e na França. Quanto mais rápido as nações se recuperassem economicamente, maior as chances de elevarem seus níveis de consumo e, dessa forma, não serem seduzidas pelo socialismo soviético, que vinha com grande prestígio, uma vez que a URSS também foi considerada uma vencedora na Segunda Guerra.

À princípio fora discutida a elegibilidade da Turquia para este plano, uma vez que era voltado para a reconstrução da Europa Ocidental. Contudo, dada a ameaça soviética, na visão do Ocidente, o plano foi assumindo estes novos objetivos. Dentro deste contexto, cinco anos depois, a Turquia viria a entrar para a OTAN, junto à Grécia. A entrada de ambas configuraria a primeira expansão da aliança desde a sua criação, em 1949. Tudo isto consolidaria a posição internacional da Turquia sob o guarda-chuva Ocidental-capitalista na disputa bipolar, além da questão da ideologia Kemalista, que também faz parte deste processo.

2.2.2 – O período em que o Ministério das Relações Exteriores se tornou crescentemente influente (1950-1960): Celâl Bayar e o golpe de 1960

Segundo Akşin (2010), neste período havia ainda a influência do líder principal, mas a partir de 1950, o Ministério das Relações Exteriores passou a ter mais influência.

Em 1950, assumia a presidência, Celâl Bayar. O novo líder havia iniciado sua carreira política também no Império Otomano. Bayar manteve-se no cargo até o golpe de Estado de 1960. Seu Primeiro-Ministro foi Adnan Menderes, permanecendo no cargo entre 1950 e 1960. Foi neste período que a Turquia aderiu à OTAN, sinalizando seu alinhamento com o Ocidente durante a Guerra Fria. Menderes também atuou nas decisões da Guerra da Coreia e na criação do Pacto de Bagdá. Menderes tinha a tendência em deixar os militares de fora da Política Externa turca. Este fato era muito mais administrado pela OTAN neste momento do que pelo governo turco em si. Menderes participou, assim, ativamente da aproximação da Política Externa turca com os EUA (Akşin, 2010, p.38).

Sobre Bayar, o então presidente havia sido Ministro da Economia durante o governo de Kemal, sendo nomeado em 1921. No ano seguinte, tornou-se Ministro das Relações Exteriores. Em 1924, tornou-se Ministro do Desenvolvimento. Posteriormente trabalhou com o Banco do Trabalho da Turquia, também nomeado por Kemal, voltando a ser o Ministro da Economia em 1932. Bayar também trabalhou com İnönü assim que assumiu a presidência após a morte de Kemal e vivenciou a troca do sistema unipartidário para o pluripartidário na Turquia, quando assumiu a presidência do país (Toktaş, 2007).

Segundo Özoral (2004), Bayar fora o responsável por aprovar a decisão de enviar tropas turcas para a Coreia em 1950. A decisão de aderir à OTAN em 1952 acabou se tornando uma

saída para a Turquia diante das pressões russas sobre a utilização dos Estreitos turcos e obteve apoio do presidente anterior, İnönü. Seu governo, assim, foi marcado pela manutenção do processo de aproximação com o Ocidente e pelo combate aos excessos religiosos na política, seguindo a linha Kemalista em se tratando de perspectiva nacionalista, em acordo com todo o seu passado político, ligado a Kemal.

A sequência de seu governo, com Adnan Menderes, do Partido Democrata, foi interrompida por um golpe militar, iniciando um período no qual a Turquia vivenciaria uma série destes consecutivamente, pelos próximos 35 anos. Assim, temos que, por quase quatro décadas, entre 1960 e 1995 – com exceção da última tentativa, em 2016 – a Turquia sofreu intervenções ou tentativas destas na forma como o governo atuava. O histórico de tentativas de deposição de governos não pode ser separado do contexto internacional, que era de tensão e, por vezes, distensão entre EUA e URSS durante a Guerra Fria. Assim, a Turquia, literalmente no meio desta disputa, não teve sua política doméstica e externa separada deste contexto.

Como vimos, a Turquia se alinhou ao bloco capitalista quando aceitou a ajuda de reconstrução econômica do Plano Marshall e, também, ao aderir à aliança militar do Atlântico Norte, em 1952. Assim, rapidamente a influência estadunidense foi crescendo dentro do país. Em 1960, então, um grupo de militares buscou tomar o poder do país recentemente democratizado. Liderados pelo General Cemal Gürsel, somado ao apoio dos jovens oficiais, anunciaram o levante em 27 de maio de 1960, contra o governo de direita de Adnan Menderes, que havia sido o 1º Primeiro-Ministro eleito democraticamente, exercendo o cargo entre 1950 e 1960. Seus oponentes alegavam que o país estava sendo entregue aos EUA e que seu governo seria o principal causador da pobreza no país. De acordo com Başak Özoral (1994), os democratas eram descritos como os “liberais turcos” e eram particularmente aceitos pelo Ocidente: “*Democrats were described as "Turkish liberals." and they were particularly accepted in the West*” (Özoral, 2004, p.58). Então, os militares se organizaram para criar uma Assembleia Constituinte que redigiu a Constituição de 1961 e, em 15 de outubro de 1961 convocaram novas eleições, executando Menderes e seus Ministros de Relações Exteriores e de Finanças em 27 de maio de 1960 (Al Jazeera, 2016).

A Constituição de 1961 fora a mais democrática da história da Turquia, promovendo também, a liberdade para a imprensa nacional. Para os turcos, este golpe de 1960 fora considerado um triunfo pois encerrou o mandato do Partido Democrata que havia vencido as eleições em 1950 e de novo, em 1954. Menderes havia suprimido a imprensa, apesar de ter

também tomado algumas posturas democráticas como aliviar a pressão sobre a religião e sobre pessoas religiosas, melhorou o comércio e a indústria e deu maior relevância aos empregos públicos. Contudo, introduziu também a chamada “*University Law*”, que proibia professores universitários de participarem de atividades políticas. Este partido também aboliu, em 1953, sua ramificação, o Partido Nacional (*Millet Partisi*), fundado por alguns de seus ex-políticos, em 1948. Por fim, adotou uma postura autocrática que ia de encontro ao *Kemalismo*, minando a política secular adotada até então. As eleições de 1957 foram acusadas de terem sido antecipadas para favorecer os interesses do partido, preparando o terreno para o golpe de 1960. O golpe fora preparado pelos militares, que tomaram cada vez mais consciência de seus poderes uma vez que a Turquia aderiu à OTAN (Surid, 2017).

No que diz respeito ao contexto internacional que abarcou esta instabilidade interna, Ömer Aslan (2018) dedicou sua pesquisa ao que levou ao livro “*The United States and Military Coups in Turkey and Pakistan*” onde, assim com o próprio título diz, estuda a relação dos EUA com esta sequência de golpes de Estado nestes países. Assim, com seu trabalho, fica mais clara a relação entre ambos. Segundo o autor, na década de 1950, os laços entre EUA e Turquia eram predominantemente militares. Ambos também estavam unidos em uma aliança anti-soviética neste momento. O autor também contrapõe a ideia de que, de repente, os EUA prestaram atenção na Turquia durante o Plano Marshall. Segundo Aslan, já era do interesse estadunidense estender a ajuda à Grécia para a Turquia, porque já sabiam da sua importância estratégica, especialmente, na capacidade de ser um escudo para impedir a expansão soviética. Um memorando feito pelos EUA em 23 de agosto de 1946 já destacava que a Turquia era “*as strategically the most important military factor in Eastern Mediterranean and the Middle East*” (Aslan, 2018, p.115).

Aslan (2018) também destaca que as relações entre EUA e Turquia cresceram após a queda de Nuri al Said, no Iraque, em 1958. Com sua queda, havia uma preocupação de que o novo governo, liderado pelo General Qassim, buscasse apoio soviético, deixando o futuro de Bagdá ainda incerto. Assim, o acordo de segurança firmado entre Turquia, Irã, Paquistão, Iraque, e Inglaterra, no ano de 1955, recebeu o nome de Pacto de Bagdá, o qual formou o *Central Treaty Organization*, conhecido também pela sua abreviação como CENTO. Neste momento, com seus membros ainda restantes – Turquia, o Irã e o Paquistão – buscaram obter mais garantias junto aos EUA, que haviam participado do início deste acordo, a respeito de suas seguranças, já que este pacto poderia estar em risco. Neste contexto, o então presidente dos EUA, Eisenhower enviou uma carta ao Primeiro-Ministro turco, Menderes, afirmando que os

EUA dariam suporte à Turquia em caso de qualquer ameaça, após o golpe no Iraque (Aslan, 2018, p.113).

The USA signed bilateral defensive cooperation agreements with Pakistan, Iran, and Turkey in this new conjecture in the new region. According to the details of this treaty, Turkey received assurances that in cases of direct and indirect acts of aggression against it the USA would come its rescue. It was this clause that worried the coup makers most in their attempt to seize power on May 27, 1960 (Yilmaz, 2011, p.251 apud Aslan, 2018, p.113).

Como vimos, foi dentro deste arcabouço internacional, de aproximação com os EUA, somado à uma crise interna, que ocorreu o golpe de 1960. Este foi um golpe de Estado encenado por um grupo de oficiais do exército turco, contra o governo democraticamente eleito do Partido Democrático em 27 de maio de 1960. Apesar de ter sido realizado para retirar um presidente pró-EUA do poder, ou pró-Occidente, acabou fortalecendo a aliança com os próprios EUA. Este governo militar se manteve sob o nome de Comitê de União Nacional, sob a liderança do General Cemal Gürsel, entre 27 de maio de 1960 até 10 de outubro de 1961, quando se tornou de fato, o presidente da Turquia.

2.2.3 – O período em que a opinião pública, os partidos de oposição e os intelectuais se tornaram influentes (1960-1980): Cemal Gürsel (1961-1966), Cevdet Sunay (1966-1973), e Fahri Korutürk (1973-1980)

O golpe de Estado em 1960 foi um divisor de águas na política doméstica e na Política Externa turca. Afastado de algumas questões importantes, o Ministério de Relações Exteriores passou a pressionar por novas iniciativas na Política Externa, tais como a Questão do Chipre. A relativa liberdade que veio com a constituição de 1961 permitiu que outros fatores ganhassem visibilidade em termos de Política Externa, como por exemplo, a opinião pública. Até este momento, a Política Externa turca era vista como um assunto nacional e, portanto, criticá-la era percebido como deslealdade. Agora era possível que a imprensa e o público discutissem e criticassem a forma como o governo turco conduzia a sua Política Externa. Já se tornava mais claro aqui, alguns posicionamentos contrários à aproximação da Turquia com os EUA. Com a Constituição de 1961, os militares também passaram a ter mais espaço nas formulações de Política Externa. A Política Externa da Turquia tornou-se multidirecional (Akşin, 2010, p.39).

Em 1961 foi eleito, então, o general Cemal Gürsel, o qual não pôde completar seu mandato devido a um ataque de coração que sofreu em 1965. Há pouca literatura sobre seu governo, sendo a grande parte disponível no idioma turco. Buscamos aqui um apanhado sobre suas atividades de Política Externa em outros textos, que o citavam.

O início de seu governo foi marcado por um envolvimento com a questão da independência da Argélia, reunindo em seu território representantes de sete países árabes para discutir o apoio que a Turquia daria a este processo. Permitiu também, que a Argélia tivesse oficiais representantes de seu país, na Turquia. O governo turco também se ofereceu para mediar a “questão argelina”, algo que foi rejeitado pela França. Mas Gürsel manteve seu apoio à autodeterminação do povo argelino (Sönmez, 2007, p.157 *apud* Balci; Bilgü, 2020, p.184). Assim, a Turquia votou a favor da resolução 1573 da Assembleia da ONU sobre a autodeterminação do povo argelino, em 19 de dezembro de 1960. Há, também, informações de que a Turquia enviou armamentos e dinheiro para a Argélia através de submarinos neste ano (Nam, 2012, p.181 *apud* Balci; Bilgü, 2020, p.185).

Por fim, a Turquia não conseguiu dar todo o suporte aos argelinos uma vez que, neste momento, não podia usufruir de uma Política Externa independente. A Turquia não possuía grande aproximação com os povos árabes desde a Primeira Guerra Mundial. Devido às pressões soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial, a Turquia entrou para a OTAN, fazendo com que, assim, não conseguisse se posicionar fortemente contra a França, sua parceira dentro desta aliança. Caso a Turquia se colocasse muito contrária à França, neste sentido, poderia receber em troca um posicionamento antagônico por parte dos franceses, sobre as situações que já vinham se desenvolvendo no Chipre naquele momento. Se a Turquia, neste momento, assumisse uma postura muito anti-imperialista, não teria condições de manter seu posicionamento dentro da OTAN, como podemos ver na seguinte citação do Professor da Universidade de Marmara, Meral Balci e seu pesquisador assistente, Hamza Bilgü:

There are many reasons why Turkey has failed to take a stand in favour of Algeria's independence in international diplomacy. One of these is the Turkish Arab alienation experienced after the First World War. Another reason is that Turkey remained under Soviet threat during the Cold War period after the Second World War and that it entered NATO as a precaution against this threat and approached the Western bloc. In this case, Turkey has been reluctant to take a stand against France, one of NATO's key allies. It was also thought that developing anti-imperialist foreign policy rhetoric would lead to the reaction of NATO member states. Furthermore, the Algerian National Liberation Movement, the FLN, had good relations with the European communist parties and Arab Socialist leaders. Communism was perceived as a threat by Turkey at the time. Turkey cautiously approached the communist tendencies of the FLN. Another reason Turkey did not offer Algeria clear support in the field of international diplomacy was to prevent France, in particular, from antagonizing

Turkey in the ongoing negotiations on the Cyprus situation at the time (Balci; Bilgü, 2020, p.187).

Gürsel também havia participado ativamente da modernização das forças armadas turcas e, durante a crise dos mísseis em Cuba, no ano de 1962, aceitou que a Turquia tivesse em seu território 15 mísseis “Júpiter”, dos EUA, em Izmir, na costa do Mar Egeu. Esses mísseis tinham alcance de 2400 km e ameaçavam Moscou.

A respeito da questão do Chipre, a Turquia passou a se envolver com relação às lutas pela independência, no ano de 1960 e, durante o governo de Gürsel, houve intervenções turcas a respeito da defesa dos direitos dos turco-cipriotas no país, após a sua independência em relação ao Reino Unido. Além dos receios de que a maioria grega viesse a não respeitar esta minoria no país, a Turquia também se aproveitou desta questão para invadir o norte da ilha e defender os seus interesses nacionais. Tudo isto viria a contribuir para a invasão turca ao norte da ilha no ano de 1974 (Uslu, 2003).

Como visto, a Constituição de 1961 fora uma das mais democráticas. Gürsel participou deste momento, onde vários jornais voltaram a ter liberdade de imprensa e vários professores e partidários voltaram e puderam participar de manifestações políticas. Neste mesmo ano, Gürsel permitiu que os britânicos utilizassem o território turco para monitorar a “*Operation Vantage*”, onde apoiaria a independência do Kuwait, combatendo as ambições iraquianas sobre este território, algo que iria contrariamente aos interesses britânicos na região (Mobley, 2001).

Podemos dizer que, apesar de Gürsel ter participado do golpe de Estado de 1960 – que vinha de ativistas contrários à influência dos EUA na política turca, uma vez que viam os EUA como responsável pelas crises internas no país – não pôde atuar de forma muito independente no cenário internacional, uma vez que estava alinhado ao Ocidente dentro do contexto da Guerra Fria e, também, pela sua participação na OTAN. O que se pôde observar, no entanto, foi um maior ativismo por parte da Turquia com relação aos países árabes, mesmo que isso implicasse em tomar lados contrários aos franceses, como foi o caso da Argélia. Entretanto, este posicionamento mais autônomo fora contrabalanceado pela permissão de utilização do território turco para a realização de operações militares particulares dos interesses britânicos e estadunidenses, como na crise dos mísseis e na operação “vantagem”, para o Kuwait.

Em 1966, Cevdet Sunay se tornou o quinto presidente eleito na Turquia. Sunay ficaria no poder até 1973. Durante seu governo viria a ocorrer a Guerra do Vietnã, da qual não

participou ativamente, preferindo soluções mais diplomáticas, mesmo sendo membro da OTAN. Para fins de organização, estamos considerando apenas os presidentes turcos que ficaram um período considerável no poder. Seguindo o governo de Gürsel, após seu falecimento, houve o governo de İbrahim Şevki Atasagun, que durou 54 dias, entre 02 de fevereiro de 1966 e 28 de março do mesmo ano.

Após o que se passou com o golpe dos anos 60, a Turquia passou por extrema dificuldade interna. Uma onda de violência e instabilidade se instalou no país e uma recessão econômica provocou manifestações com ataques à bomba nas ruas, assassinatos de políticos (Cleveland, 2009, p.283). Durante a década de 60, em conformidade com o cenário internacional de Guerra Fria, enfrentamentos entre extrema esquerda e extrema direita marcaram o cenário de guerra civil, deixando milhares de mortos (Bouvier, 2020).

Enquanto a extrema-esquerda se inspirava nas guerrilhas latino-americanas, a extrema-direita se organizava em torno do movimento dos “Grey Wolves”, um movimento afiliado ao Partido Nacionalista, caracterizado por ser ultranacionalista, neo-fascista e islamista (Zürcher, 2017, p.258). Suleyman Demirel fora reeleito em 1969, como Primeiro-Ministro, passando também, por diversos desafios, como universidades fechadas, assaltos a banco, sequestro de oficiais dos EUA e ataques às suas instituições no país (Cleveland, 2009, p.283). As casas de professores universitários eram atacadas com bombas pelos militantes neo-fascistas, fábricas estavam em paralisação, o movimento islamista cada vez mais agressivo, com características anti-kemalistas (Ahmad, 1993, p.147).

Foi sob esta atmosfera que o diretor geral das Forças Armadas da Turquia, Memduh Tağmaç, entregou ao Primeiro-Ministro um memorando, em 12 de março de 1971, dando um ultimato para que as forças armadas colocassem ordem no país (Zürcher, 2009, p.258; Ahmad, 1993, p.148). Em 9 anos, a Turquia havia lidado com 11 homens escolhidos para o cargo de Primeiro-Ministro, evidenciando grande instabilidade política. O memorando também implicou, assim, na renúncia de Demirel e, também, trouxe à tona a insatisfação do governo contra o PKK, que estaria estimulando o comunismo e uma separação do território turco (Ahmad, 1993, p.148-149).

Como se poder observar, a Turquia estava sofrendo internamente os reflexos por estar, literalmente, no meio de um tabuleiro geopolítico configurado pela Guerra Fria. As instabilidades pelas quais o país passava, fossem econômicas ou políticas, traziam à tona o confronto entre os grupos internos, apoiadores ou não, da proximidade turca com os EUA.

Assim, os grupos contrários a este posicionamento político, eram acusados de comunistas e, algumas vezes, recebiam, de fato, algum apoio soviético (Aslan, 2018).

Após a saída de Sunay da presidência, Tekin Arıburun esteve no poder por 9 dias e, logo depois assumiria Fahri Korutürk, permanecendo por 7 anos no poder, até 1980. Seu poder ficaria por quase toda a década de 70, onde a Turquia invadiria o Chipre, representando a maior tensão entre a Turquia e o Ocidente até o momento em que Erdoğan viria a enviar tropas militares navais para a Grécia, em 2020.

Em 1974, teve lugar a invasão turca à ilha de Chipre. E este fato serviu de moldura para as relações entre os EUA e a Turquia nos anos que se seguiram. O fato de a Turquia, membro da OTAN, ter se utilizado de armas e realizado uma invasão que não era uma ação coletiva da aliança, fez com que os EUA sancionassem a Turquia no ano de 1975. Contudo, dois anos depois, iniciaram-se as pressões para que as sanções se reduzissem uma vez que isto poderia corroborar para as instabilidades políticas e econômicas dentro do país e levar a um novo golpe. Assim, as sanções foram aliviadas em 1977 e, em 1979, com a invasão soviética ao Afeganistão e a eclosão da Revolução Iraniana, a posição estratégica da Turquia ganhou forte destaque. Neste momento, o governo turco supunha que os EUA usariam da Turquia para impedir que o Irã caísse na influência soviética (Brzezinski, 1983, p.386). Já dentro dos EUA, havia muitos pedidos do Pentágono sobre aumentar os investimentos em segurança não somente na Turquia, como em todo o Oriente Médio, após estes dois episódios. A este momento, Brzezinski já havia desenhado o cenário geopolítico, destacando esta área como a área de maior vulnerabilidade para a estabilidade global (Aslan, 2018, p.166-169).

Como estratégia, Brzezinski⁴⁷, assessor de segurança do Presidente democrata, Jimmy Carter, indiretamente, orientou aos EUA de encorajar o ressurgimento do fundamentalismo islâmico para, assim, desestruturar a influência soviética nestes países onde considerava como vulneráveis nesta região. A ideia era de formar um “*green belt*”, ou um cinturão islâmico, com a ajuda da Arábia Saudita e do Paquistão, a fim de promover uma *jihad*, ou guerra santa em português, contra os “comunistas ateus” do Afeganistão. Assim, sob o governo de Ronald

⁴⁷Apesar se duas ideias serem apresentadas em seu livro “O Grande Tabuleiro Mundial”, de 1997, Brzezinski participou ativamente das estratégias dos EUA durante a Guerra Fria, através do Relatório da Comissão de Defesa Nacional sobre a Segurança e a Política Externa” e o “Plano de Defesa Nacional dos EUA. Brzezinski, em sua função, ajudou a formular e a implementar políticas que visavam conter a expansão soviética e apoiar os grupos *Mujahidins* no Afeganistão, além de estratégias mais amplas de contenção global. O documento mais diretamente associado às suas estratégias de combate à União Soviética é a “Diretiva de Política Nacional 10/88” (NPD 10/88), elaborada em 1980. Esse documento abordava a estratégia dos EUA para responder à invasão soviética do Afeganistão e outras ações soviéticas na região.

Reagan, entre 1981-1989, o terrorismo entrou na agenda de segurança dos EUA como algo a ser enfrentado, através da criação do *US Central Command*, que foi uma evolução da *Rapid Deployment Joint Task Force (RDJTF)*, criada em março de 1980, por Jimmy Carter para cobrir a área central entre África, Europa e Indo-Pacífico para proteger os interesses dos EUA na região. Para Moniz Bandeira (2014), foram a CIA e o *Inter-Services (ISI)*, do Paquistão, juntamente com o serviço de inteligência da Arábia Saudita, o *Ri'āsāt Al-Istikhbārāt Al-'Āmah*, “que institucionalizaram o terrorismo em larga escala”, através da criação de campos de treinamento no Afeganistão, para combater as tropas soviéticas, entre os anos de 1979 e 1989. Tudo isto, viria a fugir do controle de seus criadores, trazendo consequências até o dia de hoje (Bandeira, 2014, p.37).

Como se poder ver, não somente a Turquia como toda a região do Oriente Médio estava em situação de instabilidade neste período da década de 1970. A situação esquentou quando houve a invasão soviética no Afeganistão e a Revolução Iraniana, em 1979, fazendo com que os EUA voltassem a apertar o cerco contra a URSS, deixando a *détente* ou, em português, distensão, um período de maior calma entre ambos os pólos da Guerra Fria. Neste momento, inicia-se o que ficou conhecido, portanto, como a “Segunda Guerra Fria”, que levou ao título do livro de Moniz Bandeira, que nos utilizamos acima. Este período ficou conhecido desta forma pois significa que o conflito retomou sua força, reativando estratégias mais intensas entre seus oponentes. Houve, portanto, um aumento dos gastos militares a fim de impedir que a URSS aumentasse seu poder, buscando limitá-la, portanto.

2.2.4 – O período de 12 de setembro (1980-1983): O Comitê de Segurança Nacional

No período posterior ao golpe de 1960, a Política Externa turca, até certa medida, se despreendeu um pouco dos EUA e de sua influência, iniciando um período mais multidirecional. Entretanto, o oposto ocorreu em 1980, quando a influência dos EUA se tornou mais preponderante.

Em um contexto de Guerra Fria, podemos dizer que no período de 1960 até 1980, a Política Externa turca havia se desviado de ter os EUA como seus principais parceiros e, neste momento, estes voltariam a ganhar poder de influência novamente. Os oponentes foram repreendidos por medidas mais duras adotadas pelos militares. Este golpe deu maior poder aos militares, além de aumentar o número destes no Conselho de Segurança Nacional, que havia

sido criado no golpe de 1960. Este conselho buscava aumentar a influência dos militares nos processos de tomada de decisão. Mesmo que um diplomata de carreira estivesse a frente do Ministério de Relações Exteriores, Ilter Türkmen, o líder voltava a ter a palavra final, ou seja, Kenan Evren. Um exemplo muito claro foi quando Evren consentiu o plano do General Bernard William Rogers de trazer a segurança da Grécia de volta para a responsabilidade da OTAN (Akşin, 2010, p.40).

Como medidas internas, dadas estas instabilidades que se seguiam dentro do país, em 1980, o General Kenan Evren⁴⁸, com apoio dos EUA, buscou fortalecer novamente o Kemalismo, que vinha perdendo força devido aos grupos internos que estavam em combate entre si, influenciados pelo próprio contexto da Guerra Fria, onde o islamismo voltava a ganhar força. Cabe ressaltar aqui, que dentre as políticas de Kemal, estava a redução da força da religião sobre a cultura e a política turca. Assim, Evren alertava, neste momento, que esta seria a única forma de reunificar o país diante de todas as instabilidades da década de 70. Posteriormente, Evren se tornou Presidente por sete anos, tendo o Oficial de Marinha, Bulent Ulusu como Primeiro-Ministro, sucedido por Turgut Özal em 1983, o qual ficou reconhecido por ter reestabilizado a economia do país. Este ano marcou o início da Era de Özal para a Turquia. E este golpe foi marcado por prisões, execuções e torturas, além dos 5 mil mortos nos conflitos civis posteriores e desaparecidos. Partidos e organizações que tivessem relações de cunho religioso foram proibidos, assim como aqueles ligados ao Comunismo. Uma nova constituição fora aprovada em 1982 (Laçiner, 2009, p.154-156).

O golpe de 1980 teve consentimento dos EUA, uma vez que Evren admitiu que os EUA e a OTAN estavam cientes de que o governo na Turquia estava prestes a ser contestado por um grupo de militares que preparava um golpe hierárquico. Assim, os EUA estariam dando um

⁴⁸Evren acreditava que havia salvado a Turquia da anarquia, uma vez que o país estava dividido entre extremistas. Evren seria o último presidente turco nascido ainda no Império Otomano e, também, o último a ter o mandato completo dentro do período da Guerra Fria. Seu mandato foi marcado pela suspensão de muitos direitos civis e medidas impopulares, além de não ser defensor dos direitos humanos. Tudo isto sob a intenção de restabelecer a ordem.

certo apoio⁴⁹ para que tal ação se concretizasse. As raízes do deflagrar deste golpe⁵⁰ estariam na desordem, na incapacidade dos políticos de controlarem as questões da sociedade, em condições de praticamente anarquia. Como vimos, no contexto internacional, a Revolução Islâmica do Irã e a Guerra do Afeganistão aumentaram em muito a importância geoestratégica da Turquia (Aslan, 2016, p.144-146).

É importante ressaltar que, neste momento, também em 1980, os EUA lançaram a Doutrina Carter, que consistia em uma intervenção militar estadunidense, caso necessário, para defender seus interesses no Golfo e veio em resposta à invasão soviética no Afeganistão, um ano antes e direcionava investimentos e tropas para o que viria a se tornar depois o Comando Central USCENTCOM, em 1983. O arquiteto desta doutrina foi Brzezinski, neste momento Conselheiro da Segurança Nacional dos EUA, remodelando a Doutrina Truman, sendo mais incisiva no sentido de alertar aos soviéticos para não tentarem se aproximar do Golfo Pérsico. Assim, os EUA deveriam controlar o Oriente Médio e seus recursos energéticos a fim de obter capacidade de barganha sobre aliados e afastar a influência de rivais (Brzezinski, 1983, p.444). O aumento destes gastos militares levou ao que Maria da Conceição Tavares chamou de “diplomacia das armas”, conectada à “diplomacia do dólar⁵¹”, ocorrida na Segunda Guerra Fria dos anos 1980, com Reagan (Tavares, 1985).

⁴⁹De acordo com o contexto da Guerra Fria, era interessante que os EUA tivessem um governo aliado na liderança da Turquia. Assim, o país investiu no armamento e na educação dos militares da Turquia. Dados da Federação Americana de Cientistas dizem que, entre 1950 e 1983, os EUA investiram quase US\$ 120 milhões na educação dos militares e, quase US\$ 1.2 milhões em armas para a Turquia. O embargo aplicado pelos EUA à Turquia em 1974 quando a Turquia invadiu o Chipre, foi prontamente cancelado em 1980 quando ambos assinaram o Acordo de Cooperação Econômica e de Defesa (DECA, em inglês). Outra demonstração de apoio veio com a carta de Jimmy Carter, endereçada ao General em exercício de poder, Kenan Evren com as seguintes palavras: *“I take particular satisfaction from the knowledge that sustained efforts in Ankara and Washington have put the Turkish-American relationship back on a solid foundation. The most tangible proof is the conclusion last March of the Defense and Economic Cooperation Agreement”*. Apenas dois anos depois, o governo de Reagan apelou para mais investimentos na Turquia: *“Turkey will require substantial economic and military assistance for at least several more years. The questions are how much, on what terms, and who will provide the assistance. Turkey is a NATO problem, but unless the allies are willing to increase their contributions, the United States may have to increase its security assistance programme if Turkey is considered vital to US interests.* Em 1988, Reagan se manifestou em apoio ao governo ditatorial como uma defesa da democracia, além de deixar claro que apoiava o kemalismo: *“Americans have admired the way that Turkey pulled itself back to democracy when challenged by the violent forces of terrorism and anarchy a decade ago. We are well aware of your own distinguished role, Mr President, in maintaining Turkey’s devotion to the ideals of Atatürk”*. Cabe ressaltar aqui o discurso dos EUA sobre o que seria a democracia para a visão Ocidental, ou seja, um governo pró-estadunidense, uma vez que o período em que foi chamado de desordem e anarquia foram os governos anti-EUA. Disponível em: <https://medyanews.net/us-foreign-policy-geopolitics-and-the-12-september-1980-coup-in-turkey/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁵⁰O golpe de 1980 foi, neste momento, o mais marcante da sequência de golpes políticos na Turquia, levando à prisão diversos líderes políticos dos partidos turcos, além da prisão de professores e sindicalistas.

⁵¹Maria da Conceição Tavares entende que o que levou à retomada da hegemonia dos EUA foi a “diplomacia do dólar forte”, realizada por meio do choque de juros de Volcker em 1979(-1981), que levou à valorização da moeda americana (revertendo a desvalorização e desafio à moeda que vinha acontecendo desde 1973) e grande influxo de investimentos financeiros (poupança real) vindos do Japão e Europa Ocidental (principalmente Alemanha),

No contexto internacional deste período, em 1986, Brzezinski desenvolveu o conceito do *Game Plan*, um plano estratégico para conduzir a política dos EUA contra a URSS neste período em que as tensões entre ambos retornavam a aumentar. Neste plano, o autor inseriu a questão geográfica dentro da, em tese, disputa ideológica do conflito bipolar. Brzezinski criou, portanto, os cenários para seus possíveis desdobramentos, considerando que:

“[...] se tratava de uma colisão histórica e imperial entre uma potência marítima transoceânica, que passou a incluir as bordas da Eurásia no seu perímetro de segurança, e um poder terrestre transcontinental, que tinha como imperativo geoestratégico a expansão para as bordas da Eurásia em busca de saída(s) para os mares quentes” (Padula, 2018, p.400).

Os cenários criados por Brzezinski na Teoria do *Game Plan* estão expostos no seu livro “O Grande Tabuleiro Mundial”, de 1997. São eles:

O primeiro seria o cenário de Domínio Global. Aqui, a ideia seria de que, ao manter a influência sobre as principais regiões da Eurásia, os EUA poderiam garantir sua liderança global. Para ele, este cenário seria o ideal a fim de garantir a estabilidade e uma ordem internacional favorável aos interesses estadunidenses. Dominando a Eurásia, os EUA permaneceriam enquanto uma potência dominante no cenário global. Isto está em acordo com as preconizações de Mackinder, como vimos no primeiro capítulo.

O segundo cenário seria o de Desintegração Regional, onde a Eurásia se fragmentaria em múltiplas regiões instáveis e conflitantes, a partir de tensões internas, conflitos étnicos ou instabilidade política. Isso poderia enfraquecer a capacidade de qualquer potência de exercer controle ou influência abrangente sobre a região, levando a um ambiente de caos e disputas regionais.

O terceiro cenário seria o de domínio da Rússia ou da China sobre estas regiões, envolvendo a possibilidade de uma aliança ou uma crescente influência conjunta entre ambas sobre a Eurásia. Isso representaria uma significativa ameaça à supremacia dos EUA, pois uma coalizão entre essas duas potências poderia desafiar a hegemonia americana e alterar o equilíbrio de poder global. Hoje, conseguimos ver uma aproximação, não somente entre estas potências, como também, da Turquia nesse cenário.

buscando a segurança e rentabilidade dos títulos americanos. Esses investimentos, entre outros direcionamentos, foram usados para financiar o desenvolvimento de tecnologias avançadas ligadas ao complexo industrial-militar e, portanto, a liderança tecnológica militar e civil dos EUA, focada em setores como biotecnologia, informática, serviços de alta tecnologia, entre outros.

O quarto e último cenário seria o de ascensão de poderes regionais, onde Irã, Turquia ou outros países significativos da Eurásia, começariam a exercer uma influência crescente, se tornam líderes e influências para os demais Estados da região. Isso poderia gerar uma competição cada vez mais intensa entre esses poderes e criar novos desafios para a estratégia global dos EUA, especialmente estes se unissem em alianças ou blocos contra a influência americana.

Assim, Brzezinski se utilizou desses cenários para destacar a complexidade das Relações Internacionais e a importância da estratégia americana na gestão e na resposta a diferentes dinâmicas e ameaças geopolíticas. Ele argumentou que os EUA deveriam, desta forma, estar preparados para lidar com qualquer um desses cenários para manter sua posição e garantir a estabilidade global.

Como veremos no capítulo três, os cenários três e quatro passaram a representar realidades às quais os EUA passaram a ter que enfrentar após o fim da Guerra Fria.

Desta forma, retomando Mackinder, cabe aqui correlacionar este pensamento com a declaração britânica, de 1903. Este foi o mesmo período em que o geopolítico atuava no governo britânico, que tinha como secretário de Relações Exteriores, Lord Landsdowne. O então Secretário admitia que o Golfo Pérsico era de extrema importância para a geopolítica britânica neste período, alertando à Rússia e à Alemanha que a inserção de uma base naval ou de um porto fortificado nesta região seria considerado uma ameaça aos interesses nacionais britânicos, o que geraria uma reação militar por parte da Inglaterra (Yergin, 2011)⁵².

Raphael Padula, pesquisador e Professor de Geopolítica na Universidade Federal do Rio de Janeiro, dedica muitos artigos à questão da Eurásia e da estratégia dos EUA para esta região. Padula (2018) destaca que, em sua obra, Halford Mackinder (1904):

[...] Colocou em evidência um dos pilares da política externa britânica, praticados desde a expansão do Império Habsburgo nos séculos XV-XVI: estabelecer um poder dividido e equilibrado na Eurásia, sem deixar que nenhuma potência ou aliança alcance a supremacia no continente. Ou ainda, o princípio da política de contenção

⁵²Aqui, além de podermos retomar a teoria de Mackinder (1904) sobre a importância estratégica da Eurásia, também já percebemos a relevância da geopolítica energética. Dentre os interesses britânicos neste momento, já estava o interesse nas grandes reservas de petróleo desta região, o que foi agravado com a tentativa alemã de chegar mais rápido no Golfo do que a Inglaterra, como apresentado no capítulo um, contribuindo para a eclosão da Primeira Guerra Mundial (Souza, 2022). Assim, como estratégia britânica, havia a noção de que o surgimento de qualquer outra potência na região seria uma afronta para os interesses britânicos e, por isso, os britânicos atuavam em função de manter o tabuleiro geopolítico da Eurásia dividido, a fim de manter uma balança de poder equilibrada.

nas bordas da Eurásia, para evitar que o poder terrestre se torne anfíbio (Mackinder *apud* Padula, 2018, p.398).

Os EUA mantiveram esta estratégia, desde a Doutrina Truman, que colocava a Eurásia como um pilar da disputa pelo poder global, até o que se seguiu com as políticas da OTAN, especialmente após a Revolução Chinesa, em 1949 e a Guerra da Coreia, em 1950.

Assim, neste contexto, a Turquia tinha um valor específico, uma vez que estava na fronteira com a URSS e, portanto, servia de barreira aos expansionismos soviéticos, atuando assim, como um *Buffer State*, servindo de um Estado-tampão, portanto, para impedir que os soviéticos se fortalecessem além de suas fronteiras, em direção ao Mediterrâneo. As elites ocidentais passaram a ver na Turquia um modelo que poderia ser seguido por outros países do Oriente Médio uma vez que possuía traços de cultura e religião semelhantes e poderia vir a influenciá-los (Nasser; Roberto, 2016, p.2).

Dentro das teorias dos geopolíticos supracitados, temos que a Turquia ajudaria a impedir que outros poderes locais se desenvolvessem, desestabilizando os interesses dos EUA na Eurásia. Neste contexto, temos que a Turquia sofreu influências diretas da estratégia estadunidense e isto interfere na forma como este país se relaciona com o cenário internacional até os dias de hoje.

Após a instabilidade política de 1980 na Turquia, tivemos, portanto, uma década conturbada no cenário internacional. A próxima intervenção viria somente após o fim da Guerra Fria, em 1995. Para fins de organização, este será tratado no contexto de surgimento do neo-Otomanismo.

Concluindo, nesta seção vimos os principais governos turcos e seus contextos internacionais. Através desta análise panorâmica, conseguimos perceber que faltava à Turquia a capacidade de agir de maneira independente no cenário internacional. Esta falta vinha não somente de um Estado enfraquecido, remanescente do antigo Império Otomano, como também, do próprio contexto da Guerra Fria. Com uma geografia inquestionável para os projetos de defesa Ocidentais, tal como vimos com Mackinder e Brzezinski, a Turquia se tornou um cão escudeiro destes países. As raízes disto estão lá no início da história republicana da Turquia, onde vimos que Kemal entendeu por bem, não chamar atenção das potências internacionais, aceitando os tratados, ainda que fossem de encontro com os interesses nacionais turcos. A política de inserção da Turquia na modernidade, a qual não foi aceita pelo Império Otomano,

continha em si os aspectos de ocidentalização da sua sociedade, cultura e da forma como os governos deveriam reger o país.

Tudo isto abriu espaço para que a Turquia viesse a se alinhar com o Ocidente, dada a política Kemalista. Com uma parcela da população questionando a crescente influência Ocidental, em especial, dos EUA, veio o primeiro golpe de Estado. Em seguida, a desordem que se estabelecia dentro do país, abria margem para os conflitos típicos do contexto da Guerra Fria, onde grupos extremistas se combatiam e onde, influências soviéticas e capitalistas exerciam força sobre estes grupos, tornando a Turquia um foco de disputa, onde o país sofreu com diversas instabilidades políticas, algumas em formato de golpes de Estado, portanto.

Segundo Yiallourides e Langides (2012), a Política Externa e Militar pró-Ocidental estabelecida por Kemal desde 1947, começou a ser questionada, de fato, na primeira década de comando do Partido AKP, de Erdoğan. Entretanto, durante toda a existência da República da Turquia, é comum observarmos incertezas e inseguranças na Política Externa e doméstica turca. Um destes momentos foi na década de 1980 quando os generais, participantes da criação e estabelecimento da ideologia Kemalista, *decidiram permitir um papel mais relevante para o Islã*, visando combater a crescente onda de socialismo na Turquia.

Assim, temos que, de acordo com Ataman (2017), a sequência de golpes de Estado na Turquia teve como pano de fundo as lutas pela redução ou aumento da influência do Kemalismo. Isto evidenciou uma divisão dentro da sociedade turca, que se iniciou junto com o nascimento de sua República e que foi crescendo ao longo das décadas até o limite do fim da Guerra Fria, quando se iniciou o movimento neo-Otomanista. As questões que serviram de pano de fundo para a forma como o governo turco reagia em sua Política Externa possuíam, em grande parte, a defesa de um Estado *secular*, ou seja, *em separado do Islã*. Muitos militares, portanto, assumiram um papel de guardiões dessa característica a ser defendida sempre que os assuntos políticos estivessem violando tal aspecto da sociedade turca (Ataman, 2017, p.12). Igualmente, podemos observar que a influência dos EUA nestes cenários, influenciando as posturas destes governos, direta ou indiretamente. Tal como ocorre com diversos países do Oriente Médio, a influência do Ocidente, sobretudo dos EUA, é tema de estabilidade ou instabilidade dos seus governos.

Em se tratando da defesa do Kemalismo, mesmo que no período até 1944 houvesse um grupo de nacionalistas que eram contrários a esta ideologia, estes também se identificavam como contrários ao comunismo e ao regime de partido único do Partido Republicano do Povo

(PRP), ou CHP, em turco, como forma de nacionalismo. Sobre a força dos nacionalistas anti-kemalistas, assim, pode-se dizer que, entre 1945 e 1946, a Turquia passava por uma revolução política em direção a se tornar uma democracia multipartidária e, neste momento, este grupo já estava desarticulado e sem força para manter seu movimento (Aytürk, 2014, p.695-697). Assim, pode-se dizer que posturas Kemalistas *em relação ao Islã* permaneceram relativamente estagnadas de 1923 a 1980, quando o papel internacional da Turquia voltou a ganhar mais força, dada à eclosão da Revolução Iraniana e da Guerra do Afeganistão.

Anteriormente a isto, o único momento em que a Turquia se posicionou de forma arbitrária contra seus vizinhos Ocidentais, fora na década de 70, quando invadiu o norte da Ilha de Chipre, sob justificativa de proteger os turco-cipriotas após a ascensão de um governo greco-cipriota ao comando. Na citação abaixo, os professores e pesquisadores, Christodoulos K. Yiallourides e Afendoulis Th. Langides, destacam que a Política Externa turca, durante o primeiro período Kemalista, foi orientada para a independência e neutralidade. Após a Segunda Guerra Mundial e sob as condições da Guerra Fria, foi transformada em um instrumento de estratégia Ocidental e sua política de segurança, fazendo parte de uma estratégia de dissuasão nuclear contra a antiga URSS. Assim, a Turquia passou a fazer parte, de forma completa, das estratégias da OTAN desde os primeiros momentos da Segunda Guerra Mundial até a crise no Chipre em 1964. Neste momento, a incorporação da Turquia nas estratégias do Ocidente estava em harmonia com os interesses de seus governantes, não somente de acordo com o período em questão, como também, com os princípios Kemalistas de orientação política e cultural para o sistema político turco.

Turkish foreign policy during the first period of the Kemalist rule was oriented towards independence and neutrality. It was transformed, after the Second World War and in the environment and conditions of the Cold War, into an instrument of Western strategic and political security and formed a part of the comprehensive Nuclear Deterrence Strategy opposing the Soviet Empire. Turkey fully and freely acceded to the foreign policy of the West and the strategic perceptions of NATO from the first years after the Second World War until the first major Greek-Turkish crisis over Cyprus, in 1964. Turkey's incorporation into the western fold was in harmony with Turkish interests, not only as these emerged after the Second World War, but also with Kemal's proscription for the political and cultural orientation of the Turkish political system (Yallourides; Langides, 2012, p.25-26).⁵³

⁵³“As Kemal used to say, Turkey, as part of the West, feels safe in an area of stability, power and above all progress. This, as opposed to fundamentalist Islam, which breeds instability, uncertainty, and above all backwardness, elements which bring to the surface traumatic experiences of the Turkish elite and hark back to the Ottoman Empire and its late period of disintegration” (Yallourides; Langides, 2012, p.26).

Como podemos ver nesta citação, para fins de conquista de sua independência, a Turquia devia focar suas relações com o mundo exterior em direção a este objetivo e, para tanto, manter-se neutra, de modo a não provocar reações internacionais que pudessem vir a se tornar empecilhos a este fim. Assim, após a Segunda Guerra Mundial e, dadas as condições criadas pelo contexto da Guerra Fria, a Turquia tornou-se parte da própria estratégia de defesa Ocidental perante o Comunismo, adotando a própria Política Externa Ocidental, especialmente por fazer parte da OTAN e, portanto, adotar as percepções desta aliança. Tudo isto estava em acordo com o modo Kemalista de inserção da República da Turquia neste mundo Ocidental.

Contudo, tal como mencionado anteriormente, a Questão do Chipre, na década de 1970, foi um momento particular no processo de relações estáveis com o Ocidente, em que a Turquia assumiu, de fato, suas vontades particulares.

A Questão do Chipre voltará a ser abordada nesta pesquisa nos próximos capítulos, uma vez que se tornou um dos focos da Política Externa do Presidente Erdoğan após serem descobertas grandes reservas de gás no país, em 2018. Pouco tempo depois do episódio cipriota, a Turquia já iniciaria um processo de mudança em seus governos, configurando um início do declínio do pensamento Kemalista e sua influência sobre estes.

Conforme anunciado no início deste capítulo, seguiríamos a divisão de Aksin (2010) para estes períodos a serem analisados antes de Erdoğan. Aksin, então, criou a quinta subdivisão deste período, em que chamou de “O período em que a Comunidade Empresarial veio à tona (1983-1991)”. Entretanto, esta fase ocorre concomitantemente ao governo de Kenan Evren, que ocorre entre 1980 e 1989, quando o então o seu Primeiro-Ministro, Turgut Özal, se torna presidente, em 1989.

2.2.5 - O período em que a Comunidade Empresarial veio à tona (1983-1991): Kenan Evren (1982-1989) e Turgut Özal (1989-1993)

Aksin (2010), então, trata muito da figura de Özal nesta fase. Neste período a Turquia se tornou integrada com a economia capitalista internacional e, de certa forma, Özal representou a projeção do mundo empresarial quando estava na liderança turca. Segundo o autor, Özal representou a projeção do mundo financeiro no mundo político, recebendo em larga medida,

apoio dos EUA e dos círculos financeiros globais. Ele trouxe voz aos círculos financeiros na vida política.

Diferentemente de Atatürk e İnönü, Özal trouxe jovens executivos dos EUA, que eram pouco familiarizados com o sistema turco, mas eram bem relacionados com sua família e, assim, os colocou a frente de importantes instituições públicas. A seguir continuaremos com seu governo.

“The next century will be a Turkish century.”

Turgut Özal, 1992

Enquanto Presidente em exercício durante o período de fim da Guerra Fria, seu mandato durou entre 09 de novembro de 1989 e 17 de abril de 1993. Tal como visto anteriormente, Özal também havia sido Primeiro-Ministro, entre 1983 e 1989 e se tornou o primeiro presidente nascido na República da Turquia e não no Império Turco-Otomano.

Tal como ressaltou Laçiner (2009), a Era de Özal se iniciou em 1983 e duraria cerca de 10 anos. O já reconhecido Presidente, iria transformar a Turquia economicamente, tecnologicamente, educacionalmente e politicamente. Durante este tempo, o Presidente criaria o que se chamou Özalismo ou, o já mencionado anteriormente, “Neo-Otomanismo”, que viria a sepultar o Kemalismo.

Segundo Akşin (2010), seu governo representou as mudanças mais radicais na elaboração da Política Externa turca, tais como a personalização do processo de tomada de decisão; a exclusão das instituições tradicionais que faziam parte da formulação política; participação de conselheiros ou de jornalistas sem status ou responsabilidade oficial nos processos de tomada de decisão e o envolvimento direto de círculos de negócios financeiros na formulação de processos políticos, onde líderes financeiros passaram a atuar como diplomatas. Ou seja, o objetivo de Özal era integrar a Turquia no sistema internacional capitalista e esse objetivo determinou a política externa turca e seus métodos. Para isso, ele trouxe executivos dos EUA, os quais não possuíam conhecimento sobre a forma como o sistema turco funcionava, e os colocou como líderes de importantes instituições públicas. Estes ficaram conhecidos como “princes” (Akşin, 2010, p.41).

Para Özal, os problemas crônicos da Turquia poderiam ser resolvidos através de medidas econômicas. Ao abdicar da possibilidade de sua reeleição, Özal teve maior liberdade

para atuar na política externa turca. Isso ficou bastante perceptível durante a Guerra do Golfo (1990-1991), onde colocou a Turquia em contato direto com os EUA, sob o governo de George H. W. Bush. Sua política ficou conhecida como a “diplomacia por telefone”, entre ambos os países. Neste caso, Özal tomava atitudes e decisões sem a participação de instituições competentes e, além disso, ele exercia um controle remoto sobre Primeiros-Ministros e também fazia com que ministros assinassem decretos em branco para que ele pudesse utilizar, quando necessário. Tudo isto, em direção oposta à burocracia, a qual o presidente julgava como problemática. Neste sentido de aproximação com os EUA, seu governo estava indo na mesma direção em que Menderes o fez. Entretanto, Özal excluiu o Ministério das Relações Exteriores e no lugar, empregou diplomatas que eram escolhidos por ele como seus conselheiros. Assim, relações institucionais foram substituídas por relações pessoais (Akşın, 2010, p.41-42).

Como antecedentes desta reviravolta política, temos que a Turquia estava relativamente isolada após a crise do Chipre, sofrendo embargos dos EUA. Passou-se a evidenciar que, devido a estes embargos, a Turquia estava isolada também da Europa e do Terceiro-Mundo e, devido ao fato de pertencer à OTAN, também estava isolada do mundo Comunista. Em 1982, o Parlamento Europeu interrompeu ajuda financeira à Turquia. A única solução para o isolamento turco passou a ser, então, o mundo islâmico (Laçiner, 2009, p.157).

Desta maneira, após o fim da Guerra Fria, Özal encontrou a Turquia com grandes dificuldades em se relacionar tanto com o Leste como com o Oeste e, portanto, notou que era preciso uma mudança radical na forma como a Turquia vinha se relacionando com os seus vizinhos, ou seja, não somente na política doméstica, como na política externa e, assim, esforçou-se para fortalecer laços com países como Azerbaijão e outros países túrquicos na Ásia Central. Durante a Guerra de Nagorno-Karabakh (1988-1994), onde a maioria étnica armênia no Sudoeste do Azerbaijão buscava se separar do país, Özal forneceu apoio ao Azerbaijão ameaçando, inclusive, invadir a Armênia⁵⁴. Ambos os países fronteiriços eram membros da ex-URSS. Somente através destas movimentações a Turquia poderia se livrar de seu isolamento político e econômico (Laçiner, 2009).

⁵⁴A relação entre Turquia e Armênia vem de longa data e envolve também a Rússia, que ocuparia a região do Cáucaso com ajuda de armênios em suas forças militares, remontando à Primeira Guerra Mundial, onde o massacre causado pelos turcos contra os armênios durante este período, custou mais de um milhão de vidas. Apenas para fazer um paralelo com a atualidade, esta ocasião fora reconhecida em 2015 pela Alemanha como um caso de Genocídio, o qual ficou oficialmente reconhecido como Genocídio Armênio (Deutschewelle, 2016). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-reconhece-genoc%C3%ADdio-arm%C3%AAnio-e-irrita-turquia/a-19300480>. Acesso em: 02 de junho de 2016.

Como o Império Turco-Otomano dominou por cinco séculos uma grande região, tal como visto no capítulo 1, o plano de Özal de fazer alianças com diversos países túrquicos, obtendo rapidamente o compromisso de diversos destes países (Butler, 2012).⁵⁵

Ao contrário do momento que vivia a América Latina, a década de 80 foi um período de grande expansão da economia turca, com grande índice de industrialização no país. A tudo isto estava relacionada a figura de Özal. O Presidente adotava uma postura antikemalista, argumentando que a Turquia não precisava escolher entre ser europeia ou turca (islâmica), e que existiam “muitas outras civilizações no mundo”. Özal descrevia os turcos como os “europeus islâmicos” e, neste sentido, a Turquia não precisava mudar sua personalidade para fazer parte da Europa. Assim, diferentemente de Kemal, Özal pensava que os turcos não precisavam adquirir valores europeus para serem europeus (Özal, 1991 *apud* Rustem; Brother, 1991)⁵⁶.

The Turks living in this territory for a thousand years, have inherited some part of culture of every civilization which flourished here since prehistory. They have evolved a synthesis derived from the cultural legacy of Anatolia, from the culture they brought with them from Central Asia, and from the Muslim religion. Their talent for synthesis and their ecumenical character have enabled them to blend these three strands together (Özal, 1991, p.345).

Para Özal, não era um problema a Turquia ser islâmica. O problema estava na interpretação Kemalista a respeito desta questão. Özal, então, interpretava o islamismo turco como sendo diferente do islamismo árabe, com mais tolerância, podendo servir de solução para os problemas entre os vizinhos. Segundo o presidente, a Turquia não deveria se envergonhar de seu passado otomano e o Kemalismo acabou criando este sentimento ao ser anti-religião e anti-islã. A Turquia precisaria, então, de um secularismo “anglo-saxão” e uma versão turca do Islã, a qual seria muito mais tolerante com outros grupos e mais moderado que o secularismo francês ou soviético, ou também, do que o ateísmo. Assim Özal buscava um meio termo entre o Islamismo e o Turquismo. Seu objetivo era formular um entendimento religioso, o qual seria mais adequado para a democracia, o liberalismo e o capitalismo. Conforme aponta Laçiner:

⁵⁵Isto gerou polêmica no momento de sua morte, onde sua esposa teria alegado que seu marido teria sido assassinado por envenenamento ao tentar executar este plano, considerado uma afronta pelas potências regionais e pelos EUA já que a Turquia faz parte da (OTAN) desde 1952. A questão da desconfiança acerca da causa verdadeira da morte de Özal torna-se relevante já que ele, anteriormente, havia sofrido tentativa de assassinato em 1988, considerando também o histórico de golpes ou tentativas destes golpes políticos no país desde 1960. (Reuters, 2012). Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-turkey-president-autopsy/body-of-turkish-ex-leader-shows-signs-of-poisoning-paper-idUSBRE8AP09220121126>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

⁵⁶Turgut Özal, *Turkey in Europe and Europe in Turkey*, 1991).

In other words, Özal was against the Kemalist interpretation of secularism and Arab Islamism. He argued that Turkey needed an AngloSaxon secularism and a Turkish version of Islam, which was much more tolerant of other religious groups and more moderate than French and Soviet secularism, or rather atheism. He searched for a middle-way between Islamism and Turkism, his aim being to formulate a religious understanding which was suitable for democracy, liberalism and capitalism (Laçiner, 2009, p.168).

Como vimos, os golpes de Estado na Turquia estavam relacionados com esta questão de manutenção ou quebra do modelo Kemalista. No ano de 1995, após o período de Özal, uma eleição permitiu uma aliança entre o Partido da Pátria (ANAP), criado por Turgut Özal, e o Partido Democrático (DP). Após o insucesso desta aliança, em 28 de fevereiro de 1997, o Almirante do Exército, Salim Dervisoglu, enviou um memorando com 18 pontos ao então Primeiro-Ministro, Necmettin Erbakan, solicitando que este renunciasse, acusando-o de permitir práticas religiosas que intervinham na política de secularidade que a República da Turquia decidira adotar. Assim, o exército queria reduzir a influência do Islã. Erbakan renunciou em 30 de junho deste ano e, em 1998 foi proibido de participar da política por cinco anos. Neste golpe, os militares não chegaram a atuar e, assim, ficou conhecido como um golpe “pós-moderno”. Após este período turbulento, ex-membros do partido de Erbakan, como Recep Tayyip Erdoğan, fundariam o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (Al Jazeera, 2016).

Como podemos observar, Özal buscou interferir fortemente na forma como os governos turcos vinham se organizando desde a formação da República da Turquia. Özal morreu subitamente, em 1993 e, conseqüentemente, impedido de finalizar seu mandato presidencial, por um destino até hoje mal esclarecido. Podemos interpretar, portanto, que algumas mudanças na forma de se relacionar com o Ocidente já podem ser observadas a partir de seu governo. Porém, é a partir do governo de Erdoğan, ainda como Primeiro-Ministro, que as mudanças começam a ser mais nítidas, já que o Presidente consegue se manter no comando do país por cerca de vinte anos seguidos, desde que era Primeiro-Ministro.

Ainda tímido no ano de 2002, manteve-se fiel à tentativa turca de fazer parte da EU, mantendo boas relações com os Curdos, porém, o novo contexto, após o fim da Guerra Fria, assim como influenciou Özal, também lhe daria maiores oportunidades de manobra com relação às exigências e ambições do Ocidente, que envolviam o papel da Turquia neste momento.

2.3 – Considerações Parciais

Este capítulo tratou dos momentos iniciais da República da Turquia, de como sua relação com o mundo Ocidental foi conduzida, até o momento em que houve uma mudança, após o fim da Guerra Fria. Dentro deste contexto, buscamos apresentar a formação da República da Turquia e a forma como o líder, Mustafa Kemal, conduziu este processo. Kemal se autointitulou Atatürk, que em turco quer dizer “pai dos turcos”. Isto porque lutou e liderou tropas nas guerras de independência da Turquia, levando com honra o processo de formação de uma identidade para este povo que pertencia a um império multi-étnico e multi-religioso.

Desta forma, foram apresentadas as críticas a respeito da forma como foi conduzida a formação da sociedade da República da Turquia por parte de Kemal, evidenciando como se moldou o movimento que ganhou força ao fim da Guerra Fria. Para isto, também foram apresentados os principais governos e o contexto internacional deste período e como tudo isto se relacionava com as estruturas Kemalistas e com os movimentos internos contrários, influenciados pelo contexto internacional do conflito bipolar. Como visto, os grupos contrários aos governos Kemalistas eram vistos como influenciados pela URSS, evidenciando que havia forte correlação entre os movimentos políticos internos e as ondas internacionais características deste período.

Por fim, apresentamos o início da mudança na forma como o governo turco se relacionava com as questões internacionais, com o fim do conflito bipolar, o que proporcionou à Turquia, uma maior liberdade para perseguir seus interesses nacionais e, também, para revolucionar a forma como o país se relacionava com o Ocidente, desde sua criação. Assim, preparamos o cenário para o que virá no próximo capítulo: o pós-Guerra Fria.

O próximo capítulo tratará, portanto, das mudanças que ocorreram com o fim deste conflito, no cenário geopolítico regional e econômico. Como vimos, a Turquia passou por uma série de intervenções para manter o Kemalismo presente, durante 45 anos de sua história, entre as décadas 1960 e 1995. Quando houve a tentativa de intervenção no ano de 2016, a resposta do governo foi incisiva, com clara prontidão e preparo do governo de Erdoğan, impedindo que um novo golpe de Estado ocorresse.

O que causou a ruptura neste histórico de golpes? Quais foram as modificações no cenário internacional que fomentaram esta reviravolta do Kemalismo para o Erdoganismo e,

consequentemente, influenciaram na forma como a Turquia vem se relacionando com o Ocidente?

Buscaremos compreender se estas razões são geopolíticas estruturais, que permitem pendular entre Ocidente-Oriente, ou entre EUA-EU e Rússia (ou Rússia-China), por conta de sua posição geográfica e/ou valor estratégico; ou, conjunturais, dadas as mudanças na balança para uma distribuição de poder mais multipolar – ou menos unipolar – ou mesmo, as mudanças na geopolítica da energia. Poderiam ser estas razões estruturais e conjunturais combinadas? Uma outra questão a ser respondida é, se a Política Externa do AKP e de Erdoğan trata de uma política que busca a retomada de um império milenar com posição estratégica, tal como foi o Império Otomano.

CAPÍTULO 3

POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA: RAZÕES E EVIDÊNCIAS DAS MUDANÇAS NO PÓS-GUERRA FRIA

Até aqui, esta pesquisa trouxe o passado otomano da Turquia, sua história, sua formação geográfica e, posteriormente, definições fronteiriças no momento de criação de sua república. Tudo isto buscando no passado os fatores para a compreensão do momento presente. Também foram apresentados os tratados assinados e como eles influenciam na Política Externa turca contemporânea, os alinhamentos internacionais desde a Segunda Guerra Mundial, os aspectos geopolíticos que envolvem o território turco desde o seu passado até o momento presente, junto de análises Realistas a respeito do seu histórico de presidentes e seus relacionamentos com a sociedade turca e com o ambiente internacional entre 1923 e 1990.

Neste capítulo, começaremos a destrinchar sobre o ambiente internacional no momento em que encontramos as raízes das mudanças que ocorreram na Política Externa turca desde então e que culminaram com o governo de Erdoğan, se posicionando abertamente contra seus parceiros Ocidentais, tais como os EUA, a Grécia e, conjuntamente, os demais membros da OTAN. Conforme se desenvolveu a pesquisa, uma das razões encontradas foi a mudança na distribuição de poder global, após o fim da Guerra Fria. Como contrapartida, os EUA se utilizaram de algumas estratégias para contrabalancear esta tendência iminente e estas estratégias também provocaram uma reação por parte não somente da Turquia, como também da Rússia e de países no Oriente Médio, especialmente em se tratando das questões energéticas envolvidas na estratégia estadunidense, a qual será apresentada adiante.

H. Burç Aka, professor assistente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Namik Kemal, em Tekirdağ, na Turquia, busca recolher os estudos sobre a mudança paradigmática das relações entre a Turquia e o Ocidente. Em seu artigo “*Paradigm Change in Turkish Foreign Policy after Post-Cold War*”, Aka retoma os estudos sobre as mudanças na Política Externa turca e conclui que, apesar de muitas variáveis, Davutoğlu e o Partido AKP (*Justice and Development Party*, JPD em inglês) sempre aparecem como expoentes destas mudanças. Enquanto alguns estudos colocam a responsabilidade das mudanças sobre o partido de Erdoğan, outros concluem que as condições externas levaram com que o governo turco e o partido AKP tomassem decisões que levassem em consideração as

mudanças de paradigma internacional. Alguns teóricos buscam, ainda, retomar questões de identidade cultural como possível explicação. Há também aqueles que buscam entender as mudanças na Política Externa turca em níveis de ação local e outros, em ação global. Mas o que muitos não consideram são as mudanças que se iniciaram no pós-Guerra Fria (Aka, 2014).

Conforme a teoria do Realismo Neoclássico avalia, não seriam somente os fatores internacionais que influenciam a forma como uma país desenvolve sua Política Externa, mas, também, os fatores domésticos, ou seja, todas as abordagens apresentadas acima por Aka (2014), possuem validade. Entretanto, o autor se fixa em novas perspectivas, apresentadas adiante.

Aka (2014) considera que o período pós-Guerra Fria para a Turquia se moldou em três momentos. O primeiro seria até os ataques de 11 de setembro de 2001. O segundo momento seria no fim da Guerra entre a Rússia e a Geórgia, em 2008. O terceiro seria de 2008 até o ano de 2014. O autor propõe esta divisão após perceber que não há ainda um consenso entre os estudiosos sobre o que seria o período pós-Guerra Fria. Enquanto uns defendem que este período já terminou, outros entendem que ainda estamos vivendo este momento.

O primeiro destes momentos foi após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos EUA. Neste momento, a Turquia obteve uma maior capacidade de exercer o papel estratégico que almejava em termos de Política Externa. Isto porque seus parceiros na OTAN viam neste país central, que não é absolutamente, nem Ocidental nem Oriental, como um aliado do Ocidente, além de contar com uma população muçulmana, servindo de forma a dialogar com o mundo islâmico. Contudo, o que George W. Bush tinha como estratégia para o Ocidente, era transformar a Turquia em um verdadeiro cavalo de Tróia no Oriente Médio, para combater a *Al Qaeda* no Iraque (já como parte da estratégia de busca por fontes de petróleo) e outros inimigos em potencial para os EUA e para a EU. Assim, nesse momento, o governo turco de 2002, já recusava a assumir este papel. Cabe ressaltar aqui, que Erdoğan já assumia como Primeiro-Ministro neste momento⁵⁷ (Aka, 2014).

Fazendo um paralelo com as teorias geopolíticas abordadas no primeiro capítulo, temos que a Turquia serviria aqui, como ferramenta estratégica para uma política Ocidental, justamente pela sua posição geográfica, tal como ressaltou Philipp Kelly (1997), sobre a capacidade de amortecer e pendular que os Estados-tampão apresentam. Apesar de islâmica, a

⁵⁷Retornaremos a respeito a política adotada por Erdoğan, dentro do neo-Otomanismo, conforme apresentado no capítulo anterior, no próximo capítulo.

Turquia dentro do contexto de participação na OTAN, seria convocada a assumir o caminho Ocidental dentro de políticas de Bush.

O segundo momento pós-Guerra Fria foi analisado pelo autor, como a guerra da Rússia contra a Geórgia, em 2008, que teria evidenciado que um momento mais equilibrado da esfera internacional se iniciava, em termos de multipolaridade. Equilibrado aqui, não significa ausência de conflitos, mas uma maior possibilidade de que novos atores viessem a atuar como protagonistas no cenário internacional, bem como vem ocorrendo no terceiro momento apontado pelo autor, que é a contemporaneidade.

O mundo vem se transformando de forma que o modelo de Guerra Regular vem se tornando cada vez mais obsoleto e pouco prático, dando lugar a guerras cibernéticas, guerras assimétricas, guerras de quarta geração e guerras irregulares. Estas não são apenas estratégias de uma parcela mais fraca em oposição a um Estado bem armado, mas sim, utilizadas como estratégias dos próprios Estados Nacionais.

Ao adotar o posicionamento de liberais e defensores das liberdades e das democracias, aos EUA faltava um argumento para conseguir se estabelecer em regiões ricas em combustíveis, caso contrário, seu modelo de crescimento a baixos preços, cairia por terra. Este argumento foi ressaltado por Mearsheimer e será melhor desenvolvido no capítulo 4, quando tratarmos da incoerência entre o modelo de defesa das liberdades nacionais e das próprias intervenções feitas pelo *hegemon* nestes países. A guerra ao terror veio então como estratégia conveniente para isto, afinal, terrorismo pode ser tudo que fosse considerado como uma ameaça ao país. A estratégia de interferir e ocupar estes países existia desde antes dos ataques de 11 de setembro de 2001, tal como veremos mais adiante.

Assim, analisar o papel internacional dos EUA nesse momento se torna fundamental para a compreensão do *player* Turquia, uma vez que entendemos que vem ocorrendo uma reação euroasiática à influência do então *hegemon*, em suas áreas de interesse. **Considerando, após o fim da Guerra Fria, o surgimento de um contexto menos unipolar ou mais multipolar, a partir de uma perda de poder relativo dos EUA diante da emergência de novas potências, isto favoreceu com que estes países pudessem reivindicar um revisionismo em suas Políticas Externas.**

Este capítulo possui, portanto, o objetivo de analisar o cenário pós-Guerra Fria, mais especificamente a partir de 1993, após a morte de Özal, até o momento presente, buscando razões e evidências sobre a mudança percebida na Política Externa de Erdoğan.

Conforme apresentado no capítulo anterior, Turgut Özal fora o primeiro presidente a iniciar o que se chamou de “neo-Otomanismo”. Curiosamente, ele também foi o primeiro presidente nascido já na República da Turquia. O primeiro não-otomano e, o primeiro a buscar renascer as raízes tão fortes do passado túrquico.

Desta forma, podemos inferir até o momento, que uma mudança foi iniciada no início dos anos 90. Este é o processo que será analisado neste capítulo, portanto. Segundo Murinson (2012), particularmente após o período da Guerra Fria, a Turquia tentou projetar uma imagem de poder global em ascensão, ao mesmo tempo em que nutria ideias sobre reviver os dias de sua época imperial. Esta política revisionista pode ser entendida como aqueles movimentos do Realismo Ofensivo tratados por Mearsheimer no capítulo um, onde as potências buscam aumentar seus poderes de acordo com as oportunidades, em busca de ascensão, e onde somente o próprio líder do sistema estaria buscando manter seu *Status Quo*. Este é o caso de todas as potências, exceto os EUA neste momento atual. Justamente, esse processo de reincorporação de identidades passadas ou ideias sobre religião no país, bem como o seu papel regional de assumir uma liderança, assim como no período imperial, renovaram os debates sobre a orientação de sua Política Externa.

Particularly in a post-Cold War period of Turkish foreign policy, Turkey has attempted to project an image of a rising global power while entertaining ideas about its place in its wider neighborhood that hark back to its former imperial days. This process of reincorporating past identities and ideas about religion into Turkey and its regional standing has renewed debates about its foreign policy orientation (Murinson, 2012, p.3).

Neste primeiro momento, além de uma análise sobre o cenário internacional e a nova balança de poder que se formava após o fim da bipolaridade, também serão analisados os presidentes anteriores a Erdoğan após a morte de Özal, a fim de evidenciarmos se estes já não representavam uma mudança, anterior ao presidente Erdoğan. A pergunta que se busca responder aqui, portanto, é: existe, de fato, uma mudança no posicionamento internacional turco com a partir de Erdoğan? Essa mudança teria sido adotada já pelos governos anteriores? De quais mudanças estamos realmente falando?

Assim, este capítulo buscará responder à algumas das perguntas desta tese, a partir de todo o arcabouço teórico e de toda a reconstrução histórica até aqui apresentados. Iniciamos, assim, com uma análise de como ficou a balança de poder após o fim da Guerra Fria, o que influenciou em um ressurgimento do pan-euroasianismo, movimento revisionista; posteriormente será apresentada a forma como se desenrolou geopoliticamente a sobreposição do poder dos EUA sobre as demais potências após 1990 e, em seguida, serão apresentados os presidentes turcos e seus relacionamentos com o meio internacional, bem como foi realizado no capítulo dois.

No próximo capítulo chegaremos ao presidente Erdoğan e às alterações que este promoveu na forma de a Turquia se relacionar com os demais países, apresentando alterações em seu discurso e em fatos práticos, como a aproximação com a Rússia contrariando seus parceiros na OTAN, por exemplo. É importante ressaltar que, desde o momento em que Erdoğan assumiu como Primeiro-Ministro, em 2002 e, conseqüentemente, quando o AKP chegou aos níveis de governança na Turquia, as mudanças já se iniciaram, tal como demonstraremos neste capítulo.

Assim, analisaremos os interesses de potências internacionais sobre as áreas de influência turcas, bem como as suas relações geopolíticas com seus vizinhos. Após isto, será apresentada a principal razão que justifica a transformação do relacionamento da Turquia com seus vizinhos: a busca por se tornar uma potência energética como parte de um processo de “tornar a Turquia grande novamente”, em uma busca por reassumir sua autonomia internacional, em busca de exercer, assim, sua soberania. Assim, tópico 3.3.1 dissertará sobre a questão energética e seu protagonismo no embasamento desta pesquisa e, em seguida, as controvérsias com relação à OTAN e à EU, demonstrando como o fato de estar entre Leste e Oeste influenciam nas táticas geopolíticas turcas.

3.1 – O cenário pós-Guerra Fria: A mudança na distribuição de poder na balança global

O momento pós-Guerra Fria alterou a balança de poder até então definida, uma vez que não havia mais a bipolaridade característica do conflito em questão, com uma vitória do modelo capitalista sobre o comunismo. Assuntos como problemas transfronteiriços, Direitos Humanos,

terrorismo global e, especialmente, problemas econômicos, ganhariam cada vez mais visibilidade.

O cenário era de esperança para o fim dos conflitos mundiais. Como ressalta Fiori (2008), o filósofo, economista e cientista político norte-americano, além de ser um dos principais assessores de Ronald Reagan, Francis Fukuyama escreveria neste cenário, seu artigo “O fim da História” na Revista *National Interest*, em 1989. Neste artigo, Fukuyama elaborava seu argumento de que a difusão do livre capitalismo mundial e das democracias liberais e de mercado poderiam sinalizar um estágio máximo da evolução sociocultural da humanidade. Em 1992, suas ideias seriam expandidas no livro “*O fim da história e o último homem*”.

Segundo suas ideias, “o modelo capitalista, a democracia e o liberalismo econômico aparecem como a melhor alternativa de sobrevivência para os países recém democratizados” (Fukuyama, 1989).

Sua teoria não se concretizou, afinal, o período administrado por George Bush entre 1988 e 1992, marcou um período com uma série de intensos conflitos regionais, mostrando que a paz não havia imperado. Fukuyama foi, então, muito ironizado por autores como Eric Hobsbawm, que evitou citar seu nome, mas disse: “Quando caiu o muro de Berlim, um americano incauto anunciou o fim da história. Evito, portanto, usar uma expressão tão claramente desacreditada” (Hobsbawm, 2007, p.36).

Quarenta anos antes e por décadas desde então, considerou-se que a União Soviética era o principal obstáculo a uma ordem mundial pacífica. O corolário era o de que o colapso do comunismo – imaginado, se é que era imaginado, em algum futuro distante – traria com ele uma era de estabilidade e boa vontade. Logo ficou claro que a história geralmente opera em termos de longos ciclos. Antes que uma nova ordem internacional pudesse ser construída, seria necessário lidar com os destroços da Guerra Fria (Kissinger, 2014, p.314-315).

Apesar de os EUA serem a potência principal neste momento, alguns analistas argumentaram que o mundo unipolar seria de curta duração, dadas as possibilidades de surgirem ou reemergirem outros países maiores, como Japão, China, Rússia ou Alemanha (Waltz, [1993] 2000). Pouco após, sinais começaram a surgir de que a unipolaridade poderia estar em evidência.

O principal movimento que marcou a frágil teoria de que a paz reinaria com o modelo estadunidense de economia, foi o fatídico ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, uma vez que o maior símbolo do capitalismo do maior país capitalista havia sido atacado.

O momento logo após o fim da Guerra Fria trouxe um *boom* de teóricos defensores da supremacia estadunidense e da Nova Ordem Mundial. Até mesmo Robert Kaplan (2016) em “*A vingança da Geografia*”, que faz uma boa análise geopolítica ao recuperar a Longa Duração de Braudel⁵⁸ para poder compreender o mundo em que estudava naquele momento, argumentando que somente os EUA poderiam vir a estabilizar o sistema mundial ao conter o “antimodernismo islâmico” e a crescente onda autocrática (Kaplan *apud* Cohen, 2015, p.32).

Entretanto, há de se considerar que, durante o conflito bipolar, o comportamento dos Estados era relativamente previsível. Devido à bipolaridade e ao alinhamento que a maior parte dos países possuía com um bloco ou com outro, os Estados não tinham muita possibilidade de agir de forma autônoma. Além disso, este sistema era interessante aos EUA e à URSS, tal como ressaltou Michael Cox (1994), uma vez que a previsibilidade dos fatos favorecia às suas estratégias.

Tão logo houve o fim do conflito, a despolarização criou um vácuo de poder com a desintegração do Sistema Internacional, que se tornou mais volátil e mais instável. Isto tudo tornou a geopolítica mundial mais complexa, com novos fatores e atores a serem compreendidos. Os Estados que eram membros da URSS viveram momentos em que antagonismos étnicos colidiram com a configuração estatal que havia sido criada durante o período soviético, como que em uma divisão forçada por lideranças que, naquele momento anterior, desejaram criar e impor uma nação.

Os Balcãs são a maior representatividade disto, a dizer pelo desmembramento da Iugoslávia. Os Estados da antiga URSS passaram a aderir ao sistema capitalista, indicando uma maior globalização da economia. Além disso, outros atores vinham surgindo com peso, como grandes companhias industriais o que, naquela época botou em evidência se o Estado seguiria sendo o principal ator das Relações Internacionais (Gagné, 2007, p.3-4). Isto fez com que os Estados tivessem que se adaptar para expandir poder, que não somente na esfera militar, mas

⁵⁸Fernand Braudel foi um dos mais importantes historiadores modernos. O autor francês se destacou por realizar análises que retornam ao passado quando se tem o objetivo de compreender o presente, o que ficou conhecido como “*Longue Durée*” ou “*Longa Duração*”, em português. Nessa linha de pesquisa, o autor considera que aspectos estruturais do passado influenciam processos contemporâneos, além de processos mais fluidos, que ocorrem com o passar do tempo e que se transformam de maneira mais rápida do que os aspectos estruturais. Para isso, em sua obra “*O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*”, o autor faz um paralelo com as ondas do mar, evidenciando que, ao vermos uma simples onda, temos que entender que há por trás, características muito mais profundas, as quais influenciaram para que esta ocorra. Assim, o autor se utiliza desta metáfora para descrever processos históricos de Longa Duração, enfatizando como as estruturas geográficas e sociais influenciam o desenvolvimento histórico. Braudel também ficou conhecido por ser um dos precursores das teorias do Sistema-Mundo, ao estudar os processos históricos de formação do Capitalismo, criando o conceito de “*Economias-Mundo*”.

também, no processo de dominar outras economias em termos financeiros, como os EUA o fazem com o Irã, por exemplo. Este modelo de dominação poderia ser equiparado ao poder de devastação de uma bomba sobre um país, ao que o professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ernani Torres, chamou de “bomba-dólar” (Torres, 2019)⁵⁹.

Diferentes formas de poder foram ganhando cada vez mais espaço, além do militar, como os meios econômicos e políticos. Militarmente, podemos dizer que os EUA ainda possuem uma força disparada com relação aos demais países do mundo, inclusive com toda a sua influência sobre a OTAN. Ainda que se julgue que a capacidade de liderança dos EUA esteja se reduzindo, ainda há uma diferença discrepante na quantidade de investimentos e gastos com Defesa entre os três maiores Estados que investem em Defesa no mundo.

Além da expansão da OTAN para o Leste europeu, a própria UE veio se expandindo gradativamente para esta região, o que levou a um processo de isolamento da Rússia de forma crescente, o que culminaria na eclosão da Guerra na Ucrânia, no ano de 2022. Apenas em 2004, aderiram à UE, Lituânia, Letônia, Estônia, Polônia, Hungria, Eslovênia, Eslováquia e República Tcheca. Em 2007 outros países da esfera soviética aderiram à EU. Foram a Bulgária e a Romênia.

O Chipre também foi um dos que aderiram à EU no ano de 2004. Até o fim da Guerra Fria, a Turquia esteve ao lado dos EUA na OTAN. Entretanto, aos poucos seus governantes vêm contestando o papel da Turquia nesta aliança e questionando se, realmente a via de relações bilaterais é de mão dupla. Cabe ressaltar que, durante o conflito bipolar, o único momento em que a Turquia confrontou de fato, seus parceiros da aliança, foi na década de 70, quando invadiu o Chipre e, desde então, Erdoğan questiona esporadicamente os direitos e reconhecimento sobre a minoria turca que habita o norte da ilha, colocando a parceria na OTAN em relevante impasse. Em 2019, quando Erdoğan requereu sua parte na divisão sobre os direitos de exploração de gás

⁵⁹“No dia 7 de agosto de 2018, o presidente dos Estados Unidos acionou contra o Irã uma das armas mais modernas e poderosas do vasto arsenal militar americano. Desta vez, em lugar de utilizar artefatos nucleares ou equipamentos tecnologicamente de ponta, simplesmente os EUA lançaram um novo tipo de bomba, agora de natureza financeira: a “bomba dólar”. Trata-se de uma arma, que foi desenvolvida no século XXI e que possui um alto poder de destruição econômica, sem gerar diretamente danos físicos ou perda de vidas humanas no inimigo. É de efeito crescente e promove a desorganização dos mercados internos do país afetado, quanto mais sua economia estiver integrada ao sistema financeiro global. Seus custos de mobilização e de operação são mínimos para o agressor. Trata-se de uma nova maneira de a potência hegemônica operar a segurança da ordem global em “tempos de paz” (TORRES, 2019, p. 3).

no Chipre, em pouco tempo, os EUA reforçaram a possibilidade de reunificar o Chipre, caso a Turquia seguisse insistindo sobre esta questão⁶⁰.

A estratégia estadunidense aqui se torna clara. As intervenções por razões humanitárias que ocorreram, a exemplo do Kôsovo, sob a bandeira de paz para a sociedade que poderia vir a ser oprimida, ocorreram quando era do interesse estadunidense⁶¹. Já, quando o interesse era de outros Estados, o mesmo discurso não ocorria. Assim, quando a Turquia invadiu o norte da ilha do Chipre, argumentando que o governo pró-Grécia eleito naquele momento poderia vir a perseguir a minoria turco-cipriota, não houve a mesma justificativa de intervenção em favor da proteção destes, tal como ocorreu no Kôsovo. Aqui, como ressalta Edward Carr (1981), o idealismo se perde nos interesses daqueles que colaboram. Há um interesse em ganhar vantagens por trás de cada colaboração interestatal.

O que se pode observar, portanto, no pós-Guerra Fria, é o ressurgimento de questões que haviam sido postas ao adormecimento pelas próprias condições do sistema bipolar, como as questões nacionalistas⁶². Estas, portanto, passaram a vir à tona novamente. Os conflitos que foram por muito tempo calados dadas as pressões de um sistema em que havia uma ameaça constante de guerra nuclear ressurgiram, como se buscassem por ar após serem sufocados por décadas⁶³.

Isto pode ser entendido dentro da passagem mencionada no capítulo um, onde Ripsman; Taliaferro e Lobell (2009, p.197, tradução nossa), onde os autores elucidam a ideia de que “no longo prazo, os Estados podem tentar aumentar suas capacidades extrativas e de mobilização

⁶⁰Ver mais em: <https://www.politico.eu/article/un-plans-cyprus-meeting-in-april/>. Acesso em: 07 de abril de 2022.

⁶¹Na última década do século, depois do fim da Guerra Fria, as guerras prosseguiram sob a forma predominante das “intervenções humanitárias”, como no caso pioneiro da Guerra da Bósnia, entre 1992-1995, e logo depois, da Guerra do Kosovo, em 1999. E depois dos atentados do 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, a chamada “guerra ao terrorismo” generalizou-se e assumiu várias formas que se prolongam até os dias de hoje, na segunda década do século XXI.

⁶²Os movimentos nacionalistas que já existiam desde antes do conflito, foram chamados por Karl Haushofer de “panismos”, como o “pan-turquismo” ou “pan-eslavismo” para designar os sentimentos destas etnias que buscavam um território próprio, e estas se tornaram focos de conflitos logo após a dissolução do bloco soviético.

⁶³“*Although the ending of the Cold War clearly increased the willingness of governments to work through the United Nations and other international channels to resolve conflicts and keep peace around the globe, several new threats have emerged in the post-Cold War era that are, indeed, beyond the full control of nation-states, even major powers. One of the greatest threats, in this regard, is the prevalence of intra-national conflicts, conflicts occurring within the borders of states. These are mostly ethnically driven conflicts over self-determination, succession or political dominance. Until the end of the Cold War, the conventional wisdom in the world was that ethnicity and nationalism were outdated concepts and largely resolved problems. On both sides of the Cold War, the trend seemed to indicate that the world was moving toward internationalism rather than nationalism. As a result of the threat of nuclear warfare, great emphasis on democracy and human rights, economic interdependence, and gradual acceptance of universal ideologies, it became fashionable to speak of the demise of ethnic and nationalist movements*” (Yilmaz, 2008, p.48).

e, conseqüentemente, a sua capacidade de prosseguir a emulação ou a inovação através da propagação de ideologias nacionalistas ou estatistas”⁶⁴.

Assim temos que, logo após o fim da Guerra Fria, se tinha a ideia de que as buscas pelas etnias e minorias em ter seus nacionalismos reconhecidos seria substituída por um espírito globalizado de cooperação sob o manto das Nações Unidas e que, portanto, esses conflitos seriam minados e a paz reinaria. Mas não foi bem isso que ocorreu e estes movimentos não se deram somente em países do Leste Europeu.

Neste contexto, os grandes Estados euroasiáticos buscaram se reposicionar, em busca de um resgate de seus papéis estratégicos e de suas capacidades de influência em suas esferas regionais.

3.2 – A geopolítica dos EUA no pós-Guerra Fria para a defesa de seu *Status Quo* e a reação euroasiática

Aqui, o principal ponto de partida para analisar este momento é compreender que os EUA e seus conselheiros, em primeiro momento, se certificaram de que o país continuasse garantindo sua posição estratégica e hegemônica na balança de poder global. Cohen (2015) destaca as estratégias de Brzezinski e Kissinger, que dissertavam sobre expandir poder para a Eurásia e Ásia e de impedir que novos poderes mundiais se fortalecessem a ponto de se unir contra os EUA, respectivamente (Cohen, 2015, p.32).

Outro ponto que nos ajuda a compreender o momento pós-Guerra Fria é olhar para este conflito de outra forma. Michael Cox (1994) em seu artigo “*Rethinking the end of the Cold War*” busca uma análise alternativa sobre o que foi, de fato, a Guerra Fria. Baseando-se no argumento de Allen Lynch, o autor defende que o conflito se deu muito mais por questões baseadas em ‘Medo e Poder’ do que em ‘Oposições e Ideologias’, tal como a maioria dos livros costuma abordar. Cox também retoma John Gaddis, que critica porque os estudiosos não conseguiram prever o fim da Guerra Fria e chega à conclusão de que um dos motivos seria o fato de não se ter compreendido as semelhanças entre os dois lados, com contradições de ambas as partes. Este fator pode nos ajudar a compreender quais foram as estratégias adotadas pelos EUA no momento que sucedeu ao colapso da ex-URSS.

⁶⁴Passagem original no inglês: “*In the long term, states can try to increase their extractive and mobilization capabilities, and consequently their ability to pursue emulation or innovation, by propagating nationalist or statist ideologies*”.

Por fim, o argumento mais interessante seria de que, para os EUA, em especial para os oficiais estadunidenses, a estabilidade e as certezas do sistema bipolar eram preferíveis às incertezas do que viria a seguir. O sistema bipolar, afinal, já era conhecido. Este argumento também fora defendido por outros autores como Kenneth Waltz, Mary Kaldor e Ronald Steel. Com esta ordem, portanto, ambos os EUA e URSS podiam exercer controle sobre os países ditos ‘indiferentes’ aos seus sistemas político-econômicos. Isto permitia com que estes intervissem nas questões internas de outros atores, especialmente os de terceiro-mundo. Assim, a despeito dos perigos em potencial e dos custos reais, *havia regras muito bem definidas* em que os dois lados do conflito se entendiam de forma bastante clara.

Partindo, então, do argumento de que o conflito se baseava muito em questões de “Medo e Poder” por trás das tradicionais visões de que o conflito seria ideológico, em outra obra, Cox (2019) destaca:

Neither the USA nor the USSR actually threatened the other's interests; however, their intense mutual suspicion – born of their prewar experiences and their postwar fears – impelled them to view the other in the worst possible light. The result was the speedy collapse of the wartime alliance and the development of a highly antagonistic relationship (Cox. 2019, p.24).

Podemos inferir, dessa forma, que apesar do fim da Guerra Fria com o colapso da ex-URSS, essa questão a respeito de ‘Medo e Poder’ ainda não se alterou por completo. O *medo* de uma Rússia fortalecida permaneceu, uma vez que a OTAN não se desintegrou após a queda da sua principal ameaça e, muito pelo contrário, se expandiu, como demonstração de *poder*, em atuação contra o *medo* de ressurgência de uma Rússia fortalecida. Como podemos ver no mapa abaixo, após o fim do conflito, a OTAN se expandiu extraordinariamente:

Mapa 14: Expansão da OTAN antes e depois de 1997

Nato's expansion since 1997



*Russia annexed Crimea in 2014

BBC

Fonte: BBC News⁶⁵

Isto se dá pelo fato de que, como vimos, a Eurásia é um fator de grande importância estratégica para os EUA que, como vimos, buscou manter a expansão de seu poder mesmo ocupando a posição hegemônica do sistema. Esta estratégia é essencial, uma vez que aquele que não segue em busca de ganho permanente e relativo de poder, acaba dando espaço para que outras potências surjam (Elias, 1993; Fiori, 2007).

A mera preservação da existência social exige, a livre competição; uma expansão constante. Quem não sobe, cai. A vitória, por conseguinte, significa, em primeiro lugar - seja ou não essa a intenção -, domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência. O ganho de um neste caso é, necessariamente a perda de outro, que se dê em termos de terra, capacidade militar, dinheiro ou qualquer outra manifestação concreta de poder social (Elias, 1993, p.134).

Padula (2018) diz que “A geopolítica de contenção praticada pelos Estados Unidos frente à expansão da URSS seguiu a ideia de que a Eurásia seria o continente basilar na disputa de poder global.” Enquanto o Brzezinski baseia seus argumentos sobre a geopolítica clássica,

⁶⁵Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-18023383>. Acesso em: 18 de março de 2022.

Kissinger vai mais na direção de equilíbrio de poder global (Padula, 2018, p.342). Assim, atuar na região da Eurásia se tornava uma estratégia fundamental para que se evitasse o surgimento de um vácuo de poder que pudesse desestabilizar o cenário pós-Guerra Fria.

A partir de análises sobre o documento *National Military Strategy*, de 1991 (NMS-1991), tem-se que a disputa interestatal seguiu como objeto de foco dos estrategistas militares estadunidenses, especialmente no sentido de minar o surgimento de quaisquer poderes nesse período de transição no pós-Guerra Fria. Vejamos a seguinte passagem:

Os Estados Unidos devem estar preparados para enfrentar uma variedade de desafios e conflitos ao redor do mundo. A ameaça de conflitos interestatais tradicionais diminuiu com o fim da Guerra Fria, mas novos tipos de disputas e crises ainda surgem. Nossa estratégia deve garantir que tenhamos a capacidade de projetar poder militar de forma eficaz para proteger nossos interesses e apoiar nossos aliados, enquanto trabalhamos para prevenir e resolver conflitos através de uma combinação de dissuasão, diplomacia e força militar (NMS, 1991, tradução nossa)⁶⁶.

Assim, manter a Europa Ocidental unida economicamente, cada vez mais atrelada à OTAN fazia e ainda faz parte da estratégia dos EUA, sobretudo, buscar a adesão dos países que eram membros da ex-URSS para de evitar um vácuo de influência e poder, portanto. “*Assim, a década de 1990 foi tudo menos pacífica, sendo marcada por muitas intervenções militares, especialmente sob a bandeira de intervenções humanitárias para a promoção da paz em áreas de instabilidades políticas*” (Padula, 2018, p.356-358).

Isso pode ser visto, também, no livro já anteriormente mencionado, de Brzezinski, de 1997, “O Grande Tabuleiro Mundial”, onde o ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA cita a “Pax Americana”, como proposta de um plano de ação para o estabelecimento e a manutenção dessa ordem mundial dominada pelos Estados Unidos. Dentro deste plano, temos a busca pela manutenção da supremacia militar dos EUA, que seria fundamental para se atingir essa “Pax Americana”. Brzezinski acreditava que o controle de uma vasta região, como a Eurásia, seria fundamental para a supremacia global dos EUA. Portanto, a presença militar e política dos EUA na Eurásia representaria um meio de se evitar a formação de alianças adversárias e de proteger os interesses dos EUA. Na direção de se evitar uma aliança entre China e Rússia, o autor defendeu a importância de fortalecer alianças e parcerias internacionais. A colaboração com aliados e organizações multilaterais seria, desta forma, uma maneira de

⁶⁶National Military Strategy dos EUA, em 1992, documento oficial do Departamento de Defesa dos EUA. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nms/nms1992.pdf?ver=2014-06-25-123420-723>. Acesso em: 14 de setembro de 2024.

reforçar a posição dos EUA e promover uma ordem mundial estável. Assim, a construção de coalizões e a cooperação com países aliados seriam essenciais para a estratégia global dos EUA. Além disso, Brzezinski enfatizou a necessidade de os EUA estarem preparados para gerenciar crises regionais e intervenções a fim de manter a estabilidade necessária para a manutenção do seu poder. A capacidade de responder rapidamente a crises seria, portanto, uma parte importante da manutenção da ordem global. Finalmente, Brzezinski argumentava que os EUA deviam promover uma ordem internacional baseada em princípios liberais, como a democracia e o livre mercado. A promoção desses valores representaria uma forma de consolidar a influência americana e garantiria que a ordem mundial permanecesse alinhada com os interesses dos EUA.

A fim de entender toda essa dinâmica da geopolítica global, Brzezinski introduziu os conceitos de “Estados Geoestratégicos” e “Estados Pivôs Geopolíticos”. Esses conceitos foram fundamentais para a geoestratégia global dos EUA e o papel das diferentes nações na manutenção da ordem mundial. Os Estados Geoestratégicos são os países que disfrutam de uma localização estratégica importante dadas as suas posições geográficas e sua consequente influência na dinâmica de poder global. Assim, esses Estados possuem a capacidade de afetar significativamente o equilíbrio de poder regional e global. Já os Estados Pivôs Geopolíticos seriam então definidos como países que, embora não possuindo uma influência global direta tão significativa quanto os Estados Geoestratégicos, desempenhariam um papel crucial na dinâmica regional, sendo importantes por possuírem o potencial de alterar o equilíbrio de poder na sua região ou entre regiões. Esses conceitos foram, portanto, fundamentais para a estratégia aplicada pelos EUA nesse momento.

Assim, tão logo houve o fim da Guerra Fria, em 1990 o Iraque invadiu o Kuwait, dando o início a operações de guerra infindáveis por parte dos EUA no Oriente Médio, seguindo por mais de 30 anos sem terminar. Como bem ressalta Fiori (2004), os EUA enquanto líderes do Sistema Internacional, se envolveram em mais guerras do que durante o período da Guerra Fria.

Assim, para a retirada do Iraque, a Guerra do Golfo se tornou conhecida, com a participação dos EUA e seus aliados, sendo o primeiro conflito televisionado em tempo real, ao vivo e à cores, mais uma vez, em clara demonstração de *poder* para causar o *medo* nos adversários. O bombardeio dava início à operação chamada “Tempestade no Deserto”, cujo líder eram os Estados Unidos, contando com o apoio de mais de 30 nações, além do aval da ONU (Organização das Nações Unidas), contra o Iraque.

Os EUA se mantiveram no Iraque em operações até 2003, quando realizaram a segunda operação, desta vez sob a bandeira de promover segurança, ao acusar *Saddam Hussein* de manter em seu poder um arsenal de armas biológicas e químicas que viriam a ameaçar a paz mundial. Após anos de investigação, se sabe que a base dos EUA para invadir o Iraque já estava lançada muito antes dos ataques de 11 de setembro de 2001 e que a intenção era de aumentar a segurança de Israel e completar aquilo que não obteve sucesso na primeira guerra do Golfo, em 1991, derrubar o Presidente Saddam Hussein, além de controlar fontes de petróleo. Contudo, como parte da estratégia estadunidense de manter a paz e a democracia mundiais, foi vendida à mídia como parte da “Guerra ao Terror”⁶⁷. Isto pode ser evidenciado na Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, sob o governo de George W. Bush, em 2002:

In the 1990s we witnessed the emergence of a small number of rogue states that, while different in important ways, share a number of attributes. These states: brutalize their own people and squander their national resources for the personal gain of the rulers; display no regard for international law, threaten their neighbors, and callously violate international treaties to which they are party; are determined to acquire weapons of mass destruction, along with other advanced military technology, to be used as threats or offensively to achieve the aggressive designs of these regimes; sponsor terrorism around the globe; and reject basic human values and hate the United States and everything for which it stands. At the time of the Gulf War, we acquired irrefutable proof that Iraq’s designs were not limited to the chemical weapons it had used against Iran and its own people, but also extended to the acquisition of nuclear weapons and biological agents. In the past decade North Korea has become the world’s principal purveyor of ballistic missiles, and has tested increasingly capable missiles while developing its own WMD arsenal. Other rogue regimes seek nuclear, biological, and chemical weapons as well. These states’ pursuit of, and global trade in, such weapons has become a looming threat to all nations (US National Security Strategy, 2002).

A própria “Guerra ao Terror”, portanto, já faz parte de uma estratégia estadunidense de ampliar seus poderes e expandir sua influência ao redor do globo. Uma vez que não se define, exatamente, o que é o terrorismo:

International terrorism: Violent, criminal acts committed by individuals and/or groups who are inspired by, or associated with, designated foreign terrorist organizations or nations (state-sponsored). Domestic terrorism: Violent, criminal acts committed by individuals and/or groups to further ideological goals stemming

⁶⁷Em 2015 a CIA, agência de inteligência dos EUA lançou um relatório que desclassificou a Avaliação de Inteligência Nacional, em inglês, National Intelligence Assessment (NIA), que havia sido o documento que justificava a invasão ao Iraque. Segundo esta análise posterior, o documento carecia de muitas informações específicas que tratariam de Saddam Hussein e sua posse de armas de destruição em massa. O documento também concluiu que não havia nenhuma ligação operacional entre Saddam e a Al Qaeda, tal como foi justificado por George W. Bush para invadir o país. O documento oficial está disponível para download na página: <https://www.vice.com/en/article/9kve3z/the-cia-just-declassified-the-document-that-supposedly-justified-the-iraq-invasion>. Acesso em: 19 de março de 2022.

from domestic influences, such as those of a political, religious, social, racial, or environmental nature (FBI, 2022).

Como se pode observar, de acordo com a definição do *Federal Bureau of Investigation* (FBI)⁶⁸, a agência de inteligência estadunidense, não há uma definição estabelecida do que seja terrorismo, o que corrobora para que os EUA possam intervir em qualquer Estado em que haja qualquer ação que considerem como ameaça. E isto foi muito importante para os anos seguintes de projeção de poder dos EUA sobre tantos outros Estados.

Desde 1990, os EUA se envolveram em guerras na Somália (1992-1995); na Bósnia e na Croácia (1992-1995); no Haiti (1994-1995); no Kôsovo (1998-1999); no Afeganistão, sendo esta uma das mais longas, e dentro do contexto de Guerra ao Terror, entre 2001 e 2021, com a vitória do Talibã, que assumiu o controle do país; a intervenção no Yemen, desde 2002 até hoje; a Guerra do Iraque (2003-2011); intervenção no Paquistão (2004-2018); a Segunda Intervenção na Guerra Civil da Somália, iniciada em 2007 até o presente; a Operação Escudo Oceânico, também dentro do contexto da Guerra ao Terror, para combater piratas da Somália (2009-2016); a intervenção na Líbia (2015-2019); em Uganda (2011-2017); na Síria (2014 até o momento presente).

Como se pode observar, a maior parte dos conflitos onde houve intervenção dos EUA é exatamente nas áreas que Brzezinski considera como estratégicas para a política externa estadunidense:

Brzezinski's prescription for maintaining US global hegemony is to achieve primacy in three parts of the "Eurasian chessboard": the West, or Europe; the South, or the Middle East and Central Asia; and the East, or China and Japan. To this end, he advocates pulling Ukraine and the Black Sea into the Western orbit, strong US engagement in Central Asia and the Caucasus (described as "the Eurasian Balkans"), and support of China's aspirations for regional dominance in peninsular Southeast Asia and Pakistan. Despite its expanded influences, China would still be limited to regional power status by the globally framed US-Japan strategic alliance. The objective is to prevent Russia from reasserting strategic control over "near abroad" states or from joining with China and Iran in a Eurasian anti-US coalition. Kissinger's recent oversimplistic foreign policy prescription is for the United States to ensure that no power emerges regionally or globally to unite with others against It (Cohen, 2015, p.32).

⁶⁸Disponível em: <https://www.fbi.gov/investigate/terrorism>. Acesso em: 19 de março de 2022.

A estratégia acima exposta é atual⁶⁹. Neves (2021) dedica seu artigo “*Truman Doctrine (1946); Defense Planning Guidance (1991) & the National Security Strategy (2002): the Mackinder & Spykman dialectics revisited*” a compreender como ainda é atual a Doutrina Truman, que estava dedicada a conter a expansão soviética e, conseqüentemente, sua influência com o comunismo no momento da Guerra Fria. Neste artigo, o autor conclui que as ações militares dos EUA nas guerras do Afeganistão e Iraque foram baseadas nas teorias e pensamentos de Mackinder e Spykman, nas quais a Eurásia continua sendo um importante objeto para as estratégias daqueles que desejam expandir seus poderes, bem como a contenção da Rússia e que, portanto, as ideias dos autores seguem sendo válidas para explicar e compreender as ações da Grande Estratégia dos EUA no cenário internacional. A reação euroasiática, assim, é esperada no contexto atual.

Quando vemos a invasão da Ucrânia pela Rússia no ano de 2022, ou a Turquia enviando navios de guerra para a costa da Grécia a fim de contestar seus direitos no Mediterrâneo em 2020, podemos notar que está havendo uma reação por parte dos países euroasiáticos contra esta estratégia dos EUA, de interferir em zonas de influência destes. Assim, como uma das razões para a mudança na Política Externa turca, podemos inferir que existe uma reação ao movimento de tentativa de dominação da Eurásia por parte dos EUA.

Isto se dá porque, no momento após o fim da Guerra Fria, houve a possibilidade do fortalecimento de outros poderes, que um dia já representaram grandes atores no Sistema Internacional, como a China, a Turquia e a Rússia, por exemplo. A não necessidade de alinhamento deu a estes atores maior margem de ação, apesar das próprias limitações que possuem, como a Turquia estar dentro da OTAN, a Rússia sem grandes capacidades diplomáticas, podendo se isolar mais ainda após a invasão à Ucrânia, e a China, já fechada em seu sistema, apesar de ser um dos principais expoentes da economia capitalista atualmente.

A reação euroasiática não se dá apenas em termos de atuações práticas. Como visto no segundo capítulo, há de fato, o retorno de uma mentalidade euroasiática, onde potências desta região, como Rússia e Turquia, além de China, percebem entre si, um passado comum e

⁶⁹ “Richard Holbrooke’s assessment that Turkey was situated at the juncture of almost every issue of importance to the U.S. on the Eurasian continent heralded the role of Turkey as a regional power. Two years after this statement, geo-strategist Brzezinski, whose influence on the former U.S. Secretary of State Albright is well-known, placed the Eurasian region among the US’s strategic priorities and described Turkey and Russia as the two powers in the region” (Aka, 2014, p.60).

buscam, portanto, um resgate de suas origens como forma de se posicionar contra as forças ocidentais.

É importante ressaltar que os EUA devem continuar atentos ao poder da Rússia, tal como destaca Moniz Bandeira (2008), chamando atenção para um possível quadro de “Segunda Guerra Fria”:

[...] o poderio militar dos Estados Unidos, por maior que seja, tem limites. Washington não atentou para o fato de que a Rússia permanecera como poderosa potência militar e que a paridade estratégica não havia acabado, não obstante a desagregação da União Soviética, em 1991. A Rússia atualmente conta com 1,2 milhão de efetivos nas suas Forças Armadas, um total 14.000 ogivas nucleares, das quais cerca de 5.192 em estado operacional, enquanto os Estados Unidos possuem 1,3 milhão de militares na ativa, 5.400 ogivas, das quais 4.075 ativas, ademais de 3.575 estratégicas e 500 não-estratégicas (est) e estoque um adicional de 1.260 inativas. No total, a Rússia possui 62.500 armas nucleares e os Estados Unidos, 33.500.60 Tanto os Estados Unidos quanto da Rússia pouco fizeram para reduzir o inventário de armamentos nucleares, remanescentes da Guerra Fria, e que permaneceu, desnecessariamente mais alto dos que as necessidades de segurança das duas potências (Bandeira, 2008, p. 17).

A estratégia dos EUA, portanto, no pós-Guerra Fria, foi o de estabelecer bases militares por todo o mundo, claramente, em maior parte em regiões mais estratégicas (Neves, 2021), conseguir a adesão de um número cada vez maior de países à OTAN, e ocupar militarmente países cruciais para sua estratégia de expansão de poder, sob a bandeira de defesa da paz e da democracia.

Um importante relato de Kissinger se faz necessário neste momento:

Tendo passado minha infância como integrante de uma minoria discriminada num sistema totalitário e depois como um imigrante nos Estados Unidos, vivenciei os aspectos liberadores dos valores americanos. Disseminá-los por meio do exemplo e da assistência civil, como o Plano Marshall e por meio de programas de ajuda econômica, é um ponto importante e honroso da tradição americana. Porém tentar implementá-los por meio de uma ocupação militar numa parte do mundo na qual esses valores não têm raízes históricas, e esperar que se dê uma mudança fundamental num período de tempo politicamente relevante – um critério fixado tanto pelos adeptos como pelos críticos da política americana para o Iraque –, mostrou estar além do que a opinião pública americana era capaz de suportar e do que a sociedade iraquiana conseguia aceitar (Kissinger, 2015, p.326).

O movimento euroasiático e mesmo asiático, contrário à influência estadunidense, portanto, não parece ser ao acaso. Tal como brevemente ressaltado no capítulo anterior, Akçali e Perinçek (2009) tratam, justamente, do pensamento Euroasianista. Este seria encabeçado primeiramente pela Rússia, vindo então, a influenciar os demais países, especialmente a

Turquia, o Irã, a China, os países da Ásia Central e, também, o Paquistão. Estes laços estariam sendo resgatados não somente por laços culturais, como também, através de uma política econômica, necessária após uma percepção comum sobre a década de 1980, onde o restante do mundo ficou cada vez mais sob a grande influência do mundo Ocidental, especialmente dos EUA, que possuem a moeda internacional de maior peso no mercado mundial. As restrições do FMI sobre as economias destes países asiáticos e euroasiáticos faz com que estes busquem uma união para tentar somar forças, após o fim da Guerra Fria. Os líderes que vêm apoiando este movimento são, principalmente, os governos de direita e os ultranacionalistas, que se opõem aos movimentos de globalização dos anos 90.

Com a globalização, uma grande influência estadunidense vem tomando espaço de países menos desenvolvidos e isto, considerando aspectos culturais, pode ser um forte problema para a soberania Estatal a longo prazo.

De fato, os EUA saíram da Guerra Fria com a hegemonia de poder mundial. Contudo, nos últimos 30 anos, houve a possibilidade de fortalecimento de outros poderes, em especial, a China. Especialmente após a crise financeira iniciada nos EUA, em 2008, seu PIB vem crescendo em velocidade menor que o da China.

Diversos autores, como Giovanni Arrighi e Emmanuel Wallerstein buscaram compreender quando e como os impérios caem, dentre eles, os EUA. Não iremos nos ater a esta análise muito profundamente dado o caráter de nossa pesquisa. Contudo, entender que a ordem mundial vem, gradativamente se transformando de unipolar para multipolar, se faz importante neste processo.

Apenas uma década após o colapso da ex-URSS, Ambrosio (2001) já escrevia sobre a busca da Rússia por tornar o mundo em multipolar, uma vez que foi o país mais afetado com o surgimento da ordem unipolar a partir do momento em que os EUA criaram como “aliança hegemônica”, laços com os países do leste europeu, que era de esfera de influência de Moscou no passado (Ambrosio, 2001, p.46). A Rússia se tornou o país líder do ressurgimento do pensamento euroasiático, como forma de se fortalecer novamente enquanto potência regional ao se unir com os países potencialmente fortes em seu entorno euroasiático, criando laços historicamente inéditos, como com a Turquia ou com o Irã, nunca antes cogitados em seu passado imperial, a fim de contrabalançar o peso que os EUA passaram a representar após o fim da Guerra Fria não somente no leste europeu e no Oriente Médio, como também, no globo em seus aspectos mais gerais (Akçali; Perinçek, 2009).

3.2.1 – O combate ao terror e as guerras irregulares como estratégia dos EUA de se manter na Eurásia: A busca pela Segurança Energética

Visacro (2009) destaca que, desde a década de 1990 houve um crescimento de conflitos irregulares, como as Guerras Assimétricas, evidenciadas pelo terrorismo em sua mais famosa forma e, também, as Guerras Híbridas e as Revoluções Coloridas⁷⁰. Temos aqui, portanto, aquilo que ficou conhecido como “o retorno da geopolítica”, ou seja, um maior destaque para conflitos regionais que, dentro da esfera da bipolaridade e do seu momento pós-1989, onde se pensava que a paz reinaria. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, dentre os mais de 80 conflitos de natureza assimétrica, 96% ocorreram durante a década de 1990. Somente entre 1999 e 2000, cerca de 50 incidentes poderiam facilmente ser classificados como “ações de guerra não convencional” (Visacro, 2009, p.7).

Esta associação de que houve um retorno da geopolítica se faz equivocado, uma vez que nunca houve um Estado sequer, em busca de manutenção de seu *Status Quo* ou de questionamento da ordem vigente, que tenha deixado de praticá-la.

Durante muito tempo, todavia, a geopolítica foi um conceito amaldiçoado na política internacional devido às relações com o nazismo e a Segunda Guerra Mundial. Mas ainda assim, os mesmos Estados que demonizam este conceito, atuam sempre de forma a garantir e manter seus poderes, se utilizando de estratégias geopolíticas. Estas estratégias, como vimos, precisaram vir mascaradas de intervenções humanitárias, em defesa da paz e da democracia, já que agir de forma invasiva e imperialista já não era mais bem visto após a catástrofe dos fascismos dos anos 40.

De igual forma, as Guerras Híbridas e as Revoluções Coloridas ganharam força, já que invadir outros Estados abertamente pareceria custoso, pouco prático e antidemocrático. Assim, atuar de forma indireta para atingir objetivos geopolíticos, através da manipulação da opinião pública por meio de algoritmos e vendas de dados de redes sociais, veio como uma boa estratégia para os Estados mais poderosos. Esta, portanto, se tornou como uma estratégia de xadrez, ou seja, de minar de forma antecipada as possibilidades de outros atores virem a desestabilizar o sistema, através de seus crescimentos econômicos, políticos e militares. A forma indireta faz com que estes atores interessados no desmonte de outros Estados ainda em

⁷⁰A Guerra Híbrida mistura técnicas de Guerra Regular ou Convencional com técnicas de uma Guerra Irregular dando origem, portanto, a este nome “híbrida”.

ascensão, não passem a imagem de invasores ou mesmo incoerentes com o conceito de “guerra ao terror”⁷¹. Ou seja, o modelo de guerra irregular teve de ser adotado pelos Estados centrais, no combate aos próprios conflitos irregulares, que ganhavam cada vez mais proporções.

Como exemplo, dentro do conceito de Guerra Irregulares, está a atuação dos EUA no combate à *Al Qaeda*. Este grupo age de maneira irregular apelando para a polêmica de seus atos para que consigam representatividade. Assim, estes grupos civis se utilizam da mídia, das polêmicas e do medo coletivo para atingir seus objetivos. Temos, dessa forma que, apesar de toda a evolução tecnológica desenvolvida durante a Guerra Fria, os conflitos irregulares ainda se mostram como uma ameaça à soberania dos Estados.

A onipresença da mídia, o assédio de organizações humanitárias e a influência da opinião pública sobre a tomada de decisões políticas e militares têm caracterizado um cenário onde exércitos nacionais permanentes, com orçamentos dispendiosos e moderna tecnologia, parecem ineficazes e antiquados (Visacro, 2009, p.8).

Além deste debate apresentado por Visacro (2009), Korybko (2015) traz a discussão sobre o que chama de Guerras Híbridas. Korybko parte do argumento de que a tentativa dos EUA em buscar a manutenção de um mundo unipolar, através das estratégias de Bush pai e, posteriormente, seu filho, com estratégias que não permitiam o questionamento desta ordem por outras potências a médio e longo prazo, contribuiu para o desenvolvimento dos conflitos híbridos.

O autor observou que os conflitos ocorridos na Geórgia, Ucrânia e Síria correspondiam a esta tentativa estadunidense de derrubar governos *de forma indireta*, com objetivo de suas substituições por líderes que seriam seus aliados. Isto, portanto, representa uma estratégia inteligente de se atingir objetivos sem a declaração direta de conflito. O objetivo desta tática é, portanto, causar instabilidades consideráveis dentro de países, como por golpes indiretos, que levariam a conflitos sistêmicos, sob a forma de *Proxi War*.

O autor destaca as “Revoluções Coloridas” e as “Guerras não-convencionais”, como os pilares das Guerras Híbridas. As Revoluções Coloridas consistem em grandes protestos de massa, geralmente pacíficos, contrários aos governos acusados ou supostamente, ditatoriais ou

⁷¹Desta maneira, houve a necessidade de uma adaptação estratégica por parte dos EUA ao modelo de guerra irregular, característico após 1990. Estratégicos, os EUA já se anteciparam. Logo após o fim do conflito, o então presidente dos EUA, George H. W. Bush havia declarado qual seria, a partir dali a nova doutrina estabelecida pelo país: o direito de intervenção em caso de qualquer situação considerada ameaça à soberania norte-americana que estaria, portanto, “a serviço da paz mundial, atuando como defensores da democracia” (FIORI, 2008, p. 38). Isto já seria a ideia precursora da “Guerra ao Terror”, que se iniciaria cerca de 11 anos depois, após o 11 de setembro.

corruptos. Exemplos de como estas manifestações ocorreram são a Primavera Árabe, ou “As jornadas de junho” no Brasil, com as manifestações em massa ocorridas em 2013, iniciando o processo de desmonte do projeto de Brasil Potência. Korybko chama, então, atenção para a influência estadunidense nesses processos⁷².

Esta estratégia busca assegurar a presença estadunidense em regiões que são de suma relevância para a manutenção de seu *Status Quo*. Para sustentar seu crescimento e assegurar sua posição no topo da escala de poder global, os EUA não somente precisam garantir suas fontes de abastecimento energético, como também, poder atuar nas divisões destes recursos entre os países do mundo, evitando que se formem alianças ou fortalecimentos de Estados que fujam do seu controle, podendo colocar em xeque sua posição de *hegemon* na balança de poder global.

Se faz importante aqui, portanto, uma breve discussão geopolítica acerca da relevância estratégica da questão energética para os grandes atores internacionais e como a Turquia vem se utilizando desta ferramenta para atingir seus objetivos de fortalecimento nacional.

Assim como ressalta Michael Klare (2012), as questões relativas à dominância sobre fatores energéticos se tornarão cada vez mais acirradas e o governo turco reconhece exatamente o papel relevante e estratégico que seu país representa nas rotas energéticas que ligam não somente o Oriente Médio, a Ásia e os mares Cáspio e Negro à Europa, como também, sua capacidade em se aproximar de países estratégicos que podem ajudar com que a Turquia retome sua capacidade de influência regional. Estes países possuem interesses em comum, como contrabalançar o poder exercido pelos EUA e pela EU nos seus entornos estratégicos. Podemos observar a parceria estratégica entre Turquia e Rússia através da criação do gasoduto *Turkstream*, inaugurado no ano de 2020.

As questões energéticas, que já possuem um peso muito grande nos conflitos mundiais desde o século passado, se tornarão ainda mais decisivas para o futuro da humanidade sendo, portanto, de extrema importância que os Estados sejam minuciosamente estratégicos no quesito

⁷²Vale destacar aqui que os EUA acusam os russos de atuarem desta forma indireta, através de espionagem ou interferências no resultado das eleições presidenciais de 2016 através de roubo de dados por meio de cyber ataques. Estes modelos representam as “Guerras Futuras”, que estão se moldando nos últimos anos.

energético. Ao que se pode observar, Rússia e Turquia estão se posicionando de forma a construir uma parceria neste sentido.

Klare (2012) ressalta que a questão de dominância sobre fontes energéticas representa também uma questão alimentícia. Graças às fontes de gás e óleos em geral, se pôde sustentar todo o crescimento populacional, uma vez que se tornou possível, através desses meios de produção energética, produzir uma quantidade cada vez maior de comida para sustentar a população mundial neste nível. Ou seja, para sustentar o modelo de vida que o planeta inteiro vive atualmente, depende-se muito das fontes de energias às quais o autor chama de “*easy oil*”, “*easy coal*”, “*easy natural gas*”, “*easy minerals*”, “*easy food*”, “*easy climate*”, que são fontes que, no futuro, não serão mais encontradas facilmente, tornando nosso modo de vida muito mais custoso, perigoso, caro e arriscado.

Isto ocasionará com que haja uma corrida pelas fontes de energia que ainda existem, ou seja, que ainda sobram, por aqueles Estados que possuem meios de explorá-las. Daí sua obra “*The Race for what is left*”. A questão energética vem se acirrando cada vez mais desde a Primeira Guerra Mundial. A corrida pelo acesso ao Golfo Pérsico envolvia Inglaterra, França e Alemanha, que lutava ao lado do Império Otomano (McMeekin, 2013; Kia, 2008; Souza, 2019). De lá para cá, vê-se uma disputa crescente, onde os EUA buscaram estabelecer suas áreas de influência através de países aliados e ricos em recursos energéticos, tal como a Arábia Saudita, além de outros aliados no Oriente Médio, região mundialmente reconhecida como uma das maiores fontes de reserva de gás e petróleo do mundo.

Entretanto, os EUA e a EU precisam lidar com o fato de a Rússia possuir uma gigantesca reserva de gás natural, a qual abastece boa parte da Europa, além de representar um importante ator geoestratégico, contido por todo o século XX até hoje, pelos Ocidentais (Santos; Souza; Bessa, 2019). Além disso, a Rússia também expande sua influência para outros países ricos em gás, tal como a Venezuela.

Klare (2008) traz o debate sobre a corrida energética, configurando a geopolítica energética como parte essencial da estratégia dos Estados, em busca de manutenção de suas soberanias. Seu argumento parte da tentativa de compra de uma empresa energética estadunidense, por parte da China, no ano de 2005, chamando atenção para o fato de que a disputa energética não estaria mais se dando em termos de se colocar um exército em um país e retirar à força suas fontes, mas sim, através do próprio modelo de globalização.

Assim, enquanto se via um mundo globalizado na década de 1990, sob a falsa bandeira de paz perpétua dentro de toda uma conjuntura positiva e de toda a influência liberal que o próprio *hegemon* buscava expandir mundo afora, demais potências vinham acumulando capital dentro desta mesma lógica liberal capitalista. Klare (2008) destaca que no momento de tentativa de compra por parte da China de uma companhia estadunidense, houve um alarde por parte dos homens de negócios e governantes para que a venda não pudesse ser concluída. Isto porque já havia uma desconfiança de que os preços de combustíveis como o petróleo já vinham subindo por conta do alto crescimento populacional chinês e, portanto, de seu consumo.

Isto ia de encontro àquilo que financiou o crescimento dos EUA: justamente o preço baixo dos combustíveis, que fomentaram todo o seu processo de crescimento e industrialização. Klare chama atenção aqui para um ponto, portanto: enquanto os EUA se mantinham positivos por conta de toda a sua representatividade e capacidade militar por todo o globo, havia algo que se devia prestar mais atenção: a geopolítica energética⁷³. É nesta questão que atua Erdoğan, em busca de transformar a Turquia em uma potência energética como parte da estratégia de tornar a Turquia “Grande Novamente.

Temos, desta forma, que a estratégia de Estado adotada pelos EUA no pós-Guerra Fria influenciou na forma como reagiram outros Estados, como a Rússia, principal expoente da derrota da ex-URSS no conflito, ou mesmo a Turquia, aliada dos EUA e da EU na OTAN, que vem buscando a retomada de sua centralidade e capacidade de influência regional. Mais adiante veremos que a Primavera Árabe, enquanto uma tática de guerra híbrida dos EUA para manter governos pró-EUA nos países ricos em recursos energéticos ou importantes para rotas energéticas, acabou influenciando na atuação estratégica da Turquia, que buscou assumir o papel de protetora dos povos islâmicos, como forma de fortalecer seu poder na região do Oriente Médio.

Como visto anteriormente, o movimento euroasiático possui justamente como líder, a Rússia, que busca estratégias para reduzir a influência estadunidense nas suas regiões de interesse. Para tal, a Rússia busca agregar até mesmo parceiros que são, historicamente, seus inimigos, como a Turquia. Este movimento vem ganhando força na medida em que surgem cada vez mais parcerias em termos de cooperação energética e militar entre os países euroasiáticos.

⁷³Tudo isto contribuiu para que outros países, tal como a Turquia, viessem a perceber a importância de se investir neste quesito como parte fundamental de sua estratégia. Isto será abordado no capítulo 4.

Podemos concluir, mais uma vez, que o próprio modelo de ideologia euroasiática, de retomar a capacidade de poder que a Ásia um dia representou, *surgiu como uma reação* à estratégia estadunidense de se fazer cada vez mais presente nesta região.

A seguir, analisaremos os governos turcos do pós-Guerra Fria, a fim de encontrar em que momento a Turquia passou a alterar sua Política Externa, de forma a assumir um papel de maior autonomia com relação ao ambiente internacional.

3.3 – A Turquia no início dos anos 1990: O período em que as Forças Armadas ganharam influência

Conforme se desenrolou no capítulo anterior, continuaremos neste momento com a divisão que Akşin (2010) realizou para definir o processo de tomada de decisão na Política Externa turca. Esta etapa é a última, se desenvolvendo a partir dos anos 90, onde houve um aumento da influência militar nos processos de tomada de decisão na Turquia.

Como visto no capítulo anterior, a Turquia passou por uma série de golpes ou tentativas de golpes de Estado desde os anos 1960 e, o que estava sendo questionado nestes períodos turbulentos era, quase sempre, a influência Kemalista ou não, na forma como o país deveria administrar sua Política Externa.

The eighty-seven-year-old Turkish state has on a number of occasions, faced the dilemma between democracy and transformation of the regime on one hand, and preservation of the Kemalist status quo on the other. Every time there arose doubt about the Kemalist creed, the military, as guardians of the principles and the heritage of Kemal, intervened to readjust or to redress the situation, forcing at times, as in 1960 and 1980, major constitutional-civic changes (Yiallourides; Langides, 2012, p.27-28).

Assim, a maior parte dos defensores das intervenções vinha para reintroduzir e fortalecer novamente o Kemalismo e, para reestabelecer a ordem Ocidental. Toda vez que qualquer dúvida surgia a respeito do Kemalismo, os militares, assumindo o papel de guardiões dos princípios e da herança Kemalista, tal como destacado acima, intervinham para impor novamente a ordem. O que ocorre é que havia também uma influência externa, como a dos EUA, tal como aponta Laçiner (2009): *“The Americans even said that the Turkish military coup was no ordinary coup but a necessary intervention in politics. The ideological background of*

the 12 September Coup leaders also helped to improve relations. Most of the coup generals were proWestern” (Laçiner, 2009, p.172).

Os anos 90 representaram uma mudança drástica nas Relações Internacionais. Mudanças que ocorreram nos arredores da Turquia, influenciaram a forma como o país se relacionava com os demais.

Yeşiltaş (2013) destacou que a partir de 1990 as “ansiedades geopolíticas” mudaram. Em seu artigo “*The Transformation of the Geopolitical Vision in Turkish Foreign Policy*” o autor analisa as mudanças na geopolítica turca, baseando-se na geopolítica a qual chama de “defensiva”, uma vez que a Turquia é um Estado central geograficamente e que sofre das pressões vindas tanto pelo Ocidente como pelo Oriente, pressões estas abordadas nos conceitos geopolíticos apresentados no capítulo um, como os *buffer states*, os *chokepoints* e *gateways*.

Assim, o autor analisa que, durante a Guerra Fria, houve toda uma construção da imagem da ex-URSS como “o outro” e do Ocidente como representação de algo moderno, do qual a Turquia deveria fazer parte uma vez que o imaginário sobre o antigo Império Otomano estava atrelado ao atraso e fracasso⁷⁴. Assim, como novas ansiedades estabelecidas ao final da Guerra Fria, estavam a preocupação com a manutenção do território turco e com sua segurança, bem como com a identidade de sua população. Em sua visão, este foi um período de revisão da segurança, identidade e posição geopolítica central por parte dos seus governantes. Yeşiltaş (2013) destaca também que, neste momento, havia diversas interpretações sobre a forma com a qual a Turquia deveria seguir com sua política externa. Os Liberais econômicos defendiam uma ampla participação da Turquia no mercado internacional, aumentando assim seus laços com outros países, além de sua inclusão no mundo desenvolvido, enquanto os militares demonstravam grande preocupação com a defesa territorial turca (Yeşiltaş, 2013, p.666).

Havia uma preocupação da Turquia sobre as consequências dos conflitos no Oriente Médio, nos Balcãs e no Cáucaso. Estes fatores levaram a um grande investimento em aparatos militares e da influência das Forças Armadas em questões relacionadas à Segurança. A Turquia estava buscando se tornar uma grande liderança regional e, portanto, a confiança nos Militares crescia. Neste momento, tanto os políticos como os militares entendiam que a Turquia era um

⁷⁴Apesar de Yeşiltaş se utilizar de um conceito construtivista, como o caso da “construção da imagem do Outro”, o autor menciona a geopolítica como ferramenta de análise. Assim, temos que essa lente construtivista, agrega de alguma forma à nossa interpretação, porém, não a explica totalmente, uma vez que nos utilizamos das lentes da geopolítica e do realismo, conforme apresentados no capítulo um e conforme ressaltados ao longo desta tese.

fator de grande estratégia para a região. Ali estava o Centro Conjunto de Operações de Paz, onde 32 países estavam recebendo treinamento. As operações da ONU na Somália, Bósnia, Kôsovo e Palestina, além das operações da OTAN, levaram as Forças Armadas turcas a darem mais atenção a estas questões regionais e se envolverem no processo de tomada de decisão (Akşin, 2010, p.44).

Por outro lado, Yeşiltaş (2013) destaca que o fato de a Turquia não ter sido aceita pela União Europeia, apesar de ser membro associado da Comunidade Econômica Europeia desde 1963, colocou em evidência a sua importância para o Ocidente após o fim da Guerra Fria, bem como as preocupações acerca de sua identidade, parte europeia, parte islâmica. Como vimos durante o capítulo dois, desde o início de sua República, havia uma constante busca pela construção da identidade turca, uma vez que o Império Otomano contava com múltiplas culturas, etnias e religiões.

During the late 1990s, however, the aim of the defensive geopolitical discourse was to create a new “Turkish geopolitical zone” to escape from EU democratization demands and security risks from neighboring crisis-prone regions, and in so doing sought to establish a new connection with Russia and other Eurasian powers to counter the USA and the EU. Even though seeking an alternative strategic axis was never a real operational geopolitical code for TFP itself, the discursive influence on the Turkish audience was important. It should also be noted that the search for an alternative axis was based on pragmatism rather than ideology. But the important result of this discourse was to change old geopolitical imaginary from a Western-centered one to a Eurasian-centered one. While the West was still seen as the core identity of Turkey, the geographical core of the geopolitical discourse changed. As a result, the Eurasian geopolitical discourse emerged as a solution to Turkey’s geopolitical sensibility and was constructed as an integral part of defensive geopolitics (Yeşiltaş, 2013, p.667).

Já internamente, sob circunstâncias incertas, uma outra instituição começou a assumir o controle do destino do país e de sua formulação de Política Externa, os militares. Aqui, se pode esclarecer alguns dos motivos pelos quais esta instituição passou a ganhar destaque neste período. No caso da Turquia, como os militares estavam já na própria origem da República, estes possuíam bastante prestígio na cultura e na política turcas. Além disso, a instabilidade no sistema político, a desconfiança generalizada nos partidos políticos e do processo político, a corrupção prevalente, ajudaram os militares a ganhar respeito do público. Cabe ressaltar que, nos anos 80 houve um conflito de pequenas proporções no sudeste da Turquia, ganhando intensidade nos anos 90. Havia um conflito com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), os quais são separatistas e os militares estavam atuantes nesta ocasião. Depois de 1993, houve a adoção de uma estratégia mais agressiva. Este conflito, que se iniciou em 1984,

constituía uma questão de sobrevivência para o país pois trazia um medo de partição territorial e desmembramento desta região por parte dos Curdos, que buscam independência (Akşin, 2010, p.42-43).

O principal motivo de desenvolvimento da importância dos militares neste período foi a “Política da Síntese Turco-Islâmica”, a qual foi perseguida no momento do golpe de 12 de setembro. Essa política levou ao crescimento do Islã Político em meados dos anos 80, ganhando mais expressão nos anos 90. Os militares foram aqueles que lutaram contra o crescimento deste Islã Político e esta luta atingiu seu ápice durante a coalizão entre os partidos “*Welfare-Party*” e “*True Path Party*”, que chegou ao poder em 1996. Assim, os setores da população que defendiam o Estado Secular, apoiaram as Forças Armadas, o que acabou fortalecendo o apoio a estes. Assim, o golpe de 28 de fevereiro, conhecido por muitos como o “golpe pós-moderno”, e que resultou no colapso desta coalizão, foi aceito sem muitos questionamentos, em geral (Akşin, 2010, p.43).

Além disso, Çakır e Akdağ (2016) destacam que neste momento, a Turquia deixou de praticar uma política de defesa da integridade de seu território e Ocidentalização de sua Política Externa, para praticar uma política mais assertiva e de ativismo multilateral quando decidiu deixar sua neutralidade e participar da Guerra do Golfo em 1990. Essa decisão marcou uma mudança na forma como a Turquia lidava com os assuntos no Oriente Médio.

3.3.1 – Süleyman Demirel (1993-2000)

Murinson (2012) destaca que os presidentes vindos após o fim da Guerra Fria possuíam algo em comum: “*Turkey needed to return to its historical home, i.e. to fortify its position in the Middle East, improve its historical links with the newly-independent Turkic states, and ease tensions with its Russian neighbor*” (Murinson, 2012, p.10-11).

Ou seja, para retomar sua força, era imperativo que a Turquia retornasse ao seu papel histórico, como representante de uma potência regional. Este movimento havia se iniciado com Turgut Özal e, ainda que com algumas diferenças, havia ganhado continuidade com os governantes seguintes. Veremos a partir daqui, que essa busca pelo resgate às raízes otomanas pode estar relacionada, ou não, com um resgate da religião na política e na sociedade. Aqui, no caso do presidente Demirel, não houve uma quebra do secularismo, mas já havia o pensamento presente de um resgate ao forte passado otomano como estratégia de Política Externa.

Demirel havia sido Primeiro-Ministro da Turquia por sete vezes antes de se tornar presidente. Durante sua carreira, foi um grande defensor do secularismo e das ideias de Kemal Atatürk. Sofreu em sua carreira política nos golpes de 1960 e 1980, quando todos os partidos foram abolidos durante o período militar e onde, junto com vários outros políticos, perdeu o direito de atuar na política⁷⁵. Após este período, no fim da década de 1980, os políticos voltaram a poder atuar e, assim, Demirel se tornou o presidente logo após Özal, do qual era bastante crítico.

Diante do cenário de que as corporações assumissem um papel mais proeminente nas Relações Internacionais, com as mudanças vindas com a Rodada de Uruguai (1987-1994), Demirel teve de seguir uma Política Externa mais voltada para diversificações econômicas e culturais, de modo a inserir melhor a Turquia no cenário global da “Nova Ordem Mundial”, do que se preocupar, de fato, com questões de segurança. Entretanto, enquanto Demirel manteve as relações próximas com o Ocidente, como com os EUA e com a Europa, dado seus laços com a OTAN, também se aproximou dos Estados túrquicos da Ásia Central, que haviam permanecido sob o guarda-chuva da ex-URSS e, também, desenvolveu relações mais próximas com os países dos Balcãs, Cáucaso e do Oriente Médio, em termos de bases econômicas e culturais (Kürkçü, 2019, p.159-160). Na citação abaixo, podemos ver a análise do autor sobre como ficaram os Estados vizinhos da Turquia após o fim da Guerra Fria:

If the question of “which part of the world was mostly affected by the end of Cold War?” is asked, undoubtedly the first answer in minds would be Turkey's neighbours and its close geography; namely, the Balkans, the Caucasus and the Middle East. As Robins stated, all status quo was disrupted in the neighbouring region of Turkey which did not leave the status quo. The states under the Soviet influence in the Balkans created a new status quo by regaining their independence, Western phobia developed under the axis of Israeli opposition in the Middle East Arab countries and their approach towards Russia took a new phase under the axis of clash of civilizations with the west. In the Caucasus, after the soviet experience, a new era with conflicts and tensions began to escalate due to the concerns for new Russian Federation's possible policies against the independence process. While the Balkan countries were striving to integrate into liberal Western world through detaching themselves from the soviet experience, they were being shaken by ethnic tensions, historical and chronical problems. This, in return, deeply affected Turkey's foreign policy towards the region and Greece took its place again as the main agenda (Kürkçü, 2019, p.160).

O *Status Quo* de todos os países e regiões ao redor da Turquia mudou significativamente com o fim da Guerra Fria, e isso afetou diretamente a forma como o país se relacionaria com seus vizinhos. Conflitos na Armênia, Azerbaijão e Nagorno-Karabakh, desde 1988, também

⁷⁵Ver mais em: <https://biography.yourdictionary.com/suleyman-demirel>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

moldariam a Política Externa turca que, não podia interferir muito para não provocar a entrada da Rússia no conflito, a qual agiria em defesa destes. Entretanto, a Turquia acabou se envolvendo nestas questões, no início dos anos 1990, devido a preocupações fronteiriças. Além disso, a Rússia praticava a “*Near abroad Doctrine*” para tentar reaproximar de sua área de influência, os países que foram parte da URSS. Além disso, a UE assumiu o domínio dos EUA sob o guarda-chuva da OTAN, dificultando resoluções sobre crises no Chipre e no Mar Egeu com a Grécia, que passou a atuar de acordo com os EUA (Kürkçü, 2019).

Os conflitos regionais ganharam mais proporção, em especial no Oriente Médio, como com a guerra entre Irã e Iraque, a invasão do Kuwait pelo Iraque, somando-se ao conflito de Nagorno-Karabakh, tudo isto gerando problemas transfronteiriços e de imigração para a Turquia, que precisava se preocupar, desta forma, com sua segurança.

Demirel também se aproximou do Casaquistão, em 1996, a fim de fortalecer os laços bilaterais entre os dois países e, também, negociar a criação de um gasoduto desde o país até a Rússia, no porto de Novorossiisk, no Mar Negro. Também houve uma aproximação com o Irã, país que Demirel considerava ter laços próximos com a Turquia devido à cultura e religião. Com a Romênia, houve a assinatura de um acordo de livre comércio em abril de 1997. Já com a Polônia, Demirel foi um dos expoentes em apoiar a expansão da OTAN, através da promoção de uma parceria estratégica com esse país⁷⁶.

A Turquia, portanto, passou a adotar um maior ativismo multilateral durante este período. Além dos casos supracitados, sua participação na Zona de Cooperação Econômica do Mar Negro e em operações de paz da ONU são exemplos do exercício deste ativismo. Cabe ressaltar que a Turquia se mostrou mais assertiva ao ter relações hostis com a Síria e Iraque, caracterizados pelo uso da força e de poder militar (Çakır; Akdağ, 2016).

Em resumo, se pode dizer que o governo de Demirel foi cauteloso e de aproximação prudente com seus vizinhos, sem muitas aventuras e sem muita atuação imperativa no âmbito externo: “*When looking at Demirel’s foreign policy priorities, it is seen that his cautious and prudent approach away from risky adventure was consolidated with his active role in prospering the peace and seeking for cooperation with big powers in conflictual issues*” (Kılıçoğlu, 2016, p.253 *apud* Kürkçü, 2019, p.205).

⁷⁶Demirel’s biography. Disponível em: <https://biography.yourdictionary.com/suleyman-demirel>. Acesso em: 22 de julho de 2022.

3.4 – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO ENTRE O KEMALISMO E O ERDOGANISMO

3.4.1 – Ahmet Necdet Sezer (2000-2007)

Sezer foi o décimo-quarto presidente da Turquia e vinha de carreira jurídica, trabalhando na Corte Constitucional turca durante a década de 1980. Foi durante seu governo, que Erdoğan se tornou Primeiro-Ministro, no ano de 2002. A partir daí, a Turquia iniciou sua movimentação em direção ao neo-Otomanismo, ainda que de forma tímida. Este posicionamento, diferentemente do que foi apresentado com Kemal, abriu mais espaço para o islamismo retornar ao cenário turco, inclusive para ser utilizado como ferramenta política⁷⁷ enquanto um *soft power* (Murinson, 2012).

Podemos dizer, que foi neste governo que passou a haver uma transição, de fato, entre o que seria o modelo de Atatürk, com relação ao que se pensava sobre aproximações com a Europa, e o modelo que temos hoje com Erdoğan, de uma busca por uma autonomia e independência da Turquia, sem estar atrelada às necessidades de se aproximar do Ocidente como estratégia de fortalecimento nacional, algo que seria incoerente com o tema do resgate do neo-Otomanismo.

Dentro deste governo, estavam no poder, ao mesmo tempo, Ahmet Sezer, que defendia o secularismo e, Erdoğan, o qual era temido pelo presidente, pelo fato de que sua figura poderia colocar em risco o sistema secular turco⁷⁸.

Neste momento, Ahmet Davutoğlu, bem como apresentado no capítulo dois, por ser um dos expoentes do neo-Otomanismo, ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores, ditando aqui, os rumos das relações da Turquia com o mundo exterior, neste período. O ministro via a Turquia como um ator multidimensional e que deveria atuar na sua Política Externa, de maneira condizente. Davutoğlu, assim, ressaltava a posição estratégica turca, como um país chave na Eurásia, bem como nas teorias geopolíticas apresentadas no capítulo um. Ele destacou que, assim como a Rússia, a Alemanha, o Irã e o Egito, a Turquia não podia ser explicada ou

⁷⁷Sobre o uso da religião como ferramenta política, Joseph Nye disse: “*Religion is a double-edged sword as an American soft-power resource, and how it cuts depends on who is wielding it*” (Nye, 2004, p.59).

⁷⁸“*The political regime of Turkey has not faced such a danger since the founding of the republic. The activities aimed against the secular order and efforts to bring religion into politics are raising social tensions*”. Fala de Sezer ao jornal Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-turkey-president-idUKL1325086720070413>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

entendida por sua associação somente com uma região, mas sim, com todas as regiões com as quais se relaciona e pertence simultaneamente.

In terms of geography, Turkey occupies a unique space. As a large country in the midst of Afro-Eurasia's vast landmass, it may be defined as a central country with multiple regional identities that cannot be reduced to one unified character. Like Russia, Germany, Iran, and Egypt, Turkey cannot be explained geographically or culturally by associating it with one single region. Turkey's diverse regional composition lends it the capability of maneuvering in several regions simultaneously; in this sense, it controls an area of influence in its immediate environs (Davutoğlu, 2008, p.78).

Davutoğlu destacava, também, que a Turquia não representava uma ponte entre o Oriente e o Ocidente, mas sim, que era um país central. Podemos inferir aqui, que o então Ministro queria tirar a Turquia do papel de um simples *Buffer State*, tal como esta representou aos países europeus ao longo da Guerra Fria, trazendo-a de volta ao palco de sua real importância geoestratégica. Além disso, ressaltou cinco princípios interdependentes que deveriam guiar a Política Externa turca. Seriam eles: 1) A democratização sem colocar a risco a Segurança e a estabilidade do país, ou seja, aumentar a esfera de liberdades e fortalecer a legitimidade da política doméstica; 2) Boas relações com seus vizinhos, enfatizando que não deveria haver nenhum problema com eles; 3) Políticas proativas, multinacionais e complementares; 4) Um novo estilo diplomático, com mais auto-confiança; 5) A transição de um Estado estático para um Estado mais ativo, aumentando a influência da Turquia nas organizações internacionais para se tornar um poder global. Para isso, o trabalho de diplomatas e políticos, bem como de serviços de inteligência, precisariam de uma transformação de suas mentalidades, de pensar de forma mais ocidentalizada e passar a considerar os aspectos orientais também que o país possui. Para Davutoğlu, as múltiplas identidades que pertencem à Turquia, levariam a um aspecto multidimensional também em sua Política Externa, evitando assim, que uma cultura se sobreponha à outra.

Basic conviction that Turkey is not a bridge, but a central country (merkez ülke) is a crucial element in Davutoğlu's perception. Upon these premises, in an article titled 'Turkey should become a central country' that appears in Radikal, a daily Turkish newspaper he asserts what Turkish foreign policy should be based on by five interdependent principles (2004): 1. Democratization without risking security and stability (broadening the sphere of freedoms and strengthening domestic political legitimacy); 2. Good relations (zero problem) with neighbors; 3. Proactive, multinational, and complementary policies; 4. A new diplomatic style (self-confidence); 5. Transition from static diplomacy to rhythmic one (to increase the influence of Turkey in international organizations to become a global power). Davutoğlu suggests that in order to achieve these goals, not only the diplomats and politicians but also the intelligentsia of Turkey need transformation in mentality; thus he depicts such characteristics as, 'in Eastern platforms one who is not uneasy with her/his eastern identity, but is able to face up to this identity and can produce thesis

and solutions in that identity; in Western platforms one that has assimilated Western notions and is capable of debating on Europe's future with a European view' (Davutoğlu 2004). According to Davutoğlu, Turkey's multiple identities yield a multidimensional foreign policy that seeks to avoid privileging one relationship over another. To the extent that Turkey commands more influence in its own near abroad, it will have a stronger position with respect to other power centers as well as global powers (Gözaydin, 2013, p.55).

Assim, temos que Davutoğlu buscava criar uma nova mentalidade não somente dentro da Turquia, a respeito do papel que o país representava no globo, como também, a percepção que outros países possuíam da Turquia. A ideia, era trazer de volta ao país, uma forte identidade, promovida pela sua centralidade, e não somente um *Shatterbelt*, um *Gateway* ou Estado-tampão, fadada a ser parte de um jogo estratégico entre as Grandes Potências, sem uma autonomia que pudesse trazer desenvolvimento ao país, tal como apresentado no capítulo um (Kelly, 1997; Cohen, 2014).

Assim, temos aqui algo muito importante. Davutoğlu, enquanto Ministro de Relações Exteriores, trazia a geopolítica para a centralidade do seu argumento. A Turquia precisava retomar seu papel central, autônomo e deixar de ser apenas um escudo para impedir que os Estados ao seu redor entrassem em conflito direto, ou que os problemas do Oriente Médio atingissem a Europa. O objetivo era transformar a Turquia em um importante *player* internacional. O então Ministro também ressaltava que a Turquia devia assumir seu papel global, se relacionando com países desde o Chile à Indonésia, da África até a Ásia Central e da União Europeia até a Organização de Cooperação Islâmica e assim ocorreu durante o governo do AKP, onde a Turquia expandiu suas relações com o Oriente Médio, Ásia Central e África.

As such, Ahmet Davutoğlu, the former Minister of Foreign Affairs, suggested a global role for Turkey and claimed that Turkey would engage with countries from Chile to Indonesia, from Africa to Central Asia and from the European Union (EU) to the Organization of Islamic Cooperation. Accordingly, many scholars argued that under the rule of the AKP Turkey's involvement in different domains has increased, and Turkey has extended its relations from Middle East and Central Asia to Africa (Çakır; Akdağ, 2016, p.3).

Neste momento, as revoluções de Jasmin na Tunísia, Líbia e Egito, chamavam a atenção para a importância do papel que a Turquia poderia vir a assumir, como um Estado-chave no âmbito internacional. Isto veio a se repetir em 2011, com a Primavera Árabe, quando esperava-se que a Turquia seria a defensora das nações islâmicas e das insurreições populares. Assim, temos que a Turquia deixou de ter um papel mais ativo com o Ocidente e passou a ter uma aproximação com seus vizinhos árabes também.

Dentro do âmbito de utilizar a religião como um instrumento de *Soft Power*, em termos geopolíticos, parte da elite turca invocou a noção de “Maçã Vermelha” ou, em turco, *Kizil Elma*. Esta noção era de que a dominação turca sobre o mundo islâmico era inevitável. Esta noção está claramente atrelada ao fato de que a Turquia é a principal representante do maior império islâmico já existente. E este movimento se configurou como uma oposição à política estadunidense de George W. Bush de que a região do Grande Oriente Médio, entre a Ásia Central e o Magreb era de suma importância para a estratégia de manutenção do *Status Quo* dos EUA no pós-Guerra Fria. Esse pensamento estava contrário ao que Atatürk pregava. Para o pai dos turcos, a Turquia deveria evitar qualquer tipo de grandes desejos em sua Política Externa, onde o único grande sonho turco deveria ser o de “europeização” (Murinson, 2012, p.11-12).

Seguindo os níveis regionais, podemos dizer que dois fatores principais influenciaram a Política Externa turca: o vácuo de poder deixado pela Guerra do Golfo, em 1991 e a Guerra do Iraque, em 2003. Depois, temos a deterioração dos problemas com os Curdos e a dinâmica, sempre em mudança, do conflito entre árabes e israelenses. Neste sentido, a Turquia assumia um papel de mediadora para os conflitos regionais, especialmente no período anterior à *Operation Cast Lead*, em Gaza durante o inverno de 2008-2009. Neste período, houve uma redução da influência dos EUA na região, deixando os turcos com a percepção de que os EUA não representavam um aliado tão forte assim para a Turquia, especialmente, quando se tratava de um reforço sobre a Questão Curda entre os anos de 2003 e 2007. Cabe lembrar que, neste período, em 2004, a Turquia se candidatava a fazer parte da EU, algo que se tornou fruto de frustrações para o país, que enxerga cada vez mais no mundo muçulmano, uma possibilidade de ganhar um papel de destaque. Todas essas tendências, no sentido de afastar-se o Ocidente, exerceram poderosa influência no exterior da Turquia e na sua política doméstica (Murinson, 2012, p.4).

De acordo com a passagem seguinte, a doutrina de Davutoğlu destaca a solidariedade muçulmana e o conceito transnacional de Ummah, que seria a comunidade muçulmana, representando uma fonte de orgulho para os turcos muçulmanos. Dentro desta ideia, o AKP propôs uma agenda global com o objetivo de tornar a Turquia uma grande potência global até 2023, o ano do centenário da República. Este ano marcou também a reeleição de Erdoğan. Murinson (2012) destaca que no período anterior à consolidação do poder pelo AKP (2002-2007) não houve a proclamação de slogans sobre a “restauração do império” ou “o novo grande império”. Contudo, recentemente Davutoğlu teria revelado a sua atitude neo-otomanista. Em

suas palavras: “A Turquia poderia tornar-se uma união de nações tal como a união da Grã-Bretanha com as suas antigas colónias. Por que não deveria a Turquia reconstruir a sua liderança nas antigas terras otomanas nos Balcãs, no Médio Oriente e na Ásia Central?”

The Davutoğlu strategic depth doctrine, while placing less emphasis on nationalism than the traditional Kemalist ideology, stresses Muslim solidarity and the transnational concept of Ummah, the Muslim community. The national spirit can be described as a source of pride for the Turkish Muslims, for its heritage and tradition of craftsmanship and hard work. The Turkish people feel emboldened to lead other Muslim nations on the path to the Western standard of living, representative democracy, and modernity. These broad concepts summarize the spirit of neo-Ottomanism. The politicians, represented by the inner circle of the AKP who embraced this vision, have a long-term global agenda with the goal of making Turkey a major global power by 2023, the centennial year of the Republic. This new Turkish elite is implementing this program with zeal, dedication, and sophistication. If, in the period before the consolidation of power by the AKP (2002-2007), none of these policy makers proclaimed the slogans about the “restoration of the empire” or “the new great empire,” recently Davutoğlu revealed his neo-Ottomanist vision: “Turkey could become a union of nations just like Britain’s union with its former colonies,” he said. “Why shouldn’t Turkey rebuild its leadership in former Ottoman lands in the Balkans, Middle East, and Central Asia?” (Murinson, 2012, p.12-13).

3.4.2 – Abdullah Gül (2007-2014): A chegada do AKP ao poder

Gül foi o décimo primeiro presidente da Turquia, nomeado pelo partido AKP. Neste momento, havia especulações sobre Erdoğan já ser o candidato pelo partido, o que provocou intensa reação dos secularistas, mas somente após Gül, que Erdoğan assumiu a presidência.

Sua eleição o marcou como o primeiro presidente relacionado com partidos islamistas. Por isto, alguns jornais trataram este período como a “nova era da política turca”. Gül também foi o primeiro presidente turco a visitar a Armênia, buscando com o então presidente armênio, Serzh Sarkisian, uma solução para a questão do genocídio armênio. Segundo Gül, a Armênia, a questão do Chipre e os Curdos seriam os principais alvos de atenção de seu governo (Maclean, 2014). Entretanto, ambos os parlamentos se recusaram a assinar o acordo entre os dois países a respeito disto. No Oriente Médio, Gül se posicionou contrário a Israel, afirmando que se o país não mudasse seu posicionamento com os palestinos, Israel seria criador de mais um *Apartheid*, que iria acontecer dentro dos próximos 50 anos (Hishmeh, 2011)⁷⁹.

I believe if Turkey is to be an important country in the region, then we must have peaceful, normal relations with all our neighbours including Armenia. Keeping apart

⁷⁹Ver mais em: <https://www.eurasiareview.com/04052011-how-israel-can-avoid-being-an-apartheid-state-oped/>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

makes no sense. We made strong overtures to Armenia. When I was foreign minister, I worked hard, and still work hard, and I haven't given up this. We opened our archives and sent a challenge to the whole of the Caucasus to open theirs, and we said to any interested Turkish- or Armenian-Americans that together we can form a committee and go through the old archives. This was a real and serious challenge. We called out to all Armenians saying that we are ready to meet, and will accept anyone into the group. This could have made a family among American-Armenians who are divided. People in many countries supported this project. When Sarkisian became president, I sent him a warm letter of congratulations and showed my reasons to work to solve the problems. I was the first to take this step; later on he sent me a message; it was warm and friendly and I replied that we needed to normalize (Gül, 2011 apud Maclean, 2014, p.270-271).

Durante seu governo também houve uma aproximação com Bashar Al-Assad, na Síria. Gül foi o primeiro presidente turco a visitar Aleppo, em maio de 2009. Neste mesmo ano, as fronteiras entre os dois países foram abertas dentro de um contexto de *boom* de trocas comerciais não somente entre ambos, como também, regionais. Ademais, com um diálogo melhor entre os países do Oriente Médio, Istambul tornou-se palco de conversas diplomáticas entre países da região, como entre Síria e Israel. O ambiente para boas relações entre os Estados da região estava se moldando, inclusive, com boas relações com os EUA. Como exemplo, temos que, mesmo sob o ataque de Israel em Gaza no final de 2008, a Síria decidiu não reagir de forma muito incisiva pressionando, então, os libaneses do Hezbollah a não retaliarem os israelenses. Isto foi um grande resultado da extenuante diplomacia turca. Gül também buscou estabelecer boas relações com o Irã, com uma série de diálogos diplomáticos. Em 2010, quando a ONU rejeitou as propostas da Turquia e do Brasil para a "Declaração de Teerã"⁸⁰, houve um grande desapontamento neste sentido. Para o presidente turco, as aproximações com Teerã representavam um importante direcionamento para a construção de confiança com o Irã. Esta declaração visava abrir o caminho para a resolução pacífica do arquivo nuclear do país. Quando a Primavera Árabe eclodiu, Gül buscou defender o discurso de democratização, mas não foi muito atuante no conflito, dentro do contexto defendido por Erdoğan e Davutoğlu, de “não ter problemas com os vizinhos” (Maclean, 2014).

Mesmo perante os ataques de Israel a Gaza, Gül optou por uma retórica não inflamatória, com posicionamentos menos incisivos, mesmo condenando o uso militar para atingir objetivos, tal como Israel vinha realizando. Entretanto, dentro da Turquia o sentimento

⁸⁰Os desentendimentos entre EUA e Irã foram crescendo e se tornando uma questão internacional tão relevante sobre a questão a respeito das pesquisas nucleares, que foi proposta uma mediação entre os países que ficou conhecida como a Declaração de Teerã, levando ao envolvimento entre Brasil e Turquia como mediadores do contencioso, com a aquiescência estadunidense. Não somente este documento não foi acolhido pela ONU, como também, foi sucedido por uma série de embargos, ainda maiores, ao país.

de hostilidade contra os israelenses ia crescendo, sobretudo, após um ataque realizado por Israel, que matou nove manifestantes turcos, em Tel-Aviv. Este fato mudou substancialmente as relações entre Turquia e Israel, onde Gül afirmou que “com o tempo Israel iria entender a gravidade da situação criada entre os dois países”, uma vez que isto influenciou em muito a opinião pública e ganhou repercussão internacional, dificultando as relações entre os países da região. Somente em 2013, após a Turquia insistir por um pedido de desculpas pela parte de Israel, e após Barack Obama buscar mediar esta situação, que o presidente Netanyahu ligou para Erdoğan pedindo desculpas (Maclean, 2014).

Nossa intenção em descrever tão detalhadamente a questão entre Turquia e Israel, é evidenciar como que o partido AKP se posicionava no início de seu governo. Apesar de Erdoğan ter sido Primeiro-Ministro, desde 2002, a situação se torna mais evidente com um presidente do partido no poder, a partir de 2007, junto a Erdoğan enquanto coliderança. Com ambos do partido governando a Turquia, a situação passa a se tornar mais clara. Aqui, portanto, podemos ver um discurso bastante diplomático, sem problemas com os vizinhos, uma busca pela resolução diplomática de conflitos e uma atuação internacional moderada, com aproximação cultural com os Estados vizinhos e nenhuma disputa interestatal.

Entretanto, o país vinha lutando desde 2003 contra uma organização chamada Ergenekon, em inglês “*Allegation*”, que lutava para tirar Erdoğan do cargo de Primeiro-Ministro. A organização era marcada por ser Kemalista, ultranacionalista e ultrassecular, reunindo civis e militares. O objetivo era causar o caos dentro do país, atuando por trás das instituições com o objetivo de causar grande desordem, a qual justificaria uma intervenção militar que retomaria a Turquia aos rumos kemalistas novamente. Este movimento também representava uma reação ao fato de que, quando o AKP venceu as eleições gerais em 2002, os militares foram excluídos das decisões políticas e impedidos de participar das decisões sobre a externa turca, que passou a ser cada vez mais ditada por civis (Cizre, 2010).

Inicialmente, o partido evitou o confronto direto com os EUA e declarou a entrada na UE como o seu principal objetivo. Naquele momento, houve uma tentativa de os EUA pressionarem as capitais europeias, sobretudo, Bruxelas a fim de agilizar o processo de integração com a Europa em busca de uma cooperação turca na Guerra do Iraque. Os esforços estadunidenses não foram o suficiente para que a Turquia aderisse à EU e, acima de tudo, a Turquia impediu o acesso dos EUA em seu território com intenções de realizar operações militares na guerra. Estas constantes decepções com o Oeste fizeram com que a Turquia

buscasse alternativas para parcerias em termos internacionais, tal como foi com a aproximação com a Rússia para a construção do *Blue Stream*, um gasoduto importante para o abastecimento de gás natural para a Turquia naquele momento (Murinson, 2012).

Cabe ressaltar que, concomitantemente a este movimento de pendulação turca ao leste após estas tentativas frustradas, a política dos EUA se encontrava menos direcionada ao Oriente Médio e mais direcionada à Ásia, onde a administração Obama criava a sua doutrina chamada “*Pivot to the Asia-Pacific*”⁸¹ (US Department of State, 2011⁸²).

Assim, ao final de seu governo, houve a revolta do Parque Gezi, em 2013, quando manifestantes protestaram contra a transformação do parque em um shopping que representaria uma réplica do quartel otomano. As manifestações eram, inicialmente por motivos ambientais, contra a destruição de uma das poucas zonas verdes de Istambul e foram brutalmente retaliadas pelo governo turco. Gül estava neste momento no Turcomenistão e foi surpreendido quando retornou ao país, solicitando que a polícia reduzisse o uso da força, buscando por mais moderação. Gradativamente, os protestos ganharam proporções nacionais, com a adesão de mais cidades, onde um grupo cada vez maior reunindo mulheres, a esquerda mais radical, o grupo Muçulmanos Anticapitalistas, a comunidade LGBT e, sobretudo, os Curdos, protestava contra o governo de Erdoğan, contra seu autoritarismo cada vez maior e contra a violação dos direitos democráticos. Erdoğan reagiu acusando o Twitter de ser um grande meio alastrador de problemas, que reunia as parcelas mais radicais da sociedade. O partido HDP, que surgiu pela luta por mais direitos do povo curdo acabou por se tornar um local de reunião e acolhimento de todos estes grupos, se tornando o símbolo, também, de acolhimento para várias minorias étnicas, após os acontecimentos no Parque Gezi, colocando o país em um cenário de iminente guerra civil (Maclean, 2014).

A resposta de Gül foi defender a democracia, ressaltando que a democracia não se tratava apenas de eleições, mas sim, de atitudes durante o governo. Erdoğan, no Marrocos neste momento, respondeu que não entendia do que esta mensagem de Gül se tratava. Quando

⁸¹Sob esta orientação, os EUA voltariam suas atuações mais para a Ásia, buscando obter mais influência em regiões de interesse da China, e se preparando para um possível conflito com a China, dentro da estratégia militar que ficou conhecida como “*AirSea Battle*”, posteriormente renomeada para “*Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons (JAM-GC)*”, no ano de 2015. Esta doutrina veio depois de Obama declarar que o Mar do Sul da China seria também de interesse estadunidense em resposta ao governo chinês estabelecer que esta região era de interesse primordial para a China (Air-Sea Battle Office, 2013). Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/ASB-ConceptImplementation-Summary-May-2013.pdf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

⁸²Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/176999.htm>. Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

retornou ao país, Erdoğan respondeu com uma comparação com o que os EUA fizeram nos movimentos em Nova Iorque: *“Those who try to lecture us, [...] what did they do about the Wall Street incidents? Tear gas, the death of seventeen people happened there”*. (Maclean, 2014, p.304).

Para concluir este subtópico temos que, ainda em 2013, havia uma busca por boas relações entre a Turquia e o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), onde Erdoğan negociava a paz com o grupo e a retirada das unidades militares do país. Já a oposição, o partido CHP, contestava estas boas relações com o PKK, acusando o AKP de permitir e aceitar acordos com terroristas. Com relação à política de zero problemas com seus vizinhos, que poderia ser vista como algo positivo para a Turquia, acabou criando uma visão internacional negativa para o país, que muitas vezes passava a imagem de colaborar com os governos autocráticos dos seus vizinhos, especialmente após a eclosão da Primavera Árabe, em 2011. A exemplo, temos que a Turquia priorizou suas relações comerciais com a Líbia e, inicialmente, não se posicionou contra Gadaffi e, posteriormente, teve de ceder às pressões da OTAN para as operações militares, que visavam criar uma zona de exclusão aérea no país. Entretanto, Erdoğan persistiu em buscar uma solução diplomática para a questão, ao mesmo tempo em que forneceu ajuda financeira aos rebeldes líbios. Ainda neste contexto de zero problemas com os vizinhos, quando o jato F-4 turco foi abatido em território sírio em 2012, a Turquia invocou o artigo IV da aliança para a defesa mútua em caso de ataque a um dos países membros. Outra questão é a disputa com o Irã sobre a influência sobre o Iraque, além das disputas pelo controle de regiões ricas em petróleo. Tudo isto relacionado à questão curda, onde este povo busca criar seu Estado em meio a toda a desordem e instabilidades criadas com a Primavera Árabe, somado à falta de um poder central fortalecido, como no caso da Síria, às margens da fronteira com a Turquia, agravam cada vez mais a dificuldade em manter zero problemas com seus vizinhos (Murinson, 2012).

3.5 – Considerações Parciais

Este capítulo buscou apresentar as razões e evidências para as mudanças na Política Externa turca nos períodos antecedentes ao governo de Erdoğan. Para isso, foram apresentadas questões não somente internas à Turquia, como também, do cenário internacional.

O ponto de partida deste capítulo foi o fim da Guerra Fria, onde houve uma mudança na distribuição de poder global a partir do fim da bipolaridade e início de uma tendência unipolar que, posteriormente, tendeu a uma multipolaridade. A própria resposta dos EUA a este

novo cenário acabaria por semear a reação de muitos Estados, dentre eles a Turquia, contra suas manifestações em busca de manter seu *Status Quo*. Ou seja, a partir do momento em que os EUA tentam se fazer mais presentes nestas regiões visando combater o fortalecimento de Estados que pudessem futuramente se unir contra si e, não havendo mais a necessidade de um alinhamento tal como havia durante da Guerra Fria, os Estados começaram a reagir, cada um à sua maneira. Dentro dessa estratégia estava colocar a Eurásia sob o seu guarda-chuva e isto levaria à diversas reações. Algumas destas foram alinhadas, como por exemplo, o renascimento do pan-euroasianismo, entre Turquia e Rússia. A proposta aqui era reviver um passado onde estas representavam grandes potências resgatando não somente laços culturais como também, econômicos. Neste momento, muitas questões nacionalistas vieram à tona, ou seja, o fim da Guerra Fria não representou um espírito globalizado de cooperação.

Dentro deste contexto, o então Ministro Davutoğlu viria sustentando o AKP, que se tornaria o partido líder em pouco tempo. Para ele, a Turquia tinha que deixar de representar somente uma ponte entre o Ocidente e o Oriente, assumindo de fato o seu papel como Estado Central e sua devida importância estratégica. Como apresentado, o 11 de setembro proporcionou à Turquia de assumir seu protagonismo na medida em que seria capaz de servir como ferramenta de suporte ao Ocidente ao dialogar com o mundo islâmico. Posteriormente ficou mais clara a política de Bush, a qual não visava diálogo com estes países, mas sim, transformar a Turquia em um “Cavalo de Troia” no Oriente Médio, capaz de destruir não somente a *Al Qaeda* no Iraque, como também outros potenciais inimigos para os EUA. Neste momento, os EUA se utilizariam da “Guerra contra o Terror” para se infiltrar nas regiões da Eurásia consideradas estratégicas para a sua Defesa Nacional e, uma das razões, como bem ressaltou Michael Klare, era a “corrida pelo que sobrou”, ao se referir à luta que será cada vez mais acirrada em busca de recursos energéticos que possam sustentar países centrais que desejam manter ou ampliar seu desenvolvimento e consequente posição no Sistema Internacional.

É importante ressaltar, além das transformações globais na dinâmica de poder internacional neste capítulo mencionadas, que toda a geopolítica ao redor da Turquia se transformou nesse período, fazendo com que o governo turco passasse a ter novas ansiedades geopolíticas. Afinal, as regiões que mais foram afetadas com o fim da Guerra Fria tinham sido aquelas em torno da Turquia, onde havia Estados que não estavam mais sob a guarda da ex-URSS, ganhando assim um novo *Status Quo*, os países do Cáucaso e dos Balcãs igualmente. Surgia, assim, uma preocupação com a sua integridade territorial, com sua segurança e com sua

identidade diante de tantas movimentações ocorrendo ao seu redor. Este foi um período analisado por Yelsitas como um período de revisão, portanto.

Preocupados com os conflitos se desenrolando ao seu redor, os líderes turcos buscaram, então, reafirmar o papel turco de líderes na região. Contribuiu para isso o fato de a Turquia não ter sido aceita para entrar na UE mesmo após longas discussões, o que fez com que seus governantes começassem a questionar a real amizade turca com o Ocidente, dando espaço para um discurso geopolítico mais defensivo. A solução, portanto, seria se aproximar da Rússia e de outros países euroasiáticos para contrabalancear a força da Europa e dos EUA nesta região. Assim, Murinson (2012) veio a destacar que os presidentes vindos após o fim da Guerra Fria viriam com esse propósito comum que era o de retornar a Turquia à sua posição histórica, de fortificar sua posição no Oriente Médio e melhorar suas relações com outros estados túrquicos, além de suavizar sua relação com a Rússia. Murinson (2012) analisou esse momento como aquele em que a Turquia buscou projetar a imagem de um poder global em ascensão, juntamente ao pensamento nutrido com as ideias de revisão da sua capacidade imperial.

Estas seriam as bases para a projeção de poder do AKP e de Erdoğan, o qual já fazia parte dos governos anteriores enquanto Primeiro-Ministro, que serão abordadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

O GOVERNO DE RECEP TAYYIP ERDOĞAN (2014-2023)

Até aqui apresentamos todos os governos anteriores a Recep Tayyip Erdoğan. Esta reconstrução nos ajudará a analisar seu governo, para que se possa responder à pergunta desta tese: o governo de Erdoğan representa uma mudança de fato, em termos de Política Externa, com relação aos governos anteriores?

Assim, buscamos dentro de uma apresentação a respeito dos presidentes anteriores, incluir questões geopolíticas e fatos que marcaram o rumo dos governos e dos movimentos dentro da Política Externa turca para que, assim, encontrássemos razões e evidências para tais transformações na forma como a Turquia se relaciona com o ambiente internacional.

Como apresentado, era essencial para a Turquia assumir um papel estratégico após o fim da URSS, de modo que não atuasse apenas como um *Buffer State* para servir de escudo para seus parceiros na OTAN e UE. Vimos que, inicialmente, o país não possuía, ainda uma margem para agir de forma independente.

Tal como ressaltado no segundo capítulo, e conforme levantado para Davutoğlu, a Turquia deveria assumir uma relevância equivalente àquilo que o país representava para a OTAN. Afinal, havia ali uma capacidade de barganha que seus governos ainda não haviam explorado como forma de contestar o sistema e obter mais autonomia internacional.

As circunstâncias do momento também foram, aos poucos, evidenciando que somente os aspectos militares não estavam mais garantindo poder. Desta forma, a Turquia passou a atuar de forma ideológica, buscando reestabelecer laços culturais com seus vizinhos no Oriente Médio, ao mesmo tempo em que passou a atuar de forma estratégica em termos energéticos, como vimos com os governos pós-Guerra Fria. Isso se relaciona diretamente com alguns detalhes anteriormente mencionados pelo Realismo Neoclássico, o qual compreende que, no longo prazo, alguns Estados poderiam buscar tentativas de aumentar as suas capacidades extrativas e de mobilização, bem como a sua capacidade de prosseguir na emulação ou na inovação, através da propagação de ideologias nacionalistas ou estatistas (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2009). Assim, teríamos um cenário em que os aspectos nacionais ou internos, estariam

contribuindo e influenciando na Política Externa, tal como observado no caso da Turquia até aqui.

Se pode ver que, até os dias atuais, a Turquia ainda não tem uma grande capacidade de atuação de forma independente de seus parceiros Ocidentais, mas o que se pode notar é que o tempo e as transformações conjunturais proporcionaram com que houvesse uma maior atuação geopolítica, de modo que colocasse a OTAN em delicada situação no ano de 2018, quando Erdoğan decidiu comprar os sistemas antiaéreos, S-400, da Rússia⁸³. Este talvez tenha sido o momento de principal *evidência* de uma transformação na sua Política Externa, como um sinal de afronta aos seus parceiros da aliança, dada a representatividade deste fato, envolvendo questões de segurança. Uma vez que a OTAN ainda apresenta como objetivo cercar a Rússia, que sentido faria ter um sistema de Defesa vindo do seu próprio inimigo? Este fato criou muitas tensões e gerou expectativas sobre a possibilidade de a Turquia romper suas relações com o Ocidente.

Por sua posição geográfica, o país está constantemente sofrendo pressões do Ocidente e do Oriente, tendo que dialogar com ambos os lados e, conseqüentemente, tendo que equilibrar sua Política Externa de modo a não criar obstáculos com nenhum dos lados. Partimos do pressuposto, portanto, de que a Turquia necessita como estratégia de sobrevivência internacional, praticar uma política pendular, tal como destacou Stanley Hilton (1975), em seu conceito de Diplomacia Pendular⁸⁴.

De acordo com o autor, o país que precisa se utilizar da estratégia de diplomacia pendular, não possui meios de atuar de forma isolada e independente no ambiente internacional. Assim, é necessário atuar de forma pendular, ou seja, ora cedendo mais às pressões de um lado, ora do outro e, assim, buscar ter sua própria autonomia política internacional o que, por vezes, inclui contrapor potências para, dessa forma, extrair o máximo de vantagens possíveis de cada um dos lados.

⁸³Entrevista disponível no site da OTAN, onde o caso da compra do sistema de defesa S-400 é pauta de preocupação para o futuro da aliança Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_182509.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

⁸⁴Utilizaremos o conceito de Diplomacia Pendular para embasar a compreensão acerca da alternância na geopolítica turca entre o mundo ocidental e o mundo oriental. De acordo com o autor, o país que joga a “diplomacia pendular”, usa desta técnica para jogar duas potências uma contra a outra para, a partir da pressão criada, ou suposta pressão, entre ambas, poderia tirar proveito buscando concessões. Este tipo de artimanha foi utilizado pelo Brasil durante a Segunda Guerra e pela Alemanha de Bismarck, por exemplo.

Assim, vemos que a Turquia vinha de um histórico de parceria com o Ocidente e, nos últimos anos, passou a atuar de forma mais colaborativa com seus vizinhos no Oriente Médio e com a Rússia, buscando assim, adquirir mais poder e capacidade de barganha para atingir suas ambições nacionais. Até aqui, foram levantados fatos históricos que evidenciaram como o conflituoso cenário internacional foi se moldando no pós-Guerra Fria até meados de 2010. Neste capítulo seguiremos até 2023, passando pelas mudanças ocorridas no governo em questão. O ano de 2023 é o ano de finalização desta pesquisa com o objetivo compreender e analisar as mudanças na Política Externa turca. Cabe ressaltar que neste ano, Erdoğan foi reeleito e, portanto, continuará suas políticas pelos próximos 4 anos.

4.1 – A conjuntura geopolítica no momento de início do período Erdoğan

Utilizaremos como marco inicial deste capítulo a Conferência de Lisboa, ocorrida em 10 de setembro de 2010, também chamada de “O Futuro da Comunidade Transatlântica”, em busca de discutir o futuro da OTAN, uma vez que se questionava a função da aliança, após a dissolução de seu oponente, a ex-URSS. A partir deste momento, a Turquia teria que se posicionar se seguiria com seus objetivos no Oriente Médio, ou se assumiria que estava junto ao lado Ocidental.

Segundo Aka (2014), entre 2002 e 2009, os ministros turcos realizaram visitas ao Irã e à Síria, pelo menos oito vezes, enquanto à Geórgia e ao Azerbaijão, somente uma, o que indica que a Turquia não queria interferir nos interesses russos em sua atuação internacional, mas somente na sua esfera pelo Oriente Médio. Entretanto, após esta conferência da OTAN em 2010 e, principalmente, com a eclosão da Primavera Árabe, em 2011, o país teve de permanecer junto ao lado Ocidental. Todavia, o autor destaca que as ambições políticas podiam ser separadas dos objetivos militares nesse momento, diferente de anteriormente, quando os interesses militares, junto à aliança, tinham que se sobrepor aos políticos.

Aka (2014) divide os objetivos turcos neste período em cinco partes: 1) objetivos de autopreservação; 2) objetivos de segurança; 3) objetivos de bem-estar; 4) objetivos de prestígio; 5) objetivos para estabelecer e desenvolver uma ideologia.

Primeiramente, Aka (2014) destaca que desde o século XIX, a Turquia não praticava nenhum movimento contrário em relação aos seus laços com o Ocidente, afinal, estar do lado

dos vencedores da guerra, era estratégico para o país. Contudo, esta condição se alterou perceptivelmente em termos de valor geoestratégico nacional, durante o conflito da Guerra Fria. E, sem um valor geoestratégico, seria difícil para o país contestar seu papel de ator-chave no cenário internacional. Assim, tão logo eclodiu a Guerra do Golfo, o governo turco partiu para demonstrar ao Ocidente a importância geoestratégica turca, ao assumir um papel mais ativo, adotando e implementando sanções contra o Iraque. Segundo o autor, questões relacionadas ao Chipre, por exemplo, poderiam ser muito mais complicadas e problemáticas para a Turquia, caso o país não buscasse assumir um papel mais central no Sistema Internacional, neste momento. Como parte da sua estratégia, a Turquia estava disposta a assumir o papel de um *Gateway*, tal como apresentado no capítulo 1. Ou seja, assumir literalmente seu papel de ponte entre a Ásia e a Europa, buscando atuar como um escudo para os problemas do Oriente Médio e seu possível extravasamento à Europa. Cabe ressaltar novamente aqui que, o país possui maioria islâmica, mas desde o início de sua República adotava uma ocidentalização em sua cultura, o que proporcionava uma criação paralela de laços com os países islâmicos e europeus. Ao mesmo tempo, a ideologia de Atatürk acabava por dar à Turquia uma imagem de país integrador para todas as minorias étnicas que viviam nas fronteiras turcas. Assim, neste momento, não cabia à Turquia assumir uma estratégia que não fosse permanecer alinhada com o Ocidente.

Cabe também destacar que a Política Externa turca voltada para o Cáucaso e para a Ásia Central ia de encontro com a estratégia dos EUA, como visto de acordo com Brzezinski.

Em termos geopolíticos e, devido à sua posição geográfica, a fim de traçar os objetivos de sua Política Externa, Ankara teve de considerar tanto o processo de adesão da Turquia na UE, como também a emergência de povos de língua turca no Cáucaso e na Ásia Central. Ao mesmo tempo, também devia-se considerar as instabilidades nos Balcãs e no Oriente Médio. Em relação à sua entrada na UE, também há alguns problemas em termos geográficos como a desconfiança da União com relação às suas fronteiras com a Síria, Irã e Iraque, além de um movimento contrário da Grécia sobre a entrada turca. Neste momento, apesar de difícil relacionamento com a Grécia, houve uma tentativa de cooperação em favor de uma melhoria das relações entre palestinos e israelenses (Aka, 2014).

Müftüler-Baç (2014) destacou que Davutoğlu enquanto Ministro de Relações Exteriores no ano de 2012, declarou que um “Novo Oriente Médio” estava para nascer. Segundo suas palavras, a Turquia seria a dona, a pioneira e a serva desse “novo Oriente Médio” e, assim, o

Ministro enfatizou as diferentes facetas da Turquia neste novo cenário. Segundo o autor, alguns acontecimentos acabaram por trazer ao centro da geopolítica regional, a Turquia. São estes: a intervenção americana no Iraque em 2003; a guerra em Gaza em 2008 e as manifestações dos países árabes a partir de 2010 (Müftüler-Baç, 2014, p.538).

De acordo com o autor, outros fatores também influenciaram a política externa turca, como o vácuo de poder gerado por algumas circunstâncias no Oriente Médio, como a invasão ao Iraque. Posteriormente, podemos considerar também os movimentos que ficaram conhecidos como “Primavera Árabe”. Estes não representaram ao longo dos anos uma primavera, visto que não houve mudanças positivas nestes países. Entretanto, há que se considerar que os gaps de poder gerados na região e suas instabilidades provenientes puxaram a Turquia para assumir um papel de liderança na região.

Assim, percebemos os desafios enfrentados pela Turquia na intenção de se tornar um ator regional de peso. Se torna clara, assim, a relevância que sua geografia possui sobre os rumos a serem tomados pela política de pós-Guerra Fria.

Fatima Gühlan Abushanab (2020) dedicou sua pesquisa de doutorado pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Ankara Yildirim Beyazit a compreender este comportamento do governo turco após o fim da Guerra Fria. Segundo a pesquisadora, que adota um olhar mais construtivista⁸⁵ em sua tese, o Ocidente está, aos poucos, deixando de ser visto como a única parcela que importa para o restante do mundo. Os países menores contestam esse poder, portanto, criando associações e alianças entre si, que fogem atualmente do arcabouço de poder dos EUA⁸⁶. Assim, a pergunta de sua tese de doutorado se refere a “como potências medianas impactam na política mundial em um período de transferência de poder global?”, tomando a Turquia como base para sua pesquisa.

⁸⁵ “Consequently, a global institution like the UN has disappointed many of those who were silenced by the powerful states who veritably run these organizations based on their “own terms” (Walt *apud* Abushanab, 2015, p.4).

⁸⁶ “[...] In these developments, Turkey is acting beyond the scope of middle power and it will require academics and policy-makers to explore definitions beyond this. Further into this study, as I shall argue, Turkey cannot be limited to middlepowermanship because its foreign policy activity and its state image disseminated in the international system diffuses an “efficacious” activity that shapes its activist character. This is mainly due to Turkey’s will power to voice its challenge against the illiberal structure of the international system in “The World is Bigger than Five” campaign towards equity, justice and fairness for all instead of the few”. In this framework, Turkey’s efficacious power conceptualization as an identity should not be perceived as Machiavellist nor as power-hungry over its geostrategic position. Rather, Turkey’s efficaciousness is a sound demonstration of its strong will to maintain its security and national interests coupled with looking out for its allies. (Abushanab, 2020, p.2).

Segundo Abushanab, a posição geográfica ocupada pela Turquia lhe deu possibilidade de assumir um papel internacional de peso, muito mais do que seu papel regional, até então praticado. Esta importância estratégica deu à Turquia a capacidade necessária para reagir contra as pressões dos EUA na região. Assim, também há de se considerar, conseqüentemente, a gradativa perda de poder relativo dos EUA para outras potências, como a China e, em determinadas circunstâncias, também para a Rússia. *“Currently, the term “shift” is used predominantly to describe the changing bipolar balance of power between the US, Russia and China”* (Abushanab, 2020, p.7).

Voltamos mais uma vez, assim, à geopolítica. Não se pode dissociar a geografia da Turquia da sua política. Muito mais do que outros países, que precisam trabalhar na expansão de poder para outras áreas do mundo, projetando suas forças armadas a fim de conquistar poder relativo, a Turquia precisa atuar diretamente em seu Estado e em sua posição geográfica para conseguir prosperar enquanto um Estado-nação de peso no cenário internacional.

Já pelo viés do Realismo, trazemos novamente Mearsheimer (2018), com uma de suas contribuições reflexivas, a fim de compreendermos este momento em que a Turquia busca retomar seu poder. O autor busca explicar por que o modelo liberal implantado pelos EUA, como parte de sua estratégia, tal como vimos anteriormente com Brzezinski, no seu momento de unipolaridade não se sustentaria a longo prazo. O autor parte do princípio de que este modelo se baseia nos direitos naturais inalienáveis dos seres humanos, o que ajuda até mesmo nas intervenções humanitárias em nome da democracia diante de governos autoritários. Contudo, há uma discrepância no conceito deste modelo com os conceitos de nacionalismo e realismo e é daí que Mearsheimer parte para sua crítica às limitações do poder dos EUA no pós-Guerra Fria.

O fato é que o liberalismo precisa coexistir com o nacionalismo, porém, quando estes entram em confronto, quase sempre o nacionalismo vence⁸⁷. O autor parte, portanto, da ideia de que o liberalismo tentaria interferir nos países em que se definisse, de acordo com sua lógica, que não há democracia, por exemplo. E esta própria intervenção ultrapassa as liberdades

⁸⁷ *“The influence of nationalism often undercuts a liberal foreign policy. For example, nationalism places great emphasis on self-determination, which means that most countries will resist a liberal great power’s efforts to interfere in their domestic politics—which, of course, is what liberal hegemony is all about. These two isms also clash over individual rights. Liberals believe everyone has the same rights, regardless of which country they call home. Nationalism is a particularist ideology from top to bottom, which means it does not treat rights as inalienable. In practice, the vast majority of people around the globe do not care greatly about the rights of individuals in other countries. They are much more concerned about their fellow citizens’ rights, and even that commitment has limits. Liberalism oversells the importance of individual rights”* (Mearsheimer, 2018, p.14).

assumidas pelo próprio país como inalienáveis. Isto configuraria que este modelo liberal teria um fim em si mesmo, e acabaria provocando mais disputas e fomentando o terrorismo, tal como ocorreu. Assim, Mearsheimer parte da visão Realista de um Sistema Internacional Anárquico: *“The structure of the international system is anarchic, not hierarchic, which means that liberalism applied to international politics cannot work. Countries thus have little choice but to act according to balance-of-power logic if they hope to survive.”* (Mearsheimer, 2018, p.14).

Desta forma, somente em raríssimos casos, apenas no caso de um país se sentir muito seguro, que poderia haver a possibilidade de se explorar esta aplicabilidade do liberalismo. Contudo, com um prazo de validade, pois haverá sempre uma reação dos demais países pela luta por suas sobrevivências.

Neste sentido, chegamos aqui em outro argumento do autor que nos ajuda a compreender este momento pós-Guerra Fria e a emergência de novos poderes, em direção a um mundo multipolar. Mearsheimer é o autor do Realismo Ofensivo, partindo do pressuposto de que o próprio Sistema Internacional cria as circunstâncias para que as Grandes Potências atuem de maneira ofensiva a fim de obter constantemente vantagens relativas de poder. Somente assim haveria a sensação de segurança para estes atores, o que os guiaria até a formação de alianças na busca pelo acúmulo de poder. Mearsheimer também argumenta que os Estados tendem a colaborar entre si somente até o surgimento de uma oportunidade para questionar a ordem vigente (Mearsheimer, 2001). E assim o foi durante a Guerra Fria. A partir do fim do conflito tornou-se cada vez mais possível questionar esta ordem, bem como se revoltar contra o liberalismo imposto pelo poder hegemônico. Assim fez a Turquia, conforme veremos ao longo deste capítulo.

Temos aqui, portanto, uma base para a compreensão da mudança de postura internacional por parte dos governos da Turquia neste momento de pós-Guerra Fria. O país, que vinha colaborando com o Ocidente por falta de opção, como parte de uma estratégia de sobrevivência, iniciou um processo de questionamentos sobre o modelo liberal e, ao mesmo tempo, intervencionista que os EUA vinham projetando como estratégia de Estado. Como ressaltou Mearsheimer, o liberalismo era incompatível com o nacionalismo. A Turquia traz em sua história, uma luta pela formação de um nacionalismo para sua sociedade pós fim do Império Otomano, que passou por intensos debates dentro de sua sociedade, quanto ao modelo a ser adotado. Vimos no capítulo 2, que houve intensa disputa sobre qual ideologia era mais proveitosa em termos nacionalistas. O conflito entre o Ocidentalismo e o possível ‘entreguismo’

de Kemal, por parte de seus críticos, ou o modelo mais voltado para a busca de uma retomada da força que um dia a Turquia representou enquanto império, por parte do partido AKP e de Erdoğan.

A estratégia estadunidense, segundo o Realismo Ofensivo, corroborou para que este pensamento ressurgisse, somado ao fim da necessidade de alinhamento após 1991. Somente adotando uma postura ofensiva, portanto, os países podem se sentir em segurança. Questionar o *Status Quo*, faz parte desta estratégia. Temos assim, que a Turquia veio sendo alimentada pelo próprio Sistema Internacional, neste momento, para que se criassem os moldes para que hoje o país haja como uma potência revisionista. A própria busca pela sobrevivência faria com que os Estados não aceitassem apenas um poder hegemônico, ou mesmo como Abushanab (2020) cita “*The World is Bigger than Five*”, questionando assim, a ordem vigente.

Assim, o Realismo Ofensivo também trata dos próprios Estados Revisionistas. Mearsheimer (2001) explica porque os Estados estariam sempre em busca de poder. Isto porque, somente a potência hegemônica poderia estar satisfeita com a sua posição central no Sistema Internacional. As demais seguiriam em busca de poder, inclusive aquelas dentro do eixo das cinco maiores potências. O que guia esta busca intensa por poder seria, portanto, uma busca por segurança, que faria com que os Estados agissem de forma agressiva uns contra os outros.

Dentro deste escopo, temos, portanto, que os governantes da Turquia, enquanto líderes de um país de posição central, representando um ator geopolítico indispensável à manutenção dos interesses Ocidentais, buscaram retomar a corrida por poder tão logo cessou o conflito bipolar. Gradativamente a Turquia passou a ter cada vez mais presença no cenário internacional.

Assim que houve o fim do conflito, criou-se um *gap* de influência em algumas regiões, especialmente após a dissolução a URSS, abrindo então, espaço para que potências regionais passassem a disputar entre si quem seria então, o líder para os demais países em suas esferas estratégicas (Yilmaz, 2008).

4.2 – O governo de Erdoğan: *Turkish Gaullism*

A visão Neorrealista postula que os Estados formulam objetivos de Política Externa, que visam maximizar a sua segurança. Também postulam que a capacidade de um Estado em

perseguir este objetivo final é, em grande parte, moldada pelas suas próprias percepções do que se constitui enquanto uma ameaça à sua sobrevivência.

Para Waltz (1993), no Sistema Internacional Anárquico, os Estados encontram-se inseridos em um sistema de autoajuda que exige que tomem medidas para garantir a sua sobrevivência. Isto significa que o comportamento da Política Externa de um Estado seria, portanto, moldado pelos seus interesses materiais, na maioria das vezes relacionados com a segurança (Mearsheimer, 2001). Assim, a política externa turca só poderia ser devidamente compreendida se olharmos para os seus interesses de segurança nacional e as possíveis ameaças a esses interesses.

Erdoğan chegou ao governo turco nos anos 2000, com vistas a assumir o papel de romper com o ciclo vicioso de golpes de Estado na Turquia. Seu autoritarismo, fortalecido especialmente após a tentativa de Golpe de Estado em 2016, demonstra que o Presidente não está disposto a aceitar que o país receba tamanha influência externa, as quais vinham atuando diretamente sobre os destinos da Turquia. Foi quando Erdoğan endureceu o regime, passou a perseguir opositores e se posicionou contra o Ocidente, após denúncias de que os EUA estariam por trás desta operação.

Algumas questões ocorridas nas relações entre Turquia e o Ocidente ferem o orgulho e a estratégia turca, o que faz o governo do AKP questionar algumas definições, como os tratados fronteiriços com a Grécia. Em 2016, pouco após a tentativa de Golpe de Estado na Turquia, Erdoğan passou a questionar cada vez mais os acordos entre fronteiriços com a Grécia e isto traria muita instabilidade nas relações entre ambos⁸⁸. Assim, a Turquia estaria criando um conflito não somente com a Grécia, mas também com a própria UE, uma vez que isto afetaria as próprias fronteiras da UE em si (Aitoro, 2016).

Outra situação que veio à tona foi a falta de apoio do Ocidente aos interesses turcos no Chipre na década de 70, mesmo sendo a Turquia um país que aderiu à estratégia de defesa do Ocidente e abdicou, como vimos, inclusive, de características turcas, com vista a fazer parte

⁸⁸Os questionamentos de Erdoğan a respeito dos tratados fronteiriços centenários com a Grécia podem ser encontrados em diversos meios jornalísticos e foram citados na 77ª Assembleia Geral da ONU pelo Primeiro-Ministro da Grécia, Kyriakos Mitsotakis (em inglês). Seu discurso está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G0_Xdy_44cs&ab_channel=UnitedNations. Acesso em: 29 de dezembro de 2023. O original está disponível em turco, com o próprio presidente Erdoğan colocando o Tratado de Lausanne em evidência, durante a sua visita à Atenas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YqtvBvWg9P4&ab_channel=24TV. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

deste “novo mundo”. Esta falta de apoio segue até os momentos atuais, onde as discussões sobre a reunificação da ilha são constantes entre EUA e UE (Hoffman, 2021).

Após a invasão turca ao Chipre, os EUA e a UE realizaram um embargo à Turquia, deixando de lhe fornecer armamentos, o que fez com que Özal buscasse formas de promover a industrialização da Turquia por conta própria, sem a ajuda externa. O resultado foi que, no final dos anos 80, a Turquia se tornou uma grande fornecedora de armamentos, após crescer em muito em sua indústria de defesa nacional. Assim, apesar de Özal ter sido um presidente entusiasta do modelo americano e seu liberalismo, a Turquia tirou algumas lições sobre a necessidade de se tornar mais independente (Laçiner, 2009, p.174-175).

A Turquia hoje configura-se como um dos países de maior importância para a OTAN. Um dos motivos de tamanha importância dada a este país dentro desta aliança é, sem dúvidas, sua geografia, que desempenha um papel de amortecedor, ou um *Buffer State*, além de ser um *Gateway*, não somente com relação ao Oriente Médio, mas também com a Ásia e com a Rússia, com a qual a Turquia vem mantendo relações de proximidade diplomática e estratégica durante o governo de Erdoğan.

Os russos, por séculos, representaram uma grande ameaça à Europa, ao Império Otomano e, mais recentemente, aos EUA, ou seja, todas as grandes potências possuíram e possuem forte influência da relevância da Rússia em suas estratégias. Da mesma forma, a China enquanto potência ascendente, também deve considerar a força russa no tabuleiro geopolítico mundial.

Conforme apresentado anteriormente, Erdoğan e seu Partido AKP, ganharam suas definições ao final da década de 90, após o Golpe de Estado de 1998, recebendo influências de um pensamento mais estratégico para a Turquia, através do Primeiro-Ministro Ahmed Davutoğlu.

Este pensamento mais revisionista é ressaltado por Mearsheimer (2001) quando o autor tenta compreender o comportamento das Grandes Potências com sua teoria sobre o Realismo Ofensivo. Assim, o autor resalta que algo que não costuma ser observado sobre o comportamento das Grandes Potências, é a sua postura revisionista. Muito mais do que a tentativa de manter seus *Status Quo*, como a maioria dos Realistas costumava observar. Essa atitude revisionista seria pelo motivo de que as Grandes Potências estão sempre esperando por

oportunidades em que possam acumular mais poder relativo e obter uma vantagem relativa na balança de poder para sua segurança ou projeção externa.

O autor realiza uma citação que explica o comportamento da Turquia neste particular momento de sua história, durante o governo Erdoğan: “[...] *Instead, powerful states should seek regional hegemony whenever the Great Powers in Action possibility arises*” (Mearsheimer, 2001, p.168-169). Ou seja, quando a oportunidade parece conveniente, a Turquia busca retomar seu papel de hegemonia regional. E o pós-Guerra Fria pareceu uma grande oportunidade para que o governo turco assumisse esse novo papel.

O Realismo Ofensivo de Mearsheimer entende que os Estados que desejam assegurar seus poderes e expandi-los, acabam perseguindo esta hegemonia regional de forma agressiva. Erdoğan tem tomado posturas mais assertivas na Política Externa turca, que desafiam seus vizinhos, de forma que demonstra que a Turquia não aceita mais imposições do Ocidente sem demonstrar insatisfações.

Retomando as influências sobre as origens do AKP, o livro de Ahmed Davutoğlu, *Strategic Depth*, menciona uma zona de controle e de soberania, ou mesmo, de laços culturais e históricos entre o antigo Império Otomano e a antiga União Soviética:

The revival of Neo Ottoman ideas as expressed by Ahmet Davutoğlu harks back to the ideological discussions and arguments that began at the end of that century, continued with the Young Turk revolution, until the emergence of Kemal, i.e. to the founding of the modern Turkish state. For this reason, the Turks use the term “contiguous external region,” (which is reminding of Boris Yeltsin’s remarks on the role of the Russian Confederation in its own contiguous external region) or even “strategic depth”, in other words, its zone of control or sovereignty or even strong cultural and historical ties over not only the regions of the former Soviet Union but all along the territories that once belonged to the Ottoman Empire (Yiallourides; Langides, 2012, p.27).

Conforme já apresentado, existe um movimento de retomada de um pensamento euroasiático, onde estas potências percebem entre si, um passado comum e buscam um resgate de suas origens para se posicionar contra o Ocidente. Isto pode ser visto nas teorias apresentadas no capítulo 1 e ressaltadas no início deste capítulo, onde Ripsman; Taliaferro e Lobell (2009) tratam o tema da segurança como objetivo final na esfera interestatal, onde os Estados podem vir a perseguir alianças, ou seja, atrair outros Estados para atingir este objetivo final. Também pode ser visto em Carr (1939), quando o autor trata da complexidade histórica das relações de

poder intraestatais, além das relações interestatais, influenciando o poder sobre a opinião pública.

A exemplo, temos que os presidentes Recep Erdoğan e Vladimir Putin, da Rússia, representam países que estão questionando o *Status Quo* vigente, através de políticas revisionistas. Assim, temos uma aproximação de Estados com o mesmo objetivo, apesar de suas divergências históricas. A partir da década de 2000, mesmo período em que Erdoğan assumiu na Turquia, Vladimir Putin, assumiu o governo na Rússia. Ambos se tornaram responsáveis por uma aproximação, historicamente inédita, entre Rússia e Turquia, onde parecem trazer um ímpeto de restaurar a grandiosidades que os impérios russo e otomano um dia representaram, para seus países, respectivamente (Rubin, 2018; Kesgin, 2017).

Este movimento não parece ser ao acaso. Akçali e Perinçek (2009) levantam o debate sobre o pensamento Euroasianista, retomado pela Rússia e que estaria vindo a influenciar os países euroasiáticos, como Turquia, Irã, China, países da Ásia Central e Paquistão, através de uma política econômica e até mesmo, laços culturais, que estariam sendo resgatados após uma percepção na década de 1980 sobre a grande influência do mundo ocidental, especialmente com as restrições do FMI nas economias destes países, ganhando força também, após o fim da Guerra Fria. Dentre os que apoiam este pensamento estão, principalmente, governos de direita e ultranacionalistas, opostos aos movimentos de globalização dos anos 90.

Com o fim da Guerra Fria, os EUA saíram como a única potência, tornando o mundo globalizado unipolar, com um poder assimétrico em relação aos outros países. Assim, não havia espaço para que outros países tivessem uma política externa mais independente.

Já nos anos 2000, a dinâmica de distribuição de poder começou a mudar, iniciando um processo de desconcentração que permitiria um maior espaço para articulações dos demais países de forma autônoma ou frente aos EUA. O surgimento de novas potências, como a China, a Índia e o ressurgimento da Rússia, iniciavam um processo de redução da unipolaridade estadunidense, o que permitia aos demais países, uma maior capacidade de manobra.

Uma das características que vem se tornando marcante no governo de Erdoğan é um recorrente questionamento sobre o que a Turquia deveria representar dada a sua importância geoestratégica. Como vimos, houve uma influência para isso, onde não somente Davutoğlu levantou as ideias, como também, o próprio contexto internacional proporcionou.

Na seguinte passagem, Haugom (2019) traz algumas cicatrizes na história turca que também influenciaram na busca pela retomada de poder pela Turquia.

Turkish foreign policy is influenced by contradicting perceptions of national greatness and vulnerability. On the one hand, Turkey is heir to the Ottoman Empire, which at the height of its power in the fifteenth and sixteenth centuries spanned large parts of southeastern Europe, the Caucasus, the Middle East, and North Africa. This imperial legacy has in recent decades been an impetus to visions of Turkey as a modern great power and a leading state in its own regional neighborhood. However, Turkey also carries the bitter historical memories of imperial defeat at the hands of the European powers and Russia in World War I and the humiliating treaty made at Sevres in 1920 that stipulated the slicing of Anatolia into many parts and subjection to foreign control. Even though the Sevres Treaty was never implemented, and the War of Independence (1920–23) permitted the establishment of a Turkish Republic covering the whole of Anatolia and parts of Thrace on the European continent, a so-called “Sevres-syndrome” continued to mark strategic culture in Turkey. National threat perceptions in Turkey have therefore often centered on the country’s unique geostrategic position and its vulnerability to great-power interests. By extension, national security has for long periods dominated matters of state and has remained a primary concern in Turkish foreign policy (Haugom, 2019, p.208-209).

Assim, segundo o autor, mesmo que o Tratado de Sèvres não tenha sido implementado, persistiu no imaginário turco uma reação às humilhações deste tratado para a formação da República turca. Como visto no capítulo 1, a Turquia vem desde a década de 1970 buscando modificar as fronteiras marítimas turcas com a Grécia para obter os ganhos necessários para a retomada de seu papel estratégico enquanto potência regional e, conseqüentemente, global.

De acordo com o autor, o segundo período do AKP no poder, marcou uma diferença na forma como vinha se desenvolvendo a Política Externa turca, que transformava o país de uma simples conexão entre o Leste e o Oeste, em uma nova potência que buscava ampliar suas relações com os países vizinhos, através da utilização do *soft-power* para demonstrar a influência que a Turquia representava para estes países e, assim, reforçar sua importância para a região. A esta estratégia deu-se o nome de *Strategic Depth*, tal como foi mencionado quando apresentamos a estratégia de Davutoğlu, na passagem do Kemalismo para o neo-Otomanismo, no capítulo 2.

Haugom (2019) também ressalta que a estratégia de Davutoğlu não era trocar as parcerias turcas com o Ocidente por novos parceiros, mas sim, reforçar para estes a importância da Turquia, de fato. Assim, relações comerciais foram ampliadas de forma a captar mais recursos para o desenvolvimento do país.

Taspinar (2018) traz em sua análise a criação de uma terceira vertente, para além do Kemalismo e do neo-Otomanismo, apresentados até aqui. Para o autor, o presidente Erdoğan vem praticando uma junção do Kemalismo, com as contribuições da independência nacional, e do neo-Otomanismo, com suas visões de interesse nacional. Assim, o autor faz um paralelo entre a forma de governar de Erdoğan com Charles de Gaulle, na França, na década de 1960. Taspinar chama, assim, a política de Erdoğan de *Turkish Gaullism*. Desta forma, o panorama da Política Externa turca sob o governo de Erdoğan traz em si, aspectos de maior nacionalismo, auto-confiança, maior postura desafiadora e independente das relações com seus parceiros Ocidentais, tal como vinha acontecendo durante o período da Guerra Fria.

Erdoğan vem focando muito em segurança nacional durante seu governo, especialmente após a tentativa de golpe em 2016. Também estão inseridos nessa estratégia de segurança os Curdos e o seu partido, o PKK, os adeptos do movimento Gulenista, o ISIS e o CHP, partido de Kemal. Além disso, Erdoğan também vem adotando um discurso bastante enfático de seus interesses com os demais vizinhos, especialmente com o Ocidente, ou seja, os EUA e a EU. Esta postura se estende, conseqüentemente, para a OTAN, como apresentado também anteriormente. “*According to the new concept, Turkey shall pursue a proactive security policy with the use of preemptive military power outside its own borders — and when necessary, act unilaterally, even if this means disregarding alliance partners*” (Haugom, 2019, p.211).

Tal como destaca Mearsheimer, Erdoğan parece estar mais voltado para se apropriar das melhores oportunidades para expandir o poder da Turquia, conforme a teoria do Realismo Ofensivo, do que em favorecer e priorizar suas alianças com o Ocidente, algo que a Turquia não estava em condições de praticar durante a Guerra Fria.

Segundo Taspinar (2018), faz parte do *Turkish Gaullism*, uma cultura transacional ou de reciprocidade, ou seja, a forma a qual os demais países tratam a Turquia, determina como a Turquia tratará estes países. Um exemplo seria o veto turco com relação à entrada da Áustria na OTAN em clara demonstração de poder uma vez que a Áustria se opôs à entrada da Turquia na UE⁸⁹. O mesmo ocorreu em 2022 quando Erdoğan vetou a entrada a Finlândia e da Suécia na OTAN devido ao apoio que estes países dão aos Curdos, considerados inimigos de Estado desde sua atuação na Guerra da Síria (Levin, 2023)⁹⁰. Podemos, também, ressaltar a barganha

⁸⁹Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-40013507>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

⁹⁰Disponível em: <https://www.fpri.org/article/2023/03/the-turkish-veto-why-erdogan-is-blocking-finland-and-swedens-path-to-nato/>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

que Erdoğan realizou com a EU no acordo sobre refugiados em 2015, reafirmando sua importância para o continente europeu, que se recusava a reconhecer tal papel estratégico do país nos anos antecedentes (Weber, 2017).

Outro exemplo poderia ser a percepção por parte da Turquia de que seus parceiros Ocidentais não lhe dão o valor esperado de acordo com sua importância para a OTAN, conforme mencionado nos capítulos 2 e 3, e para a proteção do continente europeu perante as instabilidades vindas do Oriente Médio uma vez que estes não levaram em consideração a ocupação turca no norte da ilha de Chipre quando negociaram a entrada do Chipre como um todo na EU, ao mesmo tempo em que negam até hoje a entrada da Turquia na mesma, sob diversas alegações de problemas envolvidos que dificultariam este processo. Também se pode ressaltar o apoio dado pelos EUA aos Curdos na Guerra da Síria (Zanotti, 2016). Tudo isto corrobora para que o governo turco perceba que atua como um importante membro para a OTAN, mas não é percebido pelos seus parceiros como um membro integral para a organização militar.

Segundo Haugom (2019), o objetivo desta política seria, então, de tornar o país um forte e relevante ator internacional por meio do fortalecimento de suas políticas de segurança através de parcerias com a França e com a Itália, com a participação na EUROSAM, para a transferência de tecnologia na construção de mísseis de longo-alcance pela Força Aérea da Turquia e, também, através da aproximação com a Rússia, na compra dos anteriormente mencionados, S-400.

Além disso, Erdoğan também vem ampliando relações com outros países, a despeito da opinião de seus parceiros na OTAN e no Ocidente, de forma geral. Como exemplo, temos sua aproximação com a Rússia e com o Irã nas questões acerca da Guerra na Síria. Também houve a aproximação com o Iraque e com o Irã no combate ao PKK, uma vez que os Curdos buscam criar seu Estado legítimo na fronteira entre estes três países. Logo, se tornou um interesse comum entre estes, o impedimento do fortalecimento deste grupo que ameaça suas soberanias. Cabe ressaltar que essas parcerias são limitadas, devido a interesses em comum destes Estados em representarem potências regionais, tal como a história revela, entre os impérios russo, otomano e persa. Já as relações entre Turquia, Irã e Iraque, também possuem como objetivo, contrabalancear o poder da Arábia Saudita, do Egito e dos Emirados Árabes Unidos na região, ao mesmo tempo, em que estes países disputam influências em países como a Síria e o Qatar (Haugom, 2019).

4.3 – Os interesses geopolíticos turcos e a presença de outros poderes em seu Entorno Estratégico

Até aqui vimos a geografia turca, as teorias geopolíticas que envolvem seu território e suas particularidades. Nesta seção iremos apresentar quais são as direções de projeção de poder da Turquia, quais são os objetos de seu interesse e quais países acabam se envolvendo em regiões que são de sua ambição geopolítica. Podemos dizer, após análises, que o que está de forma recorrente presente nas negociações e mesmo, de tensões entre a Turquia e seus vizinhos é a questão energética. Isto não é por coincidência. Faz parte da estratégia turca de se tornar uma grande potência energética (Republic of Türkiye, 2022)⁹¹.

A Turquia representa a maior costa do Mediterrâneo e lida diretamente com países que um dia fizeram parte do Império Otomano, como a Síria, o Iraque, o Egito, o Chipre, a Grécia e, também, com as ilhas do Mar Egeu, que são parte do território grego. As definições fronteiriças após o fim deste império reduziram a Turquia, limitando-a à uma porção mais central e com poucas chances de projeção de poder.

O direcionamento do governo de Erdoğan e do partido AKP é de uma política revisionista – conforme buscou-se comprovar nesta tese – questionando os tratados que se estabeleceram no século passado, buscando revisões destes, de modo que o país possa desfrutar de um poder coerente com a importância que lhe foi dada para a sua participação na OTAN. A Turquia é o único país de maioria islâmica presente nesta aliança tida como Ocidental, à princípio. Hoje, a OTAN possui como membros tantos países do Leste Europeu, que seria reducionismo chamá-la, ainda, de Aliança Militar Ocidental.

Assim, além de representar o mundo muçulmano na OTAN, a Turquia é sua quinta força mais poderosa, atrás somente de EUA, França, Inglaterra e Itália⁹² e a segunda maior força em número de pessoal⁹³. Até recentemente, a Turquia ocupava a quarta posição nesta lista. Assim, ao mesmo tempo, portanto, que é um país muito forte militarmente, não desfruta deste poder, uma vez que seu poder militar está atrelado e condicionado à sua participação na OTAN. Entretanto, desde o fim da Guerra Fria, especialmente a partir dos anos 2000, a

⁹¹Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/turkeys-energy-strategy.en.mfa>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

⁹²Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing-nato-members.php>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

⁹³Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/584286/number-of-military-personnel-in-nato-countries/>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

Turquia vem buscando retomar para si, uma capacidade de atuar de forma mais independente de suas alianças, com o objetivo de satisfazer seus interesses nacionais.

Dentro desta ação está o fator energético. Thauan dos Santos (2018), professor e pesquisador brasileiro, reconhecido por seus estudos nessa área, levanta a importância da Segurança Energética para os países e demonstra como houve a evolução deste tema para suas estratégias geopolíticas (Santos, 2018). Energia é o que move o desenvolvimento das sociedades, desde o início da história da humanidade. Contudo, o tema tornou-se cada vez mais importante academicamente, ganhando força, especialmente após os choques do petróleo do século XX, quando ficou em evidência a necessidade dos países de reduzirem a dependência de importação de recursos energéticos, uma vez que ficou claro que poucos países e regiões do mundo possuíam o controle de grande parte destas fontes. Assim, possuir o próprio acesso e domínio destes recursos foi se tornando cada vez mais importante nos projetos nacionais.

O tema da segurança energética envolve várias definições de forma que não há um consenso teórico sobre o que seria a segurança energética (Santos, 2018). Entretanto, consideraremos aqui, para fins de análise, a autossuficiência que um país pode ser capaz de dispor, de forma que dependa cada vez menos de seus vizinhos. Por isso, essa luta incessante do governo turco, por encontrar suas próprias fontes de energia a fim de reduzir sua dependência com relação à Rússia e, assim, melhorar sua economia, ao reduzir os custos com importações, portanto.

Assim, seguiremos nos próximos tópicos demonstrando a importância deste tema para a Turquia e seus consequentes desdobramentos geopolíticos.

4.3.1– Disputas marítimas com o Chipre e a Grécia por acesso a recursos energéticos

Quando entramos no site do Ministério de Relações Exteriores da Turquia, a primeira questão que aparece na lista de assuntos mais importantes, é o Chipre⁹⁴. Depois se segue pelos seguintes tópicos:

⁹⁴Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/sub.en.mfa?395d59f6-c33c-4364-9744-cff90ec18a3e>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

- Turquia e a UE;
- Segurança turca (OTAN);
- Terrorismo;
- Controvérsia entre Turquia e Armênia;
- A estratégia Internacional de Energia;
- Questões marítimas; Política Ambiental;
- Estreitos turcos;
- Resolução de conflitos e mediação;
- Controle de armas e desarmamento;
- Cidadãos turcos morando fora do país;
- Política Multilateral de transporte da Turquia;
- Direitos Humanos;
- Turquia e a imigração irregular;
- Turquia e o tráfico de seres humanos;
- Combate às drogas;
- Combate ao crime organizado;
- Combate à corrupção;
- Assistência Humanitária;
- Pessoas deslocadas internamente;
- Questões marítimas;
- A iniciativa para alianças civilizacionais;
- A Iniciativa neo-asiática.

Trataremos aqui de alguns dos temas, especialmente aqueles mais ligados a questões geopolíticas. Sem dúvidas, a questão do Chipre é, atualmente, a questão de maior interesse da Turquia. A ilha fez parte do passado turco e dispõe de grande importância estratégica, além de conter população turca e de possuir grandes reservas de gás, descobertas recentemente. Há uma seção no site do Ministério das Relações Exteriores apenas para explicar o porquê da importância da ilha para a Turquia⁹⁵.

No mapa abaixo é possível ver o entorno estratégico turco. Nele podemos ver a proximidade entre a Turquia, a ilha do Chipre e a Grécia, Estados que representam

⁹⁵Ver mais em: <https://www.mfa.gov.tr/the-cyprus-issue-overview.en.mfa>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

importantes potências no Mediterrâneo. O Chipre, apesar de ser uma nação independente, possui bastante influência tanto dos gregos como dos turcos, dado o perfil de ocupação populacional em seu território e, também, pelo passado comum que compartilham.

Desta forma, iniciaremos a análise partindo da questão da ilha do Chipre, uma vez que a recente descoberta de grandes campos de gás nesta região, ativaram impasses entre a Turquia e a Grécia, no ano de 2020. É importante, também, ressaltar que a Turquia ocupa o Norte desta ilha desde a década de 1970, após uma invasão por parte do governo turco, sob a justificativa de proteger sua população da tirania do governo pró-Grécia eleito, que poderia vir a prejudicar a minoria turca neste país.

Mapa 15 – Entorno Estratégico turco



Fonte: Istockphoto⁹⁶

A distância entre ambos os países é de 283.34 milhas náuticas, ou apenas 455 km. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982, quando dois países possuem uma distância curta entre suas costas, ambos devem fazer um acordo a respeito dos limites de seu mar territorial:

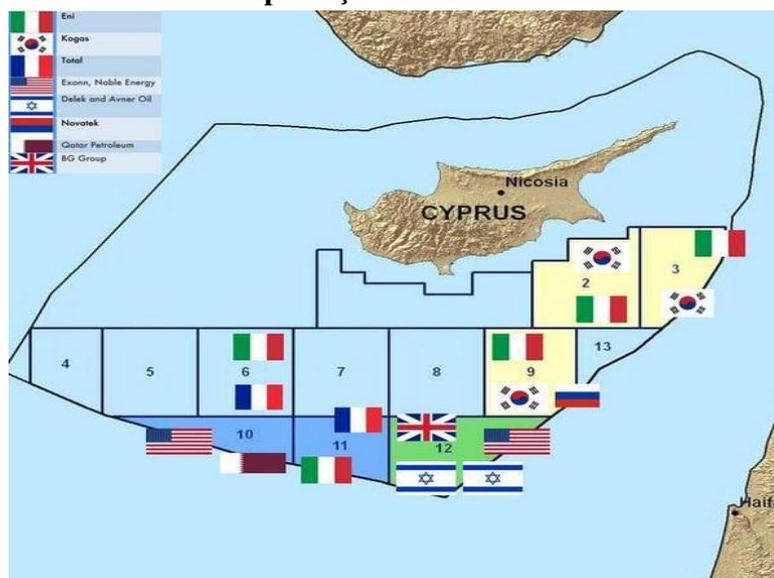
Where the coasts of two States are opposite or adjacent to each other, neither of the two States is entitled, failing agreement between them to the contrary, to extend its territorial sea beyond the median line every point of which is equidistant from the

⁹⁶Disponível em: <https://www.istockphoto.com/br/ilustra%C3%A7%C3%B5es/turkey-map>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

nearest points on the baselines from which the breadth of the territorial seas of each of the two States is measured. The above provision does not apply, however, where it is necessary by reason of historic title or other special circumstances to delimit the territorial seas of the two States in a way which is at variance therewith (UNCLOS, 1982, p.30).

O Chipre possui acordos bilaterais com Egito, Líbano e Israel, onde limitou no ano de 2004, sua Zona Econômica Exclusiva, a 12 milhas náuticas⁹⁷, cerca de 22.2 km. Entretanto, dentre estes, apenas o Chipre é signatário desta convenção. Assim, apesar dos acordos com Israel, este, bem como a Turquia, fazem parte da lista de países que não são signatários desta convenção. Isto se torna um problema quando são descobertos os campos de gás em torno da costa do Chipre, conforme demonstra o mapa abaixo:

Mapa 16 – Campos de Gás descobertos na região do Chipre e países participantes na exploração dos recursos



Fonte: Observatorio Balcani e Caucaso Transeuropa⁹⁸

Um dos motivos de que Turquia não assinou este acordo é um questionamento que possui sobre o artigo 87, o qual fala sobre a liberdade de navegação em alto mar:

Article 87 Freedom of the high seas 1. The high seas are open to all States, whether coastal or land-locked. Freedom of the high seas is exercised under the conditions laid down by this Convention and by other rules of international law. It comprises, inter alia, both for coastal and land-locked States: (a) freedom of navigation; (b)

⁹⁷Em outros casos, como no Brasil, por exemplo, onde não temos outros países próximos à nossa costa, nossa ZEE vai até 200 milhas náuticas, por exemplo (BRASIL, 2012, p. 46).

⁹⁸Disponível em: <https://www.balcanicaucaso.org/eng/Areas/Cyprus/Gas-in-Cyprus-blessing-or-curse-191948>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

freedom of overflight; (c) freedom to lay submarine cables and pipelines, subject to Part VI; (d) freedom to construct artificial islands and other installations permitted under international law, subject to Part VI; (e) freedom of fishing, subject to the conditions laid down in section 2; (f) freedom of scientific research, subject to Parts VI and XIII. 2. These freedoms shall be exercised by all States with due regard for the interests of other States in their exercise of the freedom of the high seas, and also with due regard for the rights under this Convention with respect to activities in the Area (UNCLOS, 1982, p.57).

Aí também reside o fato de que a Turquia, ao reconhecer a parte norte da ilha como um território turco, reivindica direitos iguais, junto à Grécia, para estabelecer suas empresas para explorar gás na região.

Além da questão do Chipre, a Turquia ainda contesta a divisão das ilhas do Mar Egeu, que ficaram em sua grande maioria com a Grécia, no início do século passado. Aos poucos, a Turquia vem questionando uma revisão desses tratados e, em 2018, o Ministro de Defesa da Turquia, Hulusi Akar, lançou a público o termo *Blue Homeland*, ou “Mavi Vatan”, a respeito de uma área marítima de interesse da Turquia, que cobriria 462.000 km² no Mar Egeu, Mediterrâneo, Mar Negro e no Chipre. Anteriormente este termo só era utilizado pela Marinha turca, em termos de estudos geopolíticos ou jornais, mas nunca, abordado enquanto uma doutrina com projeção de poder turco, apoiado pelo governo (Kokkinidis, 2022)⁹⁹.

Este posicionamento veio junto à assinatura do memorando¹⁰⁰ entre Turquia e Líbia no ano de 2019 a respeito da navegabilidade no Mediterrâneo. O acordo estabeleceu 18.6 milhas náuticas da Plataforma continental e da ZEE entre Turquia e Líbia. Apesar de estar em acordo com a CNUDM, o acordo foi condenado pela Grécia, Egito, Rússia, EUA, EU e Israel.

⁹⁹Ver mais em: <https://greekreporter.com/2022/06/09/turkey-challenge-greece-sovereignty-16-maps/>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

¹⁰⁰Memorando assinado entre Turquia e Líbano no ano de 2021. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/Turkey_11122019_%28HC%29_MoU_Libya-Delimitation-areas-Mediterranean.pdf. Acesso em: 11 de junho de 2022.

Mapa 17: Acordo marítimo entre Líbia e Turquia



Fonte: The New Arab¹⁰¹

Neste memorando, a Turquia também argumenta que as ilhas que ficam do lado oposto da linha mediana entre dois continentes não podem criar áreas de jurisdição marítima, destacando, também, a importância comparativa dos comprimentos costeiros e o princípio da delimitação equitativa, partindo do argumento de que possui a maior costa do Mediterrâneo. Por conseguinte, argumenta que as ilhas gregas e a frente ocidental de Chipre não deveriam ter qualquer jurisdição marítima que não as águas territoriais (Memorandum of Understanding, 2019).

Dentro deste contexto, temos no mapa adiante, a demonstração das áreas pleiteadas pela Turquia no Mar Egeu e no Mar Mediterrâneo.

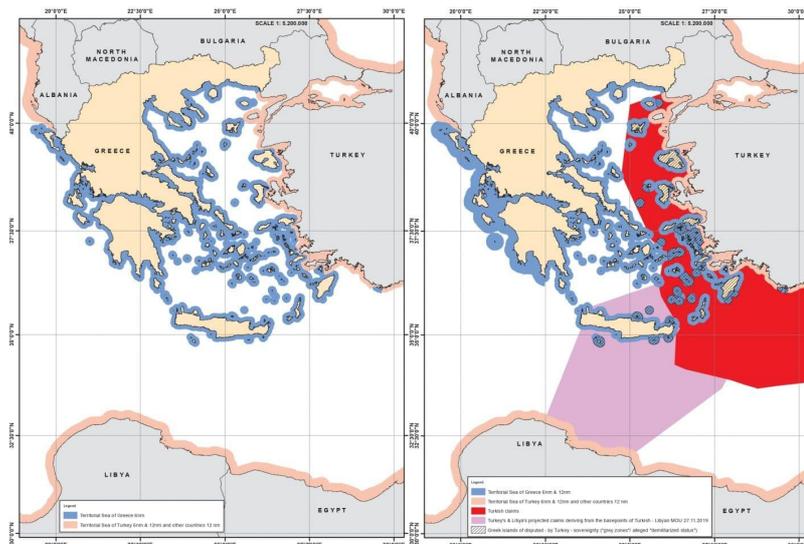
¹⁰¹Disponível em: <https://english.alaraby.co.uk/media/images/libya-turkey-maritime-01jpg>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

até o meridiano 28, cortando a ilha de Rhodes pela metade. A carta também estabelecia que, a Oeste deste meridiano, os limites da sua plataforma continental seriam discutidos somente entre “Estados Relevantes”, ou seja, descartando a existência de um mar territorial para as ilhotas. Apesar de as autoridades turcas declararem que o memorando com a Líbia é legal, a Grécia contesta que a Turquia não está considerando os direitos marítimos das ilhas de Rhodes, Karpathos e Kassos, bem como a ilha de Creta (KOKKINIDIS, 2022). Entretanto, enquanto a Grécia contesta os direitos territoriais marítimos de suas ilhas, por outro lado, ignora o fato de que possui uma ilha a apenas 4 km da costa turca, a ilha de Kastellorizo, invadindo os direitos turcos, segundo a própria CNUDM (1982).

As contestações turcas sobre os direitos no Mar Egeu passaram a ficar mais intensas a partir do ano de 2020, quando a Turquia passou a lançar mais regulações, especialmente após a assinatura do seu memorando com a Líbia. Neste ano de 2020, a Turquia emitiu um novo Regulamento sobre Questões de Busca e Salvamento através do qual ampliava a reivindicação pela área marítima de sua responsabilidade, principalmente no Mediterrâneo Oriental, a fim de que esta coincidissem com os limites da Pátria Azul ou do termo previamente apresentado, *Blue Homeland* (Kokkinidis, 2022).

No mapa a seguir, fica mais clara a comparação das áreas marítimas pleiteadas pela Turquia em 1972, e em 2022:

Mapa 19 – Áreas pleiteadas pela Turquia (1972-2022)



ΧΑΡΤΗΣ 16 – Συγκριτική αποτύπωση των τουρκικών διεκδικήσεων/βλέψεων 1972- 2022
Μια σύγκριση του χάρτη Νο 2 (1972) με τον χάρτη Νο 15 (2022) περιγράφει ανάγλυφα το εύρος της κλιμάκωσης των τουρκικών διεκδικήσεων τα τελευταία 50 χρόνια.

Podemos perceber por esta comparação que há um esforço cada vez maior da Turquia em conseguir uma revisão dos tratados que foram estabelecidos logo após a formação de sua República, em 1923. Os questionamentos se iniciaram na década de 70, mesma época em que ocorreu a ocupação turca no norte da ilha do Chipre, quando a Turquia percebeu uma ameaça vinda por parte da Grécia. Podemos dizer, que a vontade geopolítica turca ganhou uma faísca inicial somente 50 anos depois de sua independência e que, desde então, vem ganhando força, sobretudo a partir do ano de 2019. Cabe ressaltar que, no ano de 2020, a Turquia chegou a enviar navios de guerra em direção à Grécia, gerando o maior impasse entre ambos os países, desde a década de 1970, demonstrando que, se preciso, a Turquia se utilizará da força para conseguir atingir seus objetivos (Grigoriadis, 2022).

Neste tópico foi apresentada, portanto, a importância marítima para a Turquia onde, diferentemente da época de Alfred Mahan, se torna relevante não somente pelas rotas e possibilidades de chegar a outros países na tentativa de dominá-los – ou mesmo pela capacidade de se proteger, por falta de fronteiras terrestres, como os EUA e a Inglaterra – como também, pelas possíveis descobertas de recursos energéticos que podem ser realizadas no mar. Aqui, portanto, se faz necessária a perspectiva de Michael Klare (2012), já apresentada anteriormente, sobre a importância de se dominar recursos energéticos, como forma de sobrevivência para os Estados Nacionais, tal como apresentado anteriormente. Assim, seguiremos nessa perspectiva para o tópico seguinte, onde será apresentada a aproximação entre a Turquia e a Rússia, e a questão energética que faz parte deste contexto.

4.3.2– A aproximação entre Turquia e Rússia: mais uma questão energética

Conforme mencionado no início deste capítulo, no ano de 2019, a OTAN abalou-se internamente com a compra de materiais bélicos da Rússia pela Turquia, os sistemas anti-mísseis aéreos S-400. Esta foi a maior afronta que a Turquia fez aos seus parceiros. No ano seguinte, iniciaram-se as retaliações, como as sanções impostas sobre as principais exportações turcas, como o aço e o alumínio, realizadas pelo então presidente estadunidense, Donald Trump, dificultando em muito a tentativa de recuperação da crise financeira pela qual a Turquia vem passando, agravada pela pandemia da COVID-19, iniciada, também, no ano de 2020 (Triantama; Berliana, 2022).

Este fato foi apenas a ponta do *iceberg* de uma cooperação que já vinha acontecendo em outros setores, como o energético, mas que, além disso, evidencia uma busca de ambos, Putin e Erdoğan, de retomarem seus papéis de líderes regionais de grande peso buscando, juntos, reduzirem a influência dos EUA em suas áreas de interesse.

Em 2020 foi inaugurado o gasoduto ligando Rússia e Turquia, o *Turkstream*. Este gasoduto não passa pela Ucrânia, sendo um dos objetivos do governo russo, de enfraquecer este país com quem possui questões territoriais que culminaram com a invasão do país por tropas russas em março de 2022. As implicações geopolíticas disto podem ser analisadas através das lentes de análise de Michael Klare. Estima-se que, até o ano de 2030, a humanidade precisará de, cerca de 45% a mais de energia do que necessita hoje, e a quantidade de gás até hoje descoberta, não é o suficiente (Smolén, 2019).

The known natural gas reserves in individual regions are not sufficient to satisfy the needs of the world. The bottom of the Caspian Sea contains confirmed deposits that total 59.2 billion m³ (bcm). According to the 'BP Statistical Review of World Energy,' this comprises 30.6 percent of the world's reserves of the blue fuel. By comparison, the Middle East accounts for 40.9 percent. Despite the Persian Gulf's relatively large confirmed reserves of the hydrocarbon (Iran possesses the second-largest known reserves of natural gas), this region does little to exploit the resource, with only Iran, Qatar, and the United Arab Emirates engaging on this front (Smolén, 2019).

Neste sentido, a obra de Klare, *The Race for what is left* (2012), ganha bastante relevância, uma vez que podemos perceber que a estratégia de retomada de poder destes dois grandes Estados euroasiáticos é através do domínio e monopólio a respeito da distribuição de energia para a EU. Enquanto, através da Turquia, a Rússia consegue uma forma confiável de abastecer o continente com seu gás evitando, assim, que a EU crie uma política energética comum que reduza o poder da Rússia, a Turquia também ganha no sentido em que a EU se vê forçada a reduzir as críticas e oposições ao governo autoritário de Erdoğan, uma vez que também depende de seu território para receber gás, desta vez (Smolén, 2019). Manter relações próximas com a Turquia também pode contribuir que as relações entre esta e seus vizinhos na OTAN se deteriorem e, quem sabe, um dia o país deixe a aliança, bem como dificultar seu acesso à EU, o que seria benéfico para a Rússia (Kirisci, 2019)¹⁰³.

¹⁰³Kemal Kirisci é diretor do projeto turco do Instituto Brookings. Disponível em: <https://www.euronews.com/2020/01/08/turkstream-europe-needs-gas-and-russia-has-it-the-story-behind-that-new-pipeline>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

Mapa 20 – Gasoduto *Turkstream* passando pela Turquia até a Europa



Fonte: Euronews¹⁰⁴

As preocupações da EU com relação à dependência do abastecimento de gás vindo da Rússia aumentaram após a invasão russa à Ucrânia, em março de 2022 (Korosteleva, 2022), uma vez que as reações dos países membros da EU à Rússia implicam em retaliações, tais como sanções à Rússia neste abastecimento (Van Bergeijk, 2022). Segundo Anne Sophie Corbeau, pesquisadora do Centro de Políticas Energéticas Globais, a EU importou em torno de 36% do seu gás da Rússia no ano de 2020 e, em 2021, os dados são de uma dependência de 45% de suas importações e 40% do seu consumo:

In 2020, Europe, including Turkey, imported about 185 billion cubic meters (bcm) of Russian gas: 168 bcm of pipeline gas and 17 bcm of liquefied natural gas (LNG). This equates to about 36 percent of Europe's total gas demand of 512 bcm. In 2021, by my estimates, Europe imported the same amount and in the same pipeline/LNG proportion, now approximately 34 percent of the higher 540 bcm of demand. Meanwhile, the European Union imported 155 bcm of Russian gas in 2021, consisting in 142 bcm of pipeline gas and 14 bcm of LNG. The EU depends on Russian gas for 45 percent of its imports and around 40 percent of its consumption (Corbeau, 2022)¹⁰⁵.

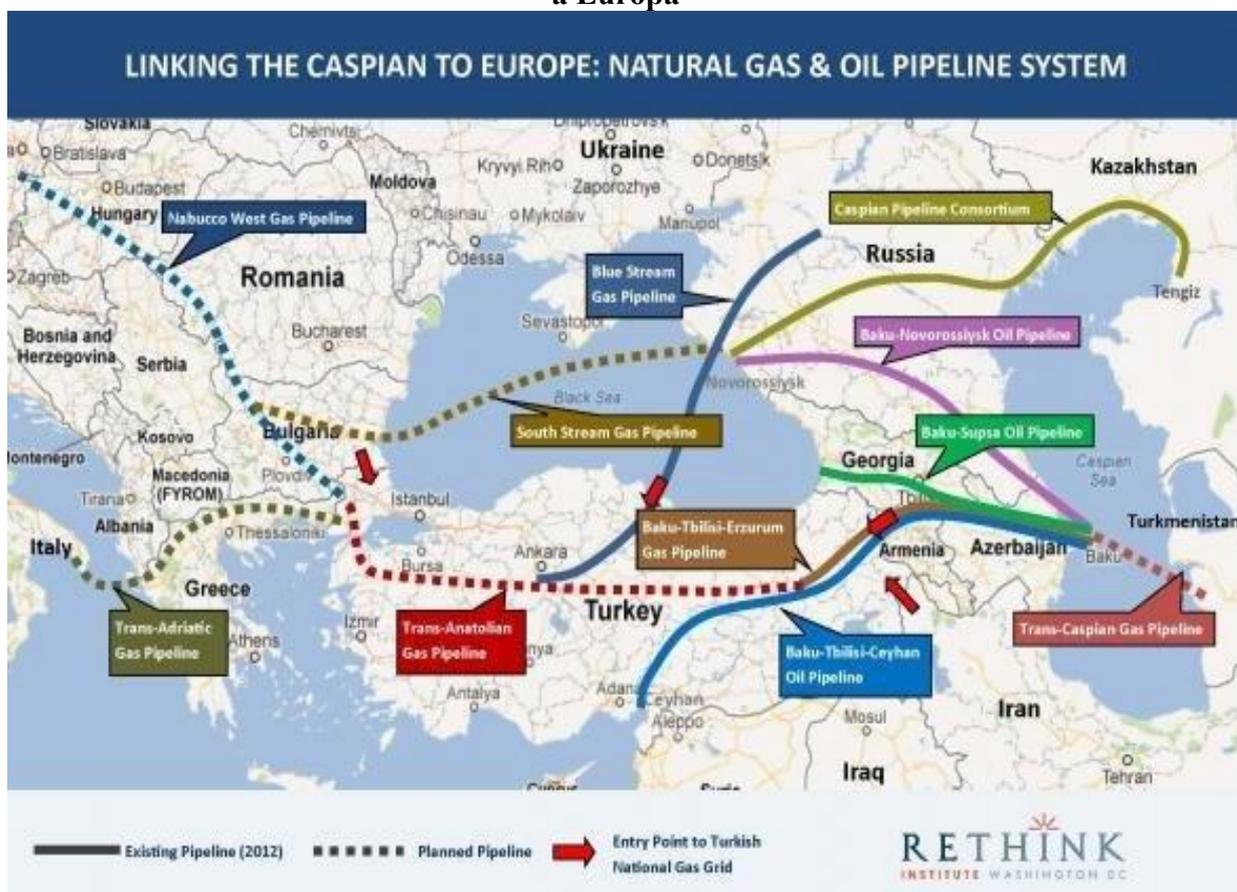
De acordo com a Gazprom (2020), os dados de distribuição de gás via Turquia pelo gasoduto *Turkstream* são de 500 milhões de metros cúbicos, o que torna este gasoduto uma

¹⁰⁴Disponível em: <https://www.euronews.com/2020/01/08/turkstream-europe-needs-gas-and-russia-has-it-the-story-behind-that-new-pipeline>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

¹⁰⁵Ver mais em: <https://news.climate.columbia.edu/2022/03/14/qa-how-deep-is-europes-dependence-on-russian-oil/>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

importante fonte de abastecimento. Além disso, é importante também observar a quantidade de gasodutos que passam pelo território turco, vindos também do Oriente Médio:

Mapa 21 – Principais gasodutos que passam pela Turquia e pelo Mar Negro em direção à Europa



Fonte: Rethink Institute¹⁰⁶

Apenas para fins de atualização, a linha pontilhada em vermelho no mapa acima, se refere ao gasoduto transanatoliano ou TANAP, com suas obras iniciadas no ano de 2015 e concluídas no ano de 2018¹⁰⁷. Este gasoduto leva gás desde o Mar Cáspio, passando pela Turquia, indo em direção à Europa e transporta cerca de 16 bilhões de metros cúbicos de gás por ano da Turquia para a Europa. O gasoduto transadriático, marcado em verde musgo à esquerda, levará gás do Azerbaijão até a Europa e foi inaugurado em 13 de outubro de 2023, com a proposta de levar até “10 bilhões de metros cúbicos de gás por ano até a Itália (8

¹⁰⁶Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Existing-and-planned-natural-gas-and-oil-pipelines-from-Caspian-Sea-to-Europe_fig10_321151712. Acesso em: 13 de junho de 2022.

¹⁰⁷Ver mais em: <https://www.bp.com/en/global/corporate/news-and-insights/reimagining-energy/inauguration-tanap-pipeline-turkey.html>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

quilômetros), cruzando a Grécia (550 quilômetros), Albânia (215 quilômetros) e o Mar Adriático (105 quilômetros)”¹⁰⁸.

Desta forma, temos que a Turquia vem se tornando o que se chama em inglês de “*gas hub*”, ou uma espécie de túnel de passagem energética, se tornando estratégica para a EU e, também, para a própria Rússia, que mantém um aliado dentro da OTAN, ao menos em termos energéticos. Cabe ressaltar que a Turquia não disfruta de grandes reservas energéticas, sendo também, dependente de abastecimentos vindos do exterior. A Turquia importa 74% de suas demandas energéticas, mesmo estando localizada em uma região que dispõe de 60% das reservas mundiais de gás e petróleo (Republic of Türkiye)¹⁰⁹.

Entretanto, aqui se faz importante mencionar que Erdoğan anunciou no ano de 2020 a maior reserva de gás já descoberta no Mar Negro até os dias de hoje. Estima-se que a reserva seja de 320 bilhões de metros cúbicos (Oezertem, 2020). Com isto, a dependência de importações de gás vindo do Azerbaijão, Irã e Rússia pode reduzir, contribuindo para o fortalecimento de uma Turquia enquanto potência energética, tal como Erdoğan declarou na cerimônia de anúncio da descoberta. A reserva está situada cerca de 100 milhas náuticas da costa turca para o Mar Negro, ou seja, dentro do Mar Territorial turco.

A Turquia importa cerca de 41 bilhões de dólares em energia e esta descoberta pode reverter o quadro de débito do país, contribuindo para uma reversão da crise da Lira, moeda turca, hiper desvalorizada com relação ao dólar, especialmente após as sanções internacionais que o país vem lidando desde a tentativa de golpe de Estado na Turquia no ano de 2016. Durante o anúncio, Erdoğan declarou: “*There will be no stopping until we become a net exporter in energy.*”¹¹⁰

Finalizando esta seção sobre a busca de Erdoğan em transformar a Turquia em uma potência energética, podemos analisar a delicadeza da aproximação entre estes dois gigantes atores euroasiáticos. Embora possuam juntos a vontade de reduzir uma influência Ocidental na região, buscando retomar a centralidade euroasiática para as questões concernentes a ambos os líderes, há também, muitos interesses em comum, que podem acabar minando futuramente esta

¹⁰⁸Ver mais em: <https://www.trt.net.tr/portuguese/economia/2020/12/31/o-gas-do-azerbaijao-chega-pela-primeira-vez-por-meio-de-um-gasoduto-direto-a-europa-1555513>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

¹⁰⁹Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/turkeys-energy-strategy.en.mfa>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

¹¹⁰Ver mais em: <https://www.reuters.com/article/us-turkey-energy-erdogan-idUSKBN25H1P4>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

aproximação. Cabe ressaltar que Turquia e Rússia são potências de passado imperial e que, nunca antes se aproximaram, justamente pelos interesses em comum em áreas tangentes, como o Mar Negro, a região do Cáucaso, até mesmo o Irã, forte contraponto a estes dois impérios no passado.

Neste momento, portanto, uma parceria energética pode se fazer interessante, porém, com os planos de engrandecimento da Turquia no setor energético, isto pode vir a incomodar a Rússia, que hoje disfruta da posição de maior abastecedora energética da EU, o que lhe dá capacidade de barganha em situações conflituosas e impasses com países de sua vizinhança. Na corrida pela autossuficiência energética e, também, pelo domínio sobre novas reservas, em algum momento, quando a escassez se tornar mais acentuada, não haverá muita possibilidade de cooperação, conforme será apresentado com as Teorias Realistas e Neorealistas, a seguir.

4.3.3– As demais relações geopolíticas entre a Turquia e seus vizinhos

Até aqui apresentamos as principais questões geopolíticas que envolvem a Turquia e seus vizinhos. As principais tratam da questão energética, como vimos. Isso se desdobra em questionamentos de tratados fronteiriços do século passado, passando por discussões a respeito da CNUDM e leis marítimas e influenciando, até mesmo, nas negociações sobre a entrada da Turquia para a UE. Neste tópico, apresentaremos brevemente as demais questões geopolíticas nas quais há algum envolvimento turco, porém, com menos protagonismo internacional do que vimos até aqui.

Nas fronteiras turcas estão a Armênia, o Azerbaijão, a Bulgária, a Geórgia, a Grécia, o Irã, o Iraque e a Síria, todos representando diferentes culturas e nacionalidades. Além destes fatores, também há questões religiosas que se tornam relevantes para a sua Defesa Nacional, como foi no caso do combate ao Estado Islâmico (ISIS), grupo terrorista atuante no conflito da Síria, iniciado no ano de 2011 (Parlar Dal, 2016).

Devido à questão dos refugiados migrantes após eclosões de conflitos no Oriente Médio e, também, às ameaças de grupos extremistas em países vizinhos, a Turquia fechou quase toda a sua circunferência com a construção de muros em suas fronteiras (Olejárová, 2018). Apesar de existirem desavenças com seus vizinhos, como no caso histórico dos problemas entre turcos e armênios – citando o antigo episódio que ficou conhecido como o “Genocídio Armênio”,

ocorrido ainda no período otomano – gerando até hoje tensões entre ambos, não há conflitos ativos entre a Turquia e seus vizinhos, com a ressalva de sua participação ativa na Guerra da Síria, que se tornou uma guerra de procuração, ou seja, com a presença de diversos atores estrangeiros, cada um defendendo seus interesses próprios em busca de projeção de poder na região.

A presença ativa da Turquia na Guerra da Síria, a coloca em lados opostos à Rússia e aos EUA, no conflito. Isto se dá porque a Turquia está combatendo os Curdos, que buscam criar um Estado Nacional próprio, que incluiria parte do território turco. Assim, existe um receio de que, com o vácuo de poder criado com a eclosão do conflito sírio, os Curdos buscassem se estabelecer, criando forças, especialmente ao receberem apoio dos EUA para o combate ao ISIS, justamente na fronteira com a Turquia. Já em se tratando de estar contrária à Rússia no conflito, está o fato de que a Rússia apoia o presidente sírio enquanto a Turquia está contrária à Assad (Ipek; Güler, 2021).

Por outro lado, Turquia e Rússia já atuam de forma coincidente no caso da região de Nagorno-Karabakh, região internacionalmente reconhecida como parte do Azerbaijão, mas que foi ocupada desde o ano de 1994 por armênios étnicos.

No ano de 2020, houve um conflito que durou seis semanas e seu acordo de paz foi definido após um diálogo telefônico entre Putin e Erdoğan. A vitória do Azerbaijão permitiria à Turquia acesso à uma rota terrestre direta através do país recuperando, assim, sua contiguidade histórica com todas as nações turcas do Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Desta forma, a Turquia faria parte de uma região muito grande dominada por turcos étnicos, desde o Mar Egeu à China e isso traria benefícios econômicos, políticos e estratégicos para a Turquia, corroborando para a sua estratégia geopolítica de retomar o poder que um dia lhe pertenceu. Enquanto os franceses apoiaram a minoria armênia, a Turquia apoiou o Azerbaijão, saindo como uma “vencedora” no conflito amargando, assim, ainda mais as relações com a França (Isachenko, 2020).

Já a relação com a França é desgastada por conta da forma como o governo francês lida com os árabes dentro do seu território, como a proibição do uso dos lenços e as medidas de segurança adotadas com relação aos imigrantes árabes após ataques sofridos pelo país. As relações entre ambos se desgastaram ainda mais no ano de 2020, quando Erdoğan fez um anúncio para que seus cidadãos boicotassem produtos franceses no país (Jabbour, 2022).

Já com os países vizinhos do Oriente Médio, as relações acontecem de acordo com os interesses em questão, podendo ir alterando de acordo com as eventualidades que acontecem, como os conflitos locais, porém, a Turquia não está envolvida em conflitos diretos com seus vizinhos. Há uma disputa de influência regional com Israel, criando muitas vezes, embates diplomáticos entre ambos. Isso fica mais claro com a Guerra entre Israel e Palestina, deflagrada em outubro deste ano de 2023, onde a Turquia atua como mediadora, revelando seu importante papel na região¹¹¹.

Já em se tratando de relações fora da OTAN, a Turquia possui boas relações com a *Shangai Cooperation Organization* (SCO), uma cooperação entre China, Rússia, Quirguistão, Tadjiquistão e Cazaquistão, criada em 1996 para promover maior integração entre estes países, desmilitarizar suas bordas e encorajar a cooperação regional. Quando a Turquia recebeu as sanções dentro da OTAN por sua aproximação e compra de materiais bélicos com a Rússia, houve uma cogitação internacional sobre a entrada turca para esta organização. Atualmente, pensar na saída turca da aliança pode parecer muito improvável, já que a Turquia representa um forte *player* estratégico nesta relação, porém, com as transformações indicando que a China será a nova maior potência mundial, em um futuro próximo, pode ser que o tabuleiro geopolítico mude e a Turquia mude de aliança. Atualmente a Turquia desfruta do status de “parceiro de diálogo” com a SCO, status criado como forma de institucionalizar as relações de membros dessa aliança com outros Estados não-membros (Republic of Türkiye, 2022).

É importante considerar, finalmente, que a Europa vive um momento anti-islâmico, com o surgimento de diversos partidos de extrema-direita, que são xenofóbicos e que culpam os imigrantes refugiados por suas situações de vulnerabilidade econômica e de segurança (Simonsen; Bonikowski, 2020).

Entretanto, caso a Turquia se torne uma grande exportadora energética em um futuro sem Erdoğan como presidente e, sendo membro da OTAN, pode ser que a questão mude um pouco de figura, se tornando interessante para a EU, que possui um grande déficit de abastecimento energético e que depende da Rússia para suprir suas necessidades.

¹¹¹Devido ao fato de este conflito ter estourado em 07 de outubro de 2023, cerca de 3 meses antes do fim da escrita desta tese, não iremos nos ater a analisar aprofundadamente. Contudo, a Turquia vem atuando como mediadora e fornecedora de alimentos. Ver mais em: <https://www.brookings.edu/articles/the-sultans-ghost-erdogan-and-the-israeli-palestinian-conflict/>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

4.4 – Considerações Parciais

Este capítulo tratou do momento em que a Turquia precisou assumir um papel definido após o fim da Guerra Fria, especialmente no período de 2010, quando ocorreu a conferência da OTAN para definir os rumos da aliança em um momento pós-dissolução da URSS. Assim, era imperativo para a Turquia definir qual seria seu posicionamento estratégico para que não representasse apenas um *Buffer State* entre as instabilidades do Oriente Médio e da Rússia, e a Europa.

Neste primeiro momento, a Turquia não tinha oportunidade ainda, de atuar de forma mais incisiva no ambiente internacional. Destacamos assim, a Diplomacia Pendular, que poderia ajudar a explicar que, dada a sua posição geográfica, a Turquia sofre pressões de ambos os lados, tendo que modificar sua Política Externa de tempos em tempos a fim de satisfazer às suas necessidades de sobrevivência no cenário internacional.

Davutoğlu vinha com a proposta de a Turquia reassumir seu papel histórico e, não somente aumentar seus parceiros, como também, mostrar a todos sua verdadeira importância. Para isso, não somente aspectos militares deveriam ser levados em consideração, como principalmente, aspectos ideológicos, em se tratando de relações com seus vizinhos e áreas de sua influência.

Neste dado momento, também teve de se considerar a sua tentativa de entrada na EU e, também, as esferas de influência russa e dos EUA em regiões que são do seu próprio entorno estratégico, sendo direcionada, assim, a se manter por um tempo pacificamente aliada ao Ocidente. Considerando que a Turquia é um dos países mais importantes para a OTAN, dada a sua capacidade geográfica que lhe torna super estratégica para esta aliança militar de defesa ocidental, é contraditório que estes mesmos países que a fortaleceram militarmente dentro dos seus escopos de segurança, são os mesmos que não colaboram quando se trata de interesses turcos. Ou seja, quando é do interesse dos EUA, a Turquia não pode se relacionar com a Rússia, mas quando é do interesse turco, como por exemplo no Chipre, o país foi aderido à EU sem se levar em consideração os interesses turcos. O mesmo ocorreu com o apoio de membros da EU e dos EUA aos Curdos na Guerra da Síria.

Todos estes aspectos foram e são percebidos pelo governo turco, que passa cada vez mais a questionar essas parcerias com o Ocidente e, também, a assumir uma postura mais

conflitante, especialmente após se considerar que o país possui sim capacidade de barganhar, pois sabe da sua importância estratégica para seus companheiros de aliança.

A grande estratégia turca, dessa forma, foi aceitar estes altos investimentos militares feitos pelo Ocidente em seu país, que a transformaram em uma das forças mais importantes da aliança e questionar a ordem vigente dentro desta capacidade adquirida militarmente e, também, pelo poder de barganha.

Para fundamentar esta transição, nos utilizamos das teorias de Mearsheimer sobre a própria efemeridade da unipolaridade e sobre a estratégia adotada pelos EUA em seu momento de glória hegemônica, que continha um fim em si mesma: o modelo liberal. Vimos, portanto, que este modelo não se sustentava pelas próprias contradições em si presentes, e que levariam com que os Estados viessem a questionar a partir da incompatibilidade do Nacionalismo com o Liberalismo, as intervenções dos EUA em si próprios ou em suas esferas de influência. Isto levaria com que alguns Estados, dentre eles a Turquia, viessem a assumir uma postura mais revisionista na Política Externa, dentro daquilo que Mearsheimer chamou de Realismo Ofensivo, onde a única forma de os Estados se sentirem seguros seria atuar de forma ofensiva no cenário internacional.

Ou seja, o próprio modelo criado pelos EUA para se sustentar nessa unipolaridade pós-Guerra Fria, se transformou em uma das causas para que movimentos nacionalistas reacendessem como forma de reação a estas intervenções indesejadas sob a justificativa de manutenção da paz e da democracia.

Dentro deste contexto, tivemos o ressurgimento do pan-euroasianismo, através da aproximação da Turquia com a Rússia, onde o chamado “Turkish Gaullism” se tornou mais claro. Nesta ideologia, Erdoğan estaria criando uma espécie de mistura entre a independência nacional de Kemal e o interesse nacional, do neo-Otomanismo, como estratégia de segurança, tudo em busca de assumir uma postura mais ativa, se aproveitando deste momento oportuno para esta movimentação.

Por fim, podemos traduzir este interesse nacional na busca pela retomada do controle turco sobre a passagem de navios pelo seu território, algo que foi perdido com os acordos do pós-guerra, cem anos atrás. No ano de 2021, Erdoğan anunciou o projeto do Canal de Istambul, que buscaria criar um novo canal, através da abertura de algumas parcelas de terra onde o território turco contém apenas 8 km de extensão. Isto porque a Turquia não pode lucrar com a

passagem de navios que cruzam os Estreitos de Bósforo e Dardanelos, importantes vias geoestratégicas, apresentadas no capítulo 1. Com o projeto, Erdoğan busca reverter a crise financeira pela qual a Turquia vem passando insistentemente nos últimos anos e, assim, retomar a autonomia financeira turca necessária ao projeto nacional de tornar a Turquia grande novamente. Além disso, faz parte de uma estratégia geopolítica para a Turquia, conforme abordado no início da tese sobre a importância dessas passagens marítimas para quem as dominam (Baranov, 2021).

CONCLUSÃO

Diante do fim da Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano foi dividido pelas principais potências vencedoras europeias e, posteriormente, liderado por Mustafa Kemal Atatürk. Seu governo foi marcado pela influência Ocidental na cultura turca, coerente com aquilo que ocorria dentro do próprio fim do Império Otomano, onde havia um fardo de atraso correlacionado à sua queda. Um atraso com relação à toda modernidade apresentada pelos vencedores da guerra, os europeus. Posteriormente, vimos a Turquia como o único país de maioria islâmica fazendo parte da maior aliança militar do Ocidente, deixando bem clara a dividida posição assumida entre o Ocidente e o Oriente, algo que sua geografia não poderia negar.

Ao longo da pesquisa, passamos por levantamentos sobre o passado otomano, pelos presidentes em todo o seu período republicano, até chegar a Recep Tayyip Erdoğan. Ao apresentar todos os presidentes desde 1923, buscamos comparar seus posicionamentos com o de Erdoğan, a fim de comprovar se Erdoğan, de fato, representa uma ruptura com os governos anteriores, em termos de busca por uma maior autonomia na Política Externa turca. Além disso, em todas estas passagens, foi considerado o ambiente internacional e como este poderia influenciar nestes governos – tal como preconiza o Realismo Neoclássico – especialmente levando em conta que a Turquia já nasceu como uma área de influência de potências externas.

Como muitas vezes lembrado ao longo da tese, um aspecto que influenciou bastante na história turca foi sua adesão à OTAN. Ao mesmo tempo em que esta parceria com o Ocidente representou uma submissão ou falta de autonomia com relação aos seus vizinhos, acabou por proporcionar as ferramentas que a Turquia precisaria, no longo prazo, para assumir a postura proativa adotada hoje.

Outro ponto interessante desta participação na OTAN seria o fato de que, apesar de imensa importância estratégica para os seus parceiros na aliança, a Turquia nunca foi privilegiada por estes quando se tratou dos seus interesses. Pelo contrário, o que pôde ser feito para evitar que a Turquia assumisse ou reassumisse um papel de relevância coerente com o seu gigantismo geoestratégico, foi feito. Assim foi o caso do Chipre, na década de 70, assim foi com o caso da EU e a não-adesão turca a este bloco, assim foi com o apoio dado por seus “parceiros” aos Curdos, considerados uma questão sensível de segurança ao território turco e assim foi com as sanções impostas pelo então presidente dos EUA, Donald Trump aos principais produtos de exportação turcos após a compra do S-400 da Rússia.

Estes pontos seriam ressaltados pelo presidente Erdoğan, que viria a questionar, inclusive, os tratados fronteiriços com a Grécia, estabelecidos há cem anos, considerados desiguais para a Turquia. A maior parte das Ilhas do Mar Egeu estão sob domínio grego, tal como a própria ilha de *Kastellorizo*, que está tão próxima da Turquia a ponto de ser vista a olho nu em terras turcas, uma vez que se encontra a apenas 4 km de sua costa. Isto está em total desacordo com a CNUDM, de 1982, da qual a Turquia é muito pressionada a fazer parte.

Da mesma forma, pudemos ver que o alinhamento dos governos turcos com o Ocidente, justamente para evitar este tipo de questionamento, foram essenciais para as boas relações com o Ocidente. Como se pôde notar, através do levantamento sobre os governos anteriores a Erdoğan, toda vez em que houve dúvidas sobre as ideias kemalistas (pró-Ocidente), os militares estiveram prontos para intervir, reajustar e fortalecer esta ordem Ocidental.

Entender o fim da Guerra Fria foi fundamental para compreender o fenômeno Erdoğan. Alterações na conjuntura internacional e as movimentações nas áreas que antes estavam sob o guarda-chuva dos EUA ou da antiga URSS, transformaram todo o tabuleiro internacional de poder. Ademais, tudo isto influenciaria a forma como a Turquia se relacionaria com seus parceiros na OTAN.

Dentro deste contexto, uma das razões consideradas importantes para a mudança na Política Externa turca teria sido a transição de um mundo unipolar para multipolar, na década de 1990. Esta mudança levou a um posicionamento dos EUA no cenário internacional de busca pela sua reafirmação, evitando que o surgimento de novas potências pudesse vir a colocar em xeque sua soberania. Entretanto, a própria estratégia estadunidense, como bem observou Mearsheimer, acabou trazendo em si as raízes para que movimentos contrários à sua liderança surgissem. Isso porque, as intervenções estadunidenses baseadas na defesa da democracia e da ordem liberal, representavam um fim em si mesmas pois, ao intervir nos Estados sob esta bandeira, o próprio princípio do liberalismo estaria sendo ferido, trazendo assim, um movimento contrário, focado nas ideias nacionalistas. E como bem ressaltou o autor, quase sempre que estas ideias estiveram em confronto, o nacionalismo venceu.

Em um primeiro momento, tivemos o Presidente Turgut Özal, que teria sido o pioneiro do neo-Otomanismo, buscando reforçar laços entre a Turquia e os demais países islâmicos, em tentativa de trazer para a Turquia o retorno de uma centralidade. Contudo, Özal morreu com pouco tempo de governo, não tendo a oportunidade de desenvolver esta nossa estratégia.

É importante ressaltar que foi dentro deste contexto de pós Guerra Fria e de reação à Política Externa estadunidense em busca de manutenção do seu unilateralismo, que tivemos o ressurgimento do pan-euroasianismo onde Turquia, Rússia e até mesmo Irã, se reuniram buscando laços culturais e econômicos para contrabalancear a influência dos EUA nas suas áreas de interesse estratégico. É dentro deste contexto também, que ganham forças as ideias de Davutoğlu, considerado um dos pais do neo-Otomanismo. Este pensamento preconizado pelo ex-Ministro, viria a estimular uma busca pela retomada da Turquia enquanto potência internacional, buscando um retorno pela sua autonomia, de forma coerente com sua posição geográfica estratégica. As ideias de Davutoğlu também retomavam a função da Turquia de comandar os demais países islâmicos, dado o seu passado otomano. Davutoğlu teria, então, sido uma grande influência para o partido AKP, do qual Erdoğan faz parte e foi seu criador.

O 11 de setembro de 2001 representou uma boa oportunidade para que a Turquia viesse a assumir este papel. Contudo, o país ainda não possuía capacidade de se posicionar de maneira forte diante das pressões Ocidentais e teve de cumprir o papel designado pelos EUA para si, o de servir de “cavalo de troia”, no mundo islâmico. Todavia, é neste momento que a Turquia inicia seu movimento de projetar uma imagem de poder global em ascensão, buscando reviver sua época imperial. Apesar da Política Externa dos EUA, o cenário internacional era muito menos engessado do que durante a Guerra Fria e, portanto, havia mais possibilidades de outros Estados se fortalecerem.

Dentre as novas ansiedades da Turquia, estavam a preocupação com sua integridade territorial, com a sua segurança, com a identidade da sua população. Afinal, as regiões em torno da Turquia foram as mais afetadas com o fim da Guerra Fria, pois eram regiões que estavam alinhadas com a ex-URSS e que agora precisariam de uma inserção no “novo mundo”. Isto afetaria sobremaneira a forma como a Turquia viria a se posicionar nesta região. Cabe ressaltar que neste momento, também estava em evidência a sua tentativa de entrada para a UE, a qual não foi bem-sucedida, mesmo após anos de discussões. Enquanto isso, o alargamento da UE, incluindo o Chipre, viria a ser algo que pesaria na política Erdoganista que viria a seguir.

Influenciadas pelo movimento da “Maçã Vermelha”, ou “Kizil Elma”, as políticas turcas posteriores viriam com a noção de que a dominação turca sobre os demais países islâmicos era inevitável. O cenário aos poucos foi colocando a Turquia em posição favorável para se assumir enquanto potência.

Enquanto em 2001 o país ainda não possuía condições para tal, com a eclosão da Primavera Árabe, em 2011, as coisas mudariam de formato. Isso porque os conflitos ocorriam em suas fronteiras e, assim, o governo turco teve de se posicionar não somente de acordo com o Ocidente, mas também, de acordo com seus próprios interesses nacionais. Não cabia mais aqui, preocupar-se somente com as alianças. Isso se correlaciona muito bem com a teoria Realista, que nos serviu de embasamento nesta pesquisa. As alianças têm sucesso na medida em que os Estados vêm vantagens em colaborar. No momento em que questões internas de segurança ou de nacionalismo entram em pauta, o individualismo se sobressai, tal como ressaltou Mearsheimer.

Foi neste momento que Erdoğan, já no poder, começou a se mostrar mais proativo, especialmente em se tratando dos Curdos, uma questão de segurança para a Turquia. Ao mesmo tempo, Ankara teve de dar mais atenção aos países de língua turca no Cáucaso e na Ásia Central. Em 2012, Davutoğlu lançava a ideologia de “Novo Oriente Médio”, onde a Turquia deveria assumir o papel de pioneira. Enquanto isso, o mundo passava a questionar a importância do Ocidente. O foco passava a ser desviado para as potências medianas e o seu impacto na política mundial em um período de transferência do poder global. E, dentro deste cenário, a Turquia passaria a adotar uma política revisionista de questionar a Ordem Internacional. Contextualizando com o Realismo, a própria busca pela sobrevivência fez com que os Estados não aceitassem apenas um único poder hegemônico.

Assim, o Neorrealismo viria com a contribuição de que os Estados buscariam uma Política Externa que visasse maximizar a sua segurança. Somente assim poderíamos entender a nova Política Externa da Turquia, administrada por Erdoğan. O então presidente tinha assumido o cargo com a missão de romper com a sequência de golpes de Estado que a Turquia sofria a cada vez que o Kemalismo era posto em evidência. Isso implicava em reduzir a influência externa sobre os governos turcos, especialmente sobre os militares.

Erdoğan passou também a questionar os tratados seculares com a Grécia, dentro da sua política baseada em uma cultura transacional, ou seja, a forma como os demais Estados trata a Turquia ditaria a forma como a Turquia trataria estes Estados em retorno. Além de diversificar seus parceiros, a Turquia se apresentaria enquanto potência a estes. Havia aqui uma mistura de independência nacional, como resquício do Kemalismo, unindo-se ao interesse nacional, acima de tudo, diferentemente do Kemalismo, que buscava colocar a Turquia dentro de uma ordem Ocidental e incompatível com as influências provenientes da sua própria condição geográfica.

A proatividade do governo turco passaria a ser um dos pilares da sua nova política de segurança. Exemplos disso seriam os vetos na OTAN sobre a inclusão de países que em determinados momentos anteriores agiram contrariamente aos objetivos de segurança turcos, ou a pronta e forte reação à tentativa de golpe de Estado em 2016, ou ao questionamento sobre os tratados com a Grécia e até mesmo o envio de navios de guerra para a costa grega em momentos de impasse sobre os direitos de exploração de gás no Chipre, os quais a Turquia vinha sendo excluída, mesmo o gás estando em áreas próximas à sua costa.

Erdoğan busca, portanto, trazer de volta à Turquia a devida importância que a maior costa do Mediterrâneo deve ter. O Presidente foi influenciado por todo um contexto internacional, vindo de um período pós-Guerra Fria e uma consequente transição de poder global e nacionalista, com um movimento interno de esgotamento após a Turquia estar por décadas à fio, refém de estratégias voltadas à segurança dos seus “parceiros” Ocidentais e não, à sua própria necessidade. Não faltaram evidências para comprovar que Erdoğan representou uma mudança nítida com relação aos governos anteriores, não somente através de seus discursos, como também, de suas ações.

A busca em transformar a Turquia em uma potência energética como estratégia de transformá-la em uma grande potência global está transparente no site do Ministério das Relações Exteriores da Turquia e também, nas ações no governo, como perfurar o Mar Negro em busca de gás, uma vez que seu acesso ao Chipre foi vetado pelos seus “parceiros”, a criação do Canal de Istambul, com previsão de ficar pronto nos próximos anos, de forma a garantir que a Turquia volte a lucrar com as passagens de navios pelo seu território, já que este direito lhe foi tomado com os tratados de guerra em 1923. Este canal serviria como uma estratégia de dar uma reviravolta nas recorrentes desafios econômicos pelos quais a Turquia vem passando, especialmente após as sanções dos EUA contra seus produtos de maior representatividade nas exportações, após a Turquia se aproximar da Rússia. Esta aproximação serviria, portanto, como estratégia para contrabalancear a influência Ocidental na região.

Não podemos afirmar que esta política será de sucesso no longo prazo. Contudo, medidas práticas foram e estão sendo tomadas de modo a recontextualizar a Turquia como uma grande potência não somente regional, como global. O Ocidente não está mais em condições de submeter a Turquia da mesma forma como fez no passado. A transferência de poder global, ainda que passando por muitas potências medianas, está se transferindo lentamente para a Ásia, especialmente para a China. São muitas as variáveis que sustentam as forças sensíveis no

Oriente Médio, especialmente após a eclosão da Guerra entre Israel e Palestina deflagrada este ano de 2023 e com a Guerra entre Rússia e Ucrânia, deflagrada no ano anterior. Atores que vinham adormecidos voltam ao palco e nada mais parece sob o controle incontestável dos EUA ou da Europa, decadente e vulnerável energeticamente.

Para que este momento chegasse, toda uma mudança no cenário internacional teve de ocorrer e, com isso, uma igual transformação na mentalidade daqueles que se preocupavam em trazer a Turquia de volta ao palco de relevância estratégica internacional. Tudo isto se configura como um reflexo da busca pela sobrevivência e das oportunidades advindas dessas transformações no pós-Guerra Fria, tal como preconizaram os Realistas e suas vertentes. A geografia turca e, portanto, sua geopolítica também foi um fator de peso essencial para que essas transformações na Política Externa turca, sob o governo de Erdoğan, acontecessem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUSHANAB, Fatima Gülhan. **State Behavior of an Efficacious Actor in the Time of Global Power Transition: A Case Study of Turkey in the Post-cold War Era**. 2020. Tese de Doutorado. Ankara Yıldırım Beyazıt Üniversitesi Sosyal Bilimleri Enstitüsü.

AHMAD, Feroz. **The making of modern Turkey**. London: Routledge, 1993.

AITORO, Jill. **Greece Defense Official: Contest Treaty, Contest EU Borders**. Disponível em: <https://www.defensenews.com/global/2016/10/07/greece-defense-official-contest-treaty-contest-eu-borders/>. Acesso em: 07 out. 2016.

AKA, H. Burç. Paradigm Change in Turkish Foreign Policy after Post-Cold War. **Alternatives: Turkish Journal of International Relations**, v. 13, n. 3, p. 55-73, 2014.

AKÇALI, Emel; PERİNÇEK, Mehmet. Kemalist Eurasianism: An emerging geopolitical discourse in Turkey. **Geopolitics**, v. 14, n. 3, p. 550-569, 2009.

ALTINÖRS, Mehmet Nur. Turkish Foreign Policy during World War II. **Asian Journal of Social Science Studies**, v. 2, n. 4, p. 1, 2017.

AMBROSIO, Thomas. Russia's quest for multipolarity: A response to US foreign policy in the post-cold war era. **European Security**, v. 10, n. 1, p. 45-67, 2001.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2002.

ASLAN, Ömer. **U.S. INVOLVEMENT IN MILITARY COUPS D'ÉTAT IN TURKEY AND PAKISTAN DURING THE COLD WAR: BETWEEN CONSPIRACY AND REALITY**. 2016. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de The Department of Political Science and Public Administration, İhsan Doğramacı Bilkent University, Ankara, 2016.

ASLAN, Omer. The United States and Military Coups in Turkey and Pakistan. **Switzerland: palgrave macmillan**, 2018.

ATAMAN, Muhittin. **July 15 Coup Attempt in Turkey: Context, Causes and Consequences**. Turkey: Seta, 2017. 276 p.

ATMACA, Ayşe Ömür. The Geopolitical Origins of Turkish-American Relations: revisiting the cold war years. **All Azimuth: A Journal of Foreign Policy and Peace**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 19-19, 31 jan. 2014. All Azimuth Journal of Foreign Policy and Peace. <http://dx.doi.org/10.20991/allazimuth.167319>.

ATHANASSOPOULOU, Ekavi. **Turkey: anglo-american security interests 1945-1952**. New York: Frank Class, 1999.

AYDIN, Alev Dilek. **Mosul question (1918-1926)**. 2004. Dissertação de Mestrado. Sosyal Bilimler Enstitüsü.

AYDIN ÇAKIR, Aylin; ARIKAN AKDAĞ, Gül. An empirical analysis of the change in Turkish foreign policy under the AKP government. **Turkish Studies**, v. 18, n. 2, p. 334-357, 2017.

AYTÜRK, İlker. Nationalism and Islam in Cold War Turkey, 1944–69. **Middle Eastern Studies**, v. 50, n. 5, p. 693-719, 2014.

BALCI, Meral; BİLGÜ, Res Asst Hamza. Turkish foreign policy in context of Algerian war of independence. 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Dimensão estratégica e política externa dos Estados Unidos. **Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Revista Espaço Acadêmico**, n. 90, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Editora José Olympio, 2014.

BARANOV, A. V. Geopolitical Risks of the Istanbul Canal Construction for Russian Influence in the Black Sea Region. **Problemy natsional'noi bezopasnosti Rossii: uroki istorii i vyzovy sovremennosti: sbornik statei Vserossiiskoi nauchno-praktich-eskoi konferentsii s mezhdunarodnym uchastiem**. Krasnodar, pp, p. 45-52, 2021.

BARKEY, Henri J.; GORDON, Philip H. Cyprus: the predictable crisis. **The National Interest**, n. 66, p. 83-93, 2001.

BASSIN, Mark; AKSENOV, Konstantin E. Mackinder and the Heartland Theory in Post-Soviet Geopolitical Discourse. **Geopolitics**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 99-118, mar. 2006. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14650040500524129>.

BBCNEWS. **Turkey's Erdogan calls for border treaty review in Greece visit**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-42265260>. Acesso em: 7 dez. 2017.

BIRDAL, Murat. **The Political Economy of Ottoman Public Debt**. New York: Macmillan, 2010.

BOUVIER, Emile. Histoire des putschs et tentatives de coups d'Etat en Turquie: l'armée turque, du statut de gardienne du kémalisme à celui d'outil politique (2/4). Le coup d'Etat du 12 mars 1971, entre relance et continuité du putsch de 1960. Les clés du Moyen-Orient. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF, 2012.

BRIGOLA, Higor Ferreira; DE ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. Geopolítica e Ideologia na Construção da Hegemonia das Potências Atlânticas. **Sociedade e Território**, 2011.

BROWN, Philip Marshall. from Sèvres to Lausanne. **American Journal of International Law**, v. 18, n. 1, p. 113-116, 1924.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Power and Principle: memoirs of the national security adviser, 1977-1981**. Farrar, Straus, Giroux, 1983.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **O grande tabuleiro mundial: a supremacia americana e seus imperativos geoestratégicos**. Tradução de Maria José de Carvalho. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BUSH, George. **National security strategy of the United States**. White House, 2002.

BUTLER, Daren. **Body of Turkish ex-leader shows signs of poisoning**. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-turkey-president-autopsy/body-of-turkish-ex-leader-shows-signs-of-poisoning-paper-idUSBRE8AP09220121126>. Acesso em: 26 nov. 2012.

BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. **Cooperation and Conflict**, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 5-28, mar. 1997. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0010836797032001001>.

BUZAN, Barry. **People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era**. Ecpr Press, 2008.

CAGAPTAY, Soner. Defining Turkish Power: turkey as a rising power embedded in the western international system. **Turkish Studies**, [S.L.], v. 14, n. 4, p. 797-811, dez. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14683849.2013.861110>.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CARR, Edward Hallett. **VINTE ANOS DE CRISE 1919 - 1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

CIDDI, Sinan. **Turkey and Russia: A New Alignment?** Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/turkey-and-russia-new-alignment>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CIZRE, Umit; WALKER, Joshua. Conceiving the new Turkey after Ergenekon. **The International Spectator**, v. 45, n. 1, p. 89-98, 2010.

CLEVELAND, W. L. M. **A History of the Modern Middle East** Westview Press. 2009.

CLOGG, Richard. **A concise history of Greece**. Cambridge University Press, 2021.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics: The Geography of International Relations**. 3. ed. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

COHEN, Saul B. The Eurasian Convergence Zone: gateway or shatterbelt?. **Eurasian Geography and Economics**, [S.L.], v. 46, n. 1, p. 1-22, jan. 2005. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.2747/1538-7216.46.1.1>.

COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

COX, Michael. Rethinking the End of The Cold War. *Review Of International Studies*, [s.l.], v. 20, n. 2, p.187-200, abr. 1994. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0260210500117887>.

CVRTILA, Vlatko et al. Croatia—the “gateway” to Southeast Europe. **Politička misao**, v. 37, n. 05, p. 150-159, 2000.

CHRISTENSEN, Thomas. **Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947– 1958**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

DAILY NEWS. **Turkish 'warships' stop Italy's ENI rig in waters off Famagusta: Greek Cypriot reports**. Disponível em: <https://www.hurriyetdailynews.com/turkish-warships-stop-italys-eni-rig-in-waters-off-famagusta-greek-cypriot-reports-127107>. Acesso em: 2 jan. 2020.

DAS GRAÇAS CORRÊA, Fernanda. A balança de poder sob a ótica de Kenneth Waltz: uma discussão da teoria sistêmica. **Revista InterAção**, v. 11, n. 11, 2016.

DAVUTOĞLU, Ahmet. Turkey's foreign policy vision: an assessment of 2007. **Insight Turkey**, p. 77-96, 2008.

DEPARTMENT OF DEFENSE. *National Military Strategy 1992*. Washington, D.C.: Department of Defense, 1992.

DE SOUZA, Dominique Marques. **As relações entre a nascente Alemanha Imperial e o decadente Império Otomano: a Ferrovia Berlim-Bagdá e os interesses comerciais e geopolíticos que deflagraram a Primeira Guerra Mundial**. Editora Dialética, 2022.

DIAMOND, Jard. **Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

DIEZ, Thomas. Why the EU can nonetheless be good for Cyprus. **JEMIE**, p. i, 2002.

DIEZ, Thomas; MANNERS, Ian; WHITMAN, Richard G. The changing nature of international institutions in Europe: The challenge of the European Union. **European Integration**, v. 33, n. 2, p. 117-138, 2011.

DOUZET, Frédérick; KAPLAN, David H. Geopolitics: la géopolitique dans le monde anglo-américain. **Hérodote**, n. 3, p. 237-252, 2012.

DURAL, A. Baran. THE LEADERSHIP OF MUSTAFA KEMAL ATATATURK: TURKISH INDEPENDENCE WAR. **European Scientific Journal**, v. 8, n. 21, 2012.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1939] 1993.

EMMANOUILIDIS, Chloé. **Since some of the world's largest gas reserves were discovered in Cyprus, the island has been coveted by fossil-fuel giants. The situation is burdening delicate negotiations on reunification.** Disponível em: <https://www.balcanicaucaso.org/eng/Areas/Cyprus/Gas-in-Cyprus-blessing-or-curse-191948>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **WORLD OIL TRANSIT CHOKEPOINTS**. 2014. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/regions-topics.cfm?RegionTopicID=WOTC>>. Acesso em: 19 out. 2018.

ERŞEN, Emre; KÖSTEM, Seçkin (Ed.). **Turkey's Pivot to Eurasia: Geopolitics and Foreign Policy in a Changing World Order**. Routledge, 2019.

EVANSON, Philip; HILTON, Stanley E. Brazil and the Great Powers, 1930-1939: The Politics of Trade Rivalry. Pp. xv, 304. Austin: University of Texas Press, 1975. \$9.95. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 426, n. 1, p. 239-240, 1976.

FIORI, José Luís. **O poder americano**. Editora Vozes, 2004.

FIORI, José Luis. (2007). **O poder global e a nova geopolítica das nações**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.

FIORI, José Luis. (2008). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record.

FIORI, José Luís. **Sobre a guerra**. Editora Vozes Limitada, 2019.

FRENCH, Julian. **The North Atlantic Treaty Organization: The Enduring Alliance**. Nova Iorque: Routledge, 2007.

FUAT KEYMAN, Emin. Turkish foreign policy in the post-Arab Spring era: from proactive to buffer state. **Third World Quarterly**, v. 37, n. 12, p. 2274-2287, 2016.

GADDIS, John Lewis. International Relations Theory and the End of the Cold War. **International Security**, [s.l.], v. 17, n. 3, p.5-58, 1992. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2539129>.

GAGNÉ, J. F. Geopolitics in a Post% Cold War Context: From Geo% Strategic to Geo% Economic Considerations?(occasional paper 15). **Montreal: Raoul Dandurand Chair of Strategic and Diplomatic Studies University of Québec at Montréal**, 2003.

GAWRYCH, George W. Kemal Atatürk's politico-military strategy in the Turkish war of independence, 1919–1922: From Guerrilla warfare to the decisive battle. **The Journal of Strategic Studies**, v. 11, n. 3, p. 318-341, 1988.

GELVIN, James L. *The Modern Middle East. A history*, 2005.

GEOEXPRO. **Giant Gas Field Discovery Offshore Cyprus**: the world's third-largest gas discovery in the last two years has been made in the Eastern Mediterranean, off the south-west coast of Cyprus. *Geoexpro: Geoscience & Technology Explained, Online*, v. 16, n. 2, p. 74-74, maio 2019.

GILPIN, Robert. War and Change in World Politics. *American Political Science Review*, [S.L.], p. 507-527, 30 out. 1981. Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/cbo9780511664267>.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge University Press, Nova York, 1981.

GLOBAL FIRE POLICY. **NATO Member States Military Strength (2020)**. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing-nato-members.asp>. Acesso em: 23 jun. 2020.

GOCEK, Fatma Muge. **Denial of violence: Ottoman past, Turkish present, and collective violence against the Armenians, 1789-2009**. Oxford University Press, 2014.

GÖZAYDIN, İftar. Ahmet Davutoğlu: Role as an Islamic scholar shaping Turkey's foreign policy. *International Relations and Islam: Diverse Perspectives*, p. 91-110, 2013.

GRIGORIADIS, Ioannis N. Between escalation and détente: Greek-Turkish relations in the aftermath of the Eastern Mediterranean crisis. *Turkish studies*, v. 23, n. 5, p. 802-820, 2022.

GUARDIAN, The. **Turkey warns oil companies against drilling near Cyprus**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/04/turkey-warns-oil-companies-against-drilling-near-cyprus>. Acesso em: 2 jan. 2020.

GÜRÜN, Karuman. *Türk-Sovyet İlişkileri: 1920-1953*. Ankara: Türk Tarih Kurumu Basımevi, 1991, p. 276-277.

GUZZETTI, Luca. **A BRIEF HISTORY OF EUROPEAN UNION RESEARCH POLICY**. Bruxelas: European Commission, 1995.

HARNISCH, Sebastian. Role theory: operationalization of key concepts. In: HARNISCH, Sebastian; FRANK, Cornelia; MALL, Hans W. **Role Theory in International Relations: Approaches and Analyses**. New York: Routledge, 2011. p. 7-15.

HARLEY, Keith. **NATO at 70: a political economy perspective**. Suíça: Palgrave, 2020.

HAUGOM, Lars. Turkish foreign policy under Erdogan: A change in international orientation?. *Comparative Strategy*, v. 38, n. 3, p. 206-223, 2019.

HAUSHOFER, Karl. *Geopolitik der Pan-Ideen. (No Title)*, 1931.

HELMREICH, Paul C. **From Paris to Sèvres: the partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920**. The Ohio State University Press, 1974.

HERZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. **World Politics: A Quarterly Journal of International Relations**, p. 157-180, 1950.

HERZ, John H. Political realism and political idealism: A study in theories and realities. (**No Title**), 1951.

HERZ, Monica. **Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria**. Dados, Vol. 40, No. 2, 1997.

HILL, Christopher; SMITH, Michael; VANHOONACKER, Sophie. **International Relations and the European Union**. United Kingdom: Oxford University Press, 2017.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Interesting times: A twentieth-century life**. Pantheon, 2007.

HOFFMAN, Max. Flashpoints in US-Turkey Relations in 2021. **Assessed April**, v. 1, p. 2021, 2021.

HOWARD, Harry. "Some Recent Developments in the Problem of the Turkish Straits, 1945-1946," Boletim do Departamento de Estado 395, No. 26, 1947, p. 143.

HUNTINGTON, Samuel. U.S. Defense Strategy: The Strategic Innovations of the Reagan Years. In: KRUZEL, Joseph. **American Defense Annual, 1987-1988**. Washington: Lexington Books, 1987. p. 29-57.

ILIOPOULOS, Ilias. Strategy and Geopolitics of Sea Power throughout History. **Baltic Security & Defence Review**, [s. l], v. 11, n. 2, p. 5-20, jun. 2009.

İPEK, Cemil Doğan; GÜLER, Mehmet Çağatay. Turkey and Russia in Syrian war: Hostile friendship. **Security and Defence Quarterly**, v. 35, 2021.

ISACHENKO, Daria. Turkey-Russia partnership in the war over Nagorno-Karabakh: militarised peacebuilding with implications for conflict transformation. **Research Studies Anatolia Journal**, 2020.

İŞERİ, Emre; BARTAN, Çağrı. TURKEY'S GEOSTRATEGIC VISION AND ENERGY CONCERNS IN THE EASTERN MEDITERRANEAN SECURITY ARCHITECTURE: a view from Ankara. In: TZIARRAS, Zenonas. **The New Geopolitics of the Eastern Mediterranean: trilateral partnerships and regional security**. Oslo: Friedrich Ebert Stiftung, 2019. p. 111-124.

JABBOUR, Jana J. Turkey–France Political and Diplomatic Relations: Contemporary Issues and Future Perspectives. In: **Turkish-French Relations: History, Present, and the Future**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 117-150.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar**, 2007.

JAZEERA, Redação Al. **Timeline: A history of Turkish coups**. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/europe/2012/04/20124472814687973.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

JONES, Eric. **O milagre europeu**. Austrália: Cambridge University, 1981.

KANN, Robert. Alliances versus Ententes. **World Politics**, v. 4, n. 28, p.611-621, jul. 1976.

KAPLAN, Robert D. **A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KELLY, Philip. **Checkerboards and shatterbelts: the geopolitics of South America**. University of Texas Press, 1997.

KENT, Marian. **The Great Powers and the End of the Ottoman Empire**. London: Frank Cass & Co. Ltd, 2005.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. Power and interdependence. **Survival**, v. 15, n. 4, p. 158-165, 1973.

KESGIN, Baris. The new Sultan: erdogan and the crisis of modern turkey. **British Journal of Middle Eastern Studies**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 311-312, 22 dez. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13530194.2017.1415857>.

KIA, Mehrdad. **The Ottoman Empire**. United States of America: Greenwood Press, 2008.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Objetiva, 2015.

KISSINGER, Henry A. **A World Restored: Castlereagh, Metternich, and the Problem of Peace, 1812-22**. Houghton Mifflin, Boston 1957.

KJELLÉN, Rudolf. **Studier öfver Sveriges politiska gränser**. 1899.

KJELLÉN, Rudolf. **Staten som livsform**. Suécia: Politiska Handböcker, 1916.

KLARE, Michael T. **Rising Power, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy**. Nova York, NY: Holt Paperbacks, 2008.

KOKKINIDIS, Tasos. **Turkey's Challenge of Greece's Sovereignty Illustrated in 16 Maps**. Disponível em: <https://greekreporter.com/2022/06/09/turkey-challenge-greece-sovereignty-16-maps/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

KOROSTELEVA, Julia. The implications of Russia's invasion of Ukraine for the EU energy market and businesses. **British Journal of Management**, v. 33, n. 4, p. 1678-1682, 2022.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: A abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime**. Moscou: Institute for Strategic Studies And Predictions, Pfor, 2015.

KOZINSKI, Daniel; MARQUES, Dominique. **Turquia em crise sob coerção monetária**. Boletim Geocorrente, Rio de Janeiro, n. 81, 28 set. 2018. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/00564356720119d2a5135>>. Acesso em: 28 set. 2018.

KRASNER, Stephen D. **Power, the state, and sovereignty: essays on international relations**. Routledge, 2009.

KURUMAHMUT, Ali. The Montreux Convention, the Turkish Straits and the Black Sea. **The Turkish Straits, maritime safety, legal and environmental aspects**, v. 25, p. 16, 2006.

KÜRKÇÜ, Burak. **Decision-making process in Turkish foreign policy crises: the role of state institutions during Süleyman Demirel administrations**. 2019.

KYRIS, George et al. The European Union and the Cyprus problem: a story of limited impetus. **Eastern Journal of European Studies**, v. 3, n. 1, p. 87-99, 2012.

LAÇINER, Sedat et al. Turgut Özal Period in Turkish Foreign Policy: Özalism. **USAK Yearbook of Politics and International Relations**, n. 2, p. 153-205, 2009.

LOBELL, Steven E. et al. (Ed.). **Neoclassical realism, the state, and foreign policy**. Cambridge University Press, 2009.

MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history (1904). **The geographical journal**, v. 170, n. 4, p. 298-321, 2004.

MACKINDER, Halford John. **Democratic Ideals and Reality**. Washington Dc: Us Government Printing Office, 1942.

MAHAN, Alfred T. **The influence of sea power upon history: 1660-1783**. New York: Dover, 1987.

MANGO, Andrew. Atatürk and the Kurds. **Middle Eastern Studies**, v. 35, n. 4, p. 1-25, 1999.

MARQUES, Dominique; BAKKOUR, Adel. A política migratória turca: Erdogan e a construção de muros. **Boletim Geocorrente**, Rio de Janeiro, v. 153, n. 1, p. 8-9, 08 dez. 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Brasil Cultural, 1993.

MACLEAN, Gerald. **Abdullah Gül and the Making of the New Turkey**. Simon and Schuster, 2014.

MCMEEKIN, Sean. **O expresso Berlim-Bagdá: O Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial 1898-1918**. São Paulo: Globo Livros, 2011.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York, W.W. Norton & Company, 2001.

MEARSHEIMER, John. A Realist Reply. **International Security**, v. 20, n. 1, p.82-93, 1995.

MEARSHEIMER, John J. **The great delusion**. Yale University Press, 2018.

MENAND, Louis et al. Francis Fukuyama postpones the end of history. **The New Yorker**, v. 3, 2018.

MOBLEY, Richard A. **Gauging the Iraqi Threat to Kuwait in the 1960s**. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY WASHINGTON DC CENTER FOR THE STUDY OF INTELLIGENCE, 2001.

MODELSKI, George. The study of alliances: a review. **Journal of Conflict Resolution**, n. 7, p.261-269, 1963.

MORAVCSIK, Andrew. **The choice for Europe: Social purpose and state power from Messina to Maastricht**. Routledge, 2013.

MORGENTHAU, Hans J. **The Balance of Power**. Realist Tradition Theories, pp. 227-257, 1932. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/8a29/32fda57ddfbe2008fa0b65344537cac04377.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

MOROZOV, Viatcheslav; RUMELILI, Bahar. The external constitution of European identity: russia and turkey as europe-makers. **Cooperation And Conflict**, [S.L.], v. 47, n. 1, p. 28-48, mar. 2012. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0010836711433124>.

MURINSON, Alexander. The strategic depth doctrine of Turkish foreign policy. **Middle Eastern Studies**, v. 42, n. 6, p. 945-964, 2006.

MURINSON, Alexander. **Turkish foreign policy in the twenty-first century**. Begin-Sadat Center for Strategic Studies, 2012.

MÜFTÜLER-BAÇ, Meltem; GÜNEY, Aylin. The European Union and the Cyprus Problem 1961–2003. **Middle Eastern Studies**, v. 41, n. 2, p. 281-293, 2005.

MÜFTÜLER-BAÇ, Meltem. Changing Turkish foreign policy towards Iraq: new tools of engagement. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 27, n. 3, p. 538-552, 2014.

NAG, Oishimaya Sen. **What is the definition of a Buffer State?** Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/what-is-the-definition-of-a-buffer-state.html>. Acesso em: 17 maio 2022.

NASSER, Reginaldo; MORAES, Willian Roberto. A política externa turca no pós-2011: das revoltas árabes à ascensão do Estado Islâmico. **Carta Internacional**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.5-27, 31 ago. 2016. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v11n2.2016.555>.

NATO. **The historic document confirming Greece and Turkey joining NATO.** Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2012/02/15/the-historic-document-confirming-greece-and-turkey-joining-nato/index.html>. Acesso em: 2 jan. 2020.

NEUMANN, Iver B. *Uses of Other: “the East” in European identity formation.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

NEUSS, Beate. Kenneth N. Waltz, *Theory of International Politics*, New York 1979. In: **Key works in political science.** VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2007. p. 481-485.

NEVES, Andre Luiz Varella. Truman Doctrine (1946); Defense Planning Guidance (1991) & The National Security Strategy (2002). **Revista da EGN**, v. 27, n. 2, p. 441-480, 2021.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. The contribution of strategic studies: future challenges. **The Adelphi Papers**, [S.L.], v. 29, n. 235, p. 20-34, mar. 1989. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/05679328908448863>.

NYE JR, Joseph S. **Power in the global information age: From realism to globalization.** Routledge, 2004.

NUNES, André Figueiredo; VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. OS ESTREITOS NO ORIENTE MÉDIO E A SEGURANÇA ENERGÉTICA. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 33, n. 68, p. 82-100, 2018.

O'BRIEN, Patrick Karl. **The Economies of Imperial China and Western Europe: debating the great divergence.** Oxford: Palgrave Macmillan, 2020.

OEZERTEM, Hasan Selim. *Turkey's New Gas Discovery in the Black Sea and Its Potential Implications.* 2020.

OLEJÁROVÁ, Barbora. The Great Wall of Turkey: From „The Open-Door Policy” to Building Fortress?. **Border and Regional Studies**, v. 6, n. 2, p. 117-133, 2018.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de. **ENTRE O SOL, A ÁGUIA E O DRAGÃO: dinâmicas de poder e segurança entre japão, eua e china no leste asiático e o estudo de caso das**

ilhas senkaku/diaoyu no século xxi. 2019. 404 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OLSON, Mancur; ZECKHAUSER, Richard. An economic theory of alliances. **Review Of Economics and Statistics**, v. 48, p. 266-279, 1966.

ORAN, Baskın; AKDEVELIOĞLU, Atay; AKŞIN, Mustafa (Ed.). **Turkish foreign policy, 1919-2006: Facts and analyses with documents**. University of Utah Press, 2010.

OSORIO, Luis Felipe Brandão. A Economia Política do Império Alemão: condição histórica, bancos e cartéis. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p. 97-120, 26 jul. 2011. Semestral.

ÖZAL, Turgut. **Turkey in Europe and Europe in Turkey**. Nicosia: K. Rustem, 1991.

ÖZER-IMER, Itir; KUGLER, Jacek; ROOT, Hilton L. Turkey and the West: bargaining for realignment. **Journal Of Contemporary European Studies**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 218-251, 1 jun. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14782804.2013.815465>.

ÖZORAL, Başak. The Turkish transformation and Celal Bayar. 2004.

PADULA, Raphael. A Economia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra: o olhar estratégico sobre economia na Economia Política, na Geopolítica Clássica e na Economia Política Internacional. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 2, 2019.

PADULA, Raphael. A geopolítica estadunidense e a Eurásia. IN: FIORI, José Luís (org.) *Sobre a Guerra*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

PADULA, Raphael. O debate geoestratégico nos Estados Unidos: o lugar da Eurásia, do Hemisfério Ocidental e do México. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 24, n. 2, 2018.

PALMER, Alan. Declínio e queda do império otomano. São Paulo: Globo Livros, 2013.

PARLAR DAL, Emel. Impact of the transnationalization of the Syrian civil war on Turkey: conflict spillover cases of ISIS and PYD-YPG/PKK. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 29, n. 4, p. 1396-1420, 2016.

PARLIAMENT, European. **Briefing No 1: Cyprus and the enlargement of the European Union**. Cyprus and the Enlargement of the European Union. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/enlargement/briefings/1a1_en.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

PAUL, T.v.; WIRTZ, James; FORTMAN, Michael. **Balance of Power: Theory and Practice in the 21st century**. Stanford: Stanford University Press, 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Editora Vozes Limitada, 2017.

PELINKA, Anton. The European Union as an Alternative to the Nation-State. **International Journal of Politics, Culture, And Society**, [S.L.], v. 24, n. 1-2, p. 21-30, 14 jan. 2011. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10767-010-9108-2>.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POMERANZ, Kenneth. **Great Divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

QUATAERT, Donald. **An economic and social history of the ottoman empire**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1994.

RATZEL, Friedrich. **Volkerkunde**. 2 Bde., 2. Auflage. Leipzig und Wien, 1894.

REPUBLIC OF TÜRKIYE. **Shanghai Cooperation Organisation**. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/shanghai-cooperation-organization.en.mfa>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. **Neoclassical Realist Theory of International Politics**. Oxford University Press, Nova York, 2016.

ROBERTS, John. The Turkish gate: Energy transit and security issues. **Turkey in Europe Monitor**, v. 98, 2003.

RODRIGUE, Jean-Paul. Straits, passages and chokepoints: a maritime geostrategy of petroleum distribution. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 48, n. 135, p. 357-374, 2004.

ROSE, Gideon. **Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy**. World Politics Vol. 51, No. 1, pp.145-177, 1998.

RUBIN, Michael. Creating the New Czar. **International Journal Of Intelligence And Counterintelligence**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 387-395, 26 mar. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/08850607.2018.1418556>.

RUSSETT, Bruce. An Empirical Typology of International Military Alliances. **Midwest Journal of Political Science**, v. 15, n. 2, p.262-289, maio 1971.

SANDRIN, Paula. **Internal divisions and security cultures: the impact of Turkish membership on the European Union's foreign and security policies**. 2013. Tese de Doutorado. University of Westminster.

SANTOS, Thauan dos. **Regional Energy Security: Re-evaluating concepts and policies to promote energy integration in Mercosur**, 2018. Tese (Doutorado), COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Thauan; SOUZA, Dominique; BESSA, Marcelle. Energy (In)Security beyond the oil paradigm: the EU's dependence on the other in the case of natural gas. **Revista Oikos**, v. 19, n. 1, p. 89-106, 2020.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SARIIBRAHIMOGLU, Lale. **Davutoglu Promoting “Strategic Depth” in Turkish Foreign Policy**. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/davutoglu-promoting-strategic-depth-in-turkish-foreign-policy/>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SATTERTHWAITE, Joseph C. The truman doctrine: Turkey. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 401, n. 1, p. 74-84, 1972.

SCHWELLER, Randall. L.; PRIESS, David. A tale of two realisms: expanding the institutional debate. **International Studies Review**. Vol. 41, no 1, 1997.

SIMONSEN, Kristina Bakkær; BONIKOWSKI, Bart. Is civic nationalism necessarily inclusive? Conceptions of nationhood and anti-Muslim attitudes in Europe. **European Journal of Political Research**, v. 59, n. 1, p. 114-136, 2020.

SMOLEŃ, Kinga et al. The geopolitical dimensions of the TurkStream pipeline. **Rocznik Instytutu Europy Środkowo-Wschodniej**, v. 17, n. 4, p. 101-121, 2019.

SNYDER, Glenn H. The Security Dilemma in Alliance Politics. **World Politics**, p. 461-495. jul. 1984.

SNYDER, Glenn H. **Alliance Politics**. Nova Iorque: Cornell University Press, 1997.

SOFUOGLU, Murat. **Turks still debate whether Treaty of Lausanne was fair to Turkey**. Disponível em: <https://www.trtworld.com/magazine/turkey-still-debates-whether-treaty-of-lausanne-was-a-fair-peace-deal-14632>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SOUZA, Dominique Marques de. *As relações entre a nascente Alemanha imperial e o decadente Império Otomano: a ferrovia Berlim-Bagdá e os interesses comerciais e geopolíticos que deflagraram a primeira guerra mundial (1850-1914)*. Dissertação (Mestrado) – PEPI/UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

SPYKMAN, Nicholas. **Geography and Foreign Policy I**. The American Political Science Review, Vol. XXXII, No. 1, 1938.

STANGER, Allison K. Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe. By Ole Wæver, Barry Buzan, Morten Kelstrup and Pierre Lemaitre. New York: st. martin's press, 1993. **Slavic Review**, [S.L.], v. 54, n. 3, p. 839-840, 1995. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2501845>.

STATISTA (org.). **Number of military personnel in NATO countries 2019**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/584286/number-of-military-personnel-in-nato-countries/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

STAVRIDIS, Stavros-Terry. Greek-Cypriot enosis of October 1915: A lost opportunity. **Balkan Studies**, v. 37, n. 2, p. 289-307, 1996.

STONE, Marianne. Security according to Buzan: A comprehensive security analysis. **Security discussion papers series**, v. 1, p. 1-11, 2009.

STRATFOR. **Turkey, Cyprus: The Eastern Mediterranean Heats Up Over Drilling**. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/turkey-cyprus-eastern-mediterranean-heats-over-drilling-gas-oil-us-greece>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SULLIVAN, Amelia. Unconditional Surrender: The Rise of President Erdogan and the end of Kemalist Turkey. **History in the Making**, v. 11, n. 1, p. 5, 2018.

SURID, AKHAND SHARIF. 2017, Ankara. **1960 Coup d' Etat: The First Coup in Turkish Republic**. Ankara: Gazi University, 2017. 6 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/35566167/1960_Coup_d_Etat_The_First_Coup_in_Turkish_Republic>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SUVARIEROL, Semin. The Cyprus Obstacle on Turkey's Road to Membership in the European Union. **Turkish Studies**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 55-78, mar. 2003. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/714005719>.

TAŞPINAR, Ömer. The three strategic visions of Turkey. **US–Europe Analysis Series**, v. 50, p. 1-5, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 2, 1985.

TOKTAS, Sule. Civic Nationalism in Turkey: A Study on the Political Profile of Celal Bayar. **Alternatives: Turkish Journal of International Relations**, v. 6, n. 3&4, p. 121-141, 2007.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. A bomba dólar: paz, moeda e coerção. **Instituto de Economia-UFRJ-Texto para Discussão**, v. 26, 2019.

TREATY OF LAUSANNE. Disponível em: https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Treaty_of_Lausanne. Acesso em: 2 jan. 2020.

TREVES, Tullio. United Nations Convention on the Law of the sea. **United Nations Audiovisual Library of International Law** (http://untreaty.un.org/cod/avl/pdf/ha/uncls/uncls_e.pdf), 2008.

TRIANAMA, Febry; BERLIANA, Cancera Triane; I'ZA, Muhammad Yusril. The failure of the United States coercive diplomacy in the era of President Donald Trump: Turkey's persistence in buying S-400. **Masyarakat, Kebudayaan & Politik**, v. 35, n. 1, 2022.

TUCÍDIDES. **A história da guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

UNION, European. **EU Global Strategy**. Disponível em: https://eeas.europa.eu/topics/eu-global-strategy_en. Acesso em: 02 jan. 2020.

URWIN, Derek W. **The community of Europe: A history of European integration since 1945**. New York: Routledge, 1995.

USLU, Nasuh. **The Cyprus question as an issue of Turkish foreign policy and Turkish-American relations, 1959-2003**. Nova Publishers, 2003.

ÜSTÜN, Senem. Turkey and the Marshall Plan: strive for aid. **The Turkish YearBook of International Relations**, n. 27, p. 31-52, 1997.

VAN BERGEIJK, Peter AG. Sanctions against the Russian war on Ukraine: Lessons from history and current prospects. **Journal of World Trade**, v. 56, n. 4, 2022.

VAN DEN BOOGERT, Maurits. **The capitulations and the Ottoman legal system: Qadis, consuls and beratlis in the 18th Century**. Brill, 2020.

VAN OUDENAREN, John. **Uniting Europe: an introduction to the European Union**. Rowman & Littlefield, 2005.

VISACRO, Alessandro. (2009). **Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Editora Contexto.

VON CLAUSEWITZ, Carl; VON SCHERFF, Wilhelm. **Vom kriege: Hinterlassenes werk des generals Carl von Clausewitz**. R. Wilhelmi, 1885.

WALTZ, Kenneth N. **The New World Order**. Millennium, Journal of International Studies. Vol. 22, No. 2, 1993.

WALTZ, Kenneth. **Man, the state, and war**. Columbia University Press, 2018.

WEBER, Bodo. The EU-Turkey refugee deal and the not quite closed Balkan route. **Friedrich Ebert Stiftung**, p. 1-25, 2017.

WOHLFORTH, Williams C. Gilpinian Realism and International Relations. **International Relations** Vol. 25 N° 4, 2011.

YERGIN, Daniel. **The prize: The epic quest for oil, money & power**. Simon and Schuster, 2011.

YIALLOURIDES, Christodoulos K.; LANGIDES, Afendoulis T. Turkish external orientation and political culture. **Études helléniques/Hellenic Studies**, v. 20, n. 1, p. 23-31, 2012.

YEŞILTAŞ, Murat. The transformation of the geopolitical vision in Turkish foreign policy. **Turkish Studies**, v. 14, n. 4, p. 661-687, 2013.

YEŞILTAŞ, Murat; BALCI, Ali (Org.). **A Dictionary of Turkish Foreign Policy in the AK Party Era: A Conceptual Map**. Ankara: Republic of Turkey Ministry of Foreign Affairs Center for Strategic Research, 2013. 37 p.

YILMAZ, İhsan; BASHIROV, Galib. The AKP after 15 years: emergence of Erdoganism in Turkey. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 9, p. 1812-1830, 2018.

YILMAZ, İhsan. **Erdoganizme kemalizmden**. *Ufuk*, 2015.

YILMAZ, Muzaffer Ercan. “The New World Order”: An Outline of the Post-Cold War Era. **Alternatives: Turkish Journal of International Relations**, v. 7, n. 4, p. 44-58, 2008.

ZANOTTI, Jim et al. **Kurds in Iraq and Syria: US Partners Against the Islamic State**. 2016.

ZAKARIA, Fareed. **From Wealth to Power: The Unusual Origins of America’s World Role**, Princeton: Princeton University Pres.

ZEYDANLIOĞLU, Welat. The white Turkish man’s burden: Orientalism, Kemalism and the Kurds in Turkey. **Neo-colonial mentalities in contemporary Europe**, v. 4, n. 2, p. 155-174, 2008.

ZIRING, Lawrence. Buffer states on the rim of Asia: Pakistan, Afghanistan, Iran and the superpowers. In: **Soviet-American Relations with Pakistan, Iran and Afghanistan**. Palgrave Macmillan, London, 1987. p. 90-126.

ZÜRCHER, Erik J. **Turkey: A modern history**. Bloomsbury Publishing, 2017.